

Maraisa Lopes
João Benvindo de Moura
(Organizadores)

DIREITA E ESQUERDA

DA POLARIZAÇÃO DISCURSIVA NO BRASIL RECENTE



Pontes

Todos os direitos desta edição reservados a Pontes Editores Ltda.
Proibida a reprodução total ou parcial em qualquer mídia
sem a autorização escrita da Editora.
Os infratores estão sujeitos às penas da lei.
A Editora não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta publicação.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Tuxped Serviços Editoriais (São Paulo — SP)

L864d Lopes, Maraisa; Moura, João Benvindo de (orgs.).
Direita e Esquerda: da polarização discursiva no Brasil recente /
Organizadores: Maraisa Lopes e João Benvindo de Moura;
Prefácio de Hélio Oliveira.
1. ed. — Campinas, SP : Pontes Editores, 2024;
figs.; quadros; fotografias.
E-Book: 7 Mb; PDF.

Inclui bibliografia.
ISBN: 978-85-217-0343-3.

1. Análise do Discurso. 2. Linguística. 3. Política – Brasil.

I. Título. II. Assunto. III. Organizadores

Bibliotecário Pedro Anizio Gomes CRB-8/8846

Índices para catálogo sistemático:

1. Política: processo político. 324
2. Análise do discurso. 401.41
3. Linguística. 410

Maraisa Lopes
João Benvindo de Moura
(Organizadores)

DIREITA E ESQUERDA

DA POLARIZAÇÃO DISCURSIVA NO BRASIL RECENTE



Copyright © 2024 — Dos organizadores representantes dos autores

Coordenação Editorial: Pontes Editores

Revisão: Joana Moreira

Editoração: Vinnie Graciano

Capa: Acessa Design

PARECER E REVISÃO POR PARES

Os capítulos que compõem esta obra foram submetidos
para avaliação e revisados por pares.

CONSELHO EDITORIAL:

Angela B. Kleiman

(Unicamp — Campinas)

Clarissa Menezes Jordão

(UFPR — Curitiba)

Edleise Mendes

(UFBA — Salvador)

Eliana Merlin Deganutti de Barros

(UENP — Universidade Estadual do Norte do Paraná)

Eni Puccinelli Orlandi

(Unicamp — Campinas)

Glaís Sales Cordeiro

(Université de Genève — Suisse)

José Carlos Paes de Almeida Filho

(UNB — Brasília)

Maria Luisa Ortiz Alvarez

(UNB — Brasília)

Rogério Tilio

(UFRJ — Rio de Janeiro)

Suzete Silva

(UEL — Londrina)

Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva

(UFMG — Belo Horizonte)

PONTES EDITORES

Rua Dr. Miguel Penteadó, 1038 — Jd. Chapadão

Campinas — SP — 13070-118

Fone 19 3252.6011

ponteseditores@ponteseditores.com.br

www.ponteseditores.com.br

SUMÁRIO

PREFÁCIO	8
-----------------	----------

Hélio Oliveira

APRESENTAÇÃO	13
---------------------	-----------

Maraisa Lopes

João Benvindo de Moura

PRIMEIRA PARTE

O CORPO FEMININO SIGNIFICADO PELO DISCURSO DA DIREITA: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DE FORMULAÇÕES DE UM EX-PRESIDENTE	19
---	-----------

Maraisa Lopes

Clevisvaldo Lima

A NOVA DIREITA NO BRASIL E O PROTAGONISMO DAS IGREJAS EVANGÉLICAS NA INSTANCIÇÃO DOS SEUS VALORES	40
--	-----------

Fernanda Martins Luz Barros

O FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DA ANIMALIZAÇÃO JUVENIL NEGRA NA VOZ DA SEGURANÇA: PRÁTICAS DISCURSIVAS ATRAVESSADAS PELO DISCURSO PRESIDENCIAL BOLSONARISTA	66
--	-----------

Francisca Mônica da Silva Santos

**OS SENTIDOS SOBRE A LIBRAS, O SURDO, A DEFICIÊNCIA E A INCLUSÃO
MATERIALIZADOS NO DISCURSO POLÍTICO DE DIREITA E ESQUERDA, POSTOS EM
CIRCULAÇÃO PELO DISCURSO JORNALÍSTICO _____ 95**

Geisymeire Pereira do Nascimento
Heron Ferreira da Silva
Raimundo Gomes de Oliveira Junior

**FUTURE-SE OU FATURE-SE? UMA ANÁLISE DISCURSIVA DA ÓTICA GERENCIAL NA
CONJUNTURA POLÍTICA E EDUCACIONAL _____ 137**

Joelma Aparecida Bressanin
José Ricardo Menacho

À DIREITA/ESQUERDA VOLVER: O FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DA LACRAÇÃO _____ 155

José Magno de Sousa Vieira

A MANCHA, LUIS FERNANDO VERISSIMO: RESTOS DA DITADURA EM DISCURSO _____ 178

Maria Cleci Venturini
Stefane Katrini Koop

**ANÁLISE LEXICOMÉTRICA DOS PROCESSOS DE NOMEAÇÃO DA NOVA DIREITA E
DO MST NOS DISCURSOS SOBRE A REFORMA AGRÁRIA BRASILEIRA (1985 A 2019) _____ 203**

Paloma Bianca Lopes Assis
Argus Romero Abreu de Moraes

**HISTÓRIA DA PALAVRA NEGACIONISMO: DISCURSOS E SUJEITOS POLARIZADOS
NA EXTREMA DIREITA BRASILEIRA _____ 230**

Verli Petri
Robson Severo

SEGUNDA PARTE

A POLARIZAÇÃO POLÍTICA ANCORADA NO DISCURSO RELIGIOSO DO BISPO EDIR MACEDO: UMA ANÁLISE DOS DISPOSITIVOS ARGUMENTATIVOS 261

Max Silva da Rocha

João Benvindo de Moura

Patrícia Rodrigues Tomaz

Deywid Wagner de Melo

OS IMAGINÁRIOS SOCIODISCURSIVOS EM DISCURSOS ANTICOMUNISTAS NAS REDES SOCIAIS 296

Dalila Maria Silva de Macêdo

O ESPAÇO DIGITAL E O DISCURSO POLÍTICO: UMA ANÁLISE SEMIOLINGÜÍSTICA DE UMA TIRA DE ÓDIO 317

Francisca Jaqueline Ferreira de Oliveira

Luis Felipe da Silva Castelo Branco

CONSTRUÇÃO DO *ETHOS* EM *OUTDOORS* DE CUNHO POLÍTICO: ARGUMENTAÇÃO E MULTIMODALIDADE SOB UM VIÉS SEMIOLINGÜÍSTICO 347

Luciana Abrahão

Welton Pereira e Silva

COMO ARGUMENTAM ESQUERDA E DIREITA? SOBRE REGIMES DE RACIONALIDADE, COGNIÇÃO ARGUMENTATIVA E *DOXA* POLÍTICA BRASILEIRA EM POLÊMICA CONTEMPORÂNEA 377

Rodrigo Seixas

SOBRE OS AUTORES 412

ÍNDICE REMISSIVO 419



Como é difícil acordar calado
Pai, afasta de mim esse [cale-se]
“Cálice”, Gilberto Gil e
Chico B. de Holanda, 1973.

Hélio Oliveira

Passado o flerte com a extrema direita política, oportunamente encerrado no dia 31 de dezembro de 2022, acentuou-se o entendimento, frequentemente reforçado pela chamada grande mídia hegemônica, de que o Brasil está polarizado.

Apresentam-se, como evidência, famílias divididas, casais separados, amigos bloqueados nas redes sociais, tudo em função da suposta polarização política. Comentaristas sentenciam ao novo governo a obrigação de pacificar o país e evitar discussões político-ideológicas – a despeito de o presidente eleito sequer ter recebido a protocolar faixa presidencial das mãos de seu antecessor, que, nas palavras do então Ministro-Chefe da Secretaria de Governo, na época amigo e defensor do presidente deposto, “fugiu do Brasil, foi embora pra Miami”¹. Até a adorada camisa amarela da seleção brasileira de futebol perdeu

¹ Matéria não assinada. General Santos Cruz sobre ida de Bolsonaro aos EUA: “Fugiu do Brasil”. *O Estado de Minas*. Política. 22 ago. 2023. Disponível em: <https://bit.ly/3PtHWhB>. Acesso em: 08 set. 2023.

seu brilho ao ser constantemente associada ao reacionarismo mais rasteiro, de viés fascista.

Nesse cenário de ressentimento e de esforços para retornar à normalidade democrática (vale lembrar que o *slogan* do novo governo é “Brasil: união e reconstrução”), promover uma coletânea de estudos que analisam a polarização nos discursos em torno de questões associadas à política brasileira, como é o caso do livro **Direita e Esquerda: da polarização discursiva no Brasil recente**, organizado por Maraisa Lopes e João Benvido de Moura, parece lançar ainda mais lenha ao fogo.

Que o leitor não se engane!

Longe de endossar o discurso elitista que aconselha “virar a página” e não falar, por exemplo, sobre eventuais crimes cometidos nos últimos quatro anos (que culminaram nos ataques terroristas de 08 de janeiro de 2023), sobre o papel de líderes religiosos, empresários e influenciadores digitais na manipulação dos eleitores, por meio de *fake news* e outras formas de desinformação, sobre diferenças entre a gestão atual e a anterior, sobre liberalismo e socialismo, sobre direita e esquerda, longe dessas falsas boas intenções (e do medo das elites de que sejam descobertos os financiadores do desmonte nacional), os estudos reunidos neste livro têm muito a dizer e é justamente falando que se pode aplacar as chamadas.

O foco de interesse da presente obra, inclusive, não se resume à polarização na política, mas, sim, aos embates do político – dos condicionamentos histórico-ideológicos inscritos nos discursos – materializados em acontecimentos discursivos variados, que vão desde o descrédito dado à posição social ocupada pelas mulheres em declarações públicas que vulgarizam o corpo feminino até a análise de interações polêmicas que envolvem a chamada nova direita brasileira, os discursos de ódio e racista, o negacionismo, o anticomunismo, a in-

terferência da religião no processo eleitoral, entre outras controvérsias e temas que mobilizam a opinião pública, de uma forma ou de outra.

Embora o senso comum diga que não se discutem certos temas, há séculos a ciência (especialmente as Humanidades) tem mostrado, como já mostraram ainda antes os antigos filósofos gregos, que não existe assunto imune ao escrutínio.

Assim como um botânico se interessa pelo estudo de ervas daninhas, fungos tóxicos, plantas venenosas e não apenas pelas espécies frutíferas, com perfumadas flores, o linguista se dedica ao estudo de assuntos e fenômenos *a priori* insalubres e repulsivos, como a apologia ao estupro e à ditadura militar por parte de figuras públicas, em busca de melhor compreender os processos linguístico-discursivos que sustentam e reproduzem esses fenômenos – em última instância, somente o conhecimento detalhado dos constituintes de um veneno permite ao pesquisador formular um antídoto.

O estudo de temas polêmicos, portanto, é uma fonte profusa de conhecimento sobre os sujeitos implicados neles, bem como sobre os contextos em que as controvérsias acontecem, desempenhando funções sociais importantes, tal como assevera a especialista em retórica e argumentação, Ruth Amossy, também destacada na área de análise do discurso.

Em uma obra inteiramente dedicada ao estudo da polêmica e do dissenso que atravessam a circulação dos discursos nas sociedades contemporâneas, Amossy (2017) assume que a polêmica pública é útil e até desejável em um regime democrático, pois permite que as vozes dos diferentes grupos sociais sejam ouvidas, salvaguardando-se, é claro, o repúdio aos discursos odiosos.

A polêmica, aqui, convém destacar, é vista como uma possibilidade de interação e não como consentimento para violência verbal, intolerância e discurso de ódio. Pelo contrário, a exposição lúcida de contra-argumentos e contradiscursos em relação aos acontecimentos

discursivos examinados nas próximas páginas, com análises bem fundamentadas, oriundas de pesquisas sérias, são uma mostra de maturidade democrática – além de atestar a expertise acadêmica dos pesquisadores – em que os diferentes atores sociais têm o direito e o dever de expor suas posições na arena pública.

No período histórico corrente, marcado por cisões e disputas de opinião ampliadas pelas plataformas digitais, a possibilidade de discutir temas sensíveis colabora para preservar o pluralismo. Nas palavras de Amossy,

a polêmica que se faz ouvir na circulação dos discursos impede que um fosso intransponível se cave entre populações que ignoram completamente os arrazoados do outro. [...] A confrontação permite, além disso, encontros improváveis no mundo real, permitindo, com isso, que simples cidadãos não apenas ouçam indivíduos cujas posições se opõem diametralmente às suas, mas também que desenvolvam com eles intensas discussões (2017, p. 212).

Nesse sentido, ainda que a polêmica raramente gere acordos, ela serve para manter abertos os canais de comunicação, fazendo com que o “outro lado” de uma questão seja conhecido, tecendo elos sociais entre as diferentes comunidades e proporcionando a coexistência em meio ao dissenso.

Afinal, é por meio das palavras – compreendidas, por extensão, como a possibilidade de falar, ser ouvido e ouvir o outro, principalmente em contextos de repúdio, protesto e conflito – que nós nos (re) conhecemos enquanto parte de uma comunidade. Nos versos da professora e poeta Ryane Leão,

a palavra permite que me conheça
conheça os protestos que moram em mim
conheça os pavores de que ainda não me livre

reconheça se há valor naquilo que amei
conheça o que me sufoca e o que me sustenta
conheça os desvios e quando ficar atenta
reconheça que para existir não preciso pedir licença².

Com efeito, pode-se dizer que o presente livro é uma prova de resistência às forças totalitárias que, vez ou outra, tentam impor sua perspectiva, silenciando todas as outras vozes sociais. Na verdade, mais do que um ato de resistência passiva, este livro é ação em curso, energia pura, e traz em seu bojo o convite para mais estudos, mais investigações, mais vozes a ressoar: em vez de apenas resistir, que passemos a lutar!

Calar, jamais.

2 LEÃO, Ryane. In: DUARTE, Mel (org.). *Querem nos calar: poemas para serem lidos em voz alta*. São Paulo: Planeta, 2019.



A Análise de Discurso é uma área de estudos que coloca em suspenso o modo de ler, demandando um dispositivo teórico e analítico para que se promovam gestos de leitura. No Brasil, circulam formulações sobre a Análise de Discurso que se dividem e se configuram a partir de bases teóricas diferentes. Institucionalmente, as ramificações da Análise de Discurso foram se instaurando nas regiões brasileiras, incluindo o Piauí, local em que inscrevemos nossas práticas. Se o início das pesquisas em AD se deu a partir dos discursos que tocavam questões políticas, para essa coletânea, selecionamos algo que a isso, de certo modo, se relaciona: **Direita e Esquerda: da polarização discursiva no Brasil recente.**

Temos assistido nos últimos anos à circulação de discursos que se polarizam entre direita e esquerda, entre eles e nós, como se o povo brasileiro estivesse cindido, ou se é X ou Y, ou se crê em X ou em Y, e, nessa rede desambiguizada, é preciso sempre lembrar, tal como afirma Orlandi (2008), que dizer algo é também silenciar algo, assim dizer X é silenciar Y. Desse modo, nesta coletânea, colocamos em funcionamento análises discursivas que tomam diferentes materialidades significantes para compreender o modo como essa polarização tem produzido sentidos sobre/da/para a sociedade brasileira.

Ao todo reunimos 14 textos, contando com autores de diversas regiões e universidades brasileiras. Dividimos a coletânea em duas partes, sendo a primeira destinada aos trabalhos que se inscrevem na pers-

pectiva materialista de Análise de Discurso e a segunda, na perspectiva Semiolinguística.

A primeira parte começa com o capítulo escrito por Maraisa Lopes e Clevisvaldo Pinheiro Lima, intitulado “O corpo feminino significado pelo discurso da direita: uma análise discursiva de formulações de um ex-presidente”. No texto, os autores refletem sobre os sentidos de mulher que são formulados e postos em circulação por enunciados produzidos por Jair Messias Bolsonaro ao longo de sua carreira política.

Em “A Nova Direita no Brasil e o protagonismo das igrejas evangélicas na instanciación dos seus valores”, Fernanda Martins Luz Barros analisa o modo como o conservadorismo se materializa no discurso da Direita por meio das práticas discursivas de Michelle Bolsonaro e do pastor André Valadão, bem como os efeitos de sentido instaurados a partir das regularidades observadas em sua materialidade discursiva, destacando práticas que configuram o discurso conservador e observando a influência do contexto político na disseminação de discursos de ódio.

Francisca Mônica da Silva Santos, em seu texto “O funcionamento discursivo da animalização juvenil negra na voz da segurança: práticas discursivas atravessadas pelo discurso presidencial bolsonarista”, destaca que, nos últimos anos, o confronto da segurança brasileira no contato com jovens pertencentes à comunidade negra tem aumentado consideravelmente, o que a instiga a buscar mobilizar a animalização do sujeito jovem negro brasileiro, por via de recortes constituídos de testemunhos da segurança brasileira na materialidade digital do jornal *online* da *Folha de S. Paulo*, no embate com a contradição e a equivocidade dos ditos.

Em “Os sentidos sobre a Libras, o Surdo, a deficiência e a inclusão materializados no discurso político de direita e esquerda postos em circulação pelo discurso jornalístico”, o trio Geisymeire Pereira do Nascimento, Heron Ferreira da Silva e Raimundo Gomes de Oliveira

Junior assumem como foco a compreensão do modo de significação e dos efeitos de sentidos produzidos sobre a Libras, o surdo, a deficiência e a inclusão em formulações produzidas e postas em circulação pelos jornais *O Globo* e *Folha de S. Paulo* após o pronunciamento em Libras da ex-primeira-dama, Michelle Bolsonaro, na posse presidencial do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (Partido Liberal – PL), em janeiro de 2019, e a cerimônia de posse do atual presidente, Luiz Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores – PT), ocorrida em 01 de janeiro de 2023.

Joelma Aparecida Bressanin e José Ricardo Menacho, no texto “Future-se ou Fature-se? Uma análise discursiva da ótica gerencial na conjuntura política e educacional”, propõem-se a analisar os discursos acerca da autonomia das instituições de ensino, considerando para tanto as condições de produção da atual formação social, as características que o modo de produção capitalista trouxe para os debates sobre as práticas do Estado burguês na gestão dos direitos sociais, bem como as determinações promovidas pela racionalidade neoliberal, que configura os sistemas escolares como mercados educacionais, fazendo deslocar, nos discursos políticos, jurídicos e administrativos, por meio da competitividade, produtividade e eficiência, a compreensão da gestão dos direitos sociais pelo Estado para a de prestação de serviços sociais pelo mercado.

Em “À Direita/Esquerda volver: o funcionamento discursivo da lacração”, José Magno de Sousa Vieira concentra-se em uma reflexão sobre o sentido de lacração quando se pensa “no Brasil recente” polarizado nos dizeres políticos instaurados na esquerda ou na direita, em que a conjunção adversativa ‘ou’ se coloca como elemento incontornável para que o próprio dizer seja permitido.

Maria Cleci Venturini e Stefane Katrini Koop, em “A Mancha, Luis Fernando Verissimo: restos da ditadura em discurso”, analisam o conto “A mancha” como objeto memorial, buscando responder à seguinte

questão: como se constituem efeitos de que o embate entre a esquerda e a direita é incontornável e que a “mancha” é como uma ferida viva, sempre silenciada/interditada?

Em “Análise Lexicométrica dos processos de nomeação da Nova Direita e do MST nos discursos sobre a reforma agrária brasileira (1985 a 2019)”, Paloma Bianca Lopes Assis e Argus Romero Abreu de Moraes asseveram que têm o intuito de descrever os processos que permitem que a fórmula nominal “reforma agrária” passe a figurar como uma espécie de arena política, vinculada à oposição dos sujeitos sem-terra e proprietários rurais na significação do objeto semiótico “terra”.

Verli Petri e Robson Severo, em “História da palavra negacionismo: discursos e sujeitos polarizados na extrema direita brasileira”, se propõem a refletir sobre a história da palavra negacionismo levando em conta o que Pêcheux (1995 [1975], p. 160) nos ensinou. Segundo o autor “*as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam*”.

Como dito anteriormente, a segunda parte do livro é composta por textos que assumem a perspectiva teórico-analítica da Semiologia. Assim, em “A polarização política ancorada no discurso religioso do bispo Edir Macedo: uma análise dos dispositivos argumentativos”, Max Silva da Rocha, João Benvindo de Moura, Patrícia Rodrigues Tomaz e Deywid Wagner de Melo objetivam realizar uma análise acerca dos dispositivos argumentativos que o Bispo Edir Macedo utilizou por ocasião de um aconselhamento sobre as eleições presidenciais brasileiras, em outubro de 2022.

Dalila Maria Silva de Macêdo, em “Os imaginários sociodiscursivos em discursos anticomunistas nas redes sociais”, tem como principal objetivo analisar e desvelar os imaginários sociodiscursivos presentes em postagens que abordam o anticomunismo nas redes sociais relacionando os saberes de crença e os saberes de conhecimento mobilizados para compartilhar, argumentar e seduzir.

Em “O espaço digital e o discurso político: uma análise semio-linguística de uma tira de ódio”, a dupla Francisca Jaqueline Ferreira de Oliveira e Luis Felipe da Silva Castelo Branco possuem como objetivo geral oferecer uma análise semiolinguística para compreender o processo de construção de sentidos no discurso de polarização política em tiras veiculadas no espaço digital.

Luciana Abrahão e Welton Pereira e Silva, em “Construção do *ethos* em *outdoors* de cunho político: argumentação e multimodalidade sob um viés semiolinguístico”, analisam as estratégias argumentativas na consolidação do *ethos* de sujeitos enunciadorems em mensagens publicitárias de cunho político veiculadas em *outdoors*, tomando como categorias de análise: o esquema básico argumentativo, a análise argumentativa multimodal e a construção do *ethos* por parte do enunciador.

Finalizando a coletânea, temos o texto “Como argumentam Esquerda e Direita? Sobre regimes de racionalidade, cognição argumentativa e *doxa* política brasileira em polêmica contemporânea”, em que Rodrigo Seixas busca compreender a contribuição da retórica enquanto uma hermenêutica cognitivo-discursiva, que parte do problema da representação, a partir de suas próprias categorias – como a de *doxa* –, para refletir sobre a configuração argumentativa envolvida em tais embates. Tratando-se, segundo o autor, de uma perspectiva teórica que privilegia o estudo de polêmicas públicas.

Esperamos que a leitura desta coletânea produza sentidos e abra caminhos para um devir necessário.

Teresina, 20 de fevereiro de 2024.

Maraisa Lopes e João Benvindo de Moura

PRIMEIRA PARTE





O CORPO FEMININO SIGNIFICADO PELO DISCURSO DA DIREITA: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DE FORMULAÇÕES DE UM EX-PRESIDENTE

Maraisa Lopes
Clevivaldo Lima

Palavras iniciais

Numa perspectiva discursiva, entendemos que o corpo, tal qual a língua, é tomado como um lugar material de significação, de inscrição, de manifestação de dizeres. Dito de outro modo, o corpo, para a Análise de Discurso que praticamos, não escapa à interpelação ideológica do sujeito nem à determinação histórica. Como salienta Orlandi (2004), o corpo do sujeito está atado ao corpo social, é atravessado por uma memória. A “simbolização do sujeito implica a simbolização do corpo” (Orlandi, 2023, p. 20). Por esse entendimento, quando pensamos o corpo feminino, mais especificamente, o corpo da mulher brasileira, acreditamos ser possível afirmar que, dentre as inúmeras formulações que circulam em sociedade sobre o corpo da mulher, há dizeres que significam o corpo feminino como um corpo possível (e passível) de ser violado, violentado.

Saffioti (1994) diz que a violência contra a mulher é constitutiva da organização social de gênero no Brasil. Para ela, em nosso país, tan-

to há uma legitimação social da violência dos homens contra as mulheres, quanto há uma normatização dessa prática pelo Estado. Nessa mesma direção, Garcia (2021) nos lembra que o Código Civil Brasileiro de 1916 considerava as mulheres casadas, “enquanto subsistir a sociedade conjugal”, como “relativamente incapazes”.

Na confluência com essas autoras, podemos citar, como um outro caso que nos parece exemplar acerca dessa normatização (e normalização) da violência do homem contra a mulher, a tese da “legítima defesa da honra”, que, embora não esteja textualizada no Código Penal, foi reiteradamente utilizada nas sustentações dos advogados de defesa de homens acusados de feminicídio e/ou agressões contra mulheres como uma variável da prática de legítima defesa.

Foi somente no ano de 2021, e após ampla repercussão do caso de um homem que foi absolvido, mesmo tendo confessado tentar matar sua ex-mulher por motivos de ciúmes, usando como justificativa a tese de “legítima defesa da honra”¹, que o STF tornou esse argumento inconstitucional, reconhecendo que essa tese imputava sobre a vítima (a mulher) a responsabilidade e a culpa pelo crime cometido por seu agressor.

Compreender o corpo enquanto materialidade significativa, lugar de simbolização, é compreender que ele é “resultado de um processo de construção que se dá pelo discurso e no discurso” (Ferreira, 2013, p. 104). No que concerne ao corpo feminino (cis e/ou trans) no Brasil, como dissemos, cremos que este tem sido, historicamente, inscrito e significado como um corpo “passível de ser invadido, violentado, estuprado como não sendo dela de direito, como se a ela não pertencesse” (Garcia, 2021, p. 217). Há “divisões do político, o político como divisão dos corpos” (Orlandi, 2023, p. 21); algo que se torna ainda mais

1 Disponível em <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/10/15/esfaqueou-ex-por-ciume-e-foi-absolvido-como-defesa-da-honra-chegou-a-stf.htm>.

notório quando observamos os índices de violência contra a mulher em nosso país.

A Universidade de São Paulo (USP), a partir do Núcleo de Estudos da Violência, numa parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública e o Portal de notícias G1, da rede Globo, criou, em 2017, o projeto “Monitor da Violência” com o objetivo de, segundo eles, “discutir a questão da violência no país e apontar caminhos para combatê-la juntando linguagem jornalística e acadêmica”². Na página do projeto³, encontramos diversas matérias com levantamentos sobre os casos de feminicídio e de violência contra a mulher, tais como: “Cresce o nº de mulheres vítimas de homicídio no Brasil: dados de feminicídio são subnotificados” (G1, 07/03/2018)⁴; “Cai o nº de homicídios de mulheres, mas casos de feminicídio crescem no Brasil” (G1, 08/03/2019)⁵; “Mesmo com queda recorde de mortes de mulheres, Brasil tem alta no número de feminicídios em 2019” (G1, 05/03/2020)⁶; “Redução dos homicídios femininos não significa diminuição da violência doméstica” (G1, 05/03/2020)⁷; “A emergência da violência doméstica na pandemia: 1 medida protetiva de urgência concedida a cada 2 minutos” (G1, 07/08/2021)⁸; e “Brasil bate recorde de feminicídios [...], com uma mulher morta a cada 6 horas” (G1, 08/03/2023)⁹.

2 Conferir <https://nev.prp.usp.br/projetos/projetos-especiais/monitor-da-violencia/>.

3 Conferir <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/>.

4 Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/cresce-n-de-mulheres-vitimas-de-homicidio-no-brasil-dados-de-feminicidio-sao-subnotificados.ghtml>.

5 Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/video/cai-o-no-de-homicidios-de-mulheres-mas-casos-de-feminicidio-crescem-no-brasil-7437392.ghtml>.

6 Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2020/03/05/mesmo-com-queda-recorde-de-mortes-de-mulheres-brasil-tem-alta-no-numero-de-feminicidios-em-2019.ghtml>.

7 Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2020/03/05/reducao-dos-homicidios-femininos-nao-significa-diminuicao-da-violencia-domestica.ghtml>.

8 Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2021/08/07/a-emergencia-da-violencia-domestica-na-pandemia-1-medida-protetiva-de-urgencia-concedida-a-cada-2-minutos.ghtml>.

9 Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2023/03/08/brasil-bate-recorde-de-feminicidios-em-2022-com-uma-mulher-morta-a-cada-6-horas.ghtml>.

Quando observamos as datas em que as matérias sobre os casos de violência contra a mulher são divulgadas, vemos que elas ocorrem sempre numa data próxima ao 08 de março (ou mesmo no próprio dia), dia internacional da mulher, data escolhida pela Organização das Nações Unidas (ONU) para lembrar as lutas e as conquistas sociais e políticas alcançadas pelas mulheres em todo o mundo.

Na matéria publicada em 08 de março de 2023, o “Monitor da Violência” apresenta um infográfico com os números de homicídios dolosos contra mulheres e de feminicídios entre os anos de 2017 e 2022. Por uma questão didática, recortamos o infográfico e apresentamo-lo em duas imagens a seguir:

Figura 01 – Número de mulheres assassinadas no Brasil



Fonte: G1 – Monitor da violência.

Figura 02 – Casos de feminicídio no Brasil



Fonte: G1 – Monitor da violência.

Os dados da primeira figura apontam para, com exceção de 2020, uma queda constante no número de casos de homicídios dolosos contra mulheres no país. Em contrapartida, na segunda figura, com exceção do ano de 2021, vemos que o número de feminicídios no país aumentou, ano após ano, chegando, em 2023, à maior taxa do período observado.

Acerca disso, a Rede de Observatório de Segurança, um projeto de iniciativa “de instituições acadêmicas e da sociedade civil da Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro e São Paulo dedicada a acompanhar políticas públicas de segurança, fenômenos de violência e criminalidade nesses estados”, com o objetivo de “monitorar e difundir informações sobre segurança pública, violência e direitos humanos”¹⁰, afirma que esse aumento no número de casos de feminicídio, em detrimento à diminuição no número de homicídios dolosos,

10 Conferir <http://observatorioseguranca.com.br/sobre-nos/a-rede/>.

está relacionado ao fato de que “hoje sabemos nomear o que já foi [considerado] crime ‘comum’”.

Nessa mesma direção, uma pesquisa realizada por Meira *et al.* (2023) aponta que as taxas de homicídio de mulheres foram historicamente subnotificadas no Brasil. De acordo com os autores, a morte violenta de mulheres muitas vezes aparece classificada no Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) do Sistema Único de Saúde (Datasus) como “intenção indeterminada” (*undetermined intent*), isto é, sem indicar se foi acidente, suicídio ou causada por terceiros.

Se, por um lado, na série histórica recortada, 2022 foi o ano com o maior índice de feminicídio no Brasil, por outro lado, de acordo com o projeto “Monitor da Violência”, esse também foi o ano em que o Brasil atingiu o menor número da série histórica do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (que coleta os dados desde 2007) em números de assassinatos. A partir da apresentação desses dados, questionamos: Por que o número de casos de feminicídio caminha na contramão dos demais casos de assassinatos no Brasil? Como compreender esses dados quantitativos numa perspectiva discursiva, tentando romper “a força da inércia da ideologia, a qual procura fixar os sentidos, pacificá-los, dando-os como acabados, prontos, suficientes”? (Leandro Ferreira, 2019, p. 283).

Para refletirmos sobre essas e outras questões sobre os sentidos de mulher que são formulados e postos em circulação, inserindo-nos na discussão maior proposta neste livro, tomamos como dispositivo de análise enunciados produzidos por Jair Messias Bolsonaro ao longo de sua carreira política. A decisão por constituir nosso *corpus* discursivo a partir das falas do ex-presidente ancora-se no fato de que ele se tornou, nos últimos anos, especialmente durante o período em que governou o país, um dos principais símbolos (e talvez o maior nome político) da direita (ou extrema-direita?) brasileira.

Outrossim, durante o período em que ocupou a posição-sujeito presidente da república, entre os anos de 2019 e 2022, mas mesmo antes dele, em diferentes oportunidades, Bolsonaro teceu várias falas sobre mulheres que tiveram ampla repercussão tanto na grande mídia quanto nas redes sociais por seu caráter polêmico (e/ou “politicamente incorreto”). Deste modo, compreender que efeitos de sentidos sobre as mulheres (e sobre seus corpos) foram produzidos e postos em circulação a partir dessas falas é o principal objetivo dessa pesquisa. Importa ratificar que nossas análises se ancoram, teórico-metodologicamente, na Análise de Discurso Materialista.

2 Movimentando o *corpus* discursivo

Jair Messias Bolsonaro, 38º presidente da república, governou o país entre 1º de janeiro de 2019 e 31 de dezembro de 2022. Antes de ser eleito para o cargo máximo do executivo, atuou por 27 anos como deputado federal (entre 1991 e 2018). Historicamente, e fazendo uso de um jargão político, Bolsonaro fazia parte do “baixo clero” do Congresso Nacional, isto é, era um deputado federal com pouca (ou nenhuma) expressão na Câmara dos Deputados, mas que foi ganhando notoriedade e espaço na mídia pela formulação de discursos considerados polêmicos (politicamente incorretos; reacionários; anti-humanitários) contra inúmeras minorias, dentre elas, as mulheres.

Uma dessas falas, que tomamos como ponto de entrada em nosso objeto de análise, foi enunciada em 2003, no salão verde da Câmara Federal, quando o então deputado pelo Progressistas (PP-RJ) dava uma entrevista à Rede TV, junto com a deputada Maria do Rosário (PT-RS), sobre a questão da maioria penal a partir dos 16 anos. Em um dado momento da entrevista, a deputada do PT acusou Bolsonaro de promover a prática de estupro, ao que ele retrucou: **“jamais ia estuprar você porque você não merece”**. Nessa mesma discussão, ele chamou a deputada de **“vagabunda!”** e, em seguida, ao perceber que ela havia se desestabilizado emocionalmente com o adjeti-

vo que lhe foi proferido, a provocou: **“Chora, agora! Chora, agora! Chora!”**¹¹.

Em 09 de dezembro de 2014, essa discussão voltou à tona, agora no plenário da Câmara. Bolsonaro subiu à tribuna num momento subsequente à deputada Maria do Rosário (que havia discursado sobre o Dia Internacional dos Direitos Humanos) e disse: “Não saia, não, Maria do Rosário; fique aí! Fique aí, Maria do Rosário! Há poucos dias¹² você me chamou de estuprador no Salão Verde, e eu falei que **eu não a estuprava porque você não merece**. Fique aqui para ouvir” (Diário da Câmara dos Deputados, 10/10/2014, grifo nosso).

Quando tomamos esses enunciados proferidos por Bolsonaro (“jamais ia estuprar você porque você não merece” e “eu não a estuprava porque você não merece”) pela formulação de paráfrases, um procedimento analítico que consiste em produzir diferentes possibilidades de formulação, buscando indícios, marcas linguístico-discursivas, alusivas ao processo de produção de sentidos, a fim observar que sentidos se mantêm no espaço do dizível e que sentidos se deslocam, deslizam produzindo outros sentidos (Lima, 2022), temos no ‘dito’ do então parlamentar, o funcionamento de um ‘não dito’, a saber: ‘existem mulheres que merecem ser estupradas’. Que mulheres seriam essas, merecedoras de um estupro? O próprio Bolsonaro traz uma resposta a essa indagação.

Em uma entrevista concedida ao jornal *Zero Hora*, em 10 de dezembro de 2014, dia seguinte à sua fala no plenário da Câmara, o jornalista questiona: mas porque a deputada Maria do Rosário ‘não merece’ ser estuprada? Ele então responde: “Ela não merece **porque ela é muito ruim, porque ela é muito feia, não faz meu gênero**, jamais

11 Disponível em: <https://www.redetv.uol.com.br/jornalismo/redetvnews/videos/outras-videos/exclusivo-veja-discussao-entre-bolsonaro-e-maria-do-rosario-em-2003>.

12 De acordo com o arquivo da Rede TV!, a primeira discussão entre eles ocorreu, de fato, em 2003, e foi retomada por Bolsonaro, como mostra o diário da Câmara dos Deputados, em 2014.

a estupraria. Eu não sou estuprador, mas, se fosse, não iria estuprar, porque não merece”.

Funciona no enunciado do então deputado, enquanto um efeito de sentido, o entendimento de que se Maria do Rosário fosse “muito boa”, “muito bonita” e “fizesse o seu tipo” ela seria merecedora de ser estuprada. Uma formulação que explicita (e atualiza) o funcionamento de uma memória patriarcal (e misógina) que, historicamente, “marca o não direito ao corpo da mulher pela mulher” (Garcia, 2019, p. 291) significando-o como um simples objeto de prazer do homem, estando, portanto, passível de ser violentado sempre que este o considerar ‘bom’, ‘bonito’ e do ‘seu tipo’. Um discurso que não apenas fomenta a cultura do estupro em nosso país como (re)atualiza, numa sociedade patriarcal e falocêntrica (como a brasileira), o desprezo à mulher enquanto sujeito de direito.

Esse mesmo modo de significação da mulher enquanto um objeto de prazer masculino comparece em uma outra formulação feita pelo ex-presidente. Em 25 de abril de 2019, durante um café da manhã com jornalistas no Palácio do Planalto, sede do poder executivo federal, Bolsonaro, agora na posição-sujeito presidente da república, disse que “O Brasil não pode ser um país do turismo gay”, acrescentando que “se alguém quiser vir aqui fazer sexo com mulher, fique à vontade”¹³. Essa formulação de Bolsonaro acerca das mulheres, enunciada a partir da posição oficial de maior autoridade do país, a de presidente da república, faz reverberar um outro discurso oficial, o da Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur), que nas décadas de 1970 e 1980, divulgava o corpo da mulher brasileira como um atrativo turístico do país.

Kajihara (2010, p. 09) salienta que ao longo dessas duas décadas (1970 e 1980), o corpo da mulher brasileira, “um dos grandes estereó-

13 Essa fala de Bolsonaro não foi captada por nenhum sistema de áudio e/ou vídeo, mas foi amplamente divulgada pela mídia em jornais como *O Globo*, *El País Brasil*, *Metrópoles*, *UOL*, *Terra* etc.

tipos do Brasil no exterior, [...] foi bastante refratada no material promocional da EMBRATUR”. Segundo a autora, nesses materiais, fotos de mulheres belas e sensuais seminuas nas praias brasileiras eram estampadas como forma de mostrar aos turistas do resto do mundo que a mulher brasileira era “um produto característico e de grande atratividade turística, encontrado em qualquer parte do país” (Kajihara, 2010, p. 09).

Observa-se, assim, que ainda que tenha partido de Bolsonaro a formulação: “se alguém quiser vir aqui fazer sexo com mulher, fique à vontade”, ele não é o autor, ‘a origem’ desse discurso. Trata-se, ao contrário, de um discurso que, como diz Pêcheux (2014, p. 142), foi pensado “antes, em outro lugar, independentemente”. Dito de outro modo, já há um pré-construído em circulação acerca da mulher brasileira (e de seu corpo) que autoriza Bolsonaro a significá-la como um produto, como uma fonte de entretenimento para os turistas, e para os brasileiros que aqui vivem. O que ocorre é que Bolsonaro, assim como muitos outros homens (e mulheres), identifica-se com esse discurso sobre as mulheres (reconhece-se nele) e por essa identificação/reconhecimento o reproduz, atualiza um discurso “já-lá”.

Se, no/por esse discurso de objetificação do corpo feminino, a mulher é um produto (que deve estar) disponível ao prazer masculino, por que, então, ele deveria ser respeitado? Se a mulher é uma propriedade do homem, e se a sociedade brasileira, inserida num modo de produção capitalista, garante o direito à propriedade privada, por que ele deveria “deixá-la ir” quando ela demonstra não estar mais interessada na manutenção de um relacionamento? A nosso ver, estes são alguns questionamentos possíveis de serem feitos por homens inscritos nessa mesma formação discursiva na qual Bolsonaro se inscreve e se identifica (de forma consciente ou não).

Quando observamos os dados sobre violência contra a mulher fornecidos pelos órgãos de segurança pública de diferentes estados

da Federação, bem como por outras instituições governamentais e/ou não governamentais, vemos que estes parecem corroborar esse nosso entendimento. A Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, por exemplo, aponta num relatório publicado em fevereiro de 2023¹⁴ que 53% dos casos de tentativa de feminicídios e 61,1% dos feminicídios consumados no ano de 2022 tiveram como motivação “ciúme/posse”.

Resultado semelhante ao apontado pode ser visto, em 2021, no Relatório Estatístico do Poder Judiciário do Estado do Mato Grosso do Sul¹⁵ que relata que “o sentimento de propriedade que homens nutrem em relação às companheiras se traduz nos ciúmes e no inconformismo com o fim do relacionamento como motivadores para a prática do crime em 56% (cinquenta e seis por cento) dos casos” (TJMS, 2022, p. 15). Cavaler *et al.* (2022), numa revisão de literatura de periódicos que tratam sobre as motivações para o crime de feminicídio, apontam como principal regularidade entre os trabalhos analisados o fato de que “o desejo de posse”, “a negativa da separação por parte do companheiro” e o “ciúme” estão entre os principais motivadores do crime de feminicídio.

Numa conclusão semelhante ao que salientam Saffioti (1994) e Garcia (2021), Cavaler *et al.* (2022, p. 15) asseveram que há no Brasil um privilégio de gênero que, em última instância, produz um efeito de legitimidade ao homem para matar uma mulher quando esta tenta “romper com a conjugalidade”, com a “moralidade e a monogamia feminina” e “quando ousam ocupar espaços que destoam do tradicionalmente esperado para elas” numa sociedade patriarcal. É no/por esse modo de compreensão que entendemos a que a (re)produção e circulação de um discurso de objetificação da mulher, que lhe nega o direito a seu próprio corpo, (re)produz não apenas uma violência simbó-

14 Conferir <https://www.ssp.df.gov.br/painel-feminicidio/>.

15 Conferir [https://www.tjms.jus.br/noticia/61697#:~:text=De%20acordo%20com%20o%20relat%C3%B3rio,e%20em%202017%20\(1%25\)](https://www.tjms.jus.br/noticia/61697#:~:text=De%20acordo%20com%20o%20relat%C3%B3rio,e%20em%202017%20(1%25).).

lica, mas uma violência material que, muitas vezes, marca este corpo com a morte.

Além de (re)produzir um discurso de objetificação do corpo feminino, as falas do ex-presidente Jair Bolsonaro sobre as mulheres produzem, ainda, enquanto efeito de sentido, o entendimento de que as mulheres são inferiores aos homens. Nessa mesma entrevista concedida ao jornal *Zero Hora*, em 10 de dezembro de 2014, o jornalista questionou o ex-presidente (à época deputado federal pelo partido Progressistas) sobre os direitos das mulheres: “O senhor, como deputado progressista, não tem o papel de trazer a discussão sobre os direitos das mulheres à tona?”. Bolsonaro, então, responde:

Eu sou liberal. Defendo a propriedade privada. Se você tem um comércio que emprega 30 pessoas, eu não posso obrigá-lo a empregar 15 mulheres. [...] Entre um homem e uma mulher jovem, o que o empresário pensa? ‘poxa, essa mulher tá com aliança no dedo, daqui a pouco engravida, seis meses de licença maternidade...’ Bonito pra c..., pra c...! Quem vai pagar a conta? O empregador. [...] Quando ela voltar, vai ter mais um mês de férias, ou seja, ela trabalhou cinco meses em um ano. [...] Por isso que o cara paga menos para a mulher! [...] (Bolsonaro, entrevista ao jornal *Zero Hora*, 10 de dezembro de 2014).

Como vimos dizendo, o modo como o corpo feminino é significado e o que significa ser mulher no Brasil é resultado de uma construção sócio-histórica e ideológica, e, em nosso país, “a misoginia e o patriarcado são elementos estruturadores das relações entre os sujeitos” (Garcia, 2021, p. 216). Quando consideramos as condições de produção acerca dos discursos sobre as mulheres em sentido *lato*, isto é, que leva em consideração o contexto sócio-histórico e ideológico mais amplo, vemos que foi somente após a elaboração da Constituição de 1934

que as mulheres brasileiras adquiriram os primeiros direitos trabalhistas e passaram a exercer outras atividades que não as domésticas.

Até então, e mais especialmente durante o período colonial, as mulheres eram destituídas de qualquer direito, excluídas de toda e qualquer atividade política e/ou econômica cabendo-lhes apenas ocupar as posições-sujeito de mãe, de esposa e de dona de casa. Kehl (2016 *apud* Garcia, 2019) afirma que “atribuiu-se às mulheres um penhor definido para ocupar um único lugar social – a família e o espaço doméstico – a partir do qual se traça um único destino para todas: a maternidade”. Isso posto, e retomando o recorte acima, acreditamos ser possível dizer que essa fala de Bolsonaro sobre o direito das mulheres faz funcionar um modo de ver a mulher que intenta colá-la a essa posição de “dona de casa”, de submissão ao marido, de inferioridade ao homem.

Na/pela fala do ex-presidente, uma mulher jovem é um problema ao empresário, pois está suscetível a casar e engravidar o que, conforme Bolsonaro, atrapalharia o bom funcionamento da empresa. De maneira parafrástica, a fala do à época parlamentar reproduz e faz circular discursos como: “mulheres são feitas para casar, ter filhos e cuidar do marido”; “mulheres não devem trabalhar (não foram feitas para isso)”. Discursos estes que se ancoram numa memória discursiva que subjuga a posição das mulheres na sociedade e que coloca “o lar” como único lugar de legitimação de sua existência e o homem como o (único) dono de seu corpo (Garcia, 2021).

Por esse modo de compreensão, isto é, por não serem, diferente dos homens, “naturalmente” aptas ao trabalho, à execução de funções não-domésticas, é legítimo (e esperado) que as mulheres ganhem menos que os homens. Um modo de compreensão sobre a mulher tão naturalizado e “evidente” em nosso país que para tentar “desnaturalizá-lo” faz-se necessário o uso do Aparelho Jurídico do Estado. Acerca dessa questão, vale ressaltar que o atual presidente da república, Luiz

Inácio Lula da Silva, em 08 de março de 2023, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, propôs um Projeto de Lei (PL nº 1.085/2023¹⁶) para que haja equiparação salarial e remuneratória entre homens e mulheres quando estes estiverem exercendo a mesma função.

Em abril de 2021, quando ainda ocupava a presidência da república, Bolsonaro teve a chance de sancionar um projeto de lei semelhante. Tratava-se do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 130/2011, que previa o estabelecimento de multas para empresas que pagassem salários diferentes para homens e mulheres no desempenho da mesma função. Após 10 anos de tramitação no Congresso Nacional, o PLC foi aprovado pelo Senado Federal, em abril de 2021, e encaminhado para a sanção presidencial. Ao comentar sobre esse projeto numa de suas lives semanais¹⁷, o ex-presidente questionou se a sanção do projeto seria, de fato, benéfica às mulheres:

Qual a consequência disso aqui vetado ou sancionado; vetado eu vou ser massacrado. Sancionado, você acha que as mulheres vão ter mais facilidade de arranjar emprego ou não [no mercado de trabalho]? [...] vamos ver se eu sancionar como é que vai ser o mercado de trabalho para a mulher no futuro. É difícil a mulher arranjar emprego? Sim. É difícil para todo mundo, para a mulher é um pouco mais difícil. [vamos ver] se o emprego vai ser quase impossível ou não. [...] Pode acontecer que o pessoal não contrate ou contrate menos mulheres. Vai ter mais dificuldade ainda. [...] Vou ver aqui nos comentários da live se eu devo sancionar ou vetar o projeto que aumenta em muito a multa trabalhista para aquele que pague salário menor para a mulher que o homem que exerça a mesma atividade.

16 O projeto já foi aprovado em todas as instâncias, gerando a Lei nº 14.611, de 03 de julho de 2023, que dispõe sobre a igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

17 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GgR-bH53w0c>.

de. [...] Não quer dizer que de acordo com a resposta da pesquisa eu vá atender. [...] eu vou levar em conta aqui o sentimento do que acontece no Brasil também.

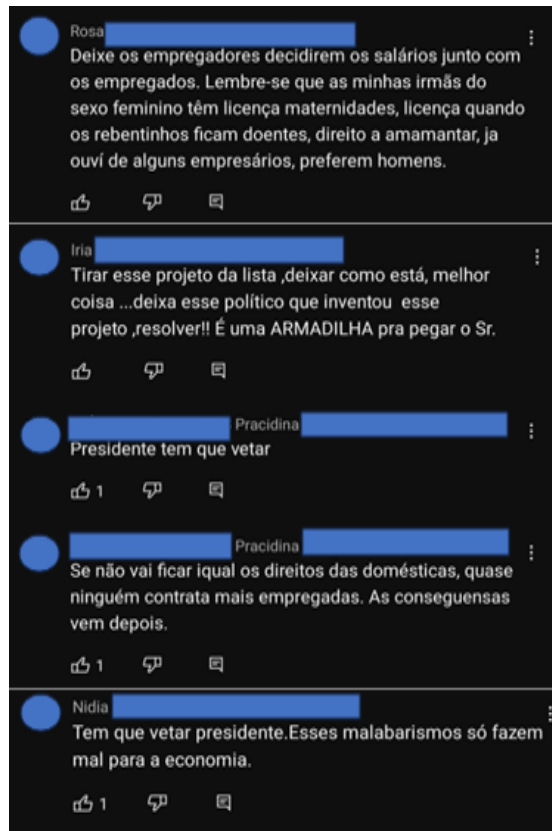
Por solicitação do presidente da Câmara, que alegou ter havido alteração no mérito do projeto quando de sua apreciação pelo Senado, o projeto acabou retornado à Câmara Federal sem ter sido sancionado ou vetado pelo então presidente. Contudo, gostaríamos de chamar atenção para alguns pontos da fala de Bolsonaro que recortamos acima. Observamos, inicialmente, que a relutância do ex-presidente em vetar o projeto não está ancorada no mérito da proposta, ou seja, um possível veto à proposta não se fundamentaria numa questão técnica e/ou de ordem legal, mas numa antecipação que ele faz das críticas que receberia se o vetasse (“vetado eu vou ser massacrado”). E é por essa antecipação, entendida discursivamente como a “capacidade que todo locutor tem de colocar-se na posição de seu interlocutor experimentando essa posição e antecipando-lhe a resposta” (Orlandi, 2017, p. 18), que ele convoca seus expectadores a se posicionarem acerca dessa questão (“Vou ver aqui nos comentários da live se eu devo sancionar ou vetar o projeto [...])”).

Se consideramos, entretanto, que o Brasil vive, desde as manifestações de rua de 2013 que culminaram no *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff, mas principalmente após as eleições presidenciais de 2018, um cenário de polaridade política (onde só é possível ser ‘x’ ou ‘y’, mas nunca ‘x’ e ‘y’), é possível afirmar que os espectadores das *lives* do ex-presidente são majoritariamente sujeitos inscritos e identificados à mesma formação discursiva que ele, isto é, que também compreendem que essa proposta de multar as empresas que pagam menos às mulheres que aos homens no exercício de uma mesma função não deve ser aprovada.

Isso fica explicitado quando exploramos os comentários deixados pelos espectadores da *live*. Dado o escopo de nossa pesquisa, dentre

os inúmeros comentários deixados no vídeo da *live* como uma resposta à “enquete” feita pelo ex-presidente sobre o PLC 130/2021, destacamos alguns que foram feitos por mulheres:

Figura 03 – Comentários da *live* semanal do ex-presidente Bolsonaro (22/04/2021)



Fonte: Canal “Os Pingos nos Is”, do YouTube.

Por que mulheres enunciaríamos contrariamente a uma proposta que visa assegurar-lhes condições de igualdade salarial? Como explicar o fato de que elas reproduzem um discurso “já-lá” sobre elas que afirma, como fez Bolsonaro no recorte anteriormente analisado, que as mulheres já têm muitos direitos (“licença maternidade, licença

quando os rebentinhos ficam doentes, direito a amamentar”) e que, portanto, o melhor seria deixar como está (“deixa como está, melhor coisa”)? A partir da perspectiva discursiva em que nos inserimos, entendemos que isso ocorre porque, como salienta Pêcheux (2014, p. 146), é o processo da interpelação-identificação que produz o sujeito e é a ideologia que fornece as evidências “que fazem com que uma palavra ou um enunciado ‘queiram dizer o que realmente dizem’”.

Discursivamente, “o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição etc., não existe ‘em si mesmo’”, ao contrário, “é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas” e estas “mudam segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam” (Pêcheux, 2014, p. 147). Nesse sentido, por estarem identificadas com Bolsonaro, em sua posição-sujeito presidente, e, conseqüentemente, com a formação discursiva em que ele se inscreve, as mulheres autoras dos comentários acima tomam como verdade a ideia propagada de que uma proposta de igualdade salarial entre homens e mulheres é prejudicial ao mercado e a elas mesmas na medida em que a conquista de mais um direito dificultaria sua entrada e permanência no mercado de trabalho.

Um segundo ponto para o qual chamamos atenção nesse recorte da fala de Bolsonaro proferida acerca da PLC 130/2011, é para um efeito de ameaça que seu dizer produz quando ele cogita o sancionamento desse projeto. Retomemos, em sequências discursivas, as conjecturas feitas pelo ex-presidente em caso de aprovação da proposta:

SD1: [...] vamos ver se eu sancionar como é que vai ser o mercado de trabalho para a mulher no futuro.

SD2: [vamos ver] se o emprego vai ser quase impossível ou não.

SD3: [...] pode acontecer que o pessoal não contrate ou contrate menos mulheres.

SD4: Vai ter mais dificuldade ainda. [...]

É possível depreender da fala do ex-presidente que, em caso de sanção do referido projeto, haverá uma diminuição do mercado de trabalho para as mulheres. Por quê? Porque “o pessoal”, isto é, os empresários, contratarão menos mulheres. E por quê? Porque eles precisarão pagar a elas os mesmos salários que pagam aos homens (quando ambos estiverem exercendo a mesma função). Pela leitura que Bolsonaro faz desse projeto, é injusto ao empresário pagar condições de salários iguais a homens e mulheres, mesmo quando estes desempenham a mesma função, pois a mulher rende menos que o homem, é inferior ao homem. Esse é o modo como Bolsonaro significa as mulheres (esse é o efeito de sentido produzido).

Esse entendimento, de que a mulher é inferior ao homem, presente nas falas de Bolsonaro, não está restrito a questões inerentes ao mercado de trabalho, ao contrário, trata-se de um entendimento geral sobre o gênero feminino. A fim de explicitar o modo como esse entendimento comparece nos enunciados do ex-presidente, observemos o último recorte desse nosso empreendimento analítico. Na condição de pré-candidato à presidência da República, Bolsonaro proferiu uma palestra, em abril de 2017, na sede do clube Hebraica, e ao falar sobre seus filhos disse: “Eu tenho 5 filhos. [...] O quinto eu dei uma fraquejada, né? Foram quatro homens, a quinta dei uma fraquejada e veio uma mulher”¹⁸. Podemos inicialmente trazer à baila uma retomada do discurso da ordem da Ciência, remontando ao fato de que quem determina o sexo do bebê é o pai, porque é ele quem possui gametas do tipo X e Y. Entretanto, por observarmos o modo como esse sujeito formula seus discursos, não nos parece que seja esse o sentido retomado no trecho.

Acreditamos, por outro lado, que os sentidos estão muito mais aproximados da questão da virilidade e dos imaginários que essa no-

18 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2YaLo74yLoY>.

ção convoca. A “fraquejada” estaria relacionada ao não conseguir produzir outro varão, já que, de alguém como ele, o não advir de um outro “homem de valor” não seria algo esperado e deveria ser explicado. Ele “está justamente materializando no discurso aquilo que diz respeito a essa relação com o corpo” (Orlandi, 2023, p. 27). É o automeado “imbrochável” tentando discursivizar o porquê de ter uma filha mulher. O lapso, a perda de forças, um momento em que ele estivesse fraco e tivesse perdido o vigor vêm como efeitos de sentido que significam a “fraquejada”. Ter uma filha mulher, segundo Bolsonaro, é algo da ordem do que precisa ser esclarecido, é algo que não se formula como “normal” em uma inscrição discursiva que toma o corpo feminino como possível (e passível) de toda a sorte de violências.

3 Palavras finais

Como analistas de discurso, compreender que efeitos de sentidos sobre as mulheres (e sobre seus corpos) foram produzidos e postos em circulação a partir de falas de um ex-presidente de Direita faz com que observemos o modo como uma(s) posição(ões)-sujeito filiada(s) a uma determinada formação ideológica legítima e faz circular formulações marcadas por relações de poder, pela divisão política dos corpos, que colocam o feminino no lugar do menor, do menos importante, daquele que deve ser possuído por alguém, daquele que inclusive pode ser silenciado, morto!

No *corpus* discursivo por nós mobilizado, vemos funcionar significações que dizem o ser mulher no Brasil calcado na misoginia, no patriarcado. Para o ex-presidente, não cabe à mulher o lugar do trabalho fora dos muros da casa, não cabe a ela lutar por seus direitos, não cabe a ela decidir sua conjugalidade, não cabe a ela, no limite, nascer (!), pois, para ele, a relação de parentalidade estabelecida com uma filha mulher é da ordem da perda, do fracasso, do fraquear.

Referências

BRASIL. **Diário da Câmara dos Deputados**. Ano LXIX, n. 148, sexta-feira, 10 de outubro de 2014. Brasília, 2014.

CAVALER, Camila Maffioletti; SOUZA, Daniel Cerdeira de; BEIRAS, Adriano. Motivações para o crime de feminicídio: revisão integrativa da literatura. **Quaderns de Psicologia**, v. 24, n. 2, e1735, 2022.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. O corpo enquanto objeto discursivo. In: PETRI, Verli; DIAS, Cristiane. **Análise do discurso em perspectiva: teoria, método e análise**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2013.

GARCIA, Dantielli Assumpção. (In)felizmente existe esse movimento feminista: os equívocos de um corpo-mulher. In: FLORES, Giovanna G. Benedetto (org.). *et al.* **Análise de discurso em rede: cultura e mídia** – volume 5. 1. ed. Campinas: Pontes Editores, 2021.

GARCIA, Dantielli Assumpção. Corpo-Equívoco: mulher e aborto. In: FLORES, Giovanna G. Benedetto; NECKEL, Nádia Régia Maffi; GALLO, Solange Maria Leda; LAGAZZI, Suzy; PFEIFFER, Claudia Castellanos; ZOPPI-FONTANA, Mônica (org.). **Análise de Discurso em rede: cultura e mídia** – volume 4. Campinas: Pontes Editores, 2019.

KAJIHARA, Kelly. A imagem do Brasil no exterior: análise do material de divulgação oficial da Embratur, desde 1966 até 2008. **Observatório de Inovação do Turismo** – Revista Acadêmica, v. V, n. 3, set. 2010.

LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. O acontecimento do equívoco entre corpo e discurso. In: FLORES, Giovanna G. Benedetto; NECKEL, Nádia Régia Maffi; GALLO, Solange Maria Leda; LAGAZZI, Suzy; PFEIFFER, Claudia Castellanos; ZOPPI-FONTANA, Mônica (org.). **Análise de Discurso em rede: cultura e mídia** – volume 4. Campinas: Pontes Editores, 2019.

LIMA, Clevisvaldo Pinheiro. **Discurso(s) do/no jornal Folha de São Paulo sobre os atletas e os Jogos Paralímpicos: esporte, corpo e sujeito**. 2022. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 2022.

MEIRA, Karina Cardoso; SIMÕES, Taynâra César; GUIMARÃES, Raphael Mendonça; SILVA, Pedro Gilson Beserra; MENDONÇA, Angelo Braga; JESUS, Jordana Cristina de; COVRE-SUSSAI, Maira. Female homicides in Brazil and

its major regions (1980-2019): an analysis of age, period, and cohort effects. **Violence Against Women**, v. 29, n. 10, Aug. 2023.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Cidade dos sentidos**. Campinas: Pontes Editores, 2004.

ORLANDI, Eni Puccinelli; LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy (org.). **Introdução às ciências da linguagem** – Discurso e textualidade. 3. ed. Campinas: Pontes Editores, 2017.

ORLANDI, Eni Puccinelli. O corpo na Análise do Discurso: entrevista com Eni Orlandi. In: FERREIRA, Maria Cristina Leandro; VINHAS, Luciana Iost (org.). **O corpo na Análise do Discurso**: conceito em movimento. Campinas: Pontes Editores, 2023.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução Eni Puccinelli Orlandi *et al.* 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

SAFFIOTI, Heleicth I. B.; MUÑOZ-VARGAS, Mônica (org.). **Mulher brasileira é assim**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos: NIPAS; Brasília: UNICEF, 1994.



A NOVA DIREITA NO BRASIL E O PROTAGONISMO DAS IGREJAS EVANGÉLICAS NA INSTANCIAÇÃO DOS SEUS VALORES

Fernanda Martins Luz Barros

Introdução

Nos últimos anos, o contexto político brasileiro vivenciou a emergência de conflitos que envolvem o embate de diferentes ideologias acerca de temas como segurança social, radicalismo religioso, homossexualidade, feminismo, corrupção, entre tantas outras temáticas que ressurgem motivadas pelo descontentamento político incitado por uma série de escândalos envolvendo lideranças políticas que usaram de seu privilégio e poder para desviar dinheiro público, escancarando, a partir da Lava Jato, uma prática comum no cenário político nacional.

Esses eventos, dentre outros escândalos de corrupção, contribuíram para o surgimento do sentimento de renovação política, pautada no moralismo e radicalismo, trazendo à tona o embate entre diferentes posicionamentos políticos, materializados por meio da oposição Direita x Esquerda, dando voz a discursos marcados pelo ódio e pelo extremismo religioso, considerados por muitos defensores da Direita como bandeira de luta e justificativa de práticas preconceituosas, que visam a manutenção da ordem, da moral e dos “bons costu-

mes”, perdida ou corrompida, na sua visão, pelas práticas anarquistas da Esquerda.

Tendo em vista essas questões, o contexto brasileiro correspondente ao período de 2018 a 2022 propiciou o surgimento de diversos discursos de autoridades da Direita brasileira, que nos últimos anos viu seu poder e participação no Congresso Nacional ampliada, acompanhando a mentalidade política e o sentimento de mudança e radicalismo que impregnaram o pensamento popular após o ano de 2015, sendo representada por três grandes grupos políticos, a saber as bancadas da Bala, do Boi e da Bíblia (BBB) (Moraes, 2019), compostas respectivamente pelos apoiadores do armamentismo, da agropecuária e da religião protestante, unidos em prol de uma agenda conservadora.

Diante dos inúmeros discursos de ódio propagados durante esse período, selecionamos dois deles, que tratam de críticas a religiões afro-brasileiras e ao homossexualismo, propagados por pessoas públicas que ocupam um lugar de protagonismo na disseminação dessas ideias, a Michelle Bolsonaro e o pastor André Valadão, tendo como objetivo geral analisar o modo como o conservadorismo se materializa no discurso da Direita por meio das práticas discursivas dos representantes selecionados, e como objetivos específicos analisar os efeitos de sentido instaurados a partir das regularidades observadas em sua materialidade discursiva, destacar práticas que configuram o discurso conservador, bem como analisar a influência do contexto político na disseminação desses discursos de ódio.

Este estudo fundamenta-se na Análise de Discurso Materialista, doravante AD, fundamentando-se em autores como Pêcheux (1999, 2014), Orlandi (1999, 2020) e Orlandi e Rodrigues (2006), que tratam sobre os conceitos de memória discursiva, condições de produção e relações de força, assim como em autores que tratam sobre a Nova Direita no Brasil e o discurso da Direita, a exemplo de Quadros

e Madeira (2018), Cêpeda (2018), Pierucci (1987), Messenberg (2017) e Moraes (2019).

2. O contexto de surgimento da Nova Direita no Brasil

O termo “Nova Direita”, utilizado por Cêpeda (2018) para caracterizar o novo grupo de defensores da Direita brasileira e mundial remonta uma organização recente, posterior à Segunda Guerra Mundial e, no contexto local, o período pós-Ditadura Militar, carregando muitos traços da antiga Direita, mas revestindo-se de uma nova configuração conforme as especificidades locais. É fato, entretanto, que a referida denominação carrega um sentido negativo, remetendo ao período de repressão e de perseguição a todos aqueles que se opunham ao governo ditatorial (no contexto local), e a grupos reacionários mais radicais, marcados pelo autoritarismo e extremismo, tendo o Nazismo e o Fascismo como principais exemplares.

Dada essa configuração negativa, é possível observar, principalmente no contexto anterior ao governo bolsonarista, uma recusa ou dificuldade de se autodenominar como representante de Direita, posicionamento que se tornou mais explícito após as eleições de 2018, quando o então deputado federal Jair Messias Bolsonaro é eleito Presidente da República, marcando o triunfo da Direita e do radicalismo que tão proeminentemente imprimiu sua vez e voz nos discursos que seguiram a sua posse. Esse movimento de ascensão da Direita, ou conforme propõe o referido autor, da “Nova Direita”, não foi exclusivamente brasileiro. Países como EUA, Itália e Indonésia viram representantes da Direita serem eleitos e juntamente com eles suas ideias, que ganharam maior adesão e corpo nos discursos oficiais.

De acordo com Quadros e Madeira (2018, p. 493), “o avanço de pautas progressistas introduzidas com relativo êxito no Executivo, no Legislativo e no Judiciário durante a última década e meia explicam a recente mobilização conservadora”, dentre elas, agendas como o combate à homofobia, a descriminalização do aborto e a legalização

das drogas (entre outras causas), questões estas que configuram-se como uma ameaça aos valores cristãos, o que explica a participação cada vez maior de religiosos no meio político, passando a militar em defesa de suas ideias. Além disso, outro dado endossa essa mobilização, a saber, o crescimento da diversidade religiosa no Brasil, cuja proporção de católicos seguiu a tendência de redução observada nas duas décadas anteriores, embora tenha permanecido majoritária, em oposição ao crescimento da população evangélica, que passou de 15,4% em 2000 para 22,2% em 2010, conforme dados do IBGE de 2010.

Desse modo, a expressiva proporção de evangélicos nas bancadas políticas é um reflexo da ameaça empreendida pela agenda progressiva e consequente defesa por maior liberdade de expressão, ideias que surgiram como uma afronta à ordem e aos valores religiosos, à tradição, tão fortemente defendidos por esse grupo. Assim, ao falar da Direita e de seus valores, é impossível não situá-la em relação à Esquerda, cujas ideias apresentam-se como opostas, na medida em que o conservadorismo tão defendido pelo grupo de Direita se opõe à maior liberdade de expressão, à participação social e igualitária e ao respeito à diversidade que configuram-se como bandeira de luta dos defensores da Esquerda, endossado por todos aqueles grupos marginalizados e discriminados pela sociedade.

Ao tratar dos pontos que distinguem os dois grupos em torno do qual se estruturam diferentes visões de mundo, Cêpeda (2018, p. 44) ressalta as seguintes características como traços que opõem as duas visões:

a direita orienta-se pelo reconhecimento da desigualdade como ordem natural e limite de toda ação política. Enquanto a esquerda seria orientada pelo desejo de superar essa ordem e instalar a igualdade, independentemente de ter conseguido esse resultado em algum momento de seu percurso concreto, ou de tê-lo

arriscado a partir da escolha infeliz de instrumentos inadequados.

Essas ideias vêm reforçar o enquadramento dos discursos a serem analisados no âmbito da Direita, pois além das características já mencionadas, apresentam a crítica ao modernismo e a recusa à modernidade, seguida da incitação à violência e a naturalização das relações de desigualdade como consequência da própria estruturação social, que objetiva, a partir da hierarquia, e consequentemente, da manutenção dos privilégios de uma elite econômica e social, preservar o *status quo* sob o qual se assenta a sociedade, reprovando, assim, qualquer tipo de prática ou política pública que altere ou ameace essa condição.

Cabe destacar, que, apesar da utilização desses dois termos (Direita x Esquerda) como opostos, é possível observar diferentes graus de radicalismo ou de reformismo em cada uma dessas esferas, o que explica o enquadre de determinados políticos em grupos de centro-esquerda, esquerda moderada, extrema direita, entre outras denominações comuns nesse meio, a fim de minimizar ou suavizar certas ideias e posicionamentos que, em um cenário mais radical, pudesse comprometer a sua atuação no meio político.

Entretanto, passados quatorze anos do governo do PT na presidência do país, o sentimento de vergonha ou intimidação que muitas vezes esteve associado aos grupos de Direita, vê no revanchismo, no armamentismo, ou ainda na palavra não comedida, a oportunidade para assumir as rédeas do país e reestabelecer a ordem perdida, conforme a sua ideologia. Essas ideias embasaram os discursos do então presidente Bolsonaro, que na condição de líder político usou de sua autoridade para destilar ódio e preconceito, ferindo a polidez e a decência que se espera de um líder político, e incitando cada vez mais seus apoiadores a expressarem suas ideias radicais e agirem conforme seus preceitos.

Dentre as causas da Direita, duas ganharam destaque e passaram a orientar as práticas dos representantes do bolsonarismo brasileiro, denominação dada ao movimento organizado pelos militantes da Direita que viram no presidente a materialização de sua ideologia, representando-os, são elas: a pátria e a religião, reproduzidos, por sua vez nos *slogans* *Brasil acima de tudo, Deus acima de todos, e Deus, pátria e família*, utilizados nas campanhas de 2018 e de 2022. Entretanto, há de se ressaltar que todos os temas centrais da Nova Direita ganham corpo e representação nos discursos e práticas de seus representantes locais, a exemplo dos temas que são abordados nas postagens analisadas, que reverberam com grande ênfase a intolerância a homossexuais, a religiões de matizes africanas, ao aborto, sempre pautados na fé e nos princípios religiosos por ele propagados. Cêpeda (2018, p. 10) acresce aos pontos já citados outras características da Direita brasileira, que se somam ao conservadorismo. De acordo com a autora:

uma característica nacional que precisa ser examinada com muito vagar é a luta ideológica *fora* do escopo da argumentação racional – a guerra híbrida, com o recurso à falsificação da história e do marco teórico, com associações perversas entre temas, eventos, ideias que de fato não ocorreram.

A propagação de ideias infundadas, disseminadas por meio de discursos de ódio e do negacionismo configuram-se nos últimos anos como a mais nova estratégia de disseminação das ideias da Direita. Elas tiveram papel decisivo nas duas últimas eleições para presidência, bem como no período pandêmico, para citar apenas alguns poucos exemplos, contribuindo para o acirramento político entre grupos opostos (Direita versus Esquerda), que dividiu o país e provocou um clima de insegurança e radicalismo entre os eleitores mais extremistas; bem como, contribuiu para a recusa da ciência e da vacina, em especial a vacina da covid-19, expressa por meio do retardo na compra de vacinas, na proliferação de notícias falsas sem qualquer base científica,

comprometendo milhares de vidas e promovendo o retorno de doenças há décadas erradicadas.

O ambiente da internet tornou-se assim um campo de batalhas responsável pela circulação e embate de pontos de vistas contrários, mas com amplo poder de moldar o pensamento popular a partir do compartilhamento de informações muitas vezes infundadas. Esse sentimento de defesa dos bons princípios e da manutenção da ordem e dos bons costumes, atravessado pelo ressentimento da mudança ou da frustração, adotado por seus representantes, fez de suas práticas “cruzadas morais”, que envenenam os próprios valores que buscam defender, pois “ao discurso da defesa se alterna e se mistura o discurso da frustração, da impotência, da ambiguidade proveniente da cumplicidade com os mecanismos estruturais diluidores dos velhos valores que se quer preservar” (Pieruci, 1987).

Essa prática explica a agressividade observada em seus discursos, expressando a intolerância a mudanças, que se materializa nos discursos xenofóbicos, racistas, misóginos, enfim, contra minorias, que são repreendidos muitas vezes por meio da força, perpassando os âmbitos social e político, e ganhando grande representação religiosa e econômica. Conforme destaca Silveira (2015, p. 224), a Nova Direita tem se aproveitado melhor dos espaços virtuais desde junho de 2013, organizando manifestações que culminaram, entre outros fatores, no afastamento da presidente Dilma Rousseff e a união de diferentes pautas e propósitos em vista de uma causa comum: o ressurgimento da Direita, o que de fato se consolidou nos anos que se seguiram.

Cientes de sua influência, aproveitando-se de postos e funções ocupados, muitos entusiastas da Direita, ou grupos por ele providos financeiramente, viram nos seus discursos uma maneira de manobrar e ganhar adesão de suas ideias, conclamando uma grande massa de militares e evangélicos, ironicamente, a lutar por um ideal comum. Dado o poder de influenciar a mentalidade popular, bem como a obedi-

ência cega a líderes religiosos, pessoas públicas fizeram e fazem uso do espaço digital um aliado na disseminação de suas ideologias, o que contribui não só para sua grande recepção, mas também sujeição a tais preceitos.

Assim, retomando as palavras de Moraes (2019, p. 156), as diferentes ideias conservadoras que embasam os discursos da Nova Direita brasileira podem ser organizadas da seguinte forma:

- (i) a compreensão do indivíduo como investimento e como empresa, (ii) a propriedade privada como direito sagrado, (iii) o acúmulo de riqueza como principal índice de liberdade e de progresso individual, social e espiritual, (iv) a família cristã como fiadora dos valores morais, (v) a rigidez corporativa/hierárquica como princípio da organização social, (vi) a (re)aproximação entre Estado e Religião como garantia de hegemonia política dos grupos dominantes e (vii) o uso da violência como condição estruturante da ordem e do progresso.

Essas ideias apresentadas por Moraes (2019) sintetizam muitas das práticas e discursos propagados pelos seus representantes, o que justifica a escolha dos dizeres selecionados para análise, que se configuram como exemplares do discurso da Nova Direita, com grande disseminação no meio digital. Assim, passamos no tópico seguinte à discussão de alguns conceitos que embasam essa pesquisa, fundamentados na Análise de Discurso materialista, que nos auxiliam a compreender o modo como a memória discursiva, as condições de produção e as relações de força contribuem direta ou indiretamente para a propagação dos preceitos da Nova Direita.

3. O papel da memória na reprodução do conservadorismo

A análise dos discursos selecionados perpassa a compreensão de alguns conceitos básicos da AD, como o conceito de memória discursiva, pois os discursos nunca partem do nada, mas antes exi-

gem a retomada de outros discursos já ditos e esquecidos, absorvidos em partes ou em sua completude, e que de alguma forma fundamentam a produção dos novos discursos, seja por meio de retomadas, articulações, reimpressões ou transformações de suas ideias, deixando marcas que representam o agir do sujeito sobre o discurso do outro, acrescentando a ele traços de subjetividade.

A essa ideia de autoria, Orlandi (1999) associa o conceito de assujeitamento, necessário em todo ato de uso da linguagem, visto que o sujeito precisa se assujeitar à língua, ou seja, às suas regras de estruturação e funcionamento, para então compreender e se fazer compreendido. De igual modo, é dada a capacidade da língua de se moldar aos anseios do sujeito e aos seus objetivos de comunicação, em outras palavras, a sua plasticidade, que o sujeito imprime suas marcas de subjetividade, refletindo nos seus discursos suas impressões e ideologias que orientam suas práticas sociais e remetem, em vista da não neutralidade da língua, sua visão de mundo acerca do tema abordado.

Deste modo, a memória discursiva funciona como um arcabouço imprescindível ao sujeito e à comunicação, pois sem memória não há historicidade, nem tampouco o que ser dito. Pêcheux (1999, p. 52) define a memória discursiva da seguinte forma:

memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita, a condição do legível em relação ao próprio legível.

Ainda segundo o autor, a retomada dos implícitos nunca se dá de forma sedimentada e estável, pois a “regularização discursiva”, que se manifesta através da própria reformulação do dizer a partir de remissões, reformulações e paráfrases é responsável pelos deslocamentos discursivos, tornando-se muitas vezes invisível para o su-

jeito, mas impossível de sucumbir as suas investidas, revestindo-se de uma nova configuração ou roupagem para provocar deslocamento ou desregulação dos implícitos antes tomados, promovendo, conforme destaca o autor, uma mudança do sistema de regularização anterior (Pêcheux, 1999, p. 52).

A discussão sobre a presença da memória discursiva e de seu deslocamento é necessária em virtude da negação da presença de traços de autoritarismo, ou mesmo de marcas típicas da Direita nos discursos dos representantes da Nova Direita, que, muitas vezes negada, denunciam a sua filiação ideológica, seja a partir do uso da força para repressão daqueles que contrariam sua ideologia, seja a partir de discursos de ódio e intolerância aqueles que pensam, pregam e agem de maneira contrária à sua. Nesse contexto, o deslocamento pode ser observado a partir da reformulação do dizer ou mesmo do mascaramento de suas intenções, construídos por meio da distorção de discursos de cunho religioso ou fundamentados num falso purismo, que na verdade expressam a negação ao diferente.

Esses discursos revelam que as condições de produção nas quais foram produzidas enquadram-se em contextos e ideologias muito próximas, o que nos possibilita agrupá-los dentro de um mesmo espectro. Além disso, refletem a existência de um contexto favorável e receptivo às ideias abordadas, responsável pela sua reprodução e aceitação, tornando-se assim, uma prática recorrente no Brasil atual.

Desse modo, as condições de produção destes discursos nos dizem muito sobre os sentidos por eles mobilizados, contrariando a existência de um sentido primeiro associado às palavras, preconizada por muitos defensores da Semântica Formal, na medida em que o conhecimento das condições de produção dos discursos nos diz muito não só sobre suas intenções, mas também sobre a ideologia dos sujeitos que o produziram, suas implicações, o contexto sócio-histórico de produção, enfim, os objetivos que se pretende alcançar e o tipo de reação que se

pretender provocar sobre aqueles a quem se direcionam, cujos efeitos de sentido só podem ser percebidos a partir no funcionamento da língua e do agir do sujeito na história.

Pensada enquanto efeitos de sentidos entre os sujeitos (Pêcheux, 2014), as condições de produção também remetem aos lugares ocupados pelos sujeitos numa formação social que, a cada nova tomada de posição, assumem uma nova configuração. São essas marcas deixadas na superfície linguística que nos possibilitam, enquanto analistas do discurso, não só refazer esses percursos, mas também compreender os sentidos mobilizados e as posições ocupadas pelos sujeitos que enunciam, “relações que remetem à luta de classes e refletem um dado momento da disputa ideológica” (Oliveira; Radde, 2020, p. 49).

Entretanto, muitos fatores influenciam na maior ou menor recepção desses discursos, afinal, é preciso estar investido de autoridade para que as ideias propagadas sejam aceitas ou tenham o efeito esperado. A abordagem de temáticas “delicadas” ou polêmicas como o homossexualismo e a crítica a religiões afro-brasileiras, em um país laico e que prega o respeito à diversidade cultural, política e religiosa, requer do sujeito enunciador distinto conhecimento sobre o assunto, além de autoridade para falar em nome de um povo ou de uma causa sob a qual se coloca no papel de defensor, exigindo argumentos sólidos que sustentem seu ponto de vista.

Nesse sentido, tratando-se mais especificamente dos discursos da Nova Direita no Brasil, ao defender seus preceitos baseando-se em argumentos de fé e de ordem, embaixadores como André Valadão e Michelle Bolsonaro se revestem de autoridade, em decorrência da influência que têm em seu meio religioso e/ou político, para influenciar ou moldar o pensamento daqueles que lhes têm como referência ideológica, influenciando-os a agir conforme pregam em seus discursos e a

reproduzir suas ideias, seja por meio de suas condutas, pensamentos, conselhos ou concepções de vida.

Mais uma vez a memória ressurge como conceito basilar em que se funda a propagação desses discursos, que permitem que o dito, assim como o não dito, sejam (re)tomados e funcionem conjuntamente no processo de produção e reprodução de novos discursos conforme as condições de produção, promovendo a estabilização ou desestabilização dos sentidos em presença. São essas mudanças e desdobramentos de novos discursos que atribuem historicidade à língua, que não pode ser compreendida de forma isolada ou homogênea, cabendo ao sujeito projetar a sua posição, possibilitada pelos recursos de que a língua dispõe, promovendo a passagem da situação sujeito (no sentido empírico do termo) para a posição sujeito no discurso (Orlandi; Rodrigues, 2006).

A aceitação e estabilização dos discursos está também associada às relações de força, que atravessam todos os discursos e estão diretamente relacionadas às posições ocupadas pelos sujeitos nas esferas sociais. Assim, muitas vezes importa mais “quem diz” do que propriamente “o que é dito”, ou “o lugar de onde fala” e o poder atribuído a esse sujeito do que propriamente a validade ou relevância do dito. Ao tratar sobre essa problemática, Orlandi e Rodrigues (2006, p. 16) ressaltam que:

Segundo as relações de força, o lugar social do qual falamos marca o discurso com a força da solução que este lugar representa. [] Cada um desses lugares tem sua força no lugar de interlocução e isto se representa nas posições sujeito. Por isso essas posições não são neutras e se carregam do poder que as constitui em suas relações de força.

A relevância dada a “quem diz”, bem como a autoridade a ele atribuída é para muitos sujeitos tomada como condição suficiente para,

em muitas circunstâncias, configurar veracidade ao dito. A condição de verdade incondicional, ou ainda a condição de representante de uma lei, ordem ou entidade, ideologicamente conferida, são predicados que por si só bastam para fazer de muitas “autoridades” ou “representantes religiosos” emblemas de luta e perseverança na busca pela preservação dos princípios do bom viver há muito tempo combatidos e atacados.

É na relação com o outro que essas questões ideológicas se materializam de maneira mais evidente, principalmente quando há discordância, quando as formações ideológicas em disputa usam de fundamentos divergentes para assegurar a sua validade. A conjuntura política e social brasileira vive esse embate constante, e é nos discursos de seus representantes políticos que ela melhor se evidencia.

O ambiente da internet, com suas inúmeras plataformas de comunicação, é uma das mais novas armas de propagação das ideias da Nova Direita, dada a sua fácil acessibilidade, rapidez, amplitude, além da quase inexistência de leis regulatórias, enfim, um ambiente ideal para disseminação do ódio e da intolerância que marcam esses discursos. Motivados pela relevância e pelo alcance dessas plataformas de comunicação, esse tem sido o ambiente preferido para a propagação desses discursos, o que justifica a escolha dos discursos a serem analisados à luz dos princípios da AD aqui discutidos.

4. Delimitando o recorte

Conforme descrito ao longo da discussão proposta, a análise empreendida recai sobre duas postagens divulgadas na rede social Instagram por dois representantes da Nova Direita no Brasil, Michelle Bolsonaro e André Valadão, cujos *posts* têm como tema a crítica a religiões afro-brasileiras e ao homossexualismo, respectivamente. A seleção desse *corpus* se deve à temática abordada nas postagens, bem como o papel e a influência dos dois representantes da Direita, além da repercussão que suas ideias causaram no âmbito social que,

amparados em princípios cristãos, justificam tais práticas em nome da preservação da fé, atacando diretamente muitas ideias de representantes da Esquerda, que em um movimento inverso, pregam o respeito à diversidade e ao diferente, acolhendo indivíduos marginalizados ou esquecidos pela sociedade, configurando-se como um guarda-chuva que abarca e congrega diferentes ideologias que convivem em harmonia.

Mediante a discussão proposta, fundamentamos nossa análise nos princípios da Análise de Discurso materialista, a fim de analisar o modo como o conservadorismo se materializa no discurso da Direita por meio das práticas discursivas dos representantes selecionados. Assim, feito o recorte, visamos analisar os efeitos de sentido instaurados a partir das regularidades observadas em sua materialidade discursiva, destacar práticas que configuram o discurso conservador, bem como analisar a influência do contexto político na disseminação desses discursos de ódio.

Tomamos como base o princípio de análise proposto por Orlandi (2020), segundo o qual partimos da materialidade linguística-histórica do texto em direção ao seu funcionamento discursivo, a partir da identificação dos gestos de sentidos empreendidos pelo sujeito na sua construção. Assim, na condição de analista, cabe a nós reconstituir esses passos e “no procedimento de análise, procurar remeter os textos ao discurso e esclarecer as relações deste com as formações discursivas pensando, por sua vez, as relações destas com a ideologia” (Orlandi, 2020, p. 69), em outras palavras, saber como o discurso se textualiza.

Para tanto, é imprescindível conhecer o contexto de concretização desses discursos, bem como os objetivos intrincados na sua propagação, que visam não só disseminar certos princípios de intolerância ao diferente, mas também, no contexto político, minar a moral e questionar a conduta de pessoas públicas que veem na diversidade um tra-

ço intrínseco à sociedade e que, por consequência, merece respeito. Passamos à análise.

5. Revelando o óbvio

Dentre os discursos selecionados, iniciamos a análise pelo texto escrito pela então primeira-dama brasileira, Michelle Bolsonaro, em sua conta no Instagram, ao fazer o compartilhamento de um vídeo postado pela vereadora de São Paulo Sonaira Fernandes (Republicanos), no dia 08 de agosto de 2022, em alusão à visita do candidato Lula à Assembleia Legislativa da Bahia, onde participava de uma cerimônia religiosa com lideranças da umbanda e do candomblé, em agosto de 2021, quando ainda era candidato à presidência da república. Reproduzimos o *post*:

Figura 01 – *Post* de Michelle Bolsonaro no Instagram



Fonte: <https://www.cartacapital.com.br/politica/para-atacar-lula-michelle-bolsonaro-liga-religioes-de-matriz-africana-a-trevas/amp/>.

O vídeo compartilhado mostra o candidato petista à presidência recebendo um “banho de pipoca” de uma assessora de Rosemberg, usado nas oferendas para os Orixás, que dentro da Umbanda representa a limpeza e pureza das energias, cuja prática é acompanhada de orações e dizeres que compõem o rito religioso. Na legenda do vídeo, a vereadora Sonaira Fernandes “descreve” a situação segundo a sua ótica a partir dos seguintes dizeres: “Lula já entregou sua alma para vencer essa eleição. Não lutamos contra a carne nem o sangue, mas contra os principados e potestades das trevas. O cristão tem que ter a coragem de falar de política hoje, para não ser proibido de falar de Jesus amanhã”.

O compartilhamento da postagem pela primeira-dama não reproduz a legenda da vereadora, mas apresenta-se como uma clara afirmação ao seu discurso, posto que não só há uma aproximação ideológica quanto às questões políticas, mas também quanto à religião, o que corrobora o compartilhamento do *post* não só pela Michelle, mas também pelo perfil *qgbolsonaro*, conforme pode ser observado na imagem reproduzida acima.

Além disso, durante o período que antecedeu as eleições presidenciais de 2022, a mulher do candidato Bolsonaro passou a atuar de forma mais assídua nas propagandas eleitorais, bem como a participar juntamente com o marido de cultos religiosos com maior frequência. Sua presença nesses espaços buscava explorar o seu potencial enquanto embaixadora das mulheres evangélicas e/ou cristãs, como exemplar de conduta, fé, submissão e zelo à família, reforçado pela sua proximidade ao segmento evangélico e à construção de uma imagem de mulher temente a Deus, materializada nos seus dizeres, na sua conduta e na sua condição de mulher submissa ao esposo.

Essas virtudes associadas à primeira-dama foram utilizadas como estratégia de campanha devidamente exploradas pelo marido e pela sua equipe com a finalidade de propagar as ideias do candidato

e angariar votos a seu favor. A presença de Michelle Bolsonaro se tornou tão agradável e atrativa ao eleitorado feminino, que sua presença em propagandas de rádio e TV tornou-se cada vez mais frequente, o que, por meio de ação impetrada pelo PT, em setembro de 2022, o Ministro do TSE, Paulo de Tarso Vieira, chegou a suspender novas veiculações de propagandas com a sua presença, de forma a não ultrapassar 25 % da duração total do horário eleitoral gratuito (Coelho, 2022), fato este que vem reforçar a sua influência.

Compreender todas essas questões que envolvem o contexto mais imediato, bem como a conjuntura brasileira da época é importante para compreendermos as palavras da Michelle, pois ao compartilhar a publicação sem a legenda ela se exime da responsabilidade sobre o dito da vereadora, mas não deixa de compartilhar do mesmo pensamento, comprovado por meio da nova legenda acrescida ao vídeo no seu perfil que é objeto da nossa análise: “Isso pode né! Eu falar de Deus, não!”. E é nesse contexto que nós precisamos retomar todas as questões que foram postas ao longo da contextualização desse discurso, pois o “problema”, conforme justificado pela evangélica, não é falar de Deus, não é pregar a fé cristã, não é de fato o culto ou o respeito a outras religiões de matrizes africanas ou quaisquer que sejam, mas usar da sua autoridade e da sua imagem de primeira-dama, para menosprezar, diminuir ou demonizar outras religiões que não a sua.

Soma-se a essas questões uma clara crítica e preconceito em relação às religiões afro-brasileiras, muitas vezes associadas a ritos satânicos, às trevas, por desconhecimento ou mesmo desprezo a religiões outras, conforme é possível observar a associação feita na legenda da Sonaira e reafirmado por meio do compartilhamento do vídeo e do uso do termo “isso” pela Michelle para fazer referência ao banho de pipoca e a toda a simbolização que esse rito representa dentro da Umbanda. Podemos destacar ainda a carga negativa associada ao pronome “isso”, comumente utilizado com sentido irônico ou mes-

mo depreciativo, demonstrando desprezo, como acontece na situação analisada.

Essa ideia ganha ainda mais força quando posta em oposição à expressão “falar de Deus”, expressa por meio das oposições: *Lula – pode – anarquia x Michele – não pode – falar de Deus*. Tomando como base os princípios que fundam as igrejas evangélicas, que compreendem a retidão de comportamentos, obediência cega a Deus e aos seus ensinamentos por meio da pregação do Evangelho, seguir ou participar de ritos como o reproduzido seria não só uma afronta aos princípios cristãos, mas um escárnio à religião, indigno de perdão.

Todas essas ideias ganham força ao estabelecermos, por exemplo, um diálogo com a legenda escrita no *post* compartilhado, que aborda outros temas similares, como vender a alma (para o diabo) para vencer as eleições, a necessidade de lutar contra os poderes das trevas (esquerda) e ainda correlaciona o discurso político à religião, vendo nesse espaço uma forma de manter os valores cristãos preservados (por meio da reeleição de Bolsonaro), em oposição a um candidato que, conforme muitas *fake news* propagaram no período que antecedeu as eleições, poderia fechar igrejas, perseguir cristãos, liberar o abordo, entre inúmeras ideias veiculadas nesse período a fim de prejudicar o candidato da Esquerda.

Por fim, há um sentimento de perseguição a sua pessoa, expresso a partir do uso da primeira pessoa (*Eu falar de Deus, não!*), que reconhece seu poder de influenciar outras pessoas, especialmente mulheres evangélicas, no que diz respeito não só à palavra de Deus, mas também na definição de um estereótipo de mulher santa e casta. Assim, retomando nossos objetivos, poderíamos identificar como principais estratégias utilizadas no seu discurso a fim de defender ideias conversadoras o apego à religião como garantia de salvação, e consequentemente a repulsa a outras práticas ou ritos religiosos, os quais são associados a práticas demoníacas, além da construção de uma imagem

de mulher obediente a Deus e submissa ao esposo, a quem cabe não só manter a harmonia do lar, mas propagar a fé Cristã, mesmo que para isso tenha que lutar contra aqueles que pregam a anarquia (defensores da Esquerda).

Por sua vez, o segundo discurso analisado diz respeito a uma pregação proferida pelo pastor André Valadão, nacionalmente conhecido pelo seu trabalho frente à Igreja Batista da Lagoinha Evangélica, onde é pastor evangélico e assumiu, no final de 2022, a liderança global da congregação que reúne cerca de 700 unidades espalhadas pelo Brasil e mais 13 países. Além disso, é cantor e compositor de músicas evangélicas, ouvido e seguido por milhares de pessoas do segmento religioso cristão, o que de antemão explica a sua grande influência sobre esse público. Segue o texto divulgado no Instagram:

Figura 02 – Post de Valadão no Instagram



Fonte da imagem: <https://www.instagram.com/p/CtFBGn4xNlB/?igshid=ZmZiYTY5ZDNhOA==>

A imagem reproduzida foi projetada durante culto realizado em Orlando-EUA, onde o pastor fez uma pregação no último dia 04 de julho sugerindo que os fiéis matassem pessoas da comunidade

LGBTQIA+, gerando grande revolta não só do referido grupo, mas também de autoridades e pessoas que se sentiram sensibilizadas com a causa. Acusado de homofobia, o pastor tem insistido na pregação sobre a temática, promovendo uma verdadeira cruzada contra essa comunidade, colecionando declarações polêmicas e incitando seus seguidores mais fanáticos a “agirem” em desfavor desse grupo. A imagem também foi divulgada em sua rede social e no perfil da Igreja Batista da Lagoinha, conjuntamente com outras imagens utilizadas na pregação.

Para melhor compreender o contexto, transcrevemos parte da pregação: “Agora é a hora de tomar as cordas de volta e dizer: Pode parar, reseta! Mas Deus fala que não pode mais”, afirma o pastor. “Ele diz, ‘já meti esse arco-íris aí. Se eu pudesse, matava tudo e começava de novo. Mas prometi que não posso’, agora tá com vocês” (César, 2023). Esse trecho revela uma incitação do pastor para que os fiéis façam o que precisa ser feito, uma vez que Deus, mediante promessa realizada após o dilúvio, representada por meio do arco da aliança, simbolizado pelo arco-íris, não o pode. Em outras palavras, ele sugere que os fiéis matem os homossexuais, conclusão possibilitada pelo uso das expressões “Se eu pudesse, eu matava tudo”, numa alusão às palavras de Deus; ou ainda por meio da expressão “Pode parar, reseta!”, cujo termo tem dentro da nossa cultura o sentido de apagar, começar de novo, do início, sugerindo mais uma vez o apagamento da comunidade, reforçado também pelo uso da expressão “começar de novo”. Assim, não há dúvidas quanto à intencionalidade do pastor quanto à perseguição e morte de homossexuais.

Ao final da gravação reproduzida no canal da Igreja da Lagoinha no YouTube, André Valadão retoma a frase e diretamente incita os fiéis a agirem: “não entendeu o que eu disse? Agora, tá com vocês! Deus deixou o trabalho sujo para nós”, não deixando dúvidas quando a sua intenção, posto que na expressão “Deus deixou o trabalho sujo para nós”, esse termo “trabalho sujo” remete diretamente à consumação do ato de matar, usando do nome e da autoridade de Deus para jus-

tificá-lo. Outros termos usados na pregação corroboram para reforçar essa interpretação, algumas vezes utilizando-se de metáforas para sugerir atitudes a serem tomadas por participantes da comunidade LGBTQIA+, como “sair do armário”, conforme as imagens também divulgadas no seu perfil e no perfil da igreja comprovam:

Figura 03 – Posts do perfil da Igreja Lagoinha no Instagram



Fonte: <https://www.instagram.com/p/CtFBGn4xNlB/?igshid=ZmZiYTY5ZDNhOA==>.

O homossexualismo é um tema frequente nos discursos religiosos, provocando ampla discussão em diferentes redutos. A Igreja Católica tem se mostrado mais receptiva a esse público, no sentido de promover o respeito à diversidade sexual, acolhendo, assim, um grupo bastante significativo de fiéis que veem nas igrejas mais tradicionais, e especialmente nas igrejas evangélicas, uma recusa a sua condição, muitas vezes tratada como doença que merece uma suposta “cura”, a exemplo da Igreja da Lagoinha.

Nos partidos políticos mais conservadores, que se alinham à Direita ou à Nova Direita, o homossexualismo é um tema recorrente, ao lado de temáticas como discriminação do aborto e liberação de drogas, representando, a exemplo do caso em discussão, práticas a serem combatidas por representarem uma desonra para a família e para Deus. A repulsa a essas práticas configuram-se uma resposta à agenda progressista, e serve, na visão de Quadros e Madeira (2018, p. 493), “como um impulsionador da reação, o que o impeliria a partir de modo

mais assertivo para a defesa de bandeiras que até bem pouco tempo não eram questionadas politicamente de forma tão sistemática”, o que explica tamanha frequência e insistência no debate sobre essas temáticas, associando a punição divina como principal consequência.

Ainda sobre a postagem “Deus odeia o orgulho”, o termo “orgulho” pode ser compreendido de maneira dúbia, fazendo referência ora ao sentimento de arrogância ou de altivez, numa clara referência a comportamentos humanos que devem ser evitados a fim de construir uma personalidade digna de aceitação e perdão divinos, ora, com base no debate proposto na pregação, a incitação à perseguição aos homossexuais, numa clara alusão às cores do arco-íris utilizadas na construção do material gráfico, fazendo referência direta ao Orgulho Gay, também conhecido como Orgulho LGBTQ+, que remete ao sentimento de autovalorização da sua escolha sexual, comemorado mundialmente no dia 28 de junho. Portanto, ao afirmar que Deus odeia o orgulho, explicitamente o pregador deixa claro que, na sua visão, Deus odeia os homossexuais.

Soma-se a todas essas questões, numa referência direta ao mês do Orgulho Gay, a guerra travada contra os homossexuais pelo pastor André Valadão durante todo o mês de junho, mês dedicado à reivindicação de direitos e de respeito à diversidade sexual e de gênero. A agenda anti-LGBTQIA+ defendida pelo religioso vai em desencontro a essas questões, inflamando a opinião dos fiéis e incitando a conversão dos adeptos, fundando-se na ideia do pecado e do arrependimento, como expresso na legenda que acompanha a imagem: “Deus odeia o ORGULHO! A origem do pecado está no orgulho e Deus abomina isso! Não perca essa ministração e VIVA o NOVO de Deus! Abandone o pecado!”.

A crítica prossegue nas imagens que seguem, associando o orgulho ao pecado, que gera a vergonha, por isso a tendência de tentar se esconder e “não sair do armário”, fazendo referência a uma expressão comumente utilizada para se referir às pessoas que têm vergonha de assumir sua opção sexual. O pastor ainda ressalta a sensação

de falta de paz e medo vivida por essas pessoas e as consequências que “as sementes do pecado produzem”. Portanto, constrói um diálogo constante com o Orgulho Gay, criticando as opções sexuais e reforçando o sentimento de punição atrelado a escolhas que ferem a palavra de Deus.

Mediante o exposto, a construção desse discurso conservador recorre de igual modo à religião para expressar seus argumentos, promovendo uma sensação de medo e de impotência naqueles sujeitos a quem o discurso se dirige. Soma-se a esses fatores, o sentimento de punição, materializado no discurso conservador por meio do discurso de ódio, que incita os fiéis a fazerem uso da força para praticar a justiça em nome de Deus. Apesar de implícito, há um diálogo travado com o Orgulho Gay, sendo necessário, a partir da memória discursiva, a ativação de conhecimentos, práticas e valores associados ao grupo, diálogo este alimentado pelo ódio e pelo ambiente hostil instaurado a partir de práticas justiceiras recorrentes nos discursos da Direita nos últimos quatro anos, que busca preservar seu espaço mesmo diante do resultado das urnas, dada a força e recepção de sua ideologia que permanece viva e ansiosa de espaço.

Fazendo um apanhado geral das análises realizadas, percebemos a presença do conservadorismo não só no ambiente religioso, mas também nas práticas de seus representantes, que usam do fundamentalismo religioso e da fé de seus seguidores para propagar suas ideias conservadoras, a partir de uma obediência cega e servil a condutas e ideologias que buscam manter sua condição de superioridade. Características como a valorização da ordem e da tradição, a hierarquização das relações humanas, a primazia do sagrado, a intolerância à diversidade étnica, cultural e sexual, o militarismo e o revanchismo são algumas características da direita que se materializam nesses discursos que funcionam como “quadros de referência a partir dos quais os indivíduos interpretam e interagem com o mundo, estabelecendo significados à sua existência e explicando a ‘ordem das coisas’”(Messemberg, 2017, p. 623).

6 Considerações Finais

Conforme foi exposto ao longo de toda a discussão, e mediante a vivência no período em questão, não nos faltam argumentos para afirmarmos a veemente proliferação de discursos de ódio no contexto atual brasileiro. Certamente essas ideias sempre fizeram parte do imaginário popular, mas, passado o período da Ditadura Militar, só nos últimos anos elas se fizeram mais evidentes e ganharam projeção no discurso político e religioso nacional. A ascensão de Bolsonaro ao cargo de presidente representa o triunfo da Nova Direita e o abrir de cortinas de um período marcado pelo obscurantismo, pela negação da ciência, pela palavra frouxa e rasa, pelo preconceito e aversão ao diferente. Essas ideias não foram enterradas conjuntamente com a sua derrota e pairam no nosso dia a dia refletindo um desejo de retorno, sendo propaganda e disseminada a fim de reestabelecer as forças de um movimento que não se deu por vencido.

Essas ideias permanecem vivas e nos ameaçam, elas estão e são propagadas em espaços que até então eram associados ao sentimento de proteção, a exemplo da Igreja, da família tradicional, e ganham voz em cada sujeito que vê na modernidade, na liberdade, na igualdade social, uma ameaça a seus valores e a sua condição de supremacia, seja racial, religiosa ou cultural. Os discursos analisados nos mostram como a ideologia da Nova Direita se materializa de forma velada e silenciosa nos discursos da Michelle e do André Valadão, mais do que isso, nos discursos proferidos por autoridades e religiosos que deveriam amparar e diminuir a distância entre as pessoas, promover o respeito e possibilitar a diminuição das desigualdades.

Assim, podemos identificar como estratégias conservadoras recorrentes no discurso da Nova Direita o sentimento de ordem, patriotismo e de submissão à fé cristã, utilizados para promover ataques a credos, ideologias e valores diversos do seu, que se materializam em discursos que ao pregar o desprezo ao novo e ao imoral, defendendo um conservadorismo que se perdeu no tempo, faz justamente

o processo inverso, corrompe, engana, distorce, incita, enfim, mina seus próprios valores.

A internet tem sido uma ferramenta útil à propagação de suas ideias, aliada ao engajamento de políticos e pessoas públicas que, em troca de favores pessoais e/ou financeiros, usam de sua autoridade ou imagem para disseminar as ideias da Nova Direita, fazendo com que o embate entre as ideologias de Direita e de Esquerda sejam pano de fundo para conflitos e atitudes de desrespeito e intolerância, que tornaram até mesmo as relações interpessoais mais próximas em um ambiente propício ao embate ideológico e de forças.

Referências

CARTACAPITAL. Para atacar Lula, Michelle Bolsonaro liga religiões afro-brasileiras e ‘trevas’. [online], 09 ago. 2022. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/para-atacar-lula-michelle-bolsonaro-liga-religioes-de-matriz-africana-a-trevas/amp/>. Acesso em: 18 jul. 2023.

CEPÊDA, Vera Alves. A Nova Direita no Brasil: contexto e matrizes conceituais. **Mediações** – Revista de Ciências Sociais, p. 40-74, 2018.

CÉSAR, Caio. Pastor bolsonarista André Valadão diz que evangélicos deveriam matar LGBTs. CartaCapital [online], 03 jul. 2023. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/pastor-bolsonarista-andre-valadao-diz-que-evangelicos-deveriam-matar-lgbts/amp/>. Acesso em: 18 jul. 2023.

COELHO, Gabriela. Ministro do TSE suspende novas veiculações de propagandas com Michelle Bolsonaro. CNN Brasil [online], 06 set. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/ministro-do-tse-suspende-novas-veiculacoes-de-propagandas-com-michelle-bolsonaro/>. Acesso em: 18 jul. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

MESSEMBERG, Débora. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. **Sociedade e Estado**, v. 32, p. 621-648, 2017.

MORAIS, Argus Romero Abreu de. O discurso político da extrema-direita brasileira na atualidade. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v. 20, n. 1, p. 152-172, 2019.

OLIVEIRA, Alex Sander de; RADDE, Augusto. Condições de produção. *In*: LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina (org.). **Glossário de termos do discurso**. 1. ed. Campinas: Pontes Editores, 2020. 298p.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Do sujeito na história e no simbólico. **Escritos**, Campinas: Laboratório de Estudos Urbanos Nudecri/LABERURB, n. 4, p. 11-16, maio 1999.

ORLANDI, Eni Puccinelli; RODRIGUES, Suzy Lagazzi. **Introdução às ciências da linguagem**: discurso e textualidade. Campinas: Pontes Editores, 2006.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise do discurso**: princípio e procedimentos. 13. ed. Campinas: Pontes Editores, 2020.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. *In*: ACHARD, Pierre *et al.* **Papel da memória**. Tradução e introdução José Horta Nunes. Campinas: Pontes Editores, 1999.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso. *In*: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

PIERUCCI, Antônio Flávio. As bases da nova direita. **Novos estudos CEBRAP**, v. 19, n. 3, p. 26, 1987.

QUADROS, Marcos Paulo dos Reis; MADEIRA, Rafael Machado. Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil. **Opinião Pública**, v. 24, p. 486-522, 2018.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. Direita nas redes sociais online. *In*: CRUZ, Sebastião Velasco e; CODAS, Gustavo; KAYSEL, André. **Direita, volver!** O retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015. p. 213-230.

VALADÃO, André. **Deus odeia o orgulho**. Orlando, 04 jun. 2023. Instagram: @andrevaladão. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CtFBGn4xNlB/?igshid=ZmZiYTY5ZDNhOA==> Acesso em: 18 jul. 2023.



O FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DA ANIMALIZAÇÃO JUVENIL NEGRA NA VOZ DA SEGURANÇA: PRÁTICAS DISCURSIVAS ATRAVESSADAS PELO DISCURSO PRESIDENCIAL BOLSONARISTA

Francisca Mônica da Silva Santos

*Jovem de periferia que sonha com um mundo
melhor. Não numa boca de fumo vendendo crack
e pó. Na correria, dia a dia pra ajudar a sua
família. Longe da criminalidade que em sua área
domina. Ele sonha alto, mas vive num pesadelo.
Dorme e acorda com tiro, estuda e trampa
com medo.*

(As Palavras Queimam)

Considerações iniciais

Nos últimos anos, o confronto da segurança brasileira no contato com jovens pertencentes à comunidade negra tem aumentado consideravelmente. Todavia, são casos encarados na evidência como exceções ou como resultados de uma violência puramente urbana. Nos encontramos na contramão dessa tipificação que trivializa uma violência sintomática latente e crescente. O nosso interesse nesta temática encontra seu ponto de partida no funcionamento dos discursos presiden-

ciais provenientes do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, que circularam antes e durante o período de vigência do governo bolsonarista.

Nesse sentido, nesta pesquisa¹ buscamos mobilizar a animalização do sujeito jovem negro brasileiro, por via de recortes constituídos de testemunhos da segurança brasileira na materialidade digital da versão *online* do jornal *Folha de S. Paulo*, no embate com a contradição e a equivocidade dos ditos. Na forma de *discursos sobre*, os discursos que animalizam esses sujeitos se sustentam em leituras sobre os seus corpos fundamentados na racialização.

É indiscutível como a racialidade, enquanto direcionada (ou melhor, assim reconhecida, visto que a branquitude geralmente se coloca alheia a um pertencimento racial, orientando o conceito/ideia de sujeitos racializados àqueles que são considerados minoria) mais a um público em específico do que outros, tende a afetar a vida dos sujeitos racializados. E afeta na contradição com a racialidade realizada contra corpos brancos (ainda que a branquitude não reconheça, são sujeitos racializados), que compartilham o padrão socialmente aceito, preferível, de regra. Isso quer dizer que corpos negros racializados são significados quando estão na posição de outro, melhor dizendo, de outro do branco, compartilhando características negativadas, pormenorizadas, deslegitimadas, estigmatizadas, periféricas etc.

Partindo dessa premissa, nos permitiremos pensar: (i) como a juventude negra pode sofrer com essa racialidade, como a afeta e como o conceito de juventude passa a ser *outrizado*²; ii) discutir sobre a memória discursiva, metálica e digital que permeiam nossos recortes; iii)

1 Este artigo integra uma pesquisa de mestrado desenvolvida entre os anos de 2021-2023, na Universidade Federal do Piauí.

2 De modo que seja sempre (acusada de ser) o *outro*, na demarcação de alteridade pelo processo de interpelação. Sobre isso, Modesto (2018b) dirá que “a interpelação permite, ao mesmo tempo, que se produzam sujeitos e culpados (sujeitos-culpados), é preciso, então, compreender que esse chamamento, essa interpelação, atravessa as práticas materiais que obrigam os sujeitos a verem a si mesmos em certos lugares de identificação e, simultaneamente, atribuírem aos outros diferentes lugares de identificação (Modesto, 2018b, p. 137). A outrização, portanto, identifica, pela interpelação, aquele que é outrizado e quem outriza.

fazer gestos de interpretação das vozes da segurança atravessadas pela voz presidencial que produzem uma animalização desses sujeitos, atrelada ao funcionamento da criminalidade que permeia tal sujeito e naturaliza tais sentidos que partem de uma violência racial institucional.

O nosso arquivo é constituído de um recorte de um arquivo maior, mas que torna possível o embate em torno dos nossos objetivos específicos. Assim, ele é constituído de recortes de matérias jornalísticas da *Folha de S. Paulo*, disponíveis no Acervo Folha. Frente a esse arquivo, procuramos analisar como o atravessamento do discurso presidencial sobre a animalização do sujeito negro, que retorna nos discursos da segurança brasileira no período de vigência do governo bolsonarista, para além do adulto, repercutindo também no jovem. Intentamos ainda demonstrar como esse movimento produz um deslocamento de significações antagônicas entre civilizado *versus* não-civilizado, cidadão *versus* selvagem e humano *versus* animal. É nesse antagonismo que os sentidos são construídos.

2 Noções de juventude negra no Brasil

Começaremos, desse modo, pelas noções gerais de juventude. A juventude (Martins; Silveira, 2021) é delineada como uma etapa natural da vida, e, por isso, passa a ser legitimada institucionalmente (principalmente, na seara médica). No entanto, essa noção ultrapassa as determinações de ordem natural, ela é engendrada por condições históricas, sociais e culturais. Para Lima (2002), a juventude enquanto categoria opera por via de interseccionalidades, pois reflete intersecções em que classe, gênero e raça estão determinadas e são determinantes.

Os jovens negros são significados a partir de lugares de não existência, o que acaba por opacizar a presença do Estado em dinâmicas de repressão e de violência contra esse público. Nunes (2021) aborda, passando pela leitura de Santos (2019), que isso é resultado de nossa

formação social brasileira racializada. Desse modo, uma formação social quando é

hierarquizada pelos demarcadores de raça, classe, gênero, sexualidade e aspectos geracionais, prevê lugares sociais distintos que corroboram para que estruturas de poder se reproduzam e, nesse sentido, à medida que as *juventudes* se pluralizam, a lógica da hierarquização do ser jovem tende a refletir sociedades cujos *corpos da diferença* correspondam a *corpos da desigualdade* (Santos, 2019 *apud* Nunes, 2021, p. 57).

Com esse entendimento, Nunes (2021) complementa:

Não obstante normativas que prescrevam modelos de ser jovem, estas são confrontadas por subjetividades que emergem de um conjunto, imperceptível, de pertencas identitárias, cujas fronteiras, muitas vezes, tornam-se tênues frente a parâmetros de classificação. Em sociedades racializadas, ao restringir-se os/as jovens à sua cor de pele, condiciona-os/as a um conjunto de determinações irrefutáveis frente à normatização social engendrada pela branquidade, que transforma a potência da diversidade humana em estigmas genocidas, que tramitam entre a morte simbólica e a física (Nunes, 2021, p. 57).

Nesse contexto, o jovem se torna um corpo da diferença, da desigualdade. Melhor dizendo, um corpo racializado, porque é condicionado a lugares sociais de perigo por causa das determinações biogizantes de hierarquização de raças ocorridas no século XIX, bem como das tentativas higienistas (eugenistas, por assim dizer) brasileiras de branqueamento (a mestiçagem) para que “mestiços”, “mulatos”, “morenos” se tornassem toleráveis, socialmente aceitos, detentores de mais direitos que os povos negros de pele retinta, por causa de sua proximidade da branquitude e do distanciamento da negritude. E isso

afeta como a juventude negra pode ser vista socialmente. Os seus traços físicos-biológicos são destacados a fim de condicionar sua aceitabilidade na “sociedade” brasileira. Isso quer dizer que, assim como os adultos, os jovens negros são interpretados pela branquitude apenas como corpos, apenas por aquilo que é exterior (inscrito na cor, no cabelo, no nariz, na boca) e por aquilo que condicionaram como suas subjetividades (psicológicas, morais, intelectuais, culturais). Com efeito, a acusação/denúncia/interpelação parte, assim, de um olhar terceiro (Modesto, 2018).

A morte da qual Nunes (2021) fala é tanto física quanto simbólica, pois são corpos de jovens negros que comumente aparecem em estatísticas e noticiários (poucos, inclusive) porque morreram ou porque entraram para o mundo do crime, por baixas escolares, por serem usuários de entorpecentes A, B ou C, pela maioria penal, pela tentativa do Estado em encobrir o racismo de todas as horas com políticas de repressão e de coibição.

Eurico (2020) é precisa ao dizer que o modo de produção capitalista da formação social brasileira, calcada em uma necropolítica de bases coloniais (Mbembe, 2016), afeta a vida da comunidade negra como um todo. E isso acontece porque há uma classe dominante que faz circular discursos mais sócio-historicamente aceitos do que outros, marcados pela ideologia, o que ajuda a manter a desigualdade funcionando a seu serviço. Melhor dizendo, (re)produzindo juventudes desiguais (Martins; Silveira, 2021).

O jovem negro, atravessado por essa racialização, é obrigado a aprender desde cedo a resistir, a gritar para ser ouvido, a ser corpo denúncia porque lhe conferem o silenciamento, um corpo hostil, indiferente à inocência, à liberdade, à proteção, a uma vida de qualidade.

Crescem ansiando a branquitude³ (Fanon, 2020), mas tendo que resistir em sua negritude. Desse modo, a ideologia os atravessa de vários modos possíveis, afetados, silenciados, racializados nela e por ela.

Para a leitura dessa racialização nos discursos, partiremos da noção de discursos racializados. Considerando, então, que o conceito de raça é uma construção da qual podem emergir efeitos nocivos e que se trata de um falso conceito científico, Modesto (2021) propõe a noção de discursos racializados para amparar estudos que ultrapassam aqueles que se atêm apenas ao signo raça, mas que racializam de algum modo o sujeito negro. O autor a propõe, em vista disso, como uma discursividade⁴, e não uma categoria ou tipologia. Para ele, “a noção de discursos racializados ressalta a compreensão de que a tensão racial é um problema constitutivo à formação social brasileira, tendo em vista o modo de produção que a domina” (Modesto, 2021, p. 02).

No que informa o autor, os discursos racializados se dão além dos discursos que trazem explicitamente raça como tema central, se inscrevendo também naqueles em que os temas podem ser outros, *a priori*. Os discursos racializados, nesse contexto, não se limitam a temas, eles estão atravessados em discussões outras, em discursividades outras, em que se produzem sobre condições racializadas. Isso quer dizer que se há em análise um discurso sobre segurança pública, é possível também mobilizar uma escuta discursiva racializada para este discurso, ainda que não seja *de* e *sobre*⁵ (ainda que sequer mencione) raça em primeira instância. Ou seja, eles têm potencial para serem in-

3 Isto é, os mesmos privilégios e direitos. Anseiam ser socialmente aceitos, muitas vezes se revestindo de peles e mascarás que não lhes configuram. Daí a necessidade de resistência e denúncia enquanto si mesmos, para que não seja necessário que sejam outros como meio de requerer aquilo que lhe é de direito.

4 Para o autor, olhar para a noção de discurso racializado como uma discursividade é entendê-la como “uma inscrição material de efeitos linguísticos na história (cf. Pêcheux, 2011) sobredeterminados por uma memória que não consegue contornar os efeitos dos processos sociais e históricos de racialização (Modesto, 2021, p. 09).

5 Falaremos a respeito do discurso *sobre* nas discussões mais à frente.

interpretados como. É nessa condição materialmente discursiva de discursos racializados que pretendemos olhar para o nosso arquivo.

3 Memória discursiva, metálica e digital

Ter em mente que um dizer fala antes e em outro lugar e que todo discurso é o discurso de um sujeito (e não indivíduo) é fundamental na análise de um discurso (Pêcheux, 2014). Esse conceito parte da ideia tanto de uma exterioridade quanto de uma anterioridade do dizer. Para que se compreenda os afeitos de sentido de um discurso, na Análise de Discurso Materialista, olhar apenas para a formulação não é suficiente, sendo necessário o analista atentar-se também para a constituição e a circulação.

A constituição corresponde ao chamando eixo vertical, que possibilita que o analista acesse a memória mobilizada por uma determinada formulação. Essa memória específica é chamada de memória discursiva. Ela se organiza no que Pêcheux (2014) denominou de interdiscurso, formado pelo efeito de pré-construído e pelo efeito de discurso transversal. O interdiscurso, em conformidade com esses dois efeitos, representa que todo discurso já foi dito alhures e que se atravessa sobre o dito do sujeito. Ele representa ainda “a existência determinante do todo complexo com dominante das formações ideológicas” (Pêcheux, 2014, p. 235). A formação ideológica é aquela em que o sujeito se inscreve para discursivizar de um modo e não de outro. Com efeito, sob a formação ideológica temos a formação discursiva na qual o sujeito, ao inscrever-se nela, dita o que pode ou deve dizer.

O autor vai nos dizer ainda que é nessa noção que se assenta a interpelação: “a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se realiza pela identificação do sujeito com a formação discursiva que o domina” (Pêcheux, 2014, p. 238). Ou seja, ao reconhecer-se com uma formação discursiva específica, o sujeito é assujeitado à língua para que seus dizeres e os dizeres sobre si façam sentido, assim, o indivíduo é interpelado ideologicamente em sujeito. E esse é um processo

que não acontece de forma consciente, porque o sujeito é atravessado por dois esquecimentos: 1) o esquecimento de sonho adâmico: o sujeito não é originário de seus ditos; e, 2) o esquecimento de literalidade: não existe transparência de sentidos das palavras ou dizeres (Orlandi, 2020). É ao falar de um lugar discursivo, de uma posição-sujeito (Pêcheux, 2014) e em uma condição de produção específica que torna possível historicizar (politizar) os ditos. Só a partir disso que os dizeres ganham sentido.

A memória discursiva, nesse contexto, só pode ser mobilizada levando em conta todas essas noções propostas dentro do campo teórico da Análise de Discurso, a fim de que se possa interpretar que memória emerge de uma ou outra formulação.

A partir do conceito de memória discursiva, Orlandi (2006) propõe a noção de memória metálica imbricada à de arquivo. Consoante a autora, a memória metálica funciona como um algoritmo, isto é, “é um dizer presentificado continuamente que funciona como se fosse uma memória, quando na verdade, ele não é uma memória, ele é o dizer repetidamente re-atualizado” (Orlandi, 2006, p. 27). Por isso, é designada como memória metálica, no sentido de amontoado de dados obtidos e “guardados”, mas que se atualizam algoritmicamente no espaço do intradiscurso (eixo horizontal: formulação).

Quando esses discursos lidos na equivocidade e na circulação passam a ser politizados no âmbito digital, para que se chegue a uma historicidade dos ditos, chega-se a um outro tipo de memória, a memória digital. Dias (2018) formula que

é o modo como numa sociedade do digital, conectada, as lutas empreendidas por emancipação, reivindicações ou direitos sociais se organizam na mesma relação de urgência e velocidade das redes digitais, de maneira ubíqua e atravessadas por uma relação contraditória entre a memória histórica e a memória metálica (efeito-

to de memória), o que estou chamando de memória digital. A memória digital seria, pois, o lugar da contradição, onde a memória escapa à estrutura totalizante da máquina (memória metálica), saindo do espaço da repetição formação e se inscreve no funcionamento do interdiscurso (memória discursiva) (Dias, 2018, p. 105).

A memória digital, conforme entende a autora, se inscreve em um espaço diferente de outros discursos: o digital. E o discurso digital, nesse sentido, mobiliza um outro tipo de memória: a memória digital. É condição *sine qua non*. Para que possamos, então, ler o atravessamento do discurso presidencial nas formulações de sujeitos da segurança brasileira, pesquisadas no jornal *online* da *Folha de S. Paulo*, precisamos olhar para essa memória em específico.

4 Animalização e desumanização da juventude negra

Até se chegar ao que hoje se entende por jornal eletrônico/digital, a *Folha* passou por todo um percurso que assinala o seu lugar e posição no meio jornalístico brasileiro, marcando-o enquanto um acontecimento discursivo, em que produz e faz circular sentidos. Esse percurso, que é histórico e marcado pela historicidade, significa o modo como ela mesmo se discursiviza e como isso afeta a sua ocupação no digital.

Configurando a si mesmo como um jornal democrático a serviço do Brasil, que ocupa esse lugar de porta-voz da democracia, a *Folha de S. Paulo*, no *site* do Grupo Folha, demonstra uma necessidade de se discursivizar como a pioneira, conforme podemos verificar no trecho a seguir:

Fundada em 1921, a **Folha é um dos maiores e o mais influente entre os jornais** diários nacionais de interesse geral. O crescimento foi calcado nos quatro alicerces do Projeto Folha: **pluralismo, apartidarismo, jornalismo crítico e independência.**

A **Folha** se propõe a fazer uma curadoria de notícias, **oferecendo conteúdo variado** e expondo seus leitores a diversos pontos de vista. O jornalismo profissional praticado concentra-se em temas de informação geral e **interesse público**, traduzidos em **material útil e compreensivo para o maior número de pessoas**. O jornal sustenta uma linha de fiscalização crítica em relação a todos os poderes constituídos, **independentemente de sua coloração partidária ou base social e política**. Define-se como veículo de inspiração liberal, reformista e aberto à pluralidade de tendências, sempre mantendo **firme compromisso com a defesa da democracia** (Grupo Folha: <https://www1.folha.uol.com.br/institucional/>, grifos nossos).

No *site*, a empresa jornalística deixa evidente ao leitor sua missão enquanto um jornal comprometido com a crítica, o pluralismo e o apartidarismo. Uma vez também que marca o seu lugar de mediadora de diálogos entre uma ideologia e outra, marcando bem a posição democrática em que se coloca, a *Folha* diz que sabe aquilo que é de interesse público. Surge em nós, então, o seguinte questionamento: como sabe? Que interesses são esses? E qual público? Logo mais à frente, vem a especificação *para o maior número de pessoas*. Ora, é um jornal, logo, só têm acesso aqueles que detêm um valor aquisitivo além do salário-mínimo e que podem arcar com esse gasto, que foge ao essencial para a sobrevivência de um brasileiro comum. Ou seja, uma classe média (alta?). Boa parte da classe média (sobretudo a alta) é composta, em sua maioria, por uma massa branca. Eis o público da *Folha*, a quem ela vai direcionar suas “informações”, na tentativa de suprir aquilo que é de interesse dessa massa.

É uma empresa que, apesar de se dizer a serviço da democracia, preza pelo liberalismo. E não se pode esquecer essa relação, pois, mais do que um jornal, é uma empresa privada. Daí seus interesses esta-

rem alinhados aos do público que compra e consome seus produtos. Conforme Indursky (2017),

os grandes jornais como Folha de S. Paulo, Estadão (SP) e o Globo (RJ), em nome da liberdade de expressão entendida por eles como liberdade de imprensa, tem se ‘apropriado da tecnologia da informação’ e ‘usado os meios de comunicação’ para publicar seletivamente o que é de seu interesse político e econômico [...] e de outros segmentos da classe dominante com os quais estabelecem aliança (Indursky, 2017, p. 77-78).

Em outras palavras, a *Folha* sabe o que é de interesse porque produz para um público em específico, a maioria branca e elitizada. E não de um interesse geral, como assim se assinala. O que nos faz pensar ainda o que corresponderia a esse geral, quem, imaginariamente, corresponderia a essa representação de geral, de padrão.

No jornal, encontramos no ano de 2020, uma notícia sobre as constantes injúrias do presidente brasileiro da época, Bolsonaro. O governante máximo do país foi eleito sob a máxima discursiva “bandido bom é bandido morto”, sob uma forte política de armamento pessoal, além da valorização excessiva dos militares e de suas práticas corriqueiras. Diante disso, não era difícil ver/ouvir em programas televisivos, jornais eletrônicos e impressos, figuras conhecidas e bem abastadas ratificando o imaginário em torno de um algoz tipificado com a imagem do sujeito negro e de periferia. As ações da segurança e o armamento se configuravam como a égide sob a qual se acobertava o governo e seus apoiadores. A égide de combate não ao bandido real, mas ao seu imaginário, à construção, à representação criada.

Discursos como esses e outros que objetificam o sujeito negro fizeram parte de diversos pronunciamentos presidenciais partidos de Bolsonaro, seja antes, e que ganharam repercussão dado o seu lugar social, ou durante o mandato do político, como o da SD seguinte:

SD1: “Fui num quilombola em Eldorado Paulista. Olha, o afro-descendente mais leve lá pesava 7 arrobas. Não fazem nada. Acho que nem pra procriador ele serve mais”.

Esse dito é do ano de 2017, mas que ganhou notoriedade em 2020 com as repetidas falas racistas do ex-presidente, inclusive uma que repetia o mesmo dito. Reatualizado sob uma memória metálica e que recebeu repercussão por conta de seu novo lugar social e discursivo. Assim, Bolsonaro, do lugar social e discursivo de presidente do Brasil e ex-capitão, ocupa um posição-sujeito colonialista, ao identificar-se com a formação discursiva que encara o sujeito negro como mercadoria e como selvagem.

Ao compará-lo com um animal que é pesado para a comercialização, “*o afrodescendente mais leve lá pesava 7 arrobas*”, o ex-presidencial traz à baila uma memória discursiva escravista de comercialização da população negra. Nesse processo mercantilista, essa população era avaliada como um animal, a partir da verificação do estado dos dentes, da altura, da robustez, da integridade do corpo.

Por outro lado, há um outro efeito de sentido funcionando, de que o sujeito negro tem conseguido se alimentar melhor, isso quer dizer que suas condições financeiras melhoraram de alguma forma. Logo, dinheiro quer dizer poder. É como se a população negra estivesse subindo na escala social, sendo reconhecida como cidadão. Daí o reforçamento do dizer sobre a condição de animal, como se este fosse o *status* do qual não deveriam ultrapassar, na contradição da significação de cidadão comum. Modesto (2018) argumenta que a interpelação racial acontece dessa forma, como meio de “colocar o sujeito *em seu lugar*, isto é, no funcionamento normal e esperado de seu lugar social enquanto sujeito: será destinada a um pedestre que anda fora da faixa, por exemplo, ou a um aluno que está de pé durante a aula, quando deveria estar sentado” (Modesto, 2018, p. 136). A interpelação funcionaria, então, como uma forma de denunciar um corpo supostamente

desviante, acusando-o nesse processo. Nesse contexto, o sujeito presidente realiza esse movimento de denúncia da identidade do sujeito negro, acusando-o na animalização.

Alimentar-se melhor quer dizer ainda sair do mapa da fome, ter um corpo nutrido. Isto posto, rompe com o imaginário xenófobo de que na África só há fome. Não podemos esquecer que ele o localiza: “o afrodescendente”, aquele que desce diretamente do continente africano. Eis o funcionamento de xenofobia. De outro modo, o discurso do sujeito presidente corporifica o sujeito negro enquanto corpo de um animal. Assim, a ênfase do peso quantificado em arrobas nos leva à leitura da condição de desumanização desse sujeito. Para Fontana (2021), na interpelação do outro racializado como animal, o sujeito desconhece a humanidade do outro, ao passo que reconhece a “sua própria humanidade, ou seja, pela racialização do outro que mobiliza os sentidos da animalização e da instintividade, o sujeito branco se constitui e se legitima enquanto homem racional” (Fontana, 2021, p. 62). No dizer da SD1, permanece no não-dito a marcação de identidade do próprio sujeito, que a coloca em antagonismo com a identificação mobilizada ao sujeito negro.

Ao compará-lo ainda a um animal de procriação, “*Acho que nem pra procriador ele serve mais*”, o objetifica enquanto reprodutor, uma máquina de reproduzir filhos. Assim como um bovino ou um equino, em que os gametas reprodutores são vendidos por seus donos ou são procurados para que se reproduzam iguais, havendo, de qualquer forma, um retorno para aquele que possui a posse do mesmo. É curioso notar como a função do sujeito negro é reduzida à procriação. Caso não possa mais, ele é descartável, perdeu o que garantia a ele serventia. Cabe aqui a seguinte pergunta: não serve a quem? À classe dominante elitizada e branca, que representa a face neocolonialista?

Nessa redução das funções do negro, “*não servem mais*”, “*não fazem nada*”, “*estão gordos*” (esta presente no não-dito) reforçam

o imaginário do negro preguiçoso. Souza (2013), ao trabalhar sobre o discurso do humor em piadas a respeito de baianos, observou como a preguiça se fazia um tema central de modo pejorativo para causar o riso e, com isso, menosprezar esse sujeito. O estereótipo – que, segundo o autor, se constitui como um imaginário coletivo cristalizado – do baiano preguiçoso recupera pelo interdiscurso esse discurso do colonizado preguiçoso. A remissão desses discursos se deve à memória histórica em torno da Bahia enquanto território em que a colonização teve início, motivo pelo qual o estado se consagrou com uma maioria negra populacional. A morosidade, que Souza (2013) denomina de *simulacro da preguiça*⁶, vem de outro lugar, antes perpetuado como o outro: o sujeito negro escravizado.

Dizeres como esse da SD1 e dos efeitos de sentidos por ele suscitados, cristalizam-se no imaginário coletivo. As posições de poder (presidente e ex-capitão) em que o sujeito presidente se encontra, contribuem para a circulação de discursos como esses tanto externamente (na sociedade em geral) quanto internamente (no círculo sociopolítico e militar). Tendo isso em mente, analisaremos a seguir como dizeres que guardam uma relação entre si, (re)atualizam-se nas falas de outros sujeitos da segurança e retornam no discurso digital do jornal *Folha*. Intentamos, no entanto, tecer leituras especificamente sobre o sujeito jovem negro, a fim de discutir como afeta sua vida, tendo em vista o período etário em que se encontra.

Na SD a seguir, observaremos como os dizeres de criminalização e de animalização desse sujeito se entrecruzam e atualizam o discurso presidencial.

6 Para Souza (2013), “o simulacro da preguiça baiana seria, assim, uma atribuição feita pelo Outro, como propõe Possenti (2004, p. 156): ‘o simulacro é uma espécie de identidade pelo avesso – digamos, uma identidade que um grupo social não assume, mas que lhe é atribuída de um outro lugar, eventualmente, pelo seu Outro. Diante desse quadro, temos o estereótipo positivo (paulista trabalhador) em oposição ao estereótipo negativo (baiano preguiçoso) sobre o qual se constrói uma parcela das piadas sobre baiano” (Souza, 2013, p. 36).

SD2: “Nós não vamos descansar enquanto *nosso povo* não se sentir *seguro*. Estamos trabalhando para *garantir a segurança do cidadão* que sai pra trabalhar, todos os dias, para sustentar sua família, e para *resguardar as vidas dos nossos policiais que estão nas ruas para nos proteger*. Infelizmente, *nessa batalha*, *perdem as famílias dos que se envolvem com o que é errado*, mas *ganha o cidadão de bem*”.

A SD acima foi recortada da notícia “Polícia Militar mata 17 pessoas em Manaus”, datada de 31/10/2019. A conjuntura da notícia fora a declaração do governador do Amazonas em relação à morte dessas 17 pessoas, incluindo jovens.

Nela, há a assinalação desses imaginários que estão em dualidade dicotômica. A segurança parte do lugar de combatente-passiva quando o sujeito expressa que “*nossos policiais que estão nas ruas para nos **proteger***” e “*nessa **batalha***”. Ou seja, nesses conflitos armados, a segurança exerce uma posição de defesa. E o sujeito se agarra a essa posição para discursivizar sobre uma polícia que matou tentando se proteger e proteger o cidadão de bem, que agiu, mas agiu em defesa. Sempre desse lugar passivo. Em contrapartida, para que se defenda, é necessário um agente que ataca/ameaça: o criminoso, dado como aqueles que se envolvem com aquilo que foge à ordem. Logo, a posição desse criminoso é a de ataque. Ordinariamente do lugar de ativo.

Nesse jogo, há posições e lugares previamente definidos. Um que obedece e cumpre a ordem (a lei) e outro que a desvirtua/transgri-de. É significativo pensar em como existe aqui um discurso jurídico, de falha com o Estado por parte de uns, logo, precisa-se de outros para “regulá-la” mediante um julgamento de sua existência. Essa função prévia para a segurança vem desde a época da colonização: defender os portugueses e as terras encontradas dos povos “selvagens” e outros invasores.

Encontramos na carta-regimento do primeiro governador-geral do Brasil, Tomé de Souza, datada de 1548, a ação defensiva, da qual era assumida pelas ordenanças: “Porque para defesa das fortalezas e povoações das ditas terras do Brasil é necessário haver nelas artilharia e munições e armas ofensivas e **defensivas** para sua segurança” (Arquivo Histórico Ultramarino, 1548, p. 08, grifo nosso). No que tange às ordenanças, segundo Batista (2015), “a criação de uma ordenança [é] formada por colonos e índios, destinada a efetuar a **defesa** da vila, ameaçada por ataques de selvagens” (Batista, 2015, n.p., grifo nosso). Importante observar como selvagem em Batista (2015) está relacionado a povos alheios à formação da civilização colonizadora da época: colonos e índios supostamente “civilizados”. Ou seja, alheio aos que eram considerados povos. Com efeito, o autor, além de corroborar com o lugar pré-construído da segurança que aparece na SD2, ainda corrobora com os lugares de povos que precisam de proteção em contraste com outros.

Desse modo, precisamos analisar que povo é esse ao qual o sujeito faz alusão. Pois, há um povo que precisa se sentir seguro diante de um outro grupo. Interessante observar como o pronome possessivo “nosso” antes de “povo” reforça a ideia de que se trata de um grupo diferente. Sem esquecer de observar que o sujeito que discursiviza fala do lugar discursivo de Governador do Amazonas, Wilson Lima. Para quem, então, esse governador fala? De quem se trata esse “nosso povo”? A quem faz essa referência lexical e como esse reforçamento pronominal funciona?

Primeiro, observamos que há aqui um interdiscurso que atravessa essa formulação no que se refere a essa diferenciação demarcada de um determinado povo. De um lado, um povo que trabalha e precisa de proteção em detrimento de outro. Do outro, um grupo que, supostamente, não trabalha, que precisa de controle e ser combatido para que uma parcela se sinta segura. Encontramos nesse dizer o atravessamento do período de pós-abolição, em que a identidade do povo bra-

sileiro era posta como distante daqueles outros povos que não tinham sangue e aparência biológica europeia (considerado como superior sobre os demais). Esses outros povos, distantes do que era tido como realidade brasileira, ou aculturavam-se, assimilando a cultura e os valores da classe dominante (civilizar-se)⁷, ou precisavam ser combatidos. Consoante Nascimento (2016), assimilar-se é dar “as costas à suas origens, ou seja, um ‘negro de alma branca’” (Nascimento, 2016, p. 116).

Apesar de hoje perdurar o entendimento comum de uma democracia racial no país (uma tendência mítica que vem desde o século XX), na prática, acontece o oposto: onde o “*nosso povo*” da SD em questão corresponde a esse povo determinado como a verdadeira identidade brasileira, branca, dominante, elitizada, civilizada. O uso do pronome serve não só para se referenciar discursivamente a esse povo em específico, mas como meio de separar um de outros. Outra memória que (s) urge aqui, é a de estratégias separatistas, sejam elas extremistas e verbalizadas assim (como o *apartheid*, a raça ariana na Alemanha Nazista do século XX), sejam elas em forma de eufemismos, “sutis” e/ou “veladas” (o que podemos dizer que é o caso do Brasil), sejam elas acordadas⁸ ou em desacordo⁹. Para Munanga (2020), um grupo identificar-se

funciona como uma ideologia na medida em que permite a seus membros se definir em contraposição aos membros de outros grupos para reforçar a solidariedade existente entre eles, visando a conservação do grupo como entidade distinta. Mas pode também haver manipulação da consciência identitária por uma ideologia dominante quando considera a busca da identidade como um desejo separatista (Munanga, 2020, p. 13).

7 É importante apontar que a noção de civilização parte de uma visão eurocêntrica, na qual descentraliza outras civilizações e povos como civilizados por não corresponder aos modos de organização social que eram/são comuns a ela.

8 Em que ambos os lados decidem viver em separação e “comungam” para isso (Mbembe, 2016).

9 Em que apenas um lado exerce a vontade e poder de separação (Mbembe, 2016).

Com efeito, no dizer do sujeito do discurso, podemos ler em sua fala tal estratégia de separação funcionando.

Segundo, é importante ressaltar em quais espaços ocorrem esses combates, essas “*batalhas*”, onde a segurança está indo para garantir a segurança desse povo em especial. O acontecimento das condições de produção da SD2 se deu a partir de um confronto policial em uma região periférica de Manaus, onde 17 pessoas foram mortas, incluindo um jovem que vem como destaque da notícia. O campo dessas lutas possui, assim, infraestrutura precarizada e classe social e econômica pouco atendida/vista pelo Estado. Nesse local, estaria, na tese do sujeito, os que se envolvem com o que é “*errado*”. Na intenção de explorar quem e/ou o que corresponderia a essa adjetivação, colocaremos esse trecho em paráfrases¹⁰: “*perdem as famílias dos que se envolvem com o que é errado*”.

P1: Perdem as famílias dos que se envolvem com o crime.

P2: Perdem as famílias dos que desvirtuam a lei.

P2.1: Perdem as famílias dos que transgridem a lei.

P3: Perdem as famílias dos disruptivos da ordem.

P3.1: Perdem as famílias dos disruptivos da norma.

P3.1.1: Perdem as famílias dos disruptivos da normalidade.

P3.2: Perdem as famílias dos disruptivos da disciplina.

P3.3: Perdem as famílias dos disruptivos da civilidade.

P3.3.1: Perdem as famílias dos não-civilizados.

P3.3.1.1: Perdem as famílias dos selvagens.

P4: Perdem as famílias dos moralmente desviantes.

P5: Perdem as famílias dos que se envolvem com o crime.

P6: Perdem as famílias dos criminosos.

10 Paráfrases são “como derivações de possíveis em relação ao dado” (Achard, 2015, p. 16).

Da P1 a P6, observamos “*errado*” deslizar à criminalidade. O eufemismo na SD2 serve para deixar no espaço do não-dito a identificação de criminoso: desvirtuante, transgressor, disruptivo, não-civilizado, selvagem. A expressão “[os] *que se envolvem com o que é errado*” desliza para alguém moralmente desviante, “criminoso”. Trabalhando em cima dos deslizamentos de “*errado*”, chegamos à seguinte conclusão: se o errado transgride a lei, a norma e aquilo que o configura como civil (civildade), logo, é um criminoso, um selvagem. Temos nessas possibilidades de leitura da SD2, abordadas nas paráfrases, uma desumanização desse “*errado*” (assim como na SD1).

Quando observamos que na contrariedade de civilidade temos a não-civilidade, a dicotomização traz à baila o primitivismo. Essa relação contrária revela uma situação colonial. Assim, temos uma memória de colonialidade em que os europeus, partindo de seu lugar e impondo sua ótica ao restante do mundo, eram os senhores da civilização levando civilidade às sociedades que julgavam como primitivas, selvagens e (de) terceiras¹¹. Encontramos, por meio dessas paráfrases, uma desvalorização e difamação do jovem negro. Munanga (2020) resume como ocorre:

A desvalorização e alienação do negro estende-se a tudo aquilo que toca a ele: o continente, os países, as instituições, o corpo, a mente, a língua, a música, a arte, etc. Seu continente é quente demais, de clima viciado, malcheiroso, de geografia tão desesperada que o condena à pobreza e à eterna dependência. O ser negro é uma degeneração devida à temperatura excessivamente quente (Munanga, 2020, p. 31).

11 Funcionando como significado pejorativo de atrasadas e inferiores, daqueles que vieram depois por pertencerem ao Terceiro Mundo, e, por isso, na visão do resto do mundo são, supostamente, inferiores social, moral, intelectual, econômica e politicamente. Eram vistas assim as sociedades indígenas e negras. Sobre esta última, Munanga (2020) informa como essa noção sobre o negro se fez perpétua até em dicionários: “os dicionários e as enciclopédias do século XIX são unânimes em apresentar o negro como sinônimo de humanidade de terceira” (Munanga, 2020, p. 30).

O sujeito negro, nesse sentido, tem uma clivagem de si próprio ao passo em que tudo ao seu redor é desvalorizado e difamado: sua ancestralidade, sua origem, sua cultura, seu ser. No Brasil, essas questões ultrapassam ao difamatório e passam a ser questões políticas, de ordem socioeconômica, ao passo que isso se estende também para o local que habita.

Isto posto, essa área marginalizada onde ocorreu o acontecimento da SD2 se constitui como o local de batalha, como o sujeito menciona em sua fala. Se nos remetermos à memória discursiva pós-abolicionista que apontamos acima, esse povo tido como a identidade brasileira corresponde a branquitude, ou seja, ultrapassa-se uma questão de classe, passando a ser uma problemática racial. Em sua maioria, a classe branca dominante reside em espaços elitizados, logo mais centrais. Os outros povos, como os sujeitos negros, residem em espaços mais marginalizados. Consoante Gonzalez (2020),

um dos legados concretos da escravidão diz respeito à distribuição geográfica da população negra, isto é, à sua localização em relação às regiões e setores econômicos hegemônicos. Em outras palavras, a maior concentração da população negra ocorre exatamente no chamado Brasil subdesenvolvido, nas regiões em que predominam as formas pré-capitalistas de produção com sua autonomia relativa (Gonzalez, 2020, p. 186).

A interdiscursividade que nos presentifica a autora a respeito da localização marginalizada nos conduz para uma memória discursiva pós-abolicionista de condições subdesenvolvidas do país que condicionam a negritude a um lado e a branquitude a outro como parte de uma política de segregação. Esses efeitos são reproduzidos pela nossa formação social capitalista moldada pela colonialidade, segundo Orlandi (2011): “a sociedade capitalista em seu funcionamento contemporâneo é uma sociedade que vai além da exclusão, ela funcio-

na pela segregação (coloca para fora da sociedade, e, quem está fora, não existe, não é levado em conta)” (Orlandi, 2011, p. 696). Quem está fora é excluído, ocupa um lugar de não existência, porque é dado como não importante.

Há, então, uma desumanização desse local e de seus residentes, por dois motivos: primeiro no que tange ao local, porque se torna um campo de guerra, logo, um local em que a existência é precária, que contraria ao essencial para uma vivência humanitária; e segundo em relação ao residente, em que é dado muitas vezes como “errado”, indo de criminoso à selvagem (se estendendo também e, sobretudo, para o jovem negro que está entre os demais). Tal selvageria insinua uma perversidade e animalização desse sujeito, que conversam entre si. Ao mesmo tempo em que o torna como levado por seus instintos, sem noção de obediência ou controle de seus desejos, organiza esse sujeito como mau/mal para a sociedade. Além disso, a animalização englobaria questões físicas, como na Idade Média e no Renascimento, no qual se mantinha a ideia de que na África havia semi-humanos ou semianimais, com chifres, com um olho só, sem cabeça, com rosto de animais (Munanga, 2020). Outrossim, há ainda a representação do negro como vínculo entre o macaco e o homem branco completamente evoluído. Para Souza (2021), essa “é uma das falas míticas mais significativas de uma visão que o reduz e cristaliza à instância biológica” (Souza, 2021, p. 57). Ocorre também, atrelada a esse discurso de animalização, uma bestialização (Fanon, 2020)¹², ao passo que há descrições de características físicas bestiais.

Esse discurso ou, ainda, a animalização desse sujeito, ecoa em outras SDs:

SD3: “De acordo com a visão do delegado, já era de conhecimento dos agentes envolvidos a complexidade do baile da DZ7 e que

12 “O negro é uma besta, o negro é mau, o negro é malicioso, o negro é feio” (Fanon, 2020, p. 129).

a aproximação das viaturas ‘causaria correria e comportamento hostil por parte dos frequentadores’”.

SD4: “Você sabe o que eles fizeram? Porque eles são *agressivos*”.

SD5: “A empresa disse também que os dois jovens estavam *causando desordem e ameaçando* clientes e colaboradores”.

A SD3 acima foi recortada da notícia “Nove PMs são indiciados por homicídio culposo em Paraisópolis”, datada de 25/06/2021. O acontecimento descrito na notícia trata dos jovens mortos após uma operação policial em um baile funk de Paraisópolis. A SD4 e 5 compartilham a mesma conjuntura “Jovens negros são arrastados em shopping”, datada de 30/12/2020. A conjuntura se dá em torno da solicitação de uma empresa baiana para que a segurança local interceptasse dois jovens que frequentavam o shopping.

Nas três SDs encontramos um sujeito segurança que diz, assim como na SD2. Em seu dizer, a animalização desses jovens vem assinalada pelos termos “*comportamento hostil*”, “*agressivos*” e “*causando desordem e ameaçando*”. A hostilidade, a agressividade, a ameaça e a desordem são características morais que o sujeito segurança, ao discursivizar, faz funcionar uma aproximação do sujeito negro a comportamentos irracionais, o significando enquanto perigo biológico (Fanon, 2020). Essa construção faz parte de um discurso biologizante. Essa inferioridade moral e intelectual atribuída a ele serviu para justificar a servidão como inerentes. Logo, como meio também de separá-lo do restante da sociedade e das guerras autorizadas e subvertidas de intervenções policiais ou pacificações. Sobre isso, Munanga (2020) declara que

legitima-se o uso da polícia e de uma justiça severa diante de um retardado, com maus instintos e ladrão. É preciso proteger-se das perigosas tolices de um irresponsável e defendê-lo de si mesmo. Nesse contexto,

a hostilidade do negro, reconhecida como algo positivo, decorre também da sua fragilidade e falta do senso de previsão e economia (Munanga, 2020, p. 32).

É por meio desse discurso de proteção a uma selvageria provinda do sujeito negro, que o sujeito segurança é posicionado como combatente e protetor.

A selvageria descrita nas SDs 3, 4 e 5, em relação a esses sujeitos jovens, sugere alguém indisciplinado, sem controle, não domesticado, feroz, perigoso, não civilizado. A falta de disciplina está relacionada a alguém que não segue ordens, que foge à norma/“normalidade”. Isto é, daquilo que é normativo, ou ainda, que se coloca como normativo. Em que essa normatividade – principalmente se levarmos em consideração a época de tal afirmação – estaria ligada a uma branquitude, a um cidadão que se coloca como cidadão de bem (fazendo aqui um outro diálogo com a SD2).

Estaria ainda relacionada a características anárquicas, da inexistência de um Estado que o civilize – dentro daquilo que é considerado como civilidade: daí a noção de primitivo. Mais do que isso, a não civilidade da significação de selvagem está em posição contraposta ao significado de *cidadão de bem* do sujeito da SD2 (pois este segue as regras do Estado, trabalha e, portanto, é um civilizado), quando aproximamos à afirmação de quem precisa ser combatido e de quem precisa de proteção e ao significado de alguém *errado* (alguém que foge à ordem, à norma, não civilizado). Há, então aqui, uma relação dialética entre selvagem e errado. Mais, entre criminoso e errado.

Com efeito, em um primeiro movimento animaliza-se esse sujeito negro para só, a partir disso, desumanizá-lo (de modo semelhante, acontece o mesmo na SD1). Isto é, ao esboçá-lo com aspectos animais para descrever práticas e comportamentos, essencialmente o torna como avesso à humanidade. Desse modo, restringe-se ao que é da ordem da humanidade a esse sujeito.

Há aqui efeitos de um corpo discursivo que são colocados em funcionamento. Isto é, de um corpo hostil, selvagem, perigoso, primitivo, alheio à civilidade, sem pertencimento. As três SDs em análise, trazem como sujeitos jovens negros em contato com a segurança. É, então, o corpo do jovem negro que ganha certos significados nesse contato. *A priori*, como descreve Souza (2021), o indivíduo não é negro, ele torna-se negro. Isso acontece a partir do processo de interpelação ideológica. Ele é identificado enquanto tal. Desse modo, seu corpo é identificado como um corpo adverso a um corpo normativo. Enquanto um corpo dicotômico, sua contrariedade é marcada pela significação, que o legitima como corporeidade válida em certos espaços. Orlandi (2004) entende que existem imaginários sobre quais corpos podem circular em determinados espaços e como podem circular também. Isto é, um corpo que faz sentido em um lugar, mas não em outros. Ferreira (2013) entende que a inscrição do sujeito no mundo (e eu diria, a partir daí, no discurso) é feita por meio do corpo: um corpo que se faz e que é feito sujeito. Logo, conforme a autora, não é desprovido de ideologia (Ferreira, 2013).

Nas formulações das SD3, SD4 e SD5, as condições imediatas de produção se dão em lugares divergentes. Na SD3, assim como nas anteriores, o contexto são áreas marginalizadas, enquanto na SD4 e SD5 a situação se passa em uma área central, privilegiada: o shopping. Logo, na mesma proporção que em áreas marginalizadas o corpo desses sujeitos é legitimado pelo lugar em que estão: naturalizado, que faz sentido; em áreas socioeconomicamente prestigiadas, o corpo do sujeito negro é desnaturalizado, pertence ao *non-sense*. Seja ele um corpo juvenil ou não. Logo, vem junto a esse pensamento um outro: o de pertencimento. Assim, tanto o shopping quanto lugares periféricos são organizados pelo político, pelo simbólico, que permite a significação, pois espaço e corpo se constituem mutuamente (Orlandi, 1996 *apud* Fontana, 2021). Se são corpos que são julgados como não pertencentes de um lugar privilegiado, por consequência, não fazem sen-

tido naquele local. Outrossim, autorizaria significações como as das SDs em análises, bem como ações truculentas da segurança.

Consoante Orlandi (2011), a depender do espaço urbano, a segurança pode assumir a função de segurança, como a que protege, e de polícia, como a que reprime: “no caso do condomínio, o aparato é o de seguranças; no das favelas, é o da polícia. Em um é a presença da força para proteger, em outra é a presença da polícia para reprimir” (*op. cit.*, p. 699). Nesse entendimento, na SD4 e 5 o shopping autorizaria a repressão do sujeito jovem negro para a proteção dos outros sujeitos presentes ali. Desse modo, o sujeito da segurança assume dois lugares sociais e discursivos, concomitantemente: o de segurança e o de polícia. Já na SD3, ele assume proeminentemente o lugar discursivo de polícia, para reprimir os sujeitos que lá residem.

Podemos levantar ainda a questão de “causar correria” diante a presença do sujeito segurança, descrita na SD3, interpretando não só como significado de dispersão, mas também como significado de fugir. Um corpo fugitivo. Um sujeito que reconhece a interpelação de si, a clivagem de si, e sua reação é fugir. A relação de um corpo fugitivo é a de um corpo desvirtuante, culpado, que se acusa. Como Ney Matogrosso em sua canção, “se correr o bicho pega, e, se ficar, o bicho come”, a interpelação de um corpo negro ocorre seja lá como acontecer esse reconhecimento: ficando e gerando “*comportamento hostil*” ou fugindo e “*causando correria*”. Um corpo que não só tenta se libertar dos grilhões (lê-se aqui como o efeito de evidência) que ainda hoje são trancados a si, mas dos sentidos que lhe são conferidos.

Por outro lado, a criminalização acontece de um modo ou de outro. No entanto, fugir é visto como o reforçamento de uma culpa, que retorna transversalmente sobre o pré-construído de um sujeito negro que foge: o negro fujão. Como desvencilhamento da condição que foi apregoada a ele: não civilizado, selvagem, primitivo, criminoso. O jovem negro seria, assim, um desertor dessa condição, mas que,

ao tentar desertar, é acusado em dobro por ela. Nesses moldes, um jovem negro que corre, aos olhos da segurança e de uma classe dominante, não é apenas um jovem negro que corre, é um corpo criminoso que se acusa no movimento de tentar fugir.

5 Algumas considerações

Em nossos gestos de análise, observamos como os discursos racializados funcionam, seja por um discurso *de* ou *sobre* raça, como na SD1, SD4 e SD5 (essas conseguimos entender de qual público se trata ao lermos a notícia, por via da marcação de raça, no entanto, os recortes em si apresentam racializações que são possíveis de serem interpretadas com e sem marcação), seja por um discurso que não traz a textualização de raça, como a SD2 e SD3. Ao racializarmos os discursos, conseguimos apreender o atravessamento ideológico de raça mobilizado neles.

Discursos como esses analisados chocam-se com outros na memória metálica, produzindo uma memória digital quando os historicizamos no embate com a memória discursiva. Observamos, na discussão, como a animalização está relacionada com a criminalização atravessada por uma leitura de corpos, por uma leitura de raça desse sujeito juvenil negro realizada pela segurança, mas que tem um ponto de apoio que representa a relação de dominação e dominado: o discurso do ex-presidenciável brasileiro. Um dizer que retorna, não só se reatualizando, mas alimentando o algoritmo que guarda esses discursos. A memória digital, nesse sentido, faz retornar esses dizeres que circulam no âmbito digital, e que os colocam em uma circulação avessa a do âmbito impresso, porque alça um público muito maior e com que compartilham das mesmas FDs e posições-sujeito.

Portanto, o jornal digital da *Folha*, enquanto produtora de um discurso digital, reorganiza esses dizeres e os cristaliza no imaginário coletivo, seja de modo malicioso ou não, mas acaba, de certo modo, contribuindo para a sedimentação de sentidos.

Referências

- ACHARD, Pierre. Memória e produção discursiva do sentido. In: ACHARD, Pierre *et al.* **Papel da memória**. 4. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015. p. 11-18.
- ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. **Regimento que levou Tomé de Souza governador do Brasil (1548)**. Lisboa, HUM, p. 1-9, s/d.
- BATISTA, Coronel. Histórico da segurança pública no Brasil. **Abriosa** – Registros Históricos da Polícia Militar da Paraíba, s/n, 2015. Disponível em: <http://abriosa.com.br/historico-da-seguranca-publica-no-brasil/>. Acesso em: 20 abr. 2023.
- DIAS, Cristiane. **Análise do discurso digital**: sujeito, espaço, memória e arquivo. Campinas: Pontes Editores, 2018.
- EURICO, Marcia Campos. Tecendo tramas acerca de uma infância sem racismo. **Revista em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 45, p. 69-83, 2020.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.
- FERREIRA, Maria Cristina Leandro. O corpo como materialidade discursiva. **Redisco**, Vitória da Conquista, v. 2, n. 1, p. 77-82, 2013.
- FONTANA, Larissa da Silva. **O discurso do colorismo no Brasil**: processos de racialização e genderização nos dizeres da identidade nacional e nas mídias negras. 2021. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 2021.
- GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo latino-afro-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Organização Flávia Rios e Márcia Lima. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- GRIGOLETTO, Evandra. Do lugar social ao lugar discursivo: o imbricamento de diferentes posições-sujeito. In: FERREIRA, Maria Cristina Leandro; INDURSKY, Freda (org.). **Análise do discurso no Brasil**: mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos: Claraluz, 2007. p. 123-134.
- INDURSKY, Freda. O movimento político brasileiro e sua discursivização em diferentes espaços midiáticos. In: FLORES, Giovanna G. Benedetto; GALLO, Solange Maria Leda; LAGAZZI, Suzy; NECKEL, Nádia Régia Maffi; PFEIFFER,

Cláudia Castellanos; ZOPPI-FONTANA, Mônica G. (org.). **Análise de Discurso em rede**: Cultura e mídia, v. 3. Campinas: Pontes Editores, 2017.

LIMA, Ari. Funkeiros, timbaleiros e pagodeiros: notas sobre a juventude e música negra na cidade de Salvador. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 22, n. 57, p. 77-96, 2002.

MARTINS, Rafaela Werneck Arenari; SILVEIRA, Luana da. Juventude pobre e negra na mira: bio-necropolítica em saúde mental. **Ayvu Revista de Psicologia**, v. 08, p. 01-15, 2021.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, n. 32, 2016.

MODESTO, Rogério. Interpelação ideológica e tensão racial: efeitos de um grito. **Littera Online**, n. 17, p. 124-145, 2018.

MODESTO, Rogério Luid. Os discursos racializados. **Revista da Abralin**, v. 20, n. 2, p. 1-19, 2021.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude**: usos e sentidos. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. 3. ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.

NOGUEIRA, Renato; ALVES, Luciana Pires. Infâncias diante do racismo: teses para um bom combate. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 44, n. 2, p. 01-22, 2019.

NUNES, Georgina Helena Lima. Infância e juventude negra, ações afirmativas e educação básica: algumas notas para refletir. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 08, n. 57, p-56-67, 2021.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Cidade dos sentidos**. Campinas: Pontes Editores, 2004.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Histórias das ideias X Histórias de vida: Entrevista com Eni Orlandi. **Fragmentum**, Laboratório Corpus: UFSM, n. 7, p. 11-51, 2006.

ORLANDI, Eni Puccinelli. A casa e a rua: uma relação política e social. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 36, n. 3, p. 693-703, 2011.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 13. ed. Campinas: Pontes Editores, 2020.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio (1975). Tradução Eni Puccinelli Orlandi. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

SOUZA, Alan Lôbo de. **Estereótipos em piadas sobre baiano**. 2013. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.



OS SENTIDOS SOBRE A LIBRAS, O SURDO, A DEFICIÊNCIA E A INCLUSÃO MATERIALIZADOS NO DISCURSO POLÍTICO DE DIREITA E ESQUERDA, POSTOS EM CIRCULAÇÃO PELO DISCURSO JORNALÍSTICO

Geisymeire Pereira do Nascimento
Heron Ferreira da Silva
Raimundo Gomes de Oliveira Junior

Introdução

Esta pesquisa tem como foco compreender o modo de significação e os efeitos de sentidos produzidos sobre a Libras, o surdo, a deficiência e a inclusão, dentro de formulações produzidas e postas em circulação pelos jornais *O Globo* e *Folha de S. Paulo*. Nosso *corpus* de análise advém de notícias que discursivizam sobre formulações político-partidárias, mais propriamente aquelas veiculadas após os seguintes acontecimentos sociais: o pronunciamento em Libras da ex-primeira-dama, Michelle Bolsonaro, na posse presidencial do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (Partido Liberal – PL), em janeiro de 2019 e a cerimônia de posse do atual presidente, Luiz Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores – PT), ocorrida em 01 de janeiro de 2023.

Para tanto, a fim de nortear nossos gestos de leitura e interpretação, utilizamos o dispositivo teórico-metodológico da Análise

de Discurso materialista (AD). Consoante Pêcheux (1994), Orlandi (2008, 2012, 2014, 2015, 2017) e Mariani (1996, 1998, 2019), não tomamos o texto como uma unidade linguística fechada em si mesma, ao contrário, compreendemos que a leitura e interpretação de um texto depende de sua relação com um conjunto de outros discursos possíveis em condições de produção (CP) definidas. É pautado nesse entendimento, que enquanto analistas, buscamos compreender como os textos que compõem nosso *corpus* de análise funcionam, ou seja, como se manifestam os efeitos de sentido sobre as questões que são postas em circulação através da materialidade ideológica do discurso jornalístico, sobretudo, nos discursos político-partidários de direita e de esquerda.

Pensando nos sentidos de inclusão/exclusão, diferença/deficiência, Costa (2014) nos convida a refletir sobre a demanda político-econômica de convivência entre iguais e diferentes na sociedade. A partir do gesto de leitura delineado pela autora, toma-se como *iguais*, o efeito de que “todos” devem ser inseridos no sistema capitalista neoliberal para “contribuir” com o trabalho para a maquinaria político-econômica e, deste modo, aqueles significados como diferentes não seriam um “peso” econômico para o Estado. Ainda na discussão traçada pela autora, observamos como alguns discursos que se projetam como pró-inclusão, na verdade, ratificam (pela opacidade da língua) o discurso de exclusão. Assim, no texto “Discursividades de inclusão e a manutenção da exclusão”, Costa (2014) discorre sobre como o Estado, o governo e as políticas públicas de inclusão individualizam a pessoa com deficiência, responsabilizando-a pela sua própria inclusão no sistema capitalista neoliberal.

Neste sentido, para compreendermos como se dão os sentidos sobre Libras, pessoa surda, deficiência e inclusão no Brasil atual, nos questionamos: Como os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo* produzem efeitos de sentido sobre a Libras, o surdo, a deficiência e inclusão ao discursivizarem sobre o discurso político-partidário de direita

e de esquerda, em meio a uma disputa ideológica, a partir dos acontecimentos políticos de posse presidencial nos anos de 2019 e 2023. E como tais gestos de significações afetam o processo de inclusão social das pessoas surdas?

A partir dessas questões, podemos ter como justificativa de pesquisa o fato de sermos integrantes dessa comunidade surda e por já pesquisarmos discursos que circulam sobre a pessoa com deficiência, em especial, a pessoa surda. Desse modo, objetivamos compreender como as formulações postas em circulação pelo discurso jornalístico, na conjuntura da disputa ideológica (direita/esquerda), afetam e se marcam no imaginário social endossando ou rompendo com formações imaginárias que se colocam no campo discursivo marginalizando as pessoas com deficiência, a língua de sinais e a inclusão social. Neste sentido, traçamos uma discussão utilizando-nos de gestos de leitura e interpretação calcados na AD materialista, a partir dos quais nos propomos a não darmos respostas, mas questionarmos e compreendermos, a partir de uma leitura menos ingênua (Orlandi, 2012), o modo como essas produções discursivas se fixam no imaginário social e promovem deslocamentos excludentes e marginalizantes no meio social.

2 A teoria discursiva e seus entremeios

Observamos que são diversas as formulações discursivas postas em circulação sobre o surdo. São discursos que geram efeitos sobre a Libras, a pessoa surda, a deficiência e a inclusão. Esses discursos são significados por efeitos de um lugar que olha e significa o surdo como um sujeito ‘diverso’. Com isso, Lopes (2016, p. 119) relata que o sujeito diverso tem rompido com os padrões do corpo ‘normal’ que marca nosso imaginário social, pois, “diferença, contradição, oposição, dessemelhança, multiplicidade, variedade, pluralidade se marcam como efeitos de sentido possíveis para as várias manifestações recobertas pelos sentidos de diverso”. Esses sujeitos, estão marcados em nosso imaginário social pelos efeitos de sentidos recobertos pelo

‘diverso’, e são significados a partir dos padrões estabelecidos sócio e historicamente do que seja um corpo normal e anormal (Lopes, 2016).

Assim, a AD materialista busca compreender o processo de constituição dos discursos sobre resistência e luta, no qual tais sentidos possam ser deslocados para um lugar em que as pessoas que não ‘se enquadram’ no normal, sejam significadas não mais pela ‘anormalidade’, mas sim por suas diferenças, as minorias. Dentre elas, os surdos têm buscado práticas discursivas em que eles próprios possam se significar, deslocando e produzindo efeitos de sentido contrários aos que eles têm sido expostos historicamente. Pensando nisso, em uma análise discursiva sobre a Resolução nº 45/91 (Organização das Nações Unidas, 1991), que trata da sociedade da inclusão com foco na promoção de uma sociedade para todos, Costa (2014, p. 104) ressalta:

[...] que não há espaço para as diferenças, para o sujeito dito diferente em uma sociedade da segregação. Essas diferenças e sujeitos ficam fora, mas o discurso da inclusão produz como efeito a ilusão de incluí-los. Essas diferenças e sujeitos são então controlados, administrados e emergem na sociedade através do discurso da igualdade, do processo de individuação do Estado e suas instituições que ao individuar o sujeito faz com ele ocupe uma posição-sujeito na ‘sociedade para todos’, faz com ele se projete dentro, como parte dessa sociedade. Ou ainda, como fora, mas que pode vir a ser incluído nas relações sociais.

Seguindo com Costa (2014), também compreendemos que o discurso de igualdade apaga as diferenças e silencia questões sobre as singularidades específicas das pessoas com deficiência que precisavam ser postas em prática pelo Estado, governos e sociedade, numa promoção de uma equidade social. Skliar (2013, p. 13) discute que “a diversidade cria um falso consenso, uma ideia de que a normalidade hospeda os diversos, porém, mascara normas etnocêntricas e serve

para conter a diferença”. Quando paramos para observar as ações estabelecidas socialmente, comportamentos, atitudes, discursos e sentidos que circulam na sociedade, nos é possível perceber o quanto nós, como indivíduos, coletivo, instituições, Estado e governo (ocupando discursivamente nossas posições-sujeito e produzindo sentidos), impomos regras, estabelecendo padrões que limitam, discriminam, hierarquizam, excluem e podem pessoas que fogem dos moldes estabelecidos pelos grupos hegemônicos.

Sobre a disputa de sentidos e seus efeitos no social, Orlandi (2017, p. 18) discorre que, ao “dizer que o que dizemos tem relação com outros dizeres e que isto faz parte dos efeitos de sentidos de nosso dizer”. Nesta compreensão, importa se falamos do lugar de médico, do político, de surdo, do deficiente, do professor de Libras e etc. “Cada um desses lugares tem sua força de interlocução e isto se representa nas posições-sujeito” (Orlandi, 2017, p. 18).

Um outro discurso que, frequentemente, produz sentidos sobre as pessoas com deficiência e que tomamos enquanto um já dado, é o discurso jornalístico. O discurso jornalístico produz os discursos *sobre* algo para alguém. Mariani (1996) descreve que os discursos *sobre* são uma modalidade do discurso jornalístico, e estes, como relata Orlandi (2008, p. 44), “são uma das formas cruciais da institucionalização dos sentidos. [...] Assim, o *discurso sobre* é um lugar importante para organizar as diferentes vozes (dos discursos de)”, pois, como aponta Orlandi (2015, p. 60), “todo discurso se estabelece na relação com um discurso anterior e aponta para outro”, há sempre algo no que interior do dizível, demandando gestos de interpretação.

Portanto, ao trabalharmos com o discurso jornalístico, devemos considerar que há um imaginário que circula socialmente sobre o fato de que nesta materialidade discursiva a informação, o dado, o acontecimento, a declaração, o fenômeno apreendido são postos em circulação em sua singularidade, a partir de uma ilusão de imparcialidade

e isenção (Lopes, 2009). No entanto, a partir de nossa filiação teórica, compreendemos que há uma relação opaca existente entre os sentidos e a linguagem, uma vez que no gesto de interpretação há sempre a possibilidade do equívoco, “os sentidos não se fecham, não são evidentes, embora pareçam ser. Além disso, eles jogam com a ausência, com os sentidos do não-sentido” (Orlandi, 2020, p. 09).

Sobre essa perspectiva teórica, histórica e ideológica, percebemos que, no interior da conjuntura política brasileira, há discursos de direita que são atravessados pelo discurso religioso e produzem discursivamente deslocamentos que marginalizam a prática discursiva de esquerda. A exemplo dessa discursividade advinda de uma Formação Discursiva¹ (FD) político-partidária de direita, posta em circulação durante a campanha e também após a posse do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, filiado atualmente ao Partido Liberal (PL), mas à época de sua eleição para presidente filiado ao Partido Social Liberal (PSL), temos os *slogans* “Deus, pátria e família” e “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. Almeida (2022), ao fazer uma análise discursiva da formulação “Deus, pátria e família”, identifica a presença forte do discurso autoritário advindo do discurso religioso que atravessa o discurso político-partidário de direita, fortalecendo uma memória discursiva fascista. Ainda consoante Almeida (2022, p. 372), soubemos que

[...] os sentidos que o discurso religioso vai adquirindo uma vez apropriado por grupos autoritários, parece-nos razoável apontar que a fé é usada para silenciar o contraditório – e, especialmente, para justificar a exploração interna do capital numa nação. É possível perceber que alguns elementos do discurso religioso são apropriados pelo discurso de um fascismo incipiente, atualizado no século XXI: por exemplo, o mito

1 Orlandi (2015, p. 43) descreve que a Formação Discursiva (FD) “se define como aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada determina o que pode e deve ser dito”.

de Deus passa, frequentemente, ao mito da nação gloriosa, mitificada (como nos indicam os clamores ‘USA, USA, USA’, por parte dos apoiadores de Donald Trump, nos EUA, e no slogan ‘Brasil acima de tudo’, de sua contraparte brasileira). Este mito e essa glória funcionam tal qual o sentido de um Deus que, onisciente, onipotente e onipresente, não pode ser questionado, o que justifica, para parte de seus apoiadores, o efeito de sentido que arquiteta a lógica de que ‘Bolsonaro é ungido por Deus’, que por si só é representante da nação mítica cristã que está por trás de seu slogan de campanha – e merece, portanto, a alcunha de ‘mito’.

Nesse olhar, os discursos praticados pelos e para os que se identificam com os discursos políticos de direita tomam esse caminho da fé (não racionalizada e não consonante à ciência) e do evangélico, para poder atrair mais sujeitos apoiadores que se identificam com os discursos sobre família, pátria, moral e disciplina a partir de uma FD político-religioso-evangélica. Durante o período de campanha e de governo de Bolsonaro, as tomadas de decisões se deram sempre atravessadas por práticas discursivas político-ideológico-evangélicas de salvação das minorias que se “sentem esquecidas²”.

Atualmente, temos observado fortemente no campo político a adesão de representantes do povo de Deus/líderes religiosos/evangélicos às campanhas e cargos políticos no Brasil. É crescente o número de cargos políticos (vereadores, deputados, senadores e etc.) ocupados

2 Essa construção se encontra no pronunciamento em Libras da ex-primeira-dama, Michelle Bolsonaro, o qual analisamos neste capítulo.

por religiosos nas diversas instituições que compõem o Estado³. Deste modo, tais “representantes políticos de Deus” e da(s) igreja(s) atuam como interlocutores (de Deus e seu povo) frente ao Estado, posicionando-se nessa frente político-ideológico-evangélica.

Sobre essas relações de força e poder entre Estado (Direitos Humanos) e os “representantes políticos de Deus” (direitos da(s) igreja(s) e do povo de Deus), que ocupam um lugar discursivo que fala da prática ideológica evangélica, que discursiviza como um sujeito autorizado por Deus, produzem-se discursos que são afetados por aspectos histórico-sociais, econômicos, éticos-morais e políticos. Mas, essa “luta de queda de braço” com o Estado não é harmônica e homogênea, pois outras forças, outras FD também atuam perante o Estado. Daí se faz necessário que os representantes políticos de Deus requeiram às igrejas e aos seus adeptos (“o povo de Deus”) que organizem alguma forma de confronto, de pressão contra o Estado. E, é neste lugar, da luta ideológica, que ocorre o chamamento das igrejas ao povo de Deus, a lutar contra o Estado, como recurso de solução para as misérrias, para os problemas de violência, de questões relacionadas à família, ao aborto, ao armamento civil, à falta de terra, ao meio ambiente, à sexualidade, à educação e etc.

Nesse jogo simbólico dos discursos políticos em nosso país, notamos que de um lado temos os discursos advindos de uma formação discursiva filiada ao discurso político de direita-evangélica, representado por Jair Bolsonaro, através de construções discursivas mar-

3 Na última eleição presidencial, como consta no *site* do jornal *Gazeta do Povo* (<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/bancada-evangelica-congresso-tera-recorde-membros-proxima-legislatura/>), a bancada evangélica terá, para o mandato de 2023 a 2026, 136 deputados e 14 senadores que se declaram evangélicos. A Frente Parlamentar Evangélica (FPE), fundada em 2003, como consta no *site* do Senado (<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/conselhos/-/conselho/fpe>), tem como finalidade propor medidas legislativas e alterações na legislação que visem à construção de um arcabouço legal específico para garantir a liberdade religiosa e de credo, bem como acompanhar os resultados de ações assistenciais promovidas pelo Poder Executivo, além de discutir propostas que possam ampliar os limites de abrangência e atuação dos benefícios assistenciais, assegurando fontes de recursos para pessoas em situação de vulnerabilidade.

cadadas no imaginário social por formações imaginárias de mito (herói do povo), de capitão (aquele que ama, serve e protege a pátria) e de messias (enviado por Deus para salvar, libertar o povo de Deus do mal). Tais formações compõem no jogo imaginário a posição-autor de homem-de-bem-presidente que defende o bem, “o *status quo* burguês” (Mariani, 2019, p. 275). Assim, discursivamente, percebemos nesse gesto, o rompimento com o imaginário social e a posição-sujeito de presidente da república (Que no Brasil tem o sentido de: chefe de Estado e governo, que deve atuar em defesa dos interesses nacionais, interesses coletivos na nação, respeitando e agindo conforme rege a constituição brasileira, atuando de forma harmônica e integrada com os três poderes: Executivo, o Legislativo e o Judiciário), inscrevendo-se na posição-sujeito-militar e na posição-sujeito-religioso, assim cita Araújo (2019, p. 65),

Esses dois discursos (religioso e militar) são autoritários na análise de Orlandi e tendem à monossemia. Bolsonaro inscreve-se na posição sujeito-militar e da posição sujeito-religioso, ocupando esses dois lugares sociais, cuja alternância de posições não se apresenta conflituosa. Ao contrário, sustentam-se mutuamente estabelecendo uma relação de inclusão, de aliança, sob a qual ambos sustentam, por sua vez, o pretenso discurso político.

Portanto, nas formulações advindas das posições-sujeitos em que Bolsonaro se inscreve, têm-se os discursos antidemocráticos de anulação e descrédito aos três poderes, os negacionistas com relação à ciência, os de não obrigatoriedade e de descrença na eficácia da vacina contra a covid-19, que o próprio presidente se recusava a tomar, já que ao enunciar a partir de uma posição-sujeito-religioso, aquele que é escolhido por Deus para libertar o Brasil, adquire maior credibilidade e confiabilidade que o discurso científico. É importante destacar que para Orlandi (1987, p. 8), devemos observar, a partir de um olhar

menos ingênuo, o discurso religioso e seus atravessamentos, e “ultrapassar os limites de procedimentos puramente positivistas, pois esses procedimentos já têm inscrita a função social da religião, incluindo-se aí a produção de sua violência simbólica (e outras)”.

Olhando para a outra perspectiva ideológica, tem-se os discursos advindos de uma formação discursiva filiada ao discurso político de esquerda (diretamente vinculado aos sítios de significação de comunismo, de comunista e de esquerda, que no imaginário social se marcam como representantes do mal, os inimigos da pátria, da família e da religião (Mariani, 2019)⁴. Como analistas, compreendemos que analisar o discurso sobre a esquerda no Brasil gera efeitos diversos, mas também observamos que na disputa desses sentidos se destacam os que marginalizam e criminalizam o lugar discursivo do discurso político de esquerda, assim como nos mostram as discussões de Mariani (2019). Deste modo, tomar os discursos de Lula (aquele que, no imaginário social, representa o discurso político de esquerda no Brasil) como uma materialidade discursiva e ideológica, inscrita em formações imaginárias diversas, “implica verificar a relação que vai se estabelecer entre o efeito de memória (a retomada de um já-dito), e o(s) efeito(s) de sentido que tal retomada desencadeia” (Indursky, 2004, p. 107). Ou seja, a partir da memória de já-dito, de um já (re)significado, percebemos que os efeitos de sentido sobre o que é ser esquerda e/ou de esquerda no espaço sócio-histórico da política no Brasil atual estão na ordem do não confiável, do desacreditado, do marginalizado, do não

4 Mariani (2019, p. 270-271) ressalta que “As palavras comunismo, comunista e esquerda foram progressivamente deslocadas do campo específico de debate sobre ideias políticas e, como efeito, produziu-se um forte movimento para o silenciamento de ideias sobre sociedade e sobre economia formuladas na ordem do discurso materialista. Em função deste deslocamento e ressignificação, estas palavras, na atualidade, estão sendo determinadas por efeitos de sentidos variados, dentre os quais destaca-se o da criminalização. Destaco alguns, como, por exemplo, efeito de ameaça (uma ameaça no social genérica e indistinta), de feiura e falta de higiene (quando associadas às mulheres de esquerda); de bagunça, balbúrdia, descrédito (quando estas palavras encontram-se referidas à Educação e ao combate à corrupção), de enfrentamento (quando vinculadas às ações policiais em situações de repressão a movimentos sociais), e, ainda, de efeitos que remetem para uma espécie de falta de moral (sobretudo quando vinculadas às diferenças religiosas, à igualdade de gênero, e aos movimentos culturais)”.

cidadão de bem, do não patriota, do não conservador. Observamos que Mariani (2019) faz uma retomada do que discutira em texto publicado em 1998, no qual faz uma análise dos sentidos de comunismo/comunista e a extensão desses sentidos para esquerda/esquerdista produzidos e postos em circulação pelo discurso jornalístico, lemos que

A análise do corpus permitiu verificar um processo dominante de produção de sentidos que instituiu o PCB no lugar de ‘inimigo da pátria e da família’, ‘inimigo do Brasil’, ou ainda, ‘mau brasileiro’. Durante décadas, nos jornais do Rio de Janeiro, *comunismo e comunistas foram substituídos por formas discursivas como maus brasileiros, inimigos da liberdade, inimigos da concórdia, sectários ferozes, inimigos da lei e da pátria, extremistas, doutrina alienígena e ditadura vermelha, dentre outras* (Mariani, 1998, p. 124 a 131). Com o PCB na ilegalidade e a discussão política proibida de ser formulada pela maior parte de uma imprensa vinculada ao discurso político conservador e liberal, a forma dominante de discursividade estava voltada para as formas de existência e das coisas-a-saber do mundo capitalista (Mariani, 2019, p. 276).

A partir da leitura das circunstâncias que constituem essa discursividade, nos é possível acompanhar como se deu/dá por décadas as construções de sentidos relacionados ao discurso político de esquerda, discursivizada pela imprensa jornalística tradicional que se identifica e filia-se a uma FD mais conservadora, liberal e capitalista.

3 Do arquivo, recorte e suas condições de produção

Na AD materialista, a construção do dispositivo analítico se dá de maneira diferente, ela sempre ocorre num batimento entre a teoria e a análise e que, para o fazer analítico, é imprescindível considerar

as Condições de Produção⁵ (CP) do discurso. Sobre as CP, Orlandi (2015) nos mostra que elas se dão no sentido estrito, que são as circunstâncias da enunciação: é o contexto imediato. E, no sentido amplo, que é a conjuntura teórica, sócio-histórica, ideológica. Para isso, nesse viés, o discurso é sempre produzido a partir de CP dadas. Sempre há sujeitos e uma situação discursiva que fala sobre algo. A partir da mobilização e descrição das condições de produção, o analista precisa elaborar o recorte e a seleção do arquivo discursivo, que, na teoria com a qual trabalhamos, são processos distintos. Uma vez que, a noção de arquivo visto pela teoria se dá como um “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão” (Pêcheux, 1994, p. 57).

Para compreendermos como a Libras, a pessoa surda, a deficiência e a inclusão são significadas dentro de uma formação ideológica que se marca a partir do discurso jornalístico que discursiviza sobre o discurso político de direita e de esquerda. Analisamos o que os jornais *O Globo* e a *Folha* formularam sobre: o pronunciamento em Libras da ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro na posse presidencial de 01/01/2019 e as cerimônias de posse do ex-presidente Jair Bolsonaro, em janeiro de 2019, e do presidente Lula, em 01 de janeiro de 2023. A escolha por esses acontecimentos discursivos se deu por compreendermos que os discursos de posse de governos entram no imaginário social como promessas a serem cumpridas, gerando expectativas, identificação e des-identificação. E, porque, para a comunidade surda do país, tais acontecimentos geram muitas expectativas acerca dos direitos linguísticos e culturais desta comunidade.

5 “A elaboração do conceito de Condições de Produção na Análise de Discurso é estabelecida a partir de uma reflexão sobre a teoria linguística, ressignificando alguns de seus pressupostos para que a História e o sujeito sejam considerados na produção do sentido. Dessa forma, o sentido passa a ser compreendido como um efeito, produzido pela relação entre aquilo que é interno ao sistema linguístico e o que age de fora, oriundo do espaço sócio-histórico” (Oliveira; Radde, 2020, p. 47).

Organizamos nosso gesto analítico-discursivo da seguinte maneira: primeiramente, trouxemos o pronunciamento que a ex-primeira-dama enunciou em Libras na posse do dia 01/01/2019. Esse pronunciamento foi posto em circulação na íntegra e em Língua Portuguesa pelo jornal *Folha de S. Paulo*. A escolha pela análise dessa produção se deu por compreendermos que tal pronunciamento virou um grande acontecimento jornalístico e ganhou repercussão nesse espaço discursivo. Esse acontecimento, produziu sentidos, (re)significando a pessoa com deficiência, em especial, a pessoa surda, já que, como foi amplamente noticiado pela mídia, tal acontecimento fora “inédito na sociedade brasileira” – a quebra de protocolo na posse presidencial, vendo-se, pela primeira vez na história do Brasil, uma primeira-dama se pronunciar na posse presidencial (Folha de S. Paulo, 02/01/2019).

Este pronunciamento da ex-primeira-dama se tornou ainda mais marcante para o discurso midiático (dentre os quais focalizamos os textos produzidos pela *Folha de S. Paulo* e *O Globo*) uma vez que a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro, quebrando o protocolo da cerimônia, se pronunciou antes do presidente eleito, e se expressou em Libras. Outro fator que também marcou discursivamente esse fato, foi a presença de intérpretes de Libras que interpretaram o pronunciamento da primeira-dama, do presidente e o hino nacional em rede aberta de televisão sem uso de janelinhas de tradução⁶.

Dando sequência ao nosso movimento teórico-analítico, partimos para o nosso gesto de leitura das Sequências Discursivas produzidas pelo jornal *O Globo*, as quais estão descritas e organizadas no quadro 01.

6 A janela de Libras é o espaço destinado a intérpretes da Língua Brasileira de Sinais nos materiais audiovisuais, seja representado por uma pessoa ou por um tradutor virtual. Ela possibilita às pessoas surdas alfabetizadas em Libras compreenderem o conteúdo divulgado. Disponível em: <https://mwpt.com.br/por-que-e-como-adotar-a-janela-de-libras-no-seu-conteudo-digital/#:~:text=A%20janela%20de%20Libras%20%C3%A9,Libras%20compreenderem%20o%20conte%C3%BAdo%20divulgado>. Acesso em: 03 ago. 2023.

Quadro 01 – Sequências Discursivas recortadas de formulações produzidas pelo jornal *O Globo* materializando dizeres sobre o discurso político de direita, publicadas após a cerimônia de posse do ex-presidente Jair Bolsonaro em 2019

JORNAL	CHAMADA/ JORNALISTA/DATA	SDs
O GLOBO https://acervo.oglobo.globo.com/	Em Libras, primeira-dama discursa antes do presidente. (Brasília) 02/01/2019	SD 1 – [Durante a campanha, Michelle apareceu na propaganda eleitoral de Bolsonaro em um programa dedicado às pessoas com deficiências. Na ocasião, o então candidato apresentou a mulher como defensora da causa.]
O GLOBO https://acervo.oglobo.globo.com/	Michelle indicou secretária nacional da pessoa com deficiência. (Bela Megale) 06/01/2019	SD 2 – [Discreta e com grande influência sobre o marido, ela foi a responsável por cunhar uma das principais bandeiras sociais da campanha dele , que terá destaque também no governo federal: a inclusão de surdos.]
O GLOBO https://acervo.oglobo.globo.com/	Em Libras, primeira-dama discursa antes do presidente. (Brasília) 02/01/2019	SD 3 – [Em novembro, ao visitar o Palácio da Alvorada e a Granja do Torto a convite da então primeira-dama Marcela Temer, Michelle afirmou que pretende atuar em projetos sociais envolvendo pessoas com deficiências e síndromes no governo de seu marido. Ela ressaltou que já fazia esse tipo de trabalho antes de se casar com Bolsonaro. – É algo que Deus colocou no meu coração – disse ela, na ocasião.]
O GLOBO https://acervo.oglobo.globo.com/	Michelle indicou secretária nacional da pessoa com deficiência (Bela Megale) 06/01/2019	SD 4 – [Na primeira semana de governo, Michelle emplacou nomes na Esplanada como Priscila Gaspar na Secretaria Nacional da Pessoa com Deficiência, subordinada ao Ministério dos Direitos Humanos. Surda e ativista da causa, [...] Priscila também foi uma das amigas da primeira-dama escolhidas para trabalhar como tradutora da língua de libras na campanha do capitão reformado. Além dela, outros surdos ocuparão postos no Ministério da Educação graças a Michelle].

Fonte: produzido pelos autores.

O recorte dessas formulações se deu por identificarmos nas SDs 1, 2, 3 e 4 um funcionamento discursivo estrategista político-marqueteiro, que no decorrer da campanha buscou conquistar a confiança e os votos das pessoas com deficiência, e demais pessoas ligadas a essas comunidades (familiares, profissionais ligados aos cuidados e educação das pessoas com deficiências e pessoas que se identificam com suas causas e lutas), e no pós-campanha, produziu efeitos de confiança, apoio e fidelidade ao governo. Nesses dois recortes analíticos⁷, observamos ainda um interesse político marqueteiro sobre o corpo deficiente. Hashiguti (2015, p. 34) diz que, a partir do século XX, com o fortalecimento do discurso estético que busca o “corpo perfeito”, atlético, narcisístico, a medicina também evolui em seus estudos sobre o corpo e, é “a partir disso, [que] a política começa a olhar os corpos pelo sentido de dever civil”. Na relação com a memória discursiva⁸, é importante observarmos que o corpo deficiente tem sido historicamente significado de diversas formas (monstruoso, deficiente, anormal, diferente, diverso, limitado). A partir do processo de recorte do nosso arquivo discursivo, lançamos nossos gestos de interpretação às formulações produzidas pelo jornal *Folha de S. Paulo*, em um momento de discursivização sobre o discurso político de esquerda, no qual realizamos três recortes nomeados como figuras 1, 2 e 3.

7 Pronunciamento em Libras da ex-primeira-dama e as SDs constantes do quadro 01.

8 Memória Discursiva para a AD é definido como “aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra” (Orlandi, 2015, p. 31).

Figura 1 -Posse em 1º de janeiro de Lula com as representações sociais



Fonte: https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50144&maxTouch=0&ga=2.140055158.497902557.1685369783-30152834.1683978838&_mather=ef750a07e7f11c9e.

Nesse recorte, visualizamos a entrada de Lula e de vários representantes sociais e de militâncias culturais, e, acima da foto, uma chamada da *Folha de S. Paulo* enunciando: “*Lula assume, promove revogação e diz que quer governar para todos: sem Bolsonaro, faixa é passada por 8 pessoas simbólicas. Desigualdade social é foco de discurso ao público. Petista critica teto de gastos, mas promete responsabilidade*”. Esse recorte foi publicado no dia 2 de janeiro de 2023, um dia após sua posse em Brasília para presidir o Brasil. Outro recorte que trazemos à baila é: “*Primeiras medidas: Reversão de ampliação de posse e porte de armas, Revogação de limites à proteção ambiental, Extinção de decreto contra educação inclusiva, Bolsa Família a R\$600, Fim de medida de incentivo ao garimpo*” (Folha S. Paulo, 02/01/2023), o qual nos parece significar o movimento da *Folha* em tentar mostrar e enfatizar a distância entre as visões de Brasil dos dois governos, interessando-nos, sobretudo, aquilo que se refere ao fim da proposta da não obrigatoriedade da inclusão nas escolas públicas do Brasil, o que afetaria bastante as pessoas com deficiência em seu processo de desenvolvimento e de aprendizagem.

No recorte que configura a figura 02, consta a formulação sobre a extinção do decreto contra educação inclusiva. Essa construção se refere ao Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020, in-

titulado “Política de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida” (PNEE/2020), sancionado por Jair Bolsonaro com o intuito de, em tese, ampliar o atendimento educacional especializado e reforçar os sistemas de ensino para garantir o atendimento aos estudantes com deficiência (Gov.br, 2020), o qual, em 18 de dezembro de 2020, teve sentença suspensiva decretada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) por causa de sua contradição ao dizer-se inclusivo, mas, ao invés disso, fomentar a exclusão por desobrigar as escolas regulares a matricular alunos com deficiência, corroborando a segregação de alunos, assumindo um retrocesso de décadas na educação inclusiva⁹.

Figura 02 – Recorte do jornal *Folha de S. Paulo* sobre a formulação:
Novo governo edita decreto e retoma educação inclusiva

**Novo governo edita
decreto e retoma
educação inclusiva**

—
**Carolina Linhares
e Victoria Azevedo**

SÃO PAULO E BRASÍLIA O presidente Lula (PT) editou decreto neste domingo (1º) em que revoga medidas do governo Jair Bolsonaro (PL) que segregavam o ensino de pessoas com deficiência.

O texto ainda não foi publicado no Diário Oficial da União. De acordo com o ga-

binete da transição, a medida busca promover a educação inclusiva de crianças, jovens e adultos.

Em setembro de 2020, Bolsonaro instituiu a Política Nacional de Educação Especial, que incentiva a criação de escolas e classes especializadas para pessoas com deficiência. O decreto, no entanto, foi suspenso pelo ministro Dias Toffi, do STF (Supremo Tribunal Federal), em dezembro daquele ano.

O magistrado afirmou que a norma “fragiliza o imperativo da inclusão de alunos com deficiência”. Ainda em dezembro, o STF formou maioria para confirmar a decisão.

Na época, a medida de Bolsonaro foi alvo de críticas de especialistas em educação, que viam retrocesso. O decreto abria espaço para a volta das chamadas “escolas especiais” e foi qualificada como segregacionista.

Em janeiro de 2021, ao falar com apoiadores Bolsonaro afirmou que ter alunos bons e ruins na mesma sala de aula “nível por baixo”.

O decreto faz parte de um primeiro pacote de revogações assinadas por Lula.

Fonte: https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50144&maxTouch=0&_ga=2.140055158.497902557.1685369783-30152834.1683978838&_mather=ef750a07e7f11c9e&anchor=6470740&pd=f6b51813088cebc635c2a6c01bd3690d.

9 Suspensa eficácia de decreto que instituiu a política nacional de educação especial. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=456419&ori=1>. Acesso em: 28 jul. 2023.

Ainda sobre os recortes acerca dos discursos políticos de esquerda, trouxemos outro da *Folha de S. Paulo*, o qual discursiviza sobre a virada política da direita para a esquerda. Vemos na fotografia do jornal, figura 03, Lula ao lado das lideranças sociais de frente para o mar de gente em vermelho. Na chamada, referente à imagem descrita, o jornal intitula: “*Lula enaltece democracia, revoga atos de Bolsonaro e oscila de união a polarização. Posse é realizada sem antecessor; Combate à desigualdade será marca, diz petista; Atos sobre armas e sigilos são revistos*”.

Figura 03 – Entrega da faixa presidencial na posse do presidente Lula em janeiro de 2023

A6 | SEGUNDA-FEIRA, 2 DE JANEIRO DE 2013

FÓRIA DE SPALLO • ***

política

PAINEL

Flávia Zanini
zanini@globo.com.br

Retró

O presidente Lula (PT) anunciou em seu discurso no Congresso o retorno do PNC (Programa de Aceleração do Crescimento), que ficou associado à então ministra Dilma Rousseff. Responsável pelas áreas econômicas, no entanto, não tem clareza de como funcionará o programa, que não consta de documentos de campanha. No ministério dos Transportes, Renato Filho diz que Lula aposta que ganhará de qualquer sobre um programa de retomada de obras, mas não citou o nome PNC.

SEM PAU-REPOUSO Interrombido pelo ministro da Casa Civil, Nelson Costa (PT), afirmou que a retomada do PNC é uma decisão política. Não se sabe ainda se o programa será executado pelo secretário-executivo, Marinho Belchior, ou pelo secretário de Planejamento, Paulo Roberto de Fátima de Jesus. Marinho Belchior, secretário-executivo do PNC, afirmou que o programa será executado pelo secretário-executivo, Marinho Belchior.

DEVALUAR EMPENHO Agitação no mercado do PT. Gisele Hoffmann, da equipe de comunicação, afirmou que o programa não será executado pelo secretário-executivo, Marinho Belchior, ou pelo secretário de Planejamento, Paulo Roberto de Fátima de Jesus. Marinho Belchior, secretário-executivo do PNC, afirmou que o programa será executado pelo secretário-executivo, Marinho Belchior.

AMBIGÜO Ele confirma que o programa não será executado pelo secretário-executivo, Marinho Belchior, ou pelo secretário de Planejamento, Paulo Roberto de Fátima de Jesus. Marinho Belchior, secretário-executivo do PNC, afirmou que o programa será executado pelo secretário-executivo, Marinho Belchior.

ABRIR Um dos principais líderes do PT, Nelson Costa (PT), afirmou que a retomada do PNC é uma decisão política. Não se sabe ainda se o programa será executado pelo secretário-executivo, Marinho Belchior, ou pelo secretário de Planejamento, Paulo Roberto de Fátima de Jesus. Marinho Belchior, secretário-executivo do PNC, afirmou que o programa será executado pelo secretário-executivo, Marinho Belchior.

LAGOS Presidente do BC, Roberto Campos Neto contribuiu para a retomada do PNC. Não se sabe ainda se o programa será executado pelo secretário-executivo, Marinho Belchior, ou pelo secretário de Planejamento, Paulo Roberto de Fátima de Jesus. Marinho Belchior, secretário-executivo do PNC, afirmou que o programa será executado pelo secretário-executivo, Marinho Belchior.

PORANGA Tarcísio de Freitas afirmou que o programa não será executado pelo secretário-executivo, Marinho Belchior, ou pelo secretário de Planejamento, Paulo Roberto de Fátima de Jesus. Marinho Belchior, secretário-executivo do PNC, afirmou que o programa será executado pelo secretário-executivo, Marinho Belchior.

SINGULISMO O novo modelo de trabalho não será executado pelo secretário-executivo, Marinho Belchior, ou pelo secretário de Planejamento, Paulo Roberto de Fátima de Jesus. Marinho Belchior, secretário-executivo do PNC, afirmou que o programa será executado pelo secretário-executivo, Marinho Belchior.

MODELO Novo secretário de Planejamento, Nelson Costa (PT), afirmou que a retomada do PNC é uma decisão política. Não se sabe ainda se o programa será executado pelo secretário-executivo, Marinho Belchior, ou pelo secretário de Planejamento, Paulo Roberto de Fátima de Jesus. Marinho Belchior, secretário-executivo do PNC, afirmou que o programa será executado pelo secretário-executivo, Marinho Belchior.

Lula enaltece democracia, revogatos atos de Bolsonaro e oscila de união a polarização

★ Posse é realizada sem antecessor ★ Combate à desigualdade será marca, diz petista ★ Atos sobre armas e sigilos são revistos

Fonte: https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50144&maxTouch=0&_ga=2.140055158.497902557.1685369783-30152834.1683978838&_math=ef750a07e7f11c9e&anchor=6470755&pd=7f659e553a349b43a055cac2b3baf5a4

Essa chamada da *Folha de S. Paulo* também foi publicada um dia após a posse do presidente Lula. Falando em nome do povo brasileiro, o presidente eleito, segundo a *Folha*, revisa uma série de ações do antigo presidente, e propõe uma nova política popular, olhando para

o povo e para a desigualdade que cresceu no governo de Bolsonaro, como também uma alteração da facilitação na aquisição de armas militares.

Um fato que nos instiga em analisar esses recortes vai no sentido de que trazem formulações que marcam posições discursivas do discurso político de esquerda, além de carregarem em sua constituição novos sentidos sobre o modo de governar o país após uma crise causada pela pandemia. Ademais, o processo de recortar o arquivo é atravessado pelo acontecimento discursivo de posse presidencial e pelo jogo simbólico da linguagem política existente nas chamadas da matéria.

4 Processo de compreensão dos efeitos de sentido em nosso arquivo discursivo

Para uma melhor organização e compreensão das análises, estruturamos essa seção em 04 subseções: na primeira, tratamos das análises sobre o pronunciamento em Libras da ex-primeira-dama; na segunda, lançamos nossos gestos de leitura sobre as produções jornalísticas que falam sobre o discurso político de direita após a cerimônia de posse de Jair Bolsonaro em janeiro de 2019; e, na terceira, tratamos das análises do discurso jornalístico sobre o discurso político de esquerda a partir da cerimônia de posse do presente Lula em janeiro de 2023.

4.1 Análise do pronunciamento em Libras da ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro proferido em janeiro de 2019

Vejamos, no quadro 02, o pronunciamento proferido em Libras pela ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro, na posse presidencial ocorrida em 01 de janeiro 2019, traduzido para a Língua Portuguesa¹⁰.

10 O pronunciamento original em Libras está disponível no endereço <https://www.youtube.com/watch?v=qUUp57m-PHc>.

Quadro 02 – Transcrição do pronunciamento em Libras
da ex-primeira-dama em 01/01/2019

**DISCURSO DE MICHELLE BOLSONARO NA POSSE PRESIDENCIAL
DE 01 DE JANEIRO DE 2019**

“Boa tarde a todos. É uma grande honra e uma grande alegria estar aqui neste momento tão especial e importante para o nosso país. [...] Muita gratidão a Deus, à minha família e aos meus amigos. [...] **Agradeço a Deus essa grande oportunidade de poder ajudar as pessoas que mais precisam. Trabalho de ajuda ao próximo que sempre fez parte da minha vida e que a partir de agora, como primeira-dama, posso ampliar de maneira ainda mais significativa.** É uma grande satisfação, um privilégio, poder contribuir e trabalhar para toda a sociedade brasileira. As eleições deram voz a quem não era ouvido e a voz das urnas foi clara: o cidadão brasileiro quer segurança, paz e prosperidade. Um país em que sejamos todos respeitados. Eu gostaria de modo muito especial de dirigir-me à comunidade surda, pessoas com deficiência e a **todos aqueles que se sentem esquecidos.** Vocês serão valorizados e **terão seus direitos respeitados. Tenho esse chamado no meu coração e desejo contribuir na promoção do ser humano. Agradeço aos intérpretes de Libras do Brasil, que têm feito um trabalho de inclusão tão importante.** [...] Estamos todos de um lado só. Juntos alcançaremos o Brasil próspero, com amor, ordem, progresso, paz, educação e liberdade para todos. Brasil acima de tudo e Deus acima de todos. Muito obrigada. Deus abençoe. Amém” (grifos nossos).

Fonte: jornal *Folha de S. Paulo* (<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/leia-a-integra-dodiscurso-de-michelle-bolsonaro-em-libras.shtm>).

Ao analisarmos o pronunciamento da ex-primeira-dama, observamos nas formulações que destacamos em negrito a prevalência de um imaginário social que significa as pessoas com deficiência, em especial, as pessoas surdas, pela ‘falta de¹¹...’, pela deficiência, limitação ‘de...’, como sempre já excluídas e esquecidas em suas singularidades

11 Pela falta daquilo que o torna “deficiente” no imaginário social, por exemplo, ao surdo “a falta da audição”, ao cego “a falta da visão”, ao cadeirante “a falta da mobilidade”, funcionando do mesmo modo com as demais necessidades especiais.

e desrespeitadas em seus direitos conquistados, e tais formulações discursivamente descritas abaixo apresentam marcas do discurso político atravessado pelos discursos religioso e salvacionista, como também nos revelam a individualização do trabalho de inclusão e, consequentemente, o apagamento das políticas públicas de inclusão. No primeiro destaque, marcamos a formulação da ex-primeira-dama-evangélica¹² dizendo:

Eu gostaria de modo muito especial de dirigir-me à comunidade surda, pessoas com deficiência e a **todos aqueles que se sentem esquecidos**. Vocês serão valorizados e **terão seus direitos respeitados**. *Agradeço a Deus essa grande oportunidade de poder ajudar as pessoas que mais precisam. Trabalho de ajuda ao próximo que sempre fez parte da minha vida e que a partir de agora, como primeira-dama, posso ampliar de maneira ainda mais significativa.*

Nessa produção discursiva, sob o discurso religioso, a ex-primeira-dama do Brasil assume uma posição entre outras, isto é, sua posição discursiva atravessada por outras questões ideológicas. A partir das condições em que se inscreve, ela fala a partir do lugar de uma “heroína” que não agirá necessariamente como uma política, mas sim como uma pessoa que tem o poder de retirar os sujeitos do lugar de necessidade.

No segundo destaque, notamos um deslize de sentidos, em que a ex-primeira-dama, ao se pronunciar em Libras dirigindo-se especialmente à comunidade surda, se desloca da posição central de focalizar os surdos para dar lugar a “*todos aqueles que se sentem esquecidos*”. Assim, se inicialmente, seu pronunciamento dava pistas de que versaria sobre a questão das pessoas com deficiência e, em especial, a co-

12 No pronunciamento de posse, Michelle Bolsonaro assume uma posição-sujeito de primeira-dama-evangélica, rompendo o protocolo de posse, dentro de uma formação político-religiosa com efeito de assistencialismo, “assumindo” compromissos políticos para com o povo brasileiro com foco nas minorias e pessoas com deficiência.

munidade surda, abre-se espaço para sentidos outros, tocando o campo de significação de um “**todos aqueles**” que pode significar todas as minorias (linguística, cultural, racial, de gênero, sexualidade e etc.), remontando ao lugar do ‘*Politicamente correto*’, criticado pelo ex-presidente no dia da posse [“– *E me coloco diante de toda a nação, neste dia, como o dia em que o povo começou a se libertar do socialismo, da inversão de valores, do gigantismo estatal e do **politicamente correto***” 13].

Discursivamente, compreendemos que a questão do politicamente correto se estende para além de uma discussão político-social, atingindo o linguístico, o discurso, marcado pelo interdiscurso, pela memória, pois como esclarece Orlandi (2017, p. 206), “não há relação termo a termo entre linguagem, pensamento e mundo”. A partir deste entendimento, observamos que a pessoa surda é significada na materialidade da língua, no batimento com a história, como ‘não-humanos’; ‘surdo-mudo’; ‘deficientes’; ‘especiais’; ‘portadores de deficiência’, ‘deficiente auditivo’, ‘surdo’ e ‘Surdo’, e essas significações/denominações se entrecruzam com os imaginários do politicamente/linguisticamente correto.

É nessa luta por ‘novas’ significações e/ou denominações que Orlandi (2017a, p. 234) “nos esclarece que nesse processo se busca, com razão, mas equivocadamente, formas de denominação outras, linguisticamente corretas, para se procurar o juridicamente justo, se está no discurso militante”. Pensando discursivamente na questão da denominação, Orlandi (1987) discorre que não é um gesto aleatório, mas sim uma interpretação na base do simbólico. Costa (2014, p. 115) entende que a denominação,

intervém na individuação dos sujeitos, pois à medida que um sujeito, uma instituição denomina o outro, determina-se a posição que esse outro ocupa na socie-

13 A íntegra do discurso de posse do presidente Jair Bolsonaro está disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/vamos-libertar-povo-do-socialismo-do-politicamente-correto-diz-bolsonaro-23339518>.

dade. Ao passo que, o sujeito ao se identificar com um nome, já se inscreve em uma posição discursiva.

No terceiro destaque do pronunciamento em Libras, percebemos que a expressão: *‘se sentem esquecidos’* produz, enquanto efeito, o deslocamento de responsabilização da sociedade, do Estado, do governo, das políticas públicas de inclusão para as pessoas com deficiência e demais minorias. Ao responsabilizar unicamente os afetados pelo seu sentimento com relação à inclusão social, o efeito do dito *‘se sentem’* esquecidos e excluídos traz consigo o efeito de que isso é algo que tais grupos sentem e não seria algo que as referidas instâncias produziram.

Na formulação que segue: [*“Vocês serão valorizados e terão seus direitos respeitados. Tenho esse chamado no meu coração e desejo contribuir na promoção do ser humano”*], observamos a produção de uma discursividade salvacionista. Ou seja, a ex-primeira-dama se coloca na posição daquela que irá ‘salvar’ as pessoas com deficiência da exclusão que elas ‘se sentem’/que lhes é imposta, fazendo com que os direitos conquistados e que até então não eram cumpridos/respeitados pelo governo anterior (lembrando que por 20 anos o Brasil foi governado pelo PT, partido de esquerda) a partir daquele momento o fossem.

Como é possível percebermos, ou culpam-se e responsabilizam-se as minorias por suas condições de exclusão, ou se utilizam dessas condições para alguma promoção sociopolítica, a partir de propostas salvadoras, redentoras, ou seja, o novo governo (de extrema direita e também religioso-evangélico) viria para salvar o Brasil e em especial os grupos minoritários e desvalidos de um governo de esquerda. Sobre esse efeito de responsabilizar/culpabilizar as minorias pela sua inclusão/exclusão social, Medeiros (2014, p. 76-77) debate que “são práticas distintas que ora colocam todo o peso sobre a pessoa com deficiência, ora procuram distribuir a responsabilidade pela inclusão para

todo o conjunto social propondo o engajamento como única (melhor) opção”.

O quarto destaque que fizemos do pronunciamento nos revela essa transferência de responsabilização e individualização do trabalho de inclusão e apagamento do trabalho exercido pelas políticas públicas, transferindo-se para os intérpretes o trabalho de inclusão, vejamos: [*“Agradeço aos **intérpretes de Libras** do Brasil, que **têm feito um trabalho de inclusão tão importante**”*]. Sobre isso, Medeiros (2014), baseada em Foucault (2006), assevera que faz parte de uma formação discursiva e ideológica do neoliberalismo essa questão de responsabilizar ora as pessoas com deficiência por sua inclusão, ora culpabilizar alguns conjuntos sociais, que, neste caso, são os intérpretes, cuja profissão é marcada historicamente pelo discurso religioso, da caridade, da ajuda, já que os primeiros a se tornarem intérpretes de língua de sinais eram pessoas ligadas diretamente aos surdos (familiares, professores, amigos, pessoas ligadas às igrejas).

Voltando para o pronunciamento da ex-primeira-dama, o qual nos traz (nos trechos destacados) formulações que tocam os sentidos próprios ao discurso salvacionista e religioso alinhados às regras neoliberais, observamos que a formulação e a constituição dos discursos se dão pelo intradiscursivo e pelo interdiscursivo, respectivamente. Orlandi (2012, p. 09) nos diz que “formular é dar corpo aos sentidos [...] sujeito e sentido constituindo-se ao mesmo tempo têm sua corporalidade articulada no encontro da materialidade da língua com a materialidade da história”, pois o simbólico está para o sujeito, assim como a linguagem está para a ideologia. Há sempre o embate entre o simbólico e o político.

Portanto, a formulação/intradiscurso é o aqui e o agora, o fato, o acontecimento sociodiscursivo. Esse movimento sempre é atravessado pelos processos exteriores que constituem o discurso. No caso do interdiscurso, isto é, a memória discursiva, “é todo o conjunto

de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos” (Orlandi, 2015, p. 33), em especial o já dito e significado tem uma relação muito forte com a historicidade dos fatos, ou seja, a formulação ocorre no momento em que o sujeito diz o que diz, em que se sujeita à língua para produzir discursivamente. Nessa relação teórica, as formulações destacadas no pronunciamento da ex-primeira-dama demonstram o atravessamento constitutivo do discurso religioso – Deus-caridade/ajuda ao próximo – [*“Trabalho de **ajuda ao próximo** que sempre fez parte da minha vida e que a partir de agora, como primeira-dama, posso ampliar de maneira ainda mais significativa”/“Agradeço a **Deus** essa grande oportunidade de poder **ajudar** as pessoas que mais precisam”/[...] “**Tenho esse chamado no meu coração** e desejo contribuir **na promoção do ser humano**”*], a formulação que nos traz o discurso salvacionista/assistencialista¹⁴ – de socorro/ajuda momentânea [*“Vocês serão valorizados e terão seus direitos respeitados”*] e a formulação que traz o apagamento das políticas de inclusão [*“Agradeço aos **intérpretes de Libras do Brasil**, que **têm feito um trabalho de inclusão tão importante**”*]. É fundamental que percebamos que nas formulações aqui apresentadas as pessoas com deficiência e demais minorias são significadas como aquelas que sempre necessitarão de ajuda,

14 De acordo com o Dicionário Online de Português (Dicio), o significado de Assistencialismo é: Sistema ou prática de ação social que organiza e oferece assistência às comunidades desfavorecidas e excluídas de uma sociedade, auxiliando e apoiando momentaneamente seus membros, ao invés de combater as causas que os deixaram em estado de carência ou de pobreza.

[Pejorativo] Discurso político que, geralmente com intenções demagógicas, defende a assistência aos mais necessitados. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/assistencialismo/>. Acesso em: 12 out. 2020.

da caridade, do socorro e da assistência para serem integradas¹⁵ como contribuintes do sistema econômico de produção.

Pensar nesse sentido de integração, de que basta ter o trabalho de um intérprete de Libras, é desconhecer a constituição histórica de aprendizagem e de interação linguístico-cultural da pessoa surda. Ou seja, a acessibilidade linguístico-cultural não se dá apenas inserindo um profissional intérprete em um ambiente escolar ou cultural, só o profissional não garante o processo de inclusão pleno das pessoas surdas entre os ouvintes. Isso faz rememorar, pelo interdiscurso, que o sujeito sempre será afetado por imaginários externos e anteriores a ele. Um imaginário que olha, (in)visibiliza, separa o sujeito surdo em diferentes espaços sociais, sobretudo no que diz respeito ao conhecimento do processo de inclusão, que é muito complexo e não depende só de um sujeito fluente na língua realizando um trabalho de mediação linguística.

Além disso, percebemos nas formulações até aqui analisadas e advindas do discurso político de extrema direita como os efeitos de sentido que circulam sobre Libras, pessoa surda, deficiência e inclusão se marcam no imaginário social significando as pessoas com deficiência como “anormais/fora do padrão”, o que nos permite apontar para a existência de memórias discursivas marcadas pelos discursos hegemônicos, como o discurso religioso-evangélico, que historicamente, disputa sentidos sobre o que é ser normal/anormal; deficiente/eficiente; inclusão/exclusão.

15 Neste texto, tomamos como sentidos de integração e inclusão os mesmos sentidos dados pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) (disponíveis no seguinte endereço eletrônico: [120](https://www.tjdft.jus.br/acessibilidade/publicacoes/sementes-da-inclusao/inclusao-ou-integracao#:~:text=Existe%20uma%20diferen%C3%A7a%20b%C3%A1sica%20entre,uma%20outra%20concep%C3%A7%C3%A3o%20da%20defici%C3%Aancia), onde consta: “O termo integração, ora em desuso, equivale à simples inserção, na sociedade, das pessoas que conseguem se adaptar a ela. A inclusão, [...] pressupõe o reconhecimento e a valorização da diversidade, assim como a adoção de medidas que propiciem o acesso daqueles que estão em condição de desigualdade em relação aos demais. Na inclusão, é a sociedade que deve ser modificada para incluir todas as pessoas, visando a equiparação de oportunidades”.</p></div><div data-bbox=)

Para melhor compreendermos a movência e a força desses sentidos excludentes, e por entendermos que todo dizer é proveniente de um já-dito, buscamos as CP pela historicidade que retratam e descrevem a história do surdo, no Brasil e no mundo. Identificamos que no discurso religioso, bíblico, discurso este ao qual o governo anterior se filiava, as pessoas com deficiências eram significadas como pecadoras, desobedientes e/ou descrentes a Deus, necessitadas de cura e libertação divina. Mas, a cura e libertação de suas deficiências só poderiam ocorrer se elas se tornassem crentes a Deus. Assim, observando o atravessamento do discurso religioso-evangélico no pronunciamento da primeira-dama, percebemos pelo interdiscurso que o discurso político de direita está afetado e produz a significação da pessoa com deficiência como aquela necessitada de cura, de salvação e de caridade.

Notamos também que mesmo havendo na fala da ex-primeira-dama, que também se coloca discursivamente como uma serva de Deus e evangélica, vários trechos que versam sobre a necessidade de enfrentar as ações negativas, inferiorizadoras e excludentes com que os surdos se deparam, este[s] “sujeito[s] diverso[s], que rompe[m] com os padrões estabelecidos por um imaginário social acerca do que seja normalidade, tem [têm] sido historicamente significado como a pária social, a partir da exclusão” (Lopes, 2016, p. 119). Nesse meandro, Orlandi (2014, p. 34) descreve que

A diferença se define no processo de constituição de cada sujeito pela ideologia e no modo como é individua(liza)do pelo Estado (através de instituições e discursos), na sociedade capitalista, dividida e hierarquizada pela simbolização das relações de poder. São formações imaginárias que funcionam na hierarquização em que se praticam as relações de forças e de sentidos, tudo isto constituindo as condições de produção em que se dá a divisão entre sujeitos nessa sociedade, e os processos de constituição de suas identidades.

Por muito tempo, a pessoa surda foi (e ainda é) significada pela relação do não ouvir com o não falar a língua oral, sendo esta, até então, considerada a única materialidade discursiva reconhecida pela sociedade majoritariamente ouvinte. Em uma sociedade em que estruturalmente está enraizada a ideia da perfeição e normalidade, o surdo sofre com esses efeitos. Entretanto, é preciso dizer que não é pelo aspecto físico-biológico do não ouvir e falar oralmente que o surdo não possa estabelecer a relação pensamento-linguagem-mundo, por meio de sua língua, a língua de sinais, eles podem se tornarem sujeitos do/no/pelo discurso.

4.2 Análises sobre as produções jornalísticas que falam sobre o discurso político de direita após a cerimônia de posse de Jair Bolsonaro em janeiro de 2019

Ao lançar nosso gesto de leitura sobre as SDs recortadas das formulações jornalísticas que compõem o Quadro 01, situado na seção 3, percebemos que na SD 1 [***Durante a campanha, Michelle apareceu na propaganda eleitoral de Bolsonaro em um programa dedicado às pessoas com deficiências. Na ocasião, o então candidato apresentou a mulher como defensora da causa***] e na SD 2 [***Discreta e com grande influência sobre o marido, ela foi a responsável por cunhar uma das principais bandeiras sociais da campanha dele, que terá destaque também no governo federal: a inclusão de surdos***] ocorre o funcionamento de um jogo de sentidos dentro do espaço discursivo do politicamente correto para uma ascensão de *marketing* político, ou seja, durante o período de campanha. Essa FD, a partir da qual se produzem os discursos políticos de direita, versou sobre a inclusão, o respeito às diferenças e o respeito às pessoas com deficiência para ascensão política na campanha pela conquista de votos dessa comunidade (familiares, profissionais ligados aos cuidados e educação das pessoas com deficiências e pessoas que se identificam com as causas das pessoas com deficiência e inclusão social).

Ao interpretarmos a discursividade das SDs 1 e 2, que constam no quadro 1, conseguimos ver um investimento político nas pessoas com deficiência. Sobre esse investimento do discurso político sobre o corpo deficiente e na relação com a memória discursiva, é importante observarmos que o corpo deficiente tem sido historicamente significado como monstruoso, anormal, incapaz, fora dos padrões. Atualmente, após algumas conquistas das comunidades de pessoas com deficiência, políticas de inclusão, aceitação e respeito às diferenças identitárias, estes discursos têm se tornado cada vez mais fortes no meio social, e, portanto, nas campanhas políticas e plataformas de governo. Nas referidas SDs, o discurso de inclusão funciona como uma estratégia para se conquistar votos, eleitores, em que se tem Michelle Bolsonaro, em um desdobramento de posições-sujeito, como vínculo/ponte que une as comunidades de pessoas com deficiência ao candidato à presidência Jair Bolsonaro.

Identificamos na SD 3 [*“Em novembro, ao visitar o Palácio da Alvorada e a Granja do Torto a convite da então primeira-dama Marcela Temer, Michelle afirmou que pretende atuar em projetos sociais envolvendo pessoas com deficiências e síndromes no governo de seu marido. Ela ressaltou que já fazia esse tipo de trabalho antes de se casar com Bolsonaro. – É algo que Deus colocou no meu coração – disse ela, na ocasião”*], o atravessamento do discurso religioso no discurso político. Notamos em *“Michelle afirmou que pretende atuar em projetos sociais envolvendo pessoas com deficiências e síndromes no governo de seu marido [...] – É algo que Deus colocou no meu coração [...]”* o funcionamento de um efeito da ordem do profético, advindo do discurso religioso. Castro (1987, p. 29-33), ao falar do discurso religioso-profético, assevera que

A fé existe nas pessoas que acreditam no mistério de uma revelação divina. Esta revelação, por sua vez, não prescinde de palavras e atos, ou melhor, de palavras-atos. Pelo contrário, são elas que, através dos tem-

pos, têm conservado, diríamos até constituído, o que se apresenta como a característica fundamental do discurso profético: a dissimulação da sua relação com o momento histórico como possibilidade mesma de constituir-se (Castro, 1987, p. 29).

A articulação entre o religioso (a proposta de Deus), o político (os conflitos da existência humana) e o jurídico (ou o acordo, aquele que instituído pela indeterminação do profeta, permite uma ‘economia do sagrado’, onde a vontade de Deus e a vontade dos homens buscam constantemente precário equilíbrio) dá-se através do discurso profético, o discurso da mediação, o discurso das ameaças e promessas (Castro, 1987, p. 33).

Portanto, compreende-se que ao incorporar o discurso religioso no fio do discurso político, produz-se o efeito de credibilidade, de verdade, ou seja, de uma promessa que será cumprida. Trata-se de uma primeira-dama evangélica, e por esta ter em seu coração o chamando de cuidar, proteger as pessoas com deficiência, isso será cumprido e posto em ação nesse novo governo.

Observamos na SD 4 [*“Na primeira semana de governo, Michelle emplacou nomes na Esplanada como Priscilla Gaspar na Secretaria Nacional da Pessoa com Deficiência, subordinada ao Ministério dos Direitos Humanos. Surda e ativista da causa, [...] Priscilla **também foi uma das amigas** da primeira-dama escolhidas para trabalhar como tradutora da língua de libras na campanha do capitão reformado. **Além dela, outros surdos ocuparão postos no Ministério da Educação graças a Michelle**”*] um efeito de favoritismo, que marginaliza a pessoa surda como profissional competente, pois o que faz com que a surda Priscilla Gaspar ocupe um cargo na secretaria não é sua formação profissional e competência curricular e/ou experiência, mas sim o fato de ser “amiga” da primeira-dama, como também foi por conta desse laço de amizade que Priscilla foi “escolhida” para trabalhar como tradutora durante a campanha política.

4.3 Análise das produções jornalísticas que falam sobre o discurso de esquerda a partir da cerimônia de posse do presidente Lula em janeiro de 2023

No que se refere ao nosso gesto de leitura para as produções jornalísticas que falam sobre o discurso de esquerda, analisamos algumas construções que constam na figura 01:

Figura 01 – Lula com as representações sociais, na posse, em 1º de janeiro de 2023



Fonte: https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50144&maxTouch=0&_ga=2.140055158.497902557.1685369783-30152834.1683978838&_mather=ef750a07e7f11c9e.

Na chamada da matéria que compõe a figura 01, lemos “Lula assume, promove **revogação** e diz que quer governar **para todos**”. Observamos que o termo “**revogação**”, gramaticalmente, traz um sentido de aumentativo de intensidade perante a ação de realização de muitas revogações. Discursivamente, observamos que o dito produz pelo efei-

to do não-dito um imaginário de que o presidente de esquerda eleito revogou, anulou, de forma generalizada e indiscriminada diversos mandos e políticas públicas promovidas pelo presidente precedente de direita, provocando efeitos de sentidos de desmando e de desconfiança, provocando uma polarização entre eleitores de direita e de esquerda.

Ainda nessa figura temos: “*e diz que quer governar para todos*”, formulação que também nos deixa ler pelo não-dito, pelo interdiscurso, que o presidente precedente não governou para **todos**, mas que o presidente de esquerda que acabara de tomar posse, subindo a rampa presidencial com cidadãos que representam a diversidade do povo brasileiro, diz [ele diz e não a mídia] que quer governar para **todos**, produzindo novamente um efeito de desconfiança, descrença, pois ele (o presidente) diz que quer, mas será que conseguirá governar para todos?

É curioso observar, ainda na imagem da figura 01, a presença de Ivan Baroni¹⁶, que atua como influencer e ativista da inclusão e contra o capacitismo¹⁷. Entre os oito convidados que representaram a diversidade brasileira na posse do atual presidente, ele aparece vestido de Blazer branco com dizeres contra a discriminação em forma de protesto, com palavras como anticapacitismo, acessibilidade e inclusão. Fazendo uma comparação com o governo anterior, notamos que os governos de direita e de esquerda buscaram estratégias diferentes para chamar atenção da minoria que luta pela inclusão, provocando uma tentativa de dar um novo sentido para o momento da posse

16 Na matéria da *Folha* intitulada “Com Raoni, grupo plural passa faixa em nome do povo brasileiro” ele diz que “A moda é política, pode ser inclusiva [...] parem de excluir LGBTs, a classe trabalhadora, mulheres, pessoas com deficiência, pretas e pretos” (Folha de S. Paulo, 02 jan. 2023).

17 O **Capacitismo** (*ableism*) é a discriminação da pessoa com deficiência, e que, em decorrência da mesma, é considerada uma pessoa incapaz. O capacitismo, assim, é uma manifestação de preconceito para com as pessoas com deficiência ao pressupor que existe um padrão corporal ideal e a fuga desses padrões torna as pessoas inaptas para as atividades na sociedade. Essa padronização é chamada corponormatividade (*able-bodiedness*). Fonte: <https://www.infoescola.com/sociologia/capacitismo/>.

de um presidente. Por um lado, vemos o ex-presidente Jair Bolsonaro, em janeiro de 2019, que quebrou o protocolo e permitiu que a ex-primeira-dama discursasse em língua de sinais para todo o mundo antes mesmo do próprio ex-presidente, numa “atitude inclusiva inédita” (Folha de S. Paulo, 02/01/2019), produzindo um efeito de expectativa de priorização da comunidade surda em sua gestão. O destaque noticiado na *Folha* dado à presença do intérprete e professor Sandro Pereira, surdo e ex-candidato a Deputado Federal, que fez a tradução do Hino Nacional para Libras nesse evento, trouxe um efeito de sentido de mudança com respeito às práticas historicamente significadas nas CP do povo surdo (Perlin, 2003), pois se tratava de algo inédito.

Por outro lado, vemos o Presidente Lula que, em sua gestão atual, trouxe para sua posse aspectos não somente relacionados à inclusão de pessoas com deficiência, mas também características que simbolizaram toda a nação brasileira e a inclusão de diversas minorias. Nesse movimento de análise, nos lembramos do que na AD é chamado de relação de força, um dos fatores das CP do discurso: “o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz [...] são as relações de forças, sustentadas no poder desses diferentes lugares, que se fazem valer na comunicação” (Orlandi, 2015, p. 37). Pensar o lugar discursivo de um presidente nos faz observar que este seria um lugar de autoridade, a partir do qual os discursos seriam legitimados. Nesse sentido, quando pensamos que o Presidente Lula entrou no Planalto acompanhado por grupos minoritários que simbolizavam o “povo brasileiro”, nos parece haver um movimento de trazer aqueles que eram apagados em suas demandas para o cerne da significação, produzindo enquanto efeito a ideia de que a gestão do novo governo tem em sua composição alguém que simpatiza e se importa com esses grupos.

Analisando a formulação que consta a figura 02, a *Folha* trouxe mais detalhes no título “Novo governo edita decreto e retoma educação inclusiva” (Folha de S. Paulo, 02/01/2023):

Figura 02 – Recorte do jornal *Folha de S. Paulo* sobre a formulação: Novo governo edita decreto e retoma educação inclusiva



Fonte: https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50144&maxTouch=0&_ga=2.140055158.497902557.1685369783-30152834.1683978838&_mather=ef750a07e7f11c9e&anchor=6470740&pd=f6b51813088cebc635c2a6c01bd3690d.

Percebemos, nesse recorte, um efeito de polarização política, que pela luta dos sentidos, a *Folha* usa do discurso jornalístico para lembrar os dizeres de apoiadores de Jair Bolsonaro, em janeiro de 2021, que afirmaram que ter alunos bons e ruins na mesma sala de aula “nívela por baixo” (Folha de S. Paulo, 02/01/2023). Apontando as diferenças entre os governos, a matéria mostra que Lula “retoma educação inclusiva”, o que sugere um efeito de rompimento com a prática excludente do governo anterior, mas que agora, em gesto de primeira atitude de novo governo, revoga-se à medida que segregava o ensino de pessoas com deficiência, produzindo um efeito de sentido que sintetiza a responsabilidade e proteção dessas pessoas.

Agora, ao lançarmos um olhar analítico sobre o título da matéria que compõe a figura 03, percebemos que ocorre um efeito de culpabilização do presidente eleito e recém-empossado pelo processo eleitoral conturbado da política no país, pois ao dizer “*Lula enaltece*

democracia, revoga atos de Bolsonaro e oscila de união a polarização”, destaca-se o verbo oscilar, que no discurso lexicográfico, próprio ao dicionário¹⁸, significa: balançar; movimentar de modo alternado, de um lado para outro, e, figurativamente, vacilar; demonstrar dúvidas em relação a duas coisas. Deste modo, dentro do jogo discursivo entre o dito e o não-dito, o discurso jornalístico produz, pelo dito “*oscila de união a polarização*” (em que a letra “a” traz a ideia, o sentido de um ponto de saída a um ponto de chegada, ou seja, sai de um lugar de união e se desloca para um de disputa) um efeito de culpabilização de Lula/política de esquerda pela divisão do povo brasileiro, pois, ao dizer que [ele, o presidente Lula] oscila, ou seja, se movimenta de um lado (união do povo) a outro lado, o da polarização (divisão conflituosa do povo), marca no imaginário social que o presidente atual não une o povo, mantendo-o polarizado.

Figura 03 – Entrega da faixa presidencial na posse do presidente Lula em janeiro de 2023



Fonte: https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50144&maxTouch=0&_ga=2.140055158.497902557.1685369783-30152834.1683978838&_mather=ef750a07e7f11c9e&anchor=6470755&pd=7f659e553a349b43a055cac2b3baf5a4.

18 Significado extraído do *Dicionário Online de Português* em: <https://www.dicio.com.br/oscilar/>.

Assim, percebemos nesse recorte que o discurso jornalístico enuncia diferentemente sobre várias perspectivas ideológicas ao longo da constituição do tempo, e isso não é diferente com a *Folha de S. Paulo*. Desse modo, percebemos efeitos de sentidos possíveis em sua textualização do simbólico. Nos estudos sobre essa mesma perspectiva teórica e analítica, Mariani (2019, p. 277-278), a partir de sua busca e leitura pelas CP, nos ajuda a compreender como se deu, por décadas, o deslocamento de sentidos dos termos comunismo/comunista para esquerda/esquerdista e seus efeitos de sentido, sempre de marginalização e criminalização, nesse discurso, e relata que:

[...] também foi possível constatar que, pelo trabalho da metáfora discursiva, esse efeito de sentido para comunismo e comunista deslizou para esquerda. Esquerda, esquerdista e esquerdismo em relação com comunismo/comunista são palavras que funcionavam como formas discursivas remissivas substituíveis entre enunciados constituídos anteriormente e os novos, formulados nesse período dos anos 80 do século XX. Assim, ‘ser de esquerda’ tinha sua referência construída discursivamente pela remissão a ‘ser comunista’, com os efeitos de sentidos já mencionados.

Pela descrição do gesto interpretativo de Mariani (2019), podemos compreender a força do discurso jornalístico que se estendeu aos discursos das demais mídias de comunicação e redes sociais sobre os deslocamentos de sentido de comunismos/comunista para esquerda/esquerdista e os efeitos de sentidos pejorativos vinculados a esses sentidos, nos revelando uma memória discursiva de PCB>Esquerda(s)>PT>Lula>inimigo nefasto.

5 À guisa de conclusão

Em nossas análises, observamos que o discurso político de direita, marcado por uma formação discursiva atravessada pelo discur-

so religioso-evangélico, denota uma posição-sujeito herói, salvador dos grupos minoritários da exclusão, mas, por outro lado, ao enunciar a formulação “*todos aqueles que se sentem esquecidos*”, produz um efeito de responsabilização da própria inclusão para as minorias. Pelo pronunciamento da ex-primeira-dama, que marca um discurso político de direita, percebemos um efeito de responsabilização do intérprete de Libras pela “ajuda” e integração da pessoa surda na sociedade, eximindo o Estado, o governo e as demais instâncias sociais de qualquer responsabilidade e dever para com o processo de inclusão dessa comunidade.

Identificamos nas formulações jornalísticas que falam sobre o discurso político de direita, que aparece filiado ao discurso religioso-evangélico, o apagamento das políticas de assistência social e a produção do efeito de salvação, de caridade e de assistencialismo. Nas formulações analisadas, as pessoas com deficiência e demais minorias são significadas como aquelas que sempre necessitarão de ajuda, do socorro e do assistencialismo para serem integradas numa sociedade capitalista-neoliberalista.

Nas formulações jornalísticas que falam *sobre* o discurso político de esquerda, verificamos produções de efeitos de sentido sempre marginalizantes para as políticas de esquerda, efeitos de descrédito, desconfiança, retomando uma memória de deslocamentos de sentidos de comunismo/comunista, esquerda/esquerdista que conduz a um deslizamento metafórico de PCB>Esquerda(s)>PT>Lula>inimigo nefasto, conforme discutido por Mariani (2019), colocando os discursos políticos sobre/de esquerda num lugar de criminalização e descrédito, como sendo estes os únicos sentidos permitidos para esta FD.

Nas formulações produzidas pelo discurso jornalístico sobre a cerimônia de posse do presidente Lula em janeiro de 2023, observamos que o discurso político sobre/de esquerda utiliza-se do discurso de “respeito às diferenças” e dos discursos das minorias para rebater

a memória de exclusão e de esquecimentos das causas minoritárias promovidas pelo governo anterior e postas em destaques na campanha presidencial de 2020, destacando-se um efeito de *marketing* político, que utiliza do corpo deficiente, do politicamente correto e das lutas pelo respeito às diferenças para angariar confiança e destaque político-social. Portanto, notamos que tanto os discursos políticos de direita quanto os de esquerda se filiam/identificam com uma formação discursiva capitalista-neoliberalista, que significa as pessoas com deficiência, a inclusão e demais minorias por seus corpos produtores. Os quais são os próprios e os únicos responsáveis por se integrarem na sociedade, contribuindo para seu desenvolvimento político-econômico. Também percebemos diferenças de significação em relação aos termos analisados e pelo modo de produção dos sentidos a partir de FDs que se identificam com discursos políticos de direita e de esquerda. Sendo as formulações de esquerda as que operam num lugar mais polissêmico, aberto a possíveis negociações, enquanto as de direita, principalmente dentro do discurso de direita-evangélico, têm esse lugar de negociação fechado, não permitindo novos modos de significação, consolidando um movimento parafrástico, em que se mantém o significado historicamente constituído para as pessoas com deficiência e demais minorias como aqueles que estão na relação com a anormalidade, a falta, a incompletude do corpo, como aqueles que necessitam de ajuda, de caridade, de assistencialismo e tais sentidos não “discutem as reais condições de existência das pessoas com deficiência e formas de transformá-las, de significá-las fora da relação contraditória inclusão/exclusão” (Costa, 2014, p. 132).

Gostaríamos de salientar, que para que se rompa com esses modos de produção historicamente (re)significados no imaginário social, seria preciso que o Estado, os políticos, ou seja, a sociedade em geral, assumissem, de fato (e não só em termos linguísticos), a responsabilidade coletiva para que isso ocorra, corroboramos com Costa (2014, p. 132), quando a autora afirma que é preciso pensar em

Uma possibilidade de se romper com essa relação, de instalar uma outra rede de sentidos seria derivar de 'Iguais na Diferença para Diferentes na Diferença ou Diferentes na Sociedade'. Uma possibilidade de fazer atuar o discurso de que 'um sujeito não é igual a outro', uma maneira de intervir no real, de se compreender a deficiência sem submetê-la ao discurso de exclusão. E assim lidar com as reais necessidades dos sujeitos com deficiência.

Desse modo, observando os efeitos de sentido gerados pelas oposições língua/linguagem, diferente/deficiente, deficiência/diferença e inclusão/exclusão, que têm sido amplamente postos em circulação pelos discursos político-partidários de direita e de esquerda para intermediar conflitos gerados pela crescente desigualdade social brasileira. Vemos que o que ocorre é uma mobilização de formulações para angariar eleitores filiados ao discurso de direita/de esquerda. Pois após algumas conquistas das comunidades que representam os diferentes grupos de deficientes (cadeirantes, cegos, autistas, surdos e etc.), políticas de inclusão, aceitação e respeito às diferenças têm se tornado cada vez mais fortes no meio social. Governos e instituições públicas e privadas têm sido cobradas para o cumprimento das leis de inclusão já vigentes e também por mudanças no trato das pessoas com deficiência. Então, a imagem de um governo que aparenta preocupar-se com a inclusão, que aceita e respeita as diferenças, é uma imagem favorável, que fortalece o marketing político.

Assim, percebemos nessas discursividades que o efeito de segregação e negação das diferenças para um efeito ilusório de equidade dos direitos humanos é reproduzido pelo discurso político-partidário (direita e esquerda), uma vez que os sentidos que são produzidos a partir da historicidade entre as oposições supracitadas, rompem a conjuntura social e política, a materialidade linguística. Esses sujeitos, são muitas vezes afetados pelos sentidos que dizem sobre o que é uma

língua normal, anormal, patologia e sobretudo, são marcados ideologicamente por imaginários sobre aceitação, e homogeneização dos seus corpos, língua e cultura.

Referências

ALMEIDA, João Paulo Martins de. “Deus, pátria, família”: os sentidos do fascismo brasileiro. **RUA**, Campinas, v. 28, n. 2, p. 353-376, 2022. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8671122>. Acesso em: 15 jul. 2023.

ARAÚJO, Livia Sabatini. **Antecipações de sentidos dos rumos de uma nação**: uma análise dos discursos de posse de Bolsonaro (1º/1/2019). 2019. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Educação da Faculdade de Ciências – UNESP/Bauru, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/203744/000926397.pdf?sequence=> . Acesso em: 28 maio 2023.

CASTRO, Selma. O discurso profético: ressacralização do espaço social. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). **Palavra, fé, poder**. Campinas: Pontes Editores, 1987.

COSTA, Grciely Cristina da. Discursividades de inclusão e a manutenção da exclusão. In: FERREIRA, Eliana Lucia; ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). **Discursos sobre a inclusão**. Niterói: Intertexto, 2014. p. 89-135. Disponível na versão *e-book* em: http://www.ngime.ufjf.br/especializacao/wpcontent/themes/especializacao/discursos_sobre_inclusao.pdf.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 13. ed. Tradução Laura F. A. Sampaio. São Paulo: Loyola, 2006.

GOV.BR. **Nova Política Nacional de Educação é lançada em Brasília**. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/educacao-e-pesquisa/2020/09/nova-politica-nacional-deeducacao-especial-e-lancada-em-brasilia>. Acesso em: 01 jun. 2023.

HASHIGUTI, Simone Tiemi. **Corpo e memória**. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

INDURSKY, Freda. Lula lá: Estrutura e acontecimento. **Caderno da APPOA**, Porto Alegre, n. 131, dez. 2004.

LOPES, Maraisa. **Folha de S. Paulo**: da produção de sentidos acerca da Guerra do Iraque. São Carlos: Pedro e João Editores, 2009.

LOPES, Maraisa. O sujeito surdo e a literatura surda: sentidos possíveis. *In*: COSTA, Grciely Cristina da; CHIARETTI, Paula (org.). **Trilogia, travessia da diversidade**: arte e diversidade – vol. 3. Campinas: Pontes Editores, 2016. p. 119-130.

MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa. **O comunismo imaginaria**: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989). Campinas: [s. n.], 1996. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/270690/1/Mariani_BethaniaSampaioCorrea_D.pdf. Acesso em: 27 maio 2023.

MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa. **O PCB e a imprensa**: Os comunistas no imaginário dos jornais. Campinas: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro: Editora Revan, 1998.

MARIANI, Bethania. As formas discursivas e a ameaça comunista. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, n. 44, p. 270-289, 2019. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/lil/article/view/8657817>. Acesso em: 28 maio 2023.

MEDEIROS, Caciane Sousa de. O discurso da inclusão pela diferença na relação mídia e sociedade. *In*: FERREIRA, Eliana Lucia; ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discursos sobre a inclusão**. Niterói: Intertexto, 2014.

OLIVEIRA, Alex Sander de; RADDE, Augusto. Condições de produção. *In*: LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina (org.). **Glossário de termos do discurso**. Campinas: Pontes Editores, 2020. p. 47-50.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolução nº 45/91, de 14 de dezembro de 1990**. Trata da execução do Programa de Ação Mundial para as Pessoas Deficientes e da Década das Pessoas com Deficiência das Nações Unidas. [S. l.]: Assembleia Geral das Nações Unidas 1990.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Segmentar ou recortar. **Série Estudos**, Uberaba: FIU, n. 10, 1984.

ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). **Palavra, fé, poder**. Campinas: Pontes Editores, 1987.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Terra à vista, discurso de confronto**: velho e novo mundo. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. 4. ed. Campinas: Pontes Editores, 2012.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Ser diferente é ser diferente: a quem interessam as minorias? In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). **Linguagem, sociedade, políticas**. Pouso Alegre: Univás; Campinas: RG Editores, 2014.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso**: Princípios e procedimentos. 12. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Análise de Discurso. In: ORLANDI, Eni Puccinelli; LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy (org.). **Introdução às ciências da Linguagem**: Discurso e textualidade. 3. ed. Campinas: Pontes Editores, 2017.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Eu, tu, ele**: discurso e real da história. 2. ed. Campinas: Pontes Editores. 2017a.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 5. ed. Campinas: Pontes Editores, 2020.

PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje [1982]. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). *et al.* **Gestos de leitura**: da história no discurso. 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994. p. 55-66.

PERLIN, Gladis Teresinha Taschetto. **O ser e o estar sendo surdos**: alteridade, diferença e identidade. 2003. 156 p. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

SKLIAR, Carlos. Uma perspectiva sócio-histórica sobre a psicologia e a educação dos surdos. In: SKLIAR, Carlos (org.). **Educação & exclusão**: abordagens socioantropológicas em educação especial. Porto Alegre: Mediação, 2013. p. 105-153.



FUTURE-SE OU FATURE-SE? UMA ANÁLISE DISCURSIVA DA ÓTICA GERENCIAL NA CONJUNTURA POLÍTICA E EDUCACIONAL

Joelma Aparecida Bressanin
José Ricardo Menacho

Introdução

Nos últimos anos, em especial, no curso do mandato do ex-presidente Jair Bolsonaro, de 2019 a 2022, as políticas educacionais brasileiras não tiveram avanços significativos. Apesar de a educação, desde a campanha, em 2018, ter sido tratada como uma de suas prioridades, o tema foi relegado a um segundo plano durante o seu governo. Não obstante as educacionais, tivemos, pois, nesse período, a operacionalização de um projeto de desconstrução da rede de políticas públicas sociais (sobretudo as de proteção às populações em situação de vulnerabilidade), sanitárias e ambientais até então em vigor no país, o que produziu um esvaziamento da política e da participação popular na disputa por seus rumos, bem como uma interdição dos sentidos de democracia. Para seu grupo havia um “espectro” ideológico de esquerda que devia ser combatido a todo custo. No discurso político fortaleceu o combate ao que chamou de “doutrinação ideológica de esquerda”.

No setor educacional, a guerra, ou a cruzada ideológica, foi utilizada para hostilizar autoridades científicas e pesquisadores de universidades federais, justificar cortes em investimentos e revisar conteúdo programático do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM). Em meio a esse projeto de desconstrução implementado pelo ex-presidente, tivemos, em 17 de junho de 2019, o lançamento, pelo Ministério da Educação (MEC), do Programa Future-se, que reacendeu os debates em torno da autonomia universitária prevista no art. 207 da Constituição Federal: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (Brasil, 1988), e cujas propostas e planos nos chamaram a atenção e despertaram o nosso interesse em analisar as suas discursividades postas em circulação, tanto no cenário político quanto no educacional.

Nessa direção, propomo-nos, neste artigo, sob a perspectiva teórica da Análise de Discurso materialista, analisar os discursos acerca da autonomia das instituições de ensino, considerando para tanto as condições de produção da atual formação social, as características que o modo de produção capitalista trouxe para os debates sobre as práticas do Estado burguês na gestão dos direitos sociais, bem como as determinações promovidas pela racionalidade neoliberal, que configura os sistemas escolares como mercados educacionais, fazendo deslocar, nos discursos políticos, jurídicos e administrativos, por meio da competitividade, produtividade e eficiência, a compreensão da gestão dos direitos sociais pelo Estado para a de prestação de serviços sociais pelo mercado.

Para a Análise de Discurso, o discurso – nosso objeto teórico – é o lugar em que se pode observar a relação entre língua e ideologia, compreendendo como na/pela língua os sentidos são produzidos por/para os sujeitos. Pêcheux (2014 [1969], p. 81), define discurso como “efeitos de sentido entre locutores”. Efeitos que resultam da relação entre su-

jeitos simbólicos que participam do discurso, em dadas circunstâncias. Ou seja, não podemos deixar de relacionar o discurso com suas condições de produção, sua exterioridade. E, nessa direção, trabalhamos a relação língua-discurso-ideologia.

Destacamos, também, que, do ponto de vista discursivo, compreendemos ideologia como um funcionamento da linguagem, uma força produtiva. Não a tratamos como visão de mundo, nem como ocultamento da realidade, mas como mecanismo estruturante do processo de significação, pois ela opera no processo de constituição do sujeito. A ideologia é pensada na relação com o imaginário, entendida como efeito de relação entre sujeito e língua(gem). Para nós, não há discurso sem sujeitos, nem sujeitos sem ideologia (Pêcheux, 2009 [1975]). Ocorre, assim, um deslocamento da noção de ideologia de um campo sociológico para o campo discursivo, a partir da linguagem. Ou seja, a ideologia não se refere a ideias de certos grupos ou sínteses de algumas tendências em voga, tal como vemos ou ouvimos no uso corrente: “ideologia da esquerda”, “ideologia comunista”, “ideologia de gênero”, etc.

Segundo Orlandi (2007 [1999]), ideologia é a relação entre linguagem e mundo; é a própria condição para que a linguagem possa ser interpretada. É a interpretação de sentidos numa certa direção, determinada pela relação entre a linguagem com a história, em seus mecanismos imaginários. Nesses termos, a ideologia se constitui nas práticas sociais, nas quais os indivíduos, desde sempre sujeitos, ocupam posições a partir da interpelação por uma forma-sujeito.

Sob esse viés, o dispositivo – isto é, a escuta discursiva – deve explicitar os gestos de interpretação que se ligam aos processos de identificação dos sujeitos, suas filiações de sentidos: descrever a relação do sujeito com sua memória. Conforme postulou Pêcheux (2009 [1975], p. 16), o sentido é determinado por posições ideológicas, que por sua vez se constituem na relação com a exterioridade, em uma

dada conjuntura sócio-histórica. É por essa razão que, em nossos gestos de interpretação, pretendemos produzir uma “escuta” para tornar visíveis os modos pelos quais as formações ideológicas (Pêcheux, 2014 [1969]), as formações discursivas (Pêcheux, 2009 [1975]) e as formações imaginárias (Pêcheux, 2014 [1969]) determinam o dizer, administrando as relações de sentidos e as relações de força que o afetam.

Feitas essas considerações necessárias, enfatizamos que o nosso objetivo – a saber, analisar os discursos acerca da autonomia das instituições de ensino superior, na conjuntura sócio-política recente, a partir da divulgação do Programa Future-se, que tomamos como ponto de partida para constituir o nosso *corpus* de análise, nesta abordagem – está vinculado a um objetivo maior, proposto pelo projeto de pesquisa “A gestão do social no/pelo Estado: os sentidos de (des) igualdades em discursividades contemporâneas”¹, que é o de analisar os discursos oficiais/institucionais acerca da promoção da igualdade e/ou da superação das desigualdades sociais, educacionais, linguísticas, tecnológicas, étnico-raciais, de gênero, em circulação na contemporaneidade. Sendo assim, à luz das diretrizes desse projeto, em que tomamos o campo educacional como espaço simbólico e político, selecionamos como material de análise deste artigo o Programa Future-se, anunciado pelo ministro da Educação, em 2019, e uma faixa exposta em um protesto contrário ao programa, ocorrido no mesmo ano, com o seguinte dizer: “Future-se”.

Queremos demonstrar a partir do debate nacional impulsionado pelo Programa Future-se, implementado em 2020, o modo como as instituições de ensino superior, no Brasil, tornam-se alvo de ataques sistemáticos que ocorreram na esteira de uma ação política mais ampla e coordenada, alinhado ao combate do que convencionaram denominar de “marxismo cultural” levado a cabo pelo ex-presidente Bolsonaro, filiado a uma posição de extrema-direita e de negação

1 Projeto em execução na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT, 2022-2024), com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso (FAPEMAT).

da ciência². A nosso ver, as medidas administrativas e normativas impostas pelo MEC, associadas a uma campanha orquestrada por sua equipe política, põe em questão a legitimidade, viabilidade e credibilidade das universidades públicas, pavimentando um caminho tortuoso para o futuro.

2. Future-se e o projeto de desconstrução da autonomia universitária

O programa instituído como “Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores – Future-se” propõe, em sua estruturação, que as universidades e institutos federais busquem o fortalecimento de sua autonomia administrativa, financeira e de gestão, por meio de ações e parcerias com organizações sociais, que, na prática, são associações privadas. O programa prevê que a adesão por parte das instituições de ensino é voluntária, contudo, essa adesão acaba sendo forçada, posto que a liberação regular de recursos financeiros e de bolsas para as instituições pelo governo federal fica condicionada à sua vinculação ao programa.

A principal rejeição ao programa decorre de seu ataque à autonomia das instituições de ensino, pois se estrutura a partir de uma lógica gerencialista, pautada na competição, com base em contratos e indicadores de resultados, em troca de concessão de benefícios e vantagens. Dito de outro modo, o que sustenta as ações “empreendedoras” das universidades e institutos federais é a busca de incentivos de mercado, da captação de recursos próprios, de fundos ou fontes adicionais de recursos na iniciativa privada.

A divulgação do Future-se iniciou em 17 de junho de 2019, quando a primeira versão foi lançada para consulta pública antes de o projeto ser enviado ao Congresso Nacional para votação. O programa,

2 O desprezo pelo conhecimento científico por parte de Jair Bolsonaro gerou efeitos catastróficos para o Brasil, seja na saúde, seja no meio ambiente, seja na educação. Durante a pandemia de covid-19, que ele considerou uma “gripezinha”, atacou o isolamento social e as máscaras e glorificou a cloroquina e a hidroxicloroquina, substâncias que não têm eficácia comprovada contra a doença.

dado o seu caráter privatista, teve baixa adesão e foi muito criticado pela comunidade universitária, movimentos e entidades ligados à defesa da educação pública, por essa razão, sob o comando do ministro da Educação da época, Abraham Weintraub, passou por algumas reformulações, resultando em uma segunda versão, encaminhada para uma nova consulta pública entre os dias 03 e 24 de janeiro de 2020.

O documento, posteriormente, também passou por uma análise jurídica e foi reformulado, resultando em uma terceira versão, que seguiu para o Congresso Nacional, em 02 de junho de 2020, passando então a tramitar como Projeto de Lei nº 3076/2020.

Na primeira versão o “Future-se” se dividia em três eixos: 1) Gestão; 2) Governança; e 3) Empreendedorismo. Na segunda versão, os termos “gestão”³ e “governança” foram retirados e o programa passou a se estruturar em torno dos seguintes eixos: 1) pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação; 2) empreendedorismo e 3) internacionalização. Esses três eixos que norteiam a gestão acadêmica dos cursos de graduação e de pós-graduação não são novos, dizem respeito a iniciativas e práticas já em curso nas instituições, uma vez que a filiação dos sentidos que retomam diz respeito ao funcionamento do modo de produção capitalista. Em outras palavras, os discursos que se textualizam nesse documento se inscrevem numa formação discursiva, relativa a uma formação ideológica neoliberal.

Ressaltamos que os aspectos que mais nos chamam a atenção em relação a esse Projeto de Lei – que é complexo, por vezes confuso e permeado de inconsistências jurídicas – são: a) a adesão forçada das instituições; b) a destinação dos recursos; c) a preferência na concessão de bolsas Capes como contrapartida e d) o ensino, a pesquisa e a extensão sendo tomados como mercadorias. Essas práticas produzem

3 Algumas compreensões sobre o papel do Estado nesse processo e sobre os sentidos de “gestão” que têm adentrado campo educacional foram realizadas em nossa tese de doutorado. O próprio termo “gestão” que remete ao discurso empresarial, aciona uma rede de sentidos: gestar, gerir, etc. e junto dela, vêm outras como: empreendedorismo, protagonismo, autonomia, etc. (Cf. Bressanin, 2012).

uma fragmentação do sistema educacional e dos processos de produção do conhecimento.

De acordo com Frigoto (2013):

A ideia-força balizadora do ideário neoliberal é a de que o setor público (o Estado) é responsável pela crise, pela ineficiência, pelo privilégio, e que o mercado e o privado são sinônimo de eficiência, qualidade e equidade. Desta ideia-chave advém a tese do *Estado mínimo* e da necessidade de zerar todas as conquistas sociais, como o direito à estabilidade de emprego, o direito à saúde, educação, transportes públicos, etc. Tudo isto passa a ser comprado e regido pela *férrea* lógica das leis de mercado. Na realidade, a ideia de *Estado mínimo* significa o Estado suficiente e necessário unicamente para os interesses da reprodução do capital (*Ibidem*, p. 79).

Segundo o autor, a perspectiva neoliberal, no plano teórico e filosófico, é de uma educação regulada pelo caráter unidimensional do mercado, que, ao adentrar o campo político, toma a universalidade de um modo perverso, exposta pelo cinismo que orienta politicamente grupos que estiveram/estão no poder, a uma compreensão fragmentada do conhecimento, concebido como um dado, uma mercadoria e não como uma construção, um processo. Isto tem sido traduzido em políticas públicas de ensino que vêm se desenvolvendo no Brasil desde o golpe militar e, com mais ênfase, a partir dos anos 1990, com o avanço do neoliberalismo no campo político, resultando na legitimação da exclusão social.

Compreendemos, pelo viés discursivo, que o sistema capitalista organiza a divisão social, estabilizando suas relações, produzindo a naturalização da exclusão. Ou seja, no funcionamento das políticas públicas de ensino, “concebem-se direitos, respeitando as diferen-

ças” (Cf. Pfeiffer, 2010). E, nesse processo, em que a educação aparece como uma concessão, produzindo efeitos de sentidos que significam a gestão pública como lugar do assistencialismo, apaga-se a história, apaga-se o político, promove-se condições de produção para discursos reformistas, conforme observa Orlandi (2012, p. 147), que “esvaziam assim o social como estruturante e ficam em seus efeitos”, silenciando a possibilidade de uma outra ordem nas relações de força e de sentidos instauradas por uma formação ideológica neoliberal.

Pfeiffer (2011), em seus estudos, afirma que “as políticas públicas têm se revestido de políticas de inclusão que demarcam limites e margens, produzindo a manutenção da desigualdade como operadora das relações sociais” (*Ibidem*, p. 150). Ou seja, as políticas públicas brasileiras de caráter compensatório atuam em variados setores da sociedade, como é o caso do setor educacional, apregoando discursos de inclusão, quando, na realidade, além de reforçarem um estado de exclusão, reproduzem relações de poder e de dominação.

Retomando o Programa Future-se, de acordo com Leher (2020), alguns pontos polêmicos das versões anteriores foram suprimidos no Projeto de Lei, dentre os quais, cita: a) contratos de gestão com organizações sociais; b) constituição de sociedades de propósito específico; c) constituição do fundo de investimentos do conhecimento; d) reconhecimento de diplomas obtidos no exterior por instituições privadas; e) abertura dos hospitais universitários geridos pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares aos planos de saúde empresariais.

Todavia, segundo Leher (2020, p. 07), no referido Projeto de Lei (PL), “a autonomia universitária é dissolvida no texto a ponto de se tornar letra-morta. Após derreter a autonomia universitária, o PL reitera respeito à CF, art. 207 (Art. 2, 18) em um curioso estratagema: ao reiterar a CF, a desrespeita”. Para o autor, o PL reforça o projeto ideológico em andamento, propondo que a cultura empreendedora

seja promovida pelo Future-se, entendendo que “o empreendedorismo está inserido no PL como o cimento ideológico que materializa a guerra cultural contra a liberdade de cátedra” (*Ibidem*, p. 09).

Em relação à liberdade de cátedra, o autor se refere ao art. 206, da Constituição Federal, que apresenta, dentre outros princípios voltados ao ensino: “a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber” e “o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas” (Brasil, 1998). Esses princípios também são reforçados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96, em seu art. 3º. Vejamos:

O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II – **liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;**

III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;

IV – **respeito à liberdade** e apreço à tolerância; [...]

(LDB, 1996, grifos nossos).

Observamos que a legislação brasileira foi construída para assegurar ao professor o direito de lecionar, tendo a liberdade como pressuposto para a sua concretização. A legislação autoriza o professor, quando no exercício de suas funções, a tecer reflexões teóricas sobre o objeto colocado em discussão e a estimular os estudantes a relacionarem os temas abordados nos espaços escolares e universitários às problemáticas cotidianas, às suas próprias experiências. A legislação autoriza, inclusive, os professores a provocarem os estudantes a analisar e avaliar, com criticidade, projetos políticos, planos de governo, posturas e propostas de seus representantes no âmbito dos poderes constituídos, condutas e perspectivas sobre o seu *locus* de convívio

coletivo, atitudes que acabam por preencher os múltiplos (e sempre por fazer) conteúdos da cidadania. A cátedra, não apenas é qualificada, mas é significada pela liberdade, pois é esta que lhe dá a forma pretendida aos verbos “ensinar, aprender, pesquisar e divulgar”. Referente ao que está sendo proposto pelo programa às instituições de ensino superior, o ataque à liberdade de cátedra não é só uma ação política, mas uma ação contra a ciência.

O Future-se afirma que “universidades e institutos poderão aumentar as receitas próprias por meio de fomento à captação de recursos próprios e com maior segurança jurídica” (Brasil, 2020), porque terão mais “flexibilidade” para realizar despesas e poderão se tornar menos dependentes do orçamento (contingenciamento e PEC do gasto). Em contrapartida, terão que limitar gastos orçamentários, competir entre elas no *ranking* da eficiência, autorizar o *naming rights* (ter o nome de empresas e/ou patrocinadores) nos *campi* e edifícios da instituição etc. É incerto praticar com liberdade o ensino e produzir conhecimento científico, tendo que buscar autofinanciamento. É converter o setor público em privado, desvirtuando, assim, a precípua finalidade do primeiro, que consiste no cuidado e na responsabilidade irrestrita com o bem público, garantindo que este seja, como regra, de todos e para todos.

Entendemos que o Programa Future-se ao submeter as universidades a regras, indicadores e interesses próprios do mercado e não apresentar garantias de fontes sustentáveis de financiamento público para suas atividades, ataca a autonomia didático-científica, administrativa e o mandamento da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, ferindo, assim, princípios e direitos constitucionais, duramente conquistados e imprescindíveis ao desenvolvimento e à soberania nacional.

Transferir ou adotar para o setor educacional práticas de mercado, por meio de um discurso de “modernização”, cujo nome remete ao futuro (FUTURE-SE), não faz com que essa modernização de fato aconteça ou signifique “inovação”. Ao contrário, produz outros efeitos de sentidos, relativos ao campo empresarial, como veremos nas análises a seguir.

3. A manutenção da lógica gerencial: Fature-se!

As políticas públicas referentes ao ensino superior no Brasil, construídas nas últimas décadas, têm sido fortemente marcadas por práticas discursivas que promovem uma reconfiguração na sua função social, com a incorporação da lógica gerencial e econômica de cunho neoliberal. Isso ocorre por diversas razões, dentre elas, o estreitamento das relações com o setor produtivo e financeiro, o surgimento de novas formas de avaliação e de financiamento, e mais recentemente, a desqualificação de uma suposta “ideologização” político-partidária de suas atividades.

Em acréscimo, citamos o processo de expansão das universidades privadas – especialmente as com fins lucrativos – e a adesão aos modelos gerenciais de administração que adentram o espaço educacional, por meio de Leis, Decretos e outros instrumentos normativos, que acabam produzindo uma (des)configuração das universidades públicas brasileiras, como é o caso do PL nº 3076/2020, que tomamos como ponto de partida nesta reflexão.

Prosseguindo, então, em nossos gestos de análise, apresentamos a primeira imagem que selecionamos:

Figura 01 – Protesto em defesa da Universidade Pública



Fonte: ADUFC – Associação dos Docentes da Universidade Federal do Ceará.

A imagem, que retrata uma caminhada nas ruas de um centro urbano, e que tem como destaques, à frente, em primeiro plano, uma faixa de protesto e, ao redor, vários outros cartazes, sustentados por sujeitos manifestantes, foi registrada em um movimento organizado pelo Bloco da Educação, formado por professoras e professores de instituições de ensino, no estado do Ceará, durante o 25º Grito dos/as Excluídos/as, evento realizado em todo o Brasil, no período de 07 a 09 de setembro de 2019.

A faixa em destaque textualiza, em letras maiúsculas, o dizer: “FATURE-SE: a universidade não está a venda”. Esse dizer aciona, pelo funcionamento do interdiscurso – a memória discursiva – uma relação com outros dizeres, ditos e esquecidos, que são atualizados a partir da polêmica em torno do Programa Future-se, apresentado pelo MEC, dois meses antes.

Em seu funcionamento, entendemos que a formulação “Fature-se” é uma paráfrase do nome do programa, como podemos observar na figura 2, ao fazermos um contraponto:

Figura 02 – Apresentação do Programa Future-se



Fonte: Marcelo Camargo/Agência Brasil.

Na figura 2, temos o registro da apresentação do Programa Future-se sendo feita, na época, julho de 2019, pelo ministro da Educação Abraham Weintraub, acompanhado do secretário de Educação Superior do MEC, Arnaldo Lima.

Conforme abordamos, na introdução, o Future-se não foi apresentado para ser debatido e nem construído junto com os profissionais da educação e com as representações sindicais das categorias envolvidas. Tal medida desencadeou um processo de mobilização e de rejeição por parte das instituições de ensino superior, do corpo docente, discente e técnico.

Assim, na figura 1, observamos na formulação “Future-se” uma posição discursiva que se contrapõe ao projeto apresentado na figura 2. “Future-se” é o modo como os profissionais do ensino superior entendem o objetivo do projeto Future-se. O discurso que se materializa na faixa de protesto se inscreve em uma posição contrária à defendida pelo ministro e sua equipe, inscreve-se em uma outra formação discursiva, opõe-se a ideologia dominante, sustentada pelo neoliberal-

lismo, que acabou por deslocar a compreensão de direitos sociais para bens e serviços a serem vendidos, cobrados, privatizados.

Dito de outro modo, “Future-se” dá a entender que quanto mais recursos as instituições adquirirem para se sustentarem, mais empreendedoras elas serão.

Lembrando que todo discurso remete a outros discursos, a relação que uma imagem estabelece com a outra, e com tantas outras possíveis, traz uma faixa em protesto contra ações do governo Bolsonaro, que realizou cortes de verbas da educação, fez inúmeras ameaças às instituições federais, afirmando que a única solução seria o autofinanciamento, além do manifesto interesse em obter recursos com privatizações e concessões.

Em nossa abordagem é importante considerar o modo como o dispositivo teórico da interpretação, proposto pela Análise de Discurso, proporciona-nos uma leitura para além das evidências, ou seja, possibilita-nos uma interpretação a partir da relação entre língua-discurso-ideologia, considerando as condições históricas, ou, dito de outro modo, possibilita-nos uma interpretação a partir da relação constitutiva de todo texto com o interdiscurso, que é acionado em cada uma das formulações.

A formulação “FUTURE-SE: a universidade não está a venda” se relaciona a outros dizeres, seja com o nome do Programa Future-se, seja com outras faixas de protesto, por exemplo: “Educação não é mercadoria!”, postas em circulação em algumas manifestações de sindicatos de docentes e movimentos estudantis realizados, no Brasil, nos últimos anos.

“Future-se” também pode ser entendida como uma paráfrase do “Future-se”, que se coloca como uma resposta dada pelo meio acadêmico – a universidade não está à venda – e produz um deslocamento na rede de sentidos, ou melhor, aponta para a direção de um outro sentido, o de que o direito à educação, garantido pela Constituição

Federal, em seu art. 6º, como um direito social, está sendo entendido/compreendido como um serviço a ser prestado/vendido/comercializado. E, neste caso, fere a autonomia das universidades, também garantida pela Constituição Federal, conforme já destacamos.

Pensando nas condições de produção mais amplas, relativas às formações discursivas e ideológicas, a discursividade sobre a educação se volta para os fins de acumulação capitalista. E, ainda, é entendida como um bem de consumo, e nessa ótica gerencial, passa a ser submetida a critérios de produção, distribuição e de venda. Assim, a educação torna-se uma mercadoria como qualquer outra a ser negociada e adquirida no mercado. Tudo é gestão! Não há direitos sociais! Há serviços sociais! Sai o professor pesquisador e entra o professor empreendedor!

Entendemos que na contemporânea fase do sistema capitalista, sustentado pela ideologia neoliberal, há uma manutenção dessa lógica da gestão gerencial, condicionando o acesso aos recursos financeiros ao cumprimento de indicadores de desempenho, produtividade, a partir de critérios de eficiência e à racionalidade no uso dos recursos orçamentários. Apesar das reformulações que o Future-se sofreu, conforme já discorremos, mantêm-se, textualizados, em sua proposta, o caráter privatista/mercadológico e o desmantelamento da autonomia universitária.

Dardot e Laval (2016) consideram o neoliberalismo não apenas uma ideologia, ou um projeto estritamente econômico, mas uma racionalidade, um modo de vida, comportamentos e condutas que pautam a sociabilidade dos sujeitos, segundo uma relação de custo-benefício. Como consequência, observa-se a adoção de medidas regressivas levadas a cabo pelo Estado – que acabam por minimizar a sua responsabilidade em garantir experiências em direitos para a população e, por seu turno, maximizar as oportunidades para a iniciativa privada explorar esse novo nicho, segundo os seus valores e auspícios – repercutindo,

por certo, como já pontuamos, na (des)configuração das universidades públicas brasileiras.

Do ponto de vista discursivo, a ideologia que interpela o indivíduo em sujeito, é um ritual com falhas. “Na falha, ela se abre em ruptura, onde o sujeito pode irromper com seus outros sentidos e com eles ecoar na história, fazendo sentido do sem sentido. Condição para que os sujeitos e os sentidos possam ser outros” (Orlandi, 2014, p. 166). O deslocamento possível na relação sujeito e ideologia é condição para que a resistência possa irromper.

Sob esse viés teórico, compreendemos que “FATURE-SE”, ao se textualizar na faixa de protesto nas/das manifestações (figura 1), marca nas suas condições de produção enunciativa, um movimento de resistência, sustentado por um gesto de interpretação (processo de identificação) que se inscreve em uma outra formação discursiva. Entendemos que, na paráfrase produzida, há o atravessamento de outros discursos, pautados na defesa da universidade pública, gratuita, de qualidade. Discursos que tomam a educação como um direito social e que vão construir outras posições, que vão materializar novos (ou outros) lugares na formação social.

4 Considerações finais

Considerando que o grupo que assumiu, em 2019, o Executivo federal, apresentou-se como aquele que, primeiro, iria “desconstruir” o período de 30 anos de predominância de “marxismo cultural” no Brasil, especificado no plano de governo de Jair Bolsonaro (2018), não era de se esperar ações favoráveis em relação ao sistema educacional e à autonomia universitária. O Programa Future-se em suas diversas versões possui, portanto, o cumprimento dessa agenda de destruição de direitos sociais.

Em nossos gestos de interpretação, o Future-se não deixa de ser um desdobramento do programa ultraliberal e extremista do governo

de Bolsonaro, que se propôs a promover o desmonte do aparelho estatal e desgastar a imagem das universidades, sobretudo as públicas, perante a população, segundo uma prática discursiva corrente de negação e/ou extermínio do outro, de acusar a esquerda de corromper a democracia e de estagnar a economia, tachando de doutrinador ideológico ou comunista todos aqueles que não conjugam do seu conservadorismo moral, instalando, assim, um clima de medo e um discurso de ódio contra todos que pensam diferente dele.

Referências

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: [s. n.]: 1998.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 3076**. Institui o Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores – Future-se. Brasília, 2020. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1947386&filename=Avulso+-PL+3076/2020. Acesso em: 10 nov. 2020.

BRESSANIN, Joelma Aparecida. **Políticas de formação continuada de professores em Mato Grosso**: Uma análise discursiva do Programa Gestar. 2012, 151f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto dos Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: Ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução Mariana Echalar, São Paulo: Boitempo, 2016.

FRIGOTO, Gaudêncio. Os delírios da razão: crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional. In: GENTILI, Pablo (org.). **Pedagogia da exclusão**: crítica ao neoliberalismo em educação. 19. ed. Petrópolis; Rio de Janeiro: Vozes, 2013 [1995]. p. 73-102.

LEHER, Roberto. Esboço da análise do Projeto de Lei do Future-se. **Le Mond Diplomatique Brasil**, jun. 2020. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/projeto-de-lei-do-future-se/>. Acesso em: 12 out. 2020.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso**. Princípios e procedimentos. Campinas: Pontes Editores, 2007 [1999].

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso em análise**: Sujeito, sentido ideologia. Campinas: Pontes Editores, 2012.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Formação ou capacitação: duas formas de ligar a sociedade e conhecimento. *In*: FERREIRA, Eliana Lucia; ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). **Discursos sobre a inclusão**. Niterói: Intertexto, 2014.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso (AAD-69). Tradução Eni Puccinelli Orlandi. *In*: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). **Por uma Análise Automática do Discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Unicamp, 2014 [1969].

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução Eni Orlandi Puccinelli. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009 [1975].

PFEIFFER, Cláudia Regina Castellanos. Políticas públicas de ensino. *In*: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). **Discurso e políticas públicas urbanas**: a fabricação do consenso. Campinas: Editora RG, 2010. p. 85-99.

PFEIFFER, Cláudia Regina Castellanos. Políticas públicas: Educação e linguagem. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, 53(2), jul./dez. 2011.



À DIREITA/ESQUERDA VOLVER: O FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DA LACRAÇÃO

José Magno de Sousa Vieira

*Não me peça que eu lhe faça uma canção como se deve
Correta, branca, suave, muito limpa, muito leve
Sons, palavras, são navalhas
E eu não posso cantar como convém
Sem querer ferir ninguém
(Belchior)*

Introdução

O estado de pureza das palavras, de transparência e limpidez por meio das quais elas poderiam dizer, sem ruídos, o que, em efeito, se separa delas (quando se espera delas), como se elas não doessem em nossas dores, como se elas não incomodassem nossos incômodos, essa ideia elástica do estoico ao positivismo, do isolamento dos sentidos e das palavras que rebobina sem cessar o que lhes falta de material para significar, é algo que tende ao esconderijo e o analista precisa transferir para outro lugar porque não consegue atingir. Consegue, quando muito, tingir a sombra para captar o vulto. O real (a) parece nesse liame, nessa fisga, nessa farpa/[ferpa]/lasca que recortamos para

lidar com o que não se apreende. Ele se diz do que se funda e nunca finda no real do sentido.

Nesse entendimento, estou endereçando minha reflexão para o lugar onde esse incômodo que se transfere de palavra para palavra para significar exatamente na zona que Belchior operou para dizer que o elemento cortante que dá sonoridade e se estabelece em um efeito modular de concatenação de som a/em som, de sílaba a/em sílaba, de palavra a/em palavra(?) fosse um estado de branquitude, correção, suavidade, limpeza e leveza forjando-se em todos esses caracteres da palavra numa ideia romântica de linearidade. Se assim fosse, como teríamos a possibilidade de debater na contradição que se instaura na ordem do político?

Desse modo, estou interessado nessa continuidade pulsante que o já referido Belchior tira de suspensão, que escapa da tentativa vã de encapsulamento idealista, e apresenta a palavra e o som como ataques, para além do *onset*, do núcleo e da coda da otimalidade, diga-se de passagem. Nesse ponto, onde o atrito dos sons nas palavras, do vozerio das vogais nas sílabas, dos ecos das palavras que lutam contra seu *intra* quando seu *inter* quer levar os sentidos sozinhos, as palavras cortam, ferem, são armas retóricas da argumentação que se tecem no discurso e afetam os sujeitos.

É nesse perímetro interpretativo que estou propondo uma reflexão sobre o sentido de lacração quando se pensa ‘no Brasil recente’ polarizado nos dizeres políticos instaurados na esquerda ou na direita. A lacração marca a conjunção adversativa ‘ou’ como elemento incontornável para que o próprio dizer seja permitido. No espaço de discursividades tomadas pela dicotomização, pela bifurcação do político cindido em duas zonas, parece não haver espaço para a conjunção aditiva ‘e’. Ou seja, parece não ser possível ao sujeito em uma tomada de posição ideologicamente marcada dizer ‘Esquerda e direita’, isto está vetado pelo sistema. A ele só resta dizer ‘Esquerda ou direita’.

Eu próprio estou afetado por essa questão quando grafo Esquerda com *E* maiúsculo e direita com *d* minúsculo. Isto porque no recorte que estou propondo analisar apresento o ‘lacre’ da ‘lacração’ nesse campo, uma vez que, a direita brasileira dominou essa prática e ocupou com bastante antecedência o espaço das redes sociais para tornar rasas discussões profundas e, por meio desta prática, atingir camadas superficiais e volumosas da sociedade. A retórica nos ensina a mobilizar a palavra em prol de duelos argumentativos que devem levar sempre à adesão. Foi assim na Grécia, em Roma, e é assim num duelo de repente ou de *hip hop*. Como disse Belchior, a palavra é navalha e com seu som corta o que ataca. É nesse movimento que pretendo apresentar a ‘lacração’ enquanto acontecimento discursivo.

2. O que foi feito de Vera?

É preciso atentar para o fato de que a lacração se articula em um espaço de dizer didatizado no qual, ao invés de tese e antítese, o que deve haver sobremaneira é a síntese. Assim sendo, uma questão cara ao pensamento crítico e reflexivo que volve à Esquerda busca compreender as tabulações conceituais enquanto processos históricos, ou seja, em sua materialidade. Do lado que volve à direita a tentativa é de vestir os processos históricos com as próprias tabulações conceituais para que a adesão venha como um efeito de evidência, e seja reflexão. A tentativa é de amplificar o discurso sintetizado a partir de questões que coloquem o sujeito diante de escolhas imediatas relativas ao modo como ele foi forjado em termos de costumes.

Diante de discussões como “ideologia de gênero/escola sem partido” *versus* “incentivo ao estupro/corte de verbas na educação”, por exemplo, a defesa da manutenção normativa daquilo que é social e culturalmente concebido como “semanticamente normal” ganha corpo social, tem adesão. Nesse ínterim, a reflexão que tenta ‘contra-atacar’ a vagueza conceitual do que não existe, a saber, “ideologia de gênero” e “escola sem partido” não dá liga, não consegue recortar

algo do real para desdizer a “farsa do teatro da consciência”, “das neuroses” mal resolvidas, o que faz com que a voz reflexiva que ecoa pontos da história, não se articule a tempo de ser ouvida por aqueles que já estão atravessados pela lacração que tendem a estacionar em frases de efeito curtas e de fácil replicação e a sedimentar pré-construídos sedimentadores de uma memória que discursiviza a retomada da ordem do culturalmente (im)posto como padrão.

Quando digo do modo como a síntese/didatização que se imbrica no que se designa como lacração no funcionamento dos argumentos apreçados na perspectiva direitista, o faço no sentido de provocar uma aproximação com o que Orlandi discute sobre a leitura em termos de pedagogismo, ou seja, dessa tentativa que muitas vezes se torna reducionista por pensar as soluções “[...] desvinculando-as do seu caráter sócio-histórico mais amplo” (Orlandi, 2012, p. 46). Ao passo que uma discursividade forjada na Esquerda se demora justamente nesses termos, a discursividade forjada na direita não perde tempo com a história, a camufla pela síntese e pela pressa em produzir o ‘la-cre’ a ser pulverizado na rede.

Nesse movimento de configuração de um argumento que intenta encapsulamento de elementos sintetizados e que devem se vincular o quanto antes com a reflexão mais restrita e imediata da realidade vivida há a entrada de uma conduta cínica no dizer lacrador. Explico trazendo o que Žižek (1996) preceitua por cinismo. Para ele, o sujeito dito cínico sabe que o ideológico e o social estão a certa distância um do outro e mesmo assim escolhe escancarar suas premissas. Nos termos do autor: “O sujeito cínico tem perfeita ciência da distância entre a máscara ideológica e a realidade social, mas, apesar disso, continua a insistir na máscara” (*Idem*, p. 312-313).

O funcionamento desse mecanismo para atingir a lacração funciona no discurso político com maestria. Porém, até o momento, nas batalhas travadas na guerra contra a mentira propagada nas redes

sociais, o que aparentava ser domínio exclusivo de uma dada extrema direita, passa a ser um recurso a ser usual também na Esquerda. Ao se deparar com o monstro diante de si, o que se percebe, do lado da direita é um recuo pelo “novo” modo de uso da lacração que agora está sendo configurada à esquerda, mas, como não poderia ser diferente, nesse campo, a lacração se articula com o sócio-histórico e com a informação.

Ao tratar do discurso pedagógico cínico, Fernandes (2020, p. 103) apregoa que “[...] dependendo do lugar em que enuncia, o professor valida ou não o saber acadêmico”. Além disso, ela acentua ainda que no discurso pedagógico cínico “[...] o professor sabe que sua prática não é a ideal, mas a justifica pela falta de recursos ou de condições de fornecer um ‘serviço’ mais adequado (ou seja, o trabalhador aplica assim proporcionalmente sua força de trabalho conforme o valor que lhe é dado)” (*Idem*, p. 104).

Trago essa reflexão no intuito de ser possível identificar na discursividade de Flávio Dino um quê de pedagogismo que deixa notar sua posição sujeito outra, a de professor universitário. Ao lidar com a imaturidade e o despreparo por meio dos quais seus adversários políticos creem munir-se, quando de fato apresentam recortes trazidos de lugares sem respaldo para enunciarem, Dino leva-os para o lugar da chacota com ironia áspera e ‘viralizante’ que propicia a ele as mesmas ferramentas tão bem manobradas até ali pelos seus rivais retóricos, as frases de efeito que colam com igual velocidade das suas, porém, no caso de Dino há a colagem na realidade dos fatos e é a partir daí que ocorre a liga argumentativa, ou seja, no caso do que Dino enuncia, além de se propagar na esquerda, os memes, visualizações também se propagaram na mídia tradicional e nos próprios perfis de direita fazendo com que líderes políticos da ala conservadora reconheçam a necessidade de preparo para lidar com a retórica de Dino.

Desse modo, o uso do discurso pedagógico cínico de Dino faz funcionar um efeito que, até então, era a grande dificuldade dos oradores da Esquerda, a adesão. Sua discursividade não se tabula em conceitos isolantes, ele a arremessa aos seus divergentes através do cinismo que produz a chacota imediata e descredibiliza os recursos argumentativos dos que dominavam a lacração das/nas redes sociais. Seu saber acadêmico se traveste de didatismo pelo cinismo. Nesse movimento, de sentidos e de efeitos, o embate político se dá em uma arena da ordem do simbólico, no qual os sujeitos se significam em uma dobradura discursiva que transfere o dizer lacrador para o lugar ocupado por um “Esquerdista”.

Nesse lugar a significação toma um corpo novo, o acontecimento se atualiza por uma permuta, uma transferência. A palavra é “roubada” pela Esquerda nesse lugar e a lacração se torna aquilo que se designa em Pêcheux (2008, p. 17) como acontecimento discursivo “o ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória”. Há uma memória que impõe pensar o lugar do uso das frases curtas e de efeito como algo do domínio da direita e que agora foi tomado por um “Esquerdista” nordestino para usar desse artifício de um modo reconfigurado porque lidará com fatos que se sustentam na história dos sentidos e que vão além das “coisas-a-saber”.

Agora, nesse deslocamento, as palavras e sua sonoridade serão “navalhas” que ferirão pelo conhecimento e não mais pela ‘mentira’. Esse ato de ferir com o conhecimento, no entanto, segue o esquema que, pelo cinismo, camufla o saber acadêmico que, muitas vezes, se mostra petulante e autoritário, uma vez que já se aprendeu que a tabulação teórica nua e crua não dá conta de ligar os sujeitos à história. Desse modo, em uma instância de linguagem, a lacração acontece e discursiviza o dizer de Dino e o leva para a zona de interesse da adesão.

O que interessa pensar no funcionamento da lacração no acontecimento de linguagem do lacre, da frase de efeito que fecha sentidos e facilita suas pulverizações e adesão é a questão sobre o modo como as palavras que configuram a lacração funcionam também como o lugar do atravessamento dos sentidos. Nos termos de Orlandi (2007, p. 32) “O silêncio não está disponível à visibilidade, não é diretamente observável. Ele passa pelas palavras. Não dura. Só é possível vislumbrá-lo de modo fugaz. Ele escorre entre a trama das falas”.

Coloco essa perspectiva em relação com a arte de Belchior para refletir sobre os ‘Sons’ (que se tecem na oratória do proferir das palavras) e as ‘palavras’ (pelas quais o silêncio passa) no intuito de pensar que a navalha que inscreve o silêncio em sentido precisa ferir o outro para significar. Se a Esquerda não conseguia ter sonoridade no acontecimento da lacração por, até aqui, não ter conseguido atravessar as palavras por conta do peso do eruditismo e da reflexão densa, agora, consegue lacrar tirando o silêncio significante de seu estado primeiro para o instado a dizer, a dar sonoridade, a lacrar também. A lacrar a partir de uma nova forma de dizer. Forma essa vinculada ao conhecimento e a história sem que este vínculo seja exacerbadamente evidente, uma vez que ele precisa dar liga, precisa provocar adesão.

Apresento a seguir as textualidades por meio das quais o sujeito diz e é dito. O *corpus* de análise sobre o qual me debruçarei toma a tópica das convocações de Flávio Dino, senador eleito, ministro da Justiça e da Segurança Pública do governo Lula (2023). Interessa, entre outros aspectos, a reflexão sobre as formações imaginárias formuladas sobre ele a partir dos pontos de vista do discurso jornalístico e do discurso político de políticos da direita. Além disso, apresento uma reflexão sobre o modo como a própria mídia concebe a lacração a partir de um atravessamento que envolve justamente uma tópica sobre a Esquerda e a direita brasileiras. Eis a materialidade significativa passível de análise nesta pesquisa.

3. Os recortes e as sequências discursivas

Um momento que chama atenção nesse movimento de troca de turno do uso da lacração diz respeito à convocação do ministro da justiça Flávio Dino na CPI dos atos antidemocráticos ocorridos no dia 8 de janeiro de 2023 em Brasília. A partir de uma reportagem postada no *site* Congresso em foco tem-se a informação de que após a repercussão positiva, para Flávio Dino, frente à falta de preparo de seus convocadores e da disparada de cortes, vídeos curtos de respostas ‘lacradoras’ de Flávio Dino contra os ‘recortes’ trazidos como elementos argumentativos de seus sabatinadores, houve uma mudança de estratégia dos membros do PL, que perceberam a necessidade de maior preparo para enfrentar o ministro nas demais convocações.

Apresento a seguir os recortes em que as qualidades argumentativas de Flávio Dino são apresentadas:

RECORTE 1: Congresso em Foco (UOL) >> *o ministro não se recusa a visitar os parlamentares e parece sair fortalecido após cada audiência, que rendem memes e excesso de visualizações online devido à retórica afiada contra congressistas, como Marcos do Val (Podemos-ES) e André Fernandes (PL-CE)*¹.

RECORTE 2: G1 >> *Dino ganha fama de ‘lacrador’ do governo após série de bate-bocas com oposição no Congresso [...] Ministro da Justiça já compareceu três vezes a comissões da Câmara e foi uma vez ao Senado. ‘Vingadores’, ‘eu sei ler’ e ‘terra plana’ foram algumas tiradas bem-humoradas usadas por Dino*².

RECORTE 3: Política (UOL) >> *Para Feliciano, Dino “fez um passeio” ao responder às perguntas feitas pela comissão. “A ida do Flávio Dino*

1 Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/congresso-nacional/flavio-dino-alvo-da-oposicao-ainda-e-pouco-requisitado-na-cpmi-saiba-por-que/>. Acesso em: 18 jun. 2023.

2 Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/05/14/dino-ganha-fama-de-lacrador-do-governo-apos-serie-de-bate-bocas-com-oposicao-no-congresso.ghtml>. Acesso em: 18 jun. 2023.

lá na Câmara acho que foi um termômetro. Acho que o PT já não tem mais medo da CPMI [dos atos golpistas]. Porque o Flávio Dino fez um passeio na CCJ. Ele engoliu uns 10 deputados lá”, disse o deputado [...] Na conversa, Feliciano também disse que seus colegas de partido estavam “despreparados” para questionar o ministro³.

Coloco em relação estes trechos recortados, todos publicados em 2023, com uma reportagem do jornalista Maurício Meireles publicada em 2018, na qual se textualiza o que segue:

RECORTE 4: Folha de S. Paulo >> Na era da ‘lacração’, radicalização política deve causar empobrecimento no campo das artes [...] A nova geração não foi politicamente forjada do mesmo modo que antes – agora, **os jovens constroem sua consciência crítica com slogans de quinta categoria na internet.** [...] É uma formação em tudo mais superficial. Nela, **o gênero do momento é o textão e o principal objetivo, a chamada “lacração”.** O termo, popularizado na internet, significa encerrar uma discussão polêmica com uma frase de efeito. É o contrário do debate, porque tenta promover o silenciamento do rival [...] Isso acontece em um contexto de chegada ao Brasil das guerras culturais, **o embate entre direita e esquerda no campo das artes e dos costumes, um confronto focado mais em temas morais.** A repercussão no mundo da cultura é evidente. **Para animar a militância, conservadores continuarão a tentar promover expurgos da indecência nas artes – entre algumas acusações, está a existência de uma suposta ideologia de gênero [...]** Como esse embate se mostra politicamente eficiente, é possível esperar em 2019 mais casos como a censura à exposição “Queermuseu” [...] **Já à esquerda, a lacração se converte em obras de arte, cada vez mais comuns, que se reduzem a panfletos – sempre voltados para uma pregação aos já convertidos.** O bom-mocismo – e a si-

3 Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/05/26/marcos-feliciano-flavio-dino-audiencia-ccj.htm>. Acesso em: 18 jun. 2023.

nalização da própria virtude para o mundo – se transforma em valor estético. Já é um problema que o espectador agora veja a arte como documento, manifesto ou peça de sociologia – confundindo, por exemplo, a opinião de um personagem com a do autor. Mas a situação fica mais grave quando os próprios artistas acreditam que seu papel seja produzir obras do tipo, ainda mais quando a dicção política das redes vem a reboque⁴.

Deixarei em suspenso por ora o recorte 4 para focalizar naquilo que se repete nos movimentos parafrásticos presentes nas sequências discursivas (SDs) a seguir. Para isso as agrupo em três blocos que reverberam um dado encapsulamento da tópica nas condições de produção do discurso específicas que, nos termos de Courtine e Marandin (2016, p. 35): se sustenta na possibilidade de operar o fechamento de um espaço discursivo em que a retomada esteja assegurada”. No caso em tela, a tipologia discursiva que se assegura diz respeito ao dizer sobre o discurso político em uma especificidade que no digital tem tomado corpo linguístico como uma restrição da ordem da lacração.

SD 1 –> *o ministro [...] parece sair fortalecido após cada audiência, que rendem memes e excesso de visualizações online devido à retórica afiada contra congressistas*

SD 2 –> *‘Vingadores’, ‘eu sei ler’ e ‘terra plana’ foram algumas tiradas bem-humoradas usadas por Dino*

SD 3 –> *“A ida do Flávio Dino [...] foi um termômetro. [...] o PT já não tem mais medo da CPMI [...] o Flávio Dino fez um passeio na CCJ [...] Ele engoliu uns 10 deputados lá”*

4 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cenarios/2018/12/1985258-na-era-da-lacrao-radicalizacao-politica-deve-causar-empobrecimento-no-campo-das-artes.shtml#:~:text=O%20termo%2C%20popularizado%20na%20internet,promover%20o%20silenciamiento%20do%20rival>. Acesso em: 18 jun. 2023.

Na SD 1, é possível observar, a partir da constatação camuflada pela evasiva que se instaura na língua por meio do uso modalizado de “**parece sair** fortalecido após cada audiência”, o que orbita o dizer sobre Flávio Dino aponta para algo que pode significar o mesmo que se diz em termos quantitativos em uma frase como: “é o que aponta a pesquisa”. Porém, neste caso, a “pesquisa” que aponta para o que “parece sair fortalecido” são “memes e excesso de visualizações ‘on-line’”. Uma medida “de tipo novo” se coloca alinhada ao que parece. No entanto, se em uma lacração direitista, a quantidade de acessos e memes produzidos a partir de recortes é o suficiente para o vídeo viralizar, na entrada à Esquerda, no uso da argumentação pela lacração, é preciso acrescentar algo que sobra em Dino e falta em seus interlocutores congressistas, a “retórica afiada”.

A SD acrescenta ao uso de elementos retóricos uma seleção de “tiradas bem-humoradas usadas por Dino”. A mesma textualiza locuções que produziram o discurso lacrador quando Dino reporta-se a um deputado que se apresenta como instrutor da SWAT (*Special Weapons and Tactics*) como sendo do grupo de heróis da Marvel Comics, Os Vingadores. O que colabora para uma horda de fabricação de memes que inunda as redes sociais e penetra camadas até então menos propícias à infiltração de uma discursividade partida da Esquerda. A pulverização da frase dita por Dino, a saber: “Se o senhor é da SWAT, eu sou dos Vingadores” foi tamanha que a *Folha de S. Paulo*⁵, no dia 09/05/2023, informou em reportagem que o nome de Flávio Dino foi citado cerca de 68 mil vezes no Twitter na referida data.

Além disso, a SD 2 elenca entre outras frases, as seguintes: “Eu sei ler” e “a terra é plana”. O que se coaduna com o modo por meio do qual se configura uma formação imaginária de uma dada vertente extremista da direita que, após Copérnico, Galileu, Newton e companhia continua questionando as imagens de satélite e a possibilidade

5 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/hashtag/2023/05/dino-protagoniza-memes-com-vingadores-apos-audiencia-no-senado.shtml>. Acesso em: 19 jun. 2023.

de fazer um *tour* fora da Terra para aqueles que biblicamente seguem algo para além do ceticismo de Tomé. A entrada do sarcasmo designado como “tiradas bem-humoradas” no discurso jornalístico diz do lugar da chacota no qual, pela “retórica afiada”, Dino aloca seus divergentes.

Ao se reconhecerem desprovidos de munição argumentativa para lidar com alguém que, como eles, sabe usar frases lacradoras, mas que, ao contrário deles, as assenta na ciência e nas “coisas-a-saber” para só então desmontá-las de sua lógica, o que fazem, como na guerra bélica armamentista é reconhecer a força do adversário e recuar. Esse é um ponto apresentado na SD 3. Na perspectiva direitista, do lado do PT haveria, por mais alucinante que isso possa parecer, “medo da CPMI”. Algo funciona nessa discursividade como que a dizer:

O partido/a ala que estava no poder, quando foi atacada em sua institucionalidade, teria medo de enfrentar, na CPMI, as perguntas feitas por aqueles que “incentivaram” os atos. Uma observação do lado de dentro que olhava por fora a atuação de Dino em sua “encenação” dirá: “o Flávio Dino fez um passeio na CCJ” bem como “Ele engoliu uns 10 deputados lá”. O que implica dizer que Dino estava à vontade, em um lugar que ele já conhece, ao passo que seus adversários, até então dominantes da lacração, são os iniciantes na carreira política, podem ser experientes na política de desinformação e síntese no espaço discursivo digital, mas ao depararem com aquilo que perpassa a retórica de Dino, ou seja, daquilo que ele diz calçado pela história e pelo conhecimento de quem “sabe ler” e acredita que a “terra é plana”, percebem a diluição de suas sínteses, o escapamento de suas frases de (sem?) efeito, o dismantelo dos dados trazidos, ou seja, constataam que suas bases argumentativas descoladas da história e não recortadas do real do sentido que se textualiza na língua em instância de discurso não formula uma casca de rebatimento de um discurso outro.

Nesse lugar, pelo modo como Dino ‘brinca’ com eles, utilizando-se também de lacração, opera o conhecimento da história dos sentidos.

Ao descer um pouco à lama argumentativa do discurso raso e supérfluo, da preguiça de verticalização, o discurso lacrador que até então operava na horizontalidade, Dino não se ‘suja’, eleva e desce o argumento. Ele lança-se no lugar dos divergentes, joga com os artifícios deles, mas quando os puxa para o lugar dele, pelo sarcasmo, a chacota, a ironia, o humor, os impossibilita de jogarem com ele no mesmo nível e com as mesmas armas, porque eles não suportam a história, o social, em suas falhas e estas falhas corroem seus argumentos justamente porque eles negam o caráter constitutivo da incompletude do sujeito e dos sentidos.

Após um trabalho de oratória e retórica no discurso do próprio sujeito, é preciso operar sobre o lugar do discurso digital, no qual se produz, com base no dizer e no dito pelo sujeito, o discurso sobre ele. Nesse caso, é preciso observar que o simbólico torna as possibilidades de textualização mais amplas. As paráfrases ganham forma imagética para que o elo verbal e não verbal que se tece no discurso imagético paute-se na lacração e nesse movimento também traga um didatismo que poderíamos interpretar “de tipo novo”. Após a produção do meme, o próprio sujeito de enunciação o retoma, válida e legítima pelo processo de identificação com aquilo que se disse sobre ele a partir do que ele disse.

Retomo uma questão já proposta por mim que se refere ao modo como a formação discursiva dominante da posição-sujeito “[...] o lança na identificação com uma dada formação discursiva que se materializa na linguagem” (Vieira, 2022, p. 49). Esta feita, preparado o terreno, o pavimento com a seguinte premissa que, articulada com o dito acima, nos termos de Pêcheux (2014, p. 198): “[...] representa as formações ideológicas que lhes são correspondentes. [...] a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se realiza pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina”. Interessa pensar aqui o modo como isso que domina o sujeito o afeta pela lacração.

Orlandi (2015, p. 43) coloca em interface evidência e identidade como elementos entrelaçados viabilizadores da identificação. Nos termos da autora:

[...] a evidência do sujeito, ou melhor, sua identidade [...], apaga o fato de que ela resulta de uma identificação: o sujeito se constitui por uma interpelação – que se dá ideologicamente pela sua inscrição em uma formação discursiva – que, em uma sociedade como a nossa, o produz sob a forma de sujeito de direito (jurídico). Esta forma-sujeito corresponde, historicamente, ao sujeito do capitalismo, ao mesmo tempo determinado por condições externas e autônomo.

Relaciono essa premissa com a ‘constatação’ de que é preciso que haja identificação, e para que haja identificação é preciso que o efeito de evidência do sujeito se ligue a uma dada formação discursiva. O lacre, a vedação, o isolamento do sentido da lacração, não pode se esfacelar. Para que isso não ocorra é preciso inscrever esse efeito na ordem de uma síntese que afete o sujeito para que ele a interprete como evidente, o ‘curto e grosso’ do discurso que se pulveriza no digital.

Um elemento a ser produzido para provocar o efeito de lacração nos interlocutores tem a ver com a individualização do próprio sujeito. Quando o discurso dá liga, de certo modo o sujeito se isola ao se engendrar nas teias do que se diz sobre ele: o declarado pelo sujeito de enunciação Flávio Dino toma a palavra no corpo virtual do lugar de onde ele profere ao reconhecer-se no que se projeta sobre ele, conforme a imagem abaixo textualiza:

Imagem 1 – Meme de Flávio compartilhado pelo próprio em sua página



Fonte: Twitter⁶.

Sobre o processo de identificação, sigo a premissa de que: “É nesse lugar que o sujeito se posiciona, pela visibilidade na relação que se estabelece entre ele e o outro” (Vieira, 2022, p. 52). A confissão de Dino se emaranha com o modo como a própria imagem dele se mescla na textualidade da imagem, que funciona como um fotograma em quatro atos, um verbalizado pelo próprio sujeito: “Confesso que gostei. Sonhos de infância não morrem jamais”. Por meio dessa “confissão” o sujeito se identifica com o lugar onde foi posicionado na imagem. Esse lugar se ancora em um “ato de fala” proferido pelo próprio Flávio Dino.

O que faz pensar no modo como a imagem produzida, essa discursividade, se sustenta em um já dito: “Se o senhor é da SWAT, eu sou dos Vingadores”. A disposição do avatar com a fisionomia de Flávio Dino nas três imagens, dos três atos simbólicos do fotograma, vão aos

6 Disponível em: <https://twitter.com/FlavioDino/status/1656247347221757953?ARagOX-4GYfr9Bkk3OqrSqA&s=08>. Acesso em: 20 jun. 2023.

poucos dispersando a necessidade de verbalizar *ipsis litteris* o sujeito referido. Nesse ponto, a lacração já faz sentido e circula no digital, ou seja, ela já tem um efeito de sentido em estado de estabilização.

O movimento parafrástico das imagens dispõe Flávio Dino tendo como escudo, como proteção, cinco figuras dos Vingadores e da verbalização em duas línguas para ‘aclerar’ e ‘linkar’ as relações de sentido interdiscursivas, interlinguísticas’. ‘inter – idiomáticas’ etc. e desliza para uma outra imagem, com apenas um avatar, o próprio Flávio Dino, ainda vinculado a uma verbalização escrita. Até que, no terceiro ato, há apenas o avatar, desta vez ao invés do rosto de Flávio Dino, há uma remodelação. Como se a imagem adentrasse, de fato e de direito, em um outro espaço de enunciação. Ela vai funcionar em um outro lugar e significará algo que se pretende síntese com efeito de autosuficiente para retomar em distintos lugares a fatídica frase geradora do meme, a frase de efeito lacradora/lacração.

O que o sujeito de enunciação projetou quando sonhou na infância toma corpo. O sonho, eco do inconsciente, adormecido na memória de infância, toma a forma da palavra, na frase de efeito lacradora/lacra(ção). Aquilo que sai pela boca e que fora sonho, agora se adensa e depõe em um outro lugar esse sentido. Flávio Dino é um Vingador não só porque ele o disse, mas porque o que ele disse tomou forma no digital e se pulverizou. Ao retornar a ele como meme, o sujeito depara-se consigo mesmo diante de um espelho digital que lança para si a bolha interpretativa onde ele faz sentido.

A esteira interpretativa modalizada por ele opera em um lugar que passa a ser ocupado pela esquerda e faz a direita volver e recuar. O discurso ‘raso’ com substância da esquerda tem raiz no materialismo e, por isso, não opera na vagueza, não está à deriva. O sujeito que enuncia e vira meme nessa posição sujeito lacrador de esquerda não está na mesma ordem de um sujeito que enuncia e vira meme na posição sujeito lacrador de direita justamente porque, nesse campo, opera-se

com a desimportância da história para a interpretação de sentidos que nunca param de orbitar aquele que, entre eles, se estabiliza. Nunca param de querer ocupar seu lugar e torná-lo satélite de si.

O laque que encapsula a frase de efeito de Flávio Dino e “por meandros discursivos enraizados em uma sanha material), dá corpo linguístico ao sentido, não abre mão da reflexão demorada, apenas faz com que ela aparente não estar presente. A informação deve chegar às pressas para funcionar no digital como lacradora. Colocar em atri-to uma instituição real SWAT com uma instituição (i)real Avengers/Vingadores leva a discursividade para a leveza que interessa no digital.

Os Vingadores são o que há mesmo não sendo. A SWAT o que desinteressa ser. O sarcasmo, o menosprezo, a indiferença e o ponto de equilíbrio elevam o sentido do imaginário sobre Os Vingadores a ser tencionado com o real do sentido. Flávio Dino não é tido como um alienado ou como um lunático por se colocar pertencente a uma leva de super-heróis imaginados pelos cartuns da Marvel. Pelo contrário, esse sentido é vetado, lacrado pela própria formulação, isto é, pelo efeito de sentido da frase lacradora/lacração que faz seu interlocutor, aquele que é da SWAT, recuar.

O sentido fixado em “Vingadores” é o pré-moldado, o pré-construído de que eles combatem os vilões. A SWAT não está na mesma ordem. Se Dino é um “Vingador”, e coloca seu interlocutor em um outro campo, este é um vilão e a arena de combate deles se dá em um coliseu político que se propaga, pela lacração e pelo meme, no digital onde ele se discursiviza.

4. Um gesto não derradeiro...

*Eu havia aprendido com a esquerda e com
Pêcheux que para falar uma coisa pode-se
falar outra.*

(Orlandi, 2017, p. 17)

A questão do lúdico (discutida aqui como uma possibilidade argumentativa possibilitadora da lacração em um molde de esquerda) desenvolvida com envergadura discursiva por Orlandi faz pensar nas possibilidades parafrásticas de dizer algo que funcione e afete tanto em superfície quanto em profundidade. Compreendo que, à esquerda, a lacração funciona sempre em profundidade, sempre em materialismo. Na lacração à Esquerda, a ponta da discursividade está enraizada e se retroalimentando em uma base materialista. O que se passa em superfície, na frase de efeito lacrada/lacração é, sendo redundante, um efeito de sentido de superficialidade que serve a um propósito bem específico e que se traveste de outra coisa. O propósito é argumentar no lugar do digital para conseguir adesão. Para isso, é preciso que se escamoteiem as bases materialistas no plano da enunciação que se discursiviza.

O sujeito que consome discursos no digital é treinado pelo algoritmo para atentar mais demoradamente para o efêmero, para o rápido. É nesse lugar que ele consome os produtos do digital. Está atento à textualidade da imagem em meme e da frase de efeito. Ir além disso o fará bocejar e perder o interesse pelo que se discursiviza. O político deve se camuflar disso. Eis a sacada de uma frase como a de Flávio Dino, ele se leva para um lugar de imaginação que toma corpo imagético e dá liga a sua possibilidade de acontecer discursivamente no digital a partir daquilo que um dado público consome e com o qual se identifica, Os Vingadores. A partir dessa malha discursiva ele pode adensar e, quem sabe, elevar a discussão para um lugar mais propenso à epistemologia. Tornar lúdica a metáfora que o coloca nas imagens como um Vingador.

Retomo agora alguns enunciados presentes no recorte 4 para enveredar por uma viela interpretativa cronologicamente inserida em 2018. Nela se textualiza o modo como a imprensa tradicional, a *Folha de S. Paulo*, compreendia a lacração no período em que a direita já estava no poder e vivenciamos uma possibilidade real, que se con-

cretizou nas urnas, de um governo de extrema direita (des)governar o Brasil. Constava, já nesse período, uma preocupação quanto ao modo como a esquerda brasileira estava desconectada com o digital, ao passo que a direita o dominava. Ao mesmo tempo, na imprensa tradicional, uma reflexão anacrônica sobre uma certa dicotomia *lacração versus* debate, também se dá a ler.

Na era da ‘lacração’, radicalização política [...] os jovens constroem sua consciência crítica com slogans de quinta categoria na internet [...] o gênero do momento é o textão e o principal objetivo, a chamada ‘lacração’. O termo, popularizado na internet, significa encerrar uma discussão polêmica com uma frase de efeito [...] o contrário do debate, porque tenta promover o silenciamento do rival [...] o embate entre direita e esquerda no campo das artes e dos costumes, um confronto focado mais em temas morais [...] Para animar a militância, conservadores continuarão a tentar promover expurgos da indecência nas artes –entre algumas acusações, está a existência de uma suposta ideologia de gênero [...] esse embate se mostra politicamente eficiente [...] Já à esquerda, a lacração se converte em obras de arte, cada vez mais comuns, que se reduzem a panfletos – sempre voltados para uma pregação aos já convertidos.

Na perspectiva textualizada acima, a lacração é um propósito, algo a ser atingido pela argumentação do “textão”. O imaginário de transparência da linguagem a partir do fato de que, pelo “textão” seria possível exaurir os contra-argumentos do interlocutor se coaduna com os chamados “slogans de quinta categoria” por meio dos quais a “lacração” é atingida. O “textão” funciona como o grande encapsulador discursivo por meio do qual se vedam os sentidos outros porque ele, o “textão” é dado como o impermeável da tecitura discursiva. O *zeitgeist* é a lacração. Por meio dela as disputas políticas tomam corpo lingüís-

tico e textualizam a radicalização política pela síntese dos *slogans* que, fio a fio, formulam o “textão” da internet.

A frase de efeito em tela: “Se o senhor é da SWAT eu sou dos Vingadores”, no entanto, da parte do sujeito de enunciação Flávio Dino, não pretende necessariamente encerrar a discussão, como esse funcionamento argumentativo é praticado à direita. Ele é a ponta de uma discussão que, da parte de quem a enuncia, pode ser pormenorizada. Cartesianamente, Flávio Dino apresenta sínteses como a da frase que se cristalizou, mas baseia-se em um tipo de reflexão bem sustentada que não desmorona a sua formulação. Caso o interlocutor, frente à barreira lacradora, tente avançar, o que sobra para além da lacração é aprofundar a discussão. Levar para a zona da epistemologia, a qual, ao menos nos atos linguageiros apresentados à direita, nos debates deixa a desejar.

Sobre a tentativa jornalística de colocar em dicotomia a lacração em relação ao debate, é preciso atentar para o fato de que: a direita venceu as eleições na internet e não no debate tradicional, ou seja, nos moldes costumeiros, no lugar onde tradicionalmente os sujeitos em suas disputas políticas canonicamente trabalhavam suas formações imaginárias em prol da adesão que repercutia nas urnas.

A explicação do debate como o contrário da lacração adentra em uma contradição interessante. O enunciador do discurso jornalístico preceitua o seguinte: “**o contrário do debate**, porque tenta promover o silenciamento do rival”. Como se, historicamente, (fazendo um recorte, as participações de um Leonel Brizola em debates, por exemplo) a lacração, embora sem nomeação ou designação, já não orbitasse e se materializasse discursivamente no debate político.

Acontece que agora esse espírito de época recebeu uma nomeação em um outro lugar de enunciação, a internet, que, no/pelo digital, toma uma outra proporção. No debate também a tentativa é, pelo argumento, silenciar o outro. A questão está, portanto, na forma e não

na substância. O “debate”, a discussão, na internet não precisa da barreira artificial da pergunta, resposta, réplica e tréplica que se saturou na mídia hegemônica. O dinamismo é o carro chefe do discurso lacrador. Nele, à direita, se postula a máxima: contra fatos não há argumentos. Eis uma premissa que, à esquerda, precisa ser pormenorizada, haja vista que, geralmente, à direita, os fatos são sintetizados a tal ponto que, às vezes, eles desaparecem do/no próprio recorte.

Uma constatação interessante a que chega o enunciador é a que segue: ***“o embate entre direita e esquerda no campo das artes e dos costumes, um confronto focado mais em temas morais”***. Por meio disso, compreende-se que a pauta da direita se baseia em uma característica que pega as pessoas de jeito. A preservação da família tradicional brasileira que, no digital, conta até com sigla – FTB – nos direciona ao arremedo tomado como base de sustentação do discurso direitista em que a moral e os ‘bons’ costumes são defendidos por sujeitos imorais e sem ‘bons’ costumes, mas que lacram sobre esta premissa.

Como formulação derradeira desse ensaio analítico, tomo a que segue:

Já à esquerda, a lacração se converte em obras de arte, cada vez mais comuns, que se reduzem a panfletos – sempre voltados para uma pregação aos já convertidos.

O que se textualiza acima é uma crítica que não deixa de ser pertinente e, como apresentei em outro momento, é desdita pelo modo como Flávio Dino se apropria e ocupa o lugar de lacrador frente aqueles que até então dominavam essa prática argumentativa nas mídias. A esquerda brasileira não sabia como lidar com a sandice, a alucinação, o contrassenso. Enquanto isso, do lado de lá, à direita das malhas discursivas da internet, dominava o digital uma forma alucinante que dava liga à discursividades que ganham aderência. O ‘Não é possível que isso faça sentido na cabeça dessas pessoas’ fez sentido, afetou

sujeitos, levou uma camada preocupantemente grande de pessoas a ‘pensar como eles’, ou a revelar sua identificação com a deles.

À esquerda, a “pregação aos já convertidos” tirou os defensores da democracia das ruas, encurralou os sentidos da razão para fora das grandes avenidas das cidades. Fazer arte panfletária, em tempos nebulosos nos quais uma onda extremista ganhava o poder, incorreu em uma apatia gigantesca, como se a esquerda tivesse perdido o/a cabeça, como se estivesse sem norteio, como se não acreditássemos que o que era de fato o era. A constatação, ao contrário da que Pêcheux (2008) analisara, não era “*on a gagné*”, [ganhamos!], mas ‘*nous perdons*’. [Perdemos!]. O que fez uma frase, tomada à época como sem sentido, a proferida pela presidenta Dilma Rousseff, vítima do golpe/*impeachment* de 2016, a saber: “Não acho que quem ganhar ou quem perder, nem quem ganhar nem perder, vai ganhar ou perder. Vai todo mundo perder”⁷.

A autoconfiança, a certeza e a crença na justiça, no funcionamento pleno dos instrumentos do jogo do poder nos fez entender que naquela época: Perdemos! Esse gesto de perder e reconhecer que perdemos, por si, já nos coloca em um lugar democrático. Ausente daqueles que em 8 de janeiro de 2023 atacaram os símbolos que dão sentido à Brasília. À direita, com Aécio Neves em 2014 e, (re) digo, à extrema direita, o reconhecimento da derrota não é uma premissa. A história dos sentidos das textualidades que tracei brevemente por aqui faz pensar a respeito da necessidade de ocupar o espaço da discursividade digital para lutar nesse lugar, mas, para além da lacração, resignificar a mesma, colocando-a no lugar da reflexão crítica mais demorada do real dos sentidos na relação com o que dele atravessa os sujeitos.

7 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fVZyWErGTc8>. Acesso em: 17 maio 2023.

Referências

COURTINE, Jean-Jacques; MARANDIN, Jean-Marie. Que objeto para a análise de discurso? In: CONEIN, Bernard *et al.* **Materialidades discursivas**. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.

FERNANDES, Carolina. Nem autoritário, nem cínico, apenas polêmico: as formas do discurso pedagógico atual e seus processos de identificação. **Pensares em Revista**, São Gonçalo, n. 17, p. 92-112, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/pensaresemrevista/article/view/46881/31850>. Acesso em: 10 jun. 2023.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes Editores, 2015.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes Editores, 2012.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes Editores, 2008.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora UNICAMP, 2014.

VIEIRA, José Magno de Sousa. **Cidade entre rios, cidade *inter* pontes**: o discurso sobre as formações imaginárias de Teresina. 2022. Tese (Doutorado) – UNEMAT, Cáceres, 2022.

ŽIŽEK, Slavoj. **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.



A MANCHA, LUIS FERNANDO VERISSIMO: RESTOS DA DITADURA EM DISCURSO

Maria Cleci Venturini
Stefane Katrini Koop

*A história é implacável
na quantidade de exemplos de estruturas
sociais que se desagregam exatamente por lutar
compulsivamente para esquecer as raízes
dos fracassos que atormentam o presente.*

(Teles; Safatle, 2019, p. 9)

*A narrativa histórica coloca-se para além
de todos os documentos, visto que nenhum deles
pode ser o acontecimento; não é um documentário
fotomontado e não faz ver o passado ‘em directo
como se você tivesse lá estado’.*

(Veyne, 2008 [1971], p. 13))

Primeiras palavras: delineamentos e atravessamentos da memória

As epígrafes com as quais iniciamos este texto ancoram o gesto de interpretação em torno do objeto discursivo *A Mancha* (Verissimo, 2004), textualidade que integra a Coleção ‘Vozes do Golpe’, publicado pela editora Companhia das Letras. Nesse conto, o sujeito-leitor ‘vê’ o embate de Rogério, ex-prisioneiro e exilado político da ditadura mili-

tar-empresarial brasileira (1964-1985), que, em busca do passado, acaba surpreendido por uma ‘mancha’ de sua história. Esta mancha encontrada pelo protagonista metaforiza as muitas ‘manchas’ no discurso sobre a ditadura brasileira e outros eventos traumáticos do século XX, de tempos distantes, que arriscam retornar. Muito além de conhecer os embates de Rogério, com este texto entendemos como as palavras contribuem para que acontecimentos históricos sejam deturpados/apagados/ameaçados e ressignificados, instaurando redes de memória que podem “andar” em direções opostas, dependendo dos sujeitos e de suas filiações.

No texto de Luís Fernando Verissimo, as metáforas dão visibilidade às memórias subterrâneas da ditadura e promovem o reencontro com Luís Fernando Verissimo (1936), com o humor de quem ri da própria desgraça, dos sujeitos ‘quebrados’ pelo regime ditatorial e de outros acontecimentos próprios de regimes de exceção. O fio que tece a teia dessa discursividade é o passado, no qual a mancha resiste ao tempo e sinaliza a permanência nas condições de produção da ditadura. A permanência relaciona-se com a incapacidade dos sujeitos de elaborar o passado, definindo o futuro de antemão “a partir do momento que fazem de tudo para agir como se nada soubesse do que se acumulou às suas costas” (Teles; Safatle, 2019, p. 8). Luís Fernando Verissimo destaca o drama de Rogério, que busca o passado e é interditado pela família, que o faz mudar de rumo, silenciando-o. A mudança ocorre quando ele se depara com os financiadores da tortura e, não por acaso, defensores do retorno dos militares ao poder, desvelando o silêncio e o abandono da busca do passado no presente da narratividade, bem como “a luta contra o comunismo”, contra a militância da esquerda, silenciada pela proibição da circulação de “certos sentidos” (Orlandi, 2002, p. 111) que ressoam pelos sujeitos que “exercem a resistência dizendo o ‘mesmo’ (o que é permitido) para dizer, no entanto, efetivamente ‘outra’ coisa (o que é proibido)”.

Num funcionamento contraditório – e, por vezes, antagônico – nesta materialidade discursiva, os sujeitos convivem socialmente mantendo relações aparentemente cordiais e civilizadas, mesmo estando inscritos em formações discursivas diferentes. Há, de um lado, os que se inscrevem na FD da direita reacionária e ‘dizem’ defender a liberdade, ameaçada, de acordo com eles, por esquerdistas “que estão de volta”. Desse lugar, afirmam que “o comunismo é como resfriado” (Verissimo, 2004, p. 11), e que na ausência de vacina, sempre retornará. Em contrapartida, há “os de esquerda”, como Rogério, que se inscreve em uma FD democrática e busca as manchas e testemunhos que podem ajudá-lo a encontrar a casa onde, nos anos de 1970, aqueles que resistiam eram torturados.

Os dois lados sinalizam para a tensão entre comunismo e capitalismo sempre imaginariamente em funcionamento, especialmente quando a família, nessa materialidade, inscreve-se na FD de direita e pede a Rogério – o “mau sujeito” – que deixe “o passado no passado”. Nesse funcionamento, a família discursivizada aparece enquanto defensora e financiadora do período de exceção, constituindo-se como um ‘aparelho ideológico’ de apoio à tortura, que é uma das ‘marcas’ do capitalismo. “Quem controla o passado, controla o futuro: quem controla o presente controla o passado” (Orwell, 2009)¹ ressoa no enunciado “Deixe o passado no passado”, repetido pela esposa de Rogério, como porta-voz da família tradicional brasileira.

Pelo controle do passado, do futuro e do presente retornam memórias e discursos, que mesmo passados tantos anos da ditadura e, também, da escritura do texto de Luís Fernando Verissimo, ainda constituem efeitos, tendo em vista *A Mancha* que Rogério busca encontrar e assim é que o passado está no presente e encaminha para futuros (Koselleck, 2006), dada a repetibilidade e as memórias que não só ressoam, mas também latejam. Os financiadores da repressão negam

1 Epígrafe do livro escrito em 1945, publicado pela Companhia das Letras, como uma edição especial, com tradução de Heloísa Jahn e Alexandre Hubner.

a defesa do autoritarismo e justificam o apoio à ditadura, afirmando que lutavam pela liberdade, apagando a interdição, a censura e a tortura. A rotulação dos esquerdistas como comunistas é uma das marcas da memória da ditadura, reforçando os efeitos da luta de classes, tal como tratada por Marx (1985 [1848]), por três formas: pela luta entre a burguesia e o proletariado, pela opressão da mulher e pela batalha anticolonialista.

Trazendo estas questões para o século XXI, em 2018, durante a greve dos caminhoneiros, junto de diversas pautas, inclusive por ‘liberdade’, surgiram pedidos de intervenção militar² no Brasil. Esse pedido ganhou visibilidade, transformando-se em “vitrine” – um lugar para serem vistos – com um espaço bem maior do que o seu protagonismo. A busca pelo retorno a um período autoritário aparece, de acordo com André de Oliveira e Felipe Betim (2018), poucas vezes, mas reverbera e ganha notoriedade. Diante dessas ‘marcas’, que inquietam e incomodam os que se inscrevem em pautas coletivas, nossa proposta é colocar em suspenso o conto *A Mancha*, entendendo juntamente com Pêcheux (1997) que os sentidos não ocorrem na linearidade, mas se constituem a partir de sujeitos e de suas tomadas de posição. Com isso, destacamos que a língua, na perspectiva discursiva, não é transparente, mas funciona na/pela história, convocando a exterioridade, como historicidade, sem priorizar datas e marcas de lugares.

É importante, de início, sinalizar que não vamos tratar do texto literário em sua especificidade e nem entrar em questões teóricas deste domínio. Interessa-nos, conforme Pêcheux (1997), considerar a língua em movimento, em (dis)curso, buscando as memórias e os dizeres que retornam ao eixo da formulação, instaurando o efeito de que sempre estiveram ali, como pré-construídos, o sempre já-aí da interpelação. Centramo-nos, conforme Orlandi (1999), no caráter material

2 Conforme matéria publicada no *Jornal El País* em 31 de maio de 2018, disponível no site https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/30/politica/1527703161_738090.html. Acesso em: 22 jun. 2023.

do sentido expresso no *corpus*, compreendendo que o sujeito se ‘entende’ como sendo o responsável pelo dizer, tomado pela ilusão adâmica de origem.

Dadas essas considerações, propomos analisar o conto *A mancha* como objeto memorial, isto é, como tecido literário costurado a partir de um discurso pelo qual ressoam efeitos de sentidos da repressão do período ditatorial, tomando-o como um discurso que se repete e deixa ‘marcas’ nos sujeitos e na formação social, afetando-os tanto no que diz respeito ao memorável, quanto ao histórico e ao social. A questão a ser respondida é: como se constituem efeitos de que o embate entre a esquerda e a direita é incontornável e que a ‘mancha’ é como uma ferida viva, sempre silenciada/interditada?

2 A língua em movimento: efeitos de sentidos em suspenso

[...] o analista de discurso vai então trabalhar com os movimentos (gestos) [...] de interpretação do sujeito (sua posição) na determinação da história, tomando o discurso como efeitos de sentidos entre locutores. [...] são duas ordens que lhe interessam: a da língua e da história em sua relação. Que constituem, em seu conjunto e funcionamento, a ordem do discurso em sua materialidade (Orlandi, 2004, p. 49).

Filiamo-nos à Análise de Discurso, tal como proposta por Michel Pêcheux e, desenvolvida no Brasil, por Orlandi (1999), bem como outros pesquisadores inscritos nesse viés teórico-metodológico, levando em conta condições de produção, no sentido estrito e no sentido amplo, considerando a discursividade no eixo da formulação – intra-discurso – e as condições sócio-históricas no que tange à constituição – interdiscurso –, abarcando a dimensão social e histórica inscrita no dito – veiculado na literatura, por exemplo –, sendo determinantes nas tomadas de posição em discursos (Orlandi, 1999, 2004).

Por essa filiação e pelas práticas de análise, o sujeito analista de discurso ‘vê’ no dito os não-ditos, os a-dizer, de modo que o discurso se legitima pelas evidências constituídas pela ideologia, pelas quais são colocadas em suspenso a leitura e as pseudoverdades, apresentadas como certezas cristalinas. É assim que, nesta perspectiva, o analista desfaz evidências, demorando-se e inquietando-se diante do que rompe com a repetibilidade. A abordagem teórico-metodológica é determinada pela questão de pesquisa que contribui para a compreensão do discurso “como efeito de sentidos entre A e B” (Pêcheux, 2019, p. 39), lançando luz sobre acontecimentos históricos e sociais que, sendo materialidades, instauram redes de memória.

Nesse domínio do saber, mobilizamos diferentes campos teóricos e conceitos analíticos com vistas a construir gestos de interpretação, os dispositivos teórico-analíticos não são os mesmos para diferentes *corpus*. De acordo com Orlandi (2002, p. 63), “a construção do corpus e a análise estão intimamente ligadas: decidir o que faz parte do corpus já é decidir acerca das propriedades discursivas”. É relevante atentar, para as montagens discursivas a se constituírem a partir de gestos de interpretação que levem em conta os procedimentos teórico-metodológicos da Análise de Discurso, trabalhando com diferentes materialidades. Para abordar a ditadura, tomamos como lugar de observação um conto, sem nos pautarmos nos cânones literários. Afirmamos, juntamente com Barthes (2013, p. 16) que ao autor “só resta, por assim dizer, trapacear com a língua, trapacear a língua”, constituindo evidências como efeitos de verdade, exercendo, dessa forma, “as forças da liberdade que residem na literatura” (Barthes, 2013 [1977], p. 17). Ao analista cabe ‘desconfiar’ e desfazer as evidências, tendo em conta que os sentidos não se fecham.

Em outras palavras, os textos literários são sempre interpretações ou possíveis versões do que poderia ter ocorrido ou ter sido. Pesavento (2006), nessa direção, destaca a relação entre literatura e história (2004, p. 80), a qual “[...] se resolve no plano epistemológi-

co, mediante aproximações e distanciamentos, entendendo-as como diferentes formas de dizer o mundo, que guardam distintas aproximações com o real” (Pesavento, 2006, p. 80). Desse modo, o analista de discurso que se aventura a tomar como materialidade de análise uma textualidade da Literatura, especialmente quando o autor é Luís Fernando Veríssimo, precisa ‘desconfiar’ das palavras, ficando atento ‘às figuras imaginárias da língua’, significando-a conforme sinaliza Gadet (2016, p. 190-192) como corpo, como lugar do interdito, como matéria e, com isso, buscar os vestígios de possíveis violências, anulações e violações. Acrescentamos: é preciso buscar, também, os apagamentos, os silenciamentos, os retornos de memórias e as metáforas, sem deixar de lado a história.

Tomamos a metáfora como uma das formas de ‘trapacear a língua’ para compreender o modo como, pela língua na história, se pode interpretar textos pelos quais ressoam acontecimentos do passado, significando o presente e encaminhando para futuros. Nos e pelos dizeres em (dis)curso funcionam e circulam as repetibilidades que significam os sujeitos e a estrutura social, abrindo feridas que não cicatrizam e mantendo ‘manchas’ que permanecem e ultrapassam as barreiras do tempo. Disso se pode compreender que em toda materialidade discursiva há sempre um já-lá, uma *memória* de/do dizer anterior ao discurso do sujeito. Para Pêcheux (1999, p. 52), “[...] a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os implícitos (pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos etc.)”.

No que tange ao discurso, a memória é tratada como interdiscurso, inscrita no eixo da constituição e que significa antes, em outro lugar. Trata-se, de acordo com Pêcheux (1997) do saber discursivo que torna possível que todo dizer ressoe como já-dito, significando de acordo com as filiações do sujeito. Pelo interdiscurso, enfim, ressoa no eixo da formulação um saber *sobre*, estruturado por memórias, discursos, ressoando como o já-dado e significado no eixo da formulação

por meio de uma base linguística e de processos discursivos. As materialidades discursivas constituem-se por redes de memória e por relações que vão, portanto, além da linearidade, demandando a interpretação e a busca na história (como historicidade) de acontecimentos que significam pela exterioridade, do discurso como estrutura e como acontecimento. Conforme Pêcheux:

Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação. É nesse espaço que pretende trabalhar a análise do discurso (Pêcheux, 1999, p. 53).

Pêcheux e Achard (1999) destacam o acontecimento como o rompimento das regularidades a partir de uma série, que se desfaz e instaura uma nova série, que resulta na perturbação e no deslocamento da memória. Desse modo, rompe com o mesmo e instaura o diferente (o novo), deslocando e perturbando os pressupostos associados ao sistema de regularização anterior (Pêcheux, 1999, p. 52). Para explicar esse funcionamento, Orlandi (1999, p. 36) refere-se aos processos parafrásticos e polissêmicos, sinalizando que no primeiro funcionamento ocorre a manutenção de dizeres (o dizível, a memória) e, no segundo – a polissemia –, “o que temos é deslocamento, ruptura de processos de significação. Ela joga com o equívoco” (Orlandi, 1999, p. 36).

Para procedermos às análises, tomamos a metáfora a partir da palavra ‘mancha’, considerando o sentido por meio de duas teses de Pêcheux (1997, p. 160), quais sejam: 1) o sentido não existe de forma literal, ele é determinado pelas posições ideológicas “que estão em jogo no processo histórico em que elas são produzidas (isto é, reproduzidas)” e 2) toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao ‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas, intrincado

no complexo das formações ideológicas [...]” (*Idem*, p. 162). Com isso, referendamos a partir de Barthes (2013 [1977]) e Gadet (2016) a necessidade de ‘trapacear’ a língua e escapar da interdição.

3 Das condições de produção e o dos procedimentos metodológicos

[...] não estamos nas palavras para falar delas, ou de seus ‘conteúdos’, mas falar com elas. Se assim podemos passar das palavras para as imagens (relação do verbal com a metáfora), fazemos ainda outra passagem mais radical, passando das palavras para o ‘jogo’. É nessa dimensão do significar, como jogo de palavras, em que importa mais a remissão das palavras para as palavras, desmontando a noção de linearidade e a que centra o sentido nos ‘conteúdos’ – que o silêncio faz entrada (Orlandi, 2002, p. 15).

Na perspectiva discursiva em que nos inserimos, as condições de produção funcionam como o ponto nodal das análises, evidenciando o compromisso da textualidade, como materialidade aberta à interpretação (sentido estrito) e como condições sócio-históricas (sentido amplo), como nos ensina Orlandi (1999). A escritura de *A mancha* como processo discursivo, inscrito em um tempo tridimensional, nos termos de Catroga (2001), demanda um gesto de interpretação sobre o passado (a ditadura), sobre o presente da narratividade e sobre o futuro como possibilidade. Para isso, é importante ‘ler’ as metáforas, entendendo que elas constituem efeitos de sentido pelo que vem da história – domínio de saber exterior ao texto – relacionando-se, portanto, com as condições de produção amplas, impulsionando a busca da história e do trabalho da linguagem e da trajetória do escritor Luis Fernando Verissimo, especialmente, a sua perspicácia e os seus modos de dizer.

Faz parte da análise das condições de produção atentar-se de que a escritura e publicação do texto de Luis Fernando Verissimo ocorreu dezenove anos após o estabelecimento do regime democrático no país.

Esse é um dado crucial que envolve o distanciamento temporal para que a ditadura pudesse ser evocada com mais criticidade. Inscrevendo-se no âmbito de tais contradições, o conto se organiza em torno do retorno ao passado, o qual marca como um acontecimento histórico a ditadura militar no Brasil, estabelecida pelo golpe militar que derubou o presidente democraticamente eleito, João Goulart, e resultou na imposição de um governo centralizado e repressivo. O golpe militar de 1964 foi motivado por uma série de fatores, incluindo a polarização política e a instabilidade econômica e social que o país enfrentava na época.

As Forças Armadas, com o apoio de setores conservadores da sociedade civil e da mídia, alegaram que o governo de Goulart estava conduzindo o país em direção ao comunismo e ameaçando a ordem e a segurança nacional. Após o golpe, os militares assumiram o controle do governo e instauraram um regime autoritário, caracterizado pela suspensão das liberdades civis, censura à imprensa, perseguição política, tortura, desrespeito aos direitos humanos e restrição das liberdades individuais, tais como: liberdade de expressão e de associação, impedindo qualquer forma de oposição política. O regime prendeu, torturou e exilou militantes de esquerda, intelectuais e artistas.

De acordo com Balestro (2018), ao longo dos anos, os militares implementaram medidas para consolidar o poder e garantir a governabilidade. O Ato Institucional nº 5 (AI-5) em 1968, concedeu amplos poderes ao governo, permitindo a censura prévia, a suspensão de direitos políticos e a cassação de mandatos, entre outras restrições. Oficialmente, esse período chegou ao fim em 1985, mas muitos de seus ideais permaneceram após a constituição de 1988. Portanto, a escritura do texto, dezenove anos após o encerramento oficial desse regime, constitui-se como as condições de produção, em sentido amplo, incluindo o contexto sócio-histórico, ideológico, conforme Orlandi (1999, p. 28-29). Tais condições de produção instauram efei-

tos de sentidos no processo na discursividade em tela e é constitutiva das análises.

Desse modo, a análise de diferentes materialidades discursivas demanda o retorno ao acontecimento histórico e social que torna possível a sua objetivação, tomando o discurso constituído como prática, filiada em determinada conjuntura social e política. Nesta prática, o sujeito não é individual, apesar da ilusão de ser a origem do dizer e de que o dizer só pode ser um (Orlandi, 1999). Nesse funcionamento, os efeitos de sentidos são historicamente pontuados e significam por ‘exterior’, que abarca a ideologia, a luta de classes, nas diversas formas: econômicas, políticas e ideológicas (Pêcheux, 1997). Conforme Silva Sobrinho (2010, p. 255) “é das contradições sócio-históricas que brota a natureza conservadora ou transformadora de todo discurso”.

Feitas estas delimitações e considerações, metodologicamente, ‘paramos’ onde há o incômodo, o absurdo, a relação com a ditadura e, especialmente, o inusitado de um sujeito que diz apenas ‘enriqueci’ obtendo como resposta de quem o conhece um sonoro ‘bem feito’, que tornam possível a construção de redes parafrásticas, pois enriquecer e ouvir que é ‘bem feito’, depois de um exílio e apesar da tortura, é constitutivo dos sentidos desta materialidade e dos sujeitos envolvidos.

Com vistas a analisar a resistência e o reconhecimento do espaço de tortura, fazemos o primeiro recorte que dá visibilidade às condições de produção, a partir do que é possível significar/ressignificar a busca por imóveis deteriorados para serem reformados e vendidos ou derrubados.

Recorte 1: resistência, violência, passado

O primeiro recorte coloca em suspenso a busca por prédios abandonados, tendo em vista que aceitar que o objetivo é revender estes prédios ou demoli-los para lucrar com os terrenos é aceitar evidências

e permanecer nelas. Trata-se de resistir ao apagamento da ditadura, a qual, de acordo com Teles e Safatle (2019, p. 38), foi das mais violentas da América Latina. Vale destacar, ancorando-se em Teles e Safatle que “uma nódoa ainda ficou pendente: o não equacionamento da delicada questão da impunidade dos torturadores”. Os torturadores ficaram impunes, ou foram anistiados ou seus crimes caíram no esquecimento, trazendo como uma das consequências a naturalização da violência, como se tivesse sido colocada uma “pá de cal sobre a questão” (Teles; Safatle, 2019, p. 38). O pior, de acordo com os autores, é que não há uma agenda para a busca pelos desaparecidos e nem esforço político para uma efetiva abertura de arquivos.

Para analisar este primeiro recorte, apoiamo-nos em três sequências discursivas para dar visibilidade à resistência, à violência, ao passado, como um tempo que para Rogério continua em aberto e, por isso, ele buscar por prédios mortos, em ruínas, com jardins selvagens.

SD 1:

Vivia atrás de prédios decrepitos, de casas em ruínas, de sinais externos de abandono. Dedicava-se àquilo como alguém que se entrega a uma causa. A mulher, Alice, já se acostumara com suas freadas bruscas, sempre acompanhadas da frase “Olha ali!”, quando ele avistava outro edifício morto, outro jardim selvagem, outro possível negócio (Verissimo, 2004, p. 2, grifos nossos).

O verbo ‘vivia’ sinaliza para a continuidade e constrói rede parafrástica com “dedica-se àquilo como alguém que se entrega a uma causa” e a causa é encontrar a “mancha”, quem alugava o imóvel e testemunhos que lançassem luz sobre as prisões e torturas. Outra possível relação parafrástica e que instaura redes de memória ocorre a partir das palavras morte, destruição, abandono e jardim selvagem, retornando o passado como um tempo morto porque permanece si-

lenciado, interditado, ressoando a destruição e o abandono. O jardim é selvagem, pois não há como ser de outra forma dentro das condições sócio-históricas que o envolvem, podendo-se perguntar: quantos desaparecidos que foram mortos e estão enterrados nesses jardins?

SD 2:

Rogério descia para examinar o prédio e não era raro deixar o carro parado no meio da rua com a mulher dentro aguentando as buzinas. Ela o conhecera depois do exílio, depois de tudo passado. Já o conhecera assim, agitado, estabanado. Tendo pesadelos. Dizia: “Deixa o passado no passado, que é o lugar dele, Rô” (Verissimo, 2004, p. 2, grifo nosso).

A SD 2 dá visibilidade ao sujeito que se entrega à causa relacionada ao passado, que é buscar prédios. Nessa busca, Rogério encontra um prédio que remonta aos anos 1970 e 80; ele deixa o carro no meio da rua, sem se preocupar com as buzinas. Para a mulher, ele é agitado, estabanado e tem pesadelos, podendo-se entender que agitado-estabanado-ter pesadelo funciona junto à violência e à justiça, buscando pela casa em que foi torturado e por testemunhar. O empecilho é encontrar quem dê um depoimento que ancore possíveis denúncias. A relação que buscamos estabelecer se baliza entre o modo de ser de Rogério e a ditadura, tendo em conta o silêncio dos políticos em torno do “legado autoritário do regime militar. Vários intelectuais tomaram o mesmo rumo” (Zaverucha, 2019, p. 51). Uma nova constituição foi promulgada, mas não incluiu e nem problematizou o poder dos militares “de garantir o funcionamento do Executivo, Legislativo e Judiciário, a lei e a ordem quando deveria ser o reverso” (Zaverucha, 2019, p. 51).

SD 3:

Rogério virou-se e viu a mancha no chão. Um mapa da Austrália, mais escuro que o resto do tapete. Em seguida, sem pensar, mas pressentindo com suas vísceras o que veria, olhou para a parede à sua esquerda, perto do teto. Lá estava ele. O perfil de Don Quixote. A parede estava cheia de estrias, em algumas partes o reboco havia caído, como que arrancado a dentadas, mas o perfil de Don Quixote – o nariz adunco, a barba pontuda até o gogó – continuava lá, desenhado em sépia sobre o fundo branco da umidade (Verissimo, 2004, p. 13-14, grifos nossos).

A sequência discursiva 3 marca o reconhecimento da sala em que Rogério foi torturado e também seu encontro com a ‘mancha’, pela qual ressoa a tortura, o sangue perdido durante uma das sessões de violência, mas também, a mancha que perpassa a memória brasileira, como uma ferida que continua a sangrar. Assim, o sangue não é de um indivíduo, mas de uma nação. Como destacamos anteriormente, evidencia-se o poder que os militares, na prática, e por vezes no imaginário daqueles que pensam estar defendendo uma causa justa, exerciam e relacionavam a busca pela liberdade e pelo extermínio da esquerda. De acordo com Freire (2022, p. 7), [...] os indivíduos podem praticar as piores aberrações quando acreditam ser guardiões de uma causa ‘superior’. É assim com aqueles que financiavam a ditadura e, em 2022, com os discursos que ressurgem pedindo o retorno dos militares, os quais serviriam a uma causa nobre e lutariam, novamente, contra o mal.

O Dom Quixote na parede também significa, considerando que o personagem sonhava com o impossível e via os moinhos de vento onde não existiam, como Rogério, que saía compulsivamente em busca do sonho de mudar o mundo a partir do amor. Cabe perguntar então: o que buscava Rogério? Terminar com a ditadura? Fazer justiça? O fi-

nal do conto mostra a impossibilidade de apagá-la e Rogério compra um terreno no condomínio fechado. Rogério abandona a batalha, deruba o prédio e esquece a mancha. Ao contrário de Don Quixote, ele não enlouquece: é engolido dos Aparelhos Ideológicos de Repressão e pela ideologia de direita que fortalecem e promovem a manutenção das desigualdades sociais e econômicas.

Nessa sequência, vale destacar que, ao ‘ver’ a mancha, Rogério “olhou para o lado e sem pensar, mas pressentindo com suas vísceras o que veria, olhou para a parede à sua esquerda, perto do teto” e Don Quixote estava lá e o ‘pressentir com suas vísceras’ possivelmente faz sentido em relação ao personagem de Cervantes que também buscava por algo sem cessar e no fim terminou por não alcançar o que estava almejando. Ressoa a dor de uma luta inglória diante do silêncio, do medo e das formas de manutenção das mesmas práticas.

Recorte 2 – A mancha, o sangue, o esquecimento

Outros textos e outros tempos ressoam pela ‘mancha’. Retornamos a Calligaris (1991) que, em sua tese de doutorado, tratou do masoquismo como uma variante do narcisismo. A obra foi traduzida no Brasil por Jurandir Freire Costa e Octavio Souza, pela editora Fósforo, em 2022 e, como destaca Freire, no prefácio da edição em português, a ‘banalidade do mal’, de Hannah Arendt (1979) está presente em Calligaris, como perversão e os que o praticam o fazem acreditando estar servindo a uma causa maior.

Do segundo recorte, referente à derrubada do prédio, a mancha o interpela e o convoca a parar e a se demorar nela, mesmo quando os demais sujeitos insistem em dizer que é apenas uma mancha e que não é possível saber se o sangue era dele. Na perspectiva discursiva “a mancha” é tomada aqui como um acontecimento e por ela instauram-se redes de memória, que possibilitam que o sentido seja outro, de modo que a metáfora, conforme Orlandi (2002), signifique pelo

que rompe com a repetibilidade, instaurando o novo e, com ele o incômodo que só pode ser compreendido pelo que ressoa no eixo da formulação pelo ‘sujeito do saber’ – o interdiscurso – conforme Pêcheux (1997) e pela tomada de posição do sujeito.

Analisamos o segundo recorte a partir de seis sequências discursivas, pensando nas redes de memória e nas redes metafóricas que fazem rede com ela, bem como pelo funcionamento do silêncio nesse discurso que é da literatura e tematiza um acontecimento trágico. Vale destacar as várias metáforas no recorte e a principal delas: a ‘mancha’. Para compreender o deslocamento desta palavra recorreremos a Houaiss (2001, p. 1829), que a define em uma das entradas como: sinal que uma substância faz em um corpo (porção limitada de matéria), sujando-o; mácula, nódoa. Priorizamos da definição a relação parafrástica constituída por: sujo, mácula, nódoa, deslocando-a de matéria e inscrevendo-a no funcionamento da memória, como sendo uma ‘marca’. Ancoramos esta relação nas sequências discursivas a seguir:

SD 4:

A demolição do prédio foi rápida. Seu Afonso contou: sabe aquela mancha no carpete, na sala da frente do primeiro andar? Atravessou o carpete e manchou o piso de madeira também (Verissimo, 2004, p. 2, grifos nossos).

O que desvincula a mancha da matéria é a demolição, que foi rápida, sem maiores problemas. Caso a ‘mancha’ fosse apenas um ‘sinal’ deixado por uma substância e um corpo – assoalho, carpete, etc., ela desapareceria com a destruição. No entanto, ela “atravessou o carpete e manchou o piso de madeira também”. O ‘atravessar’ relacionado com sujo, mácula e nódoa funciona metaforicamente, indicando o ressoar de memórias, a permanência de um acontecimento que pode significar como um acontecimento que envergonha, sendo que o carpete

seria a parte superficial e chegar à madeira pode indicar a uma memória que lateja, ao que continua a instaurar efeitos por estar incrustada em uma memória nacional.

SD 5:

Rogério imaginou a mancha atravessando a madeira e o cimento e penetrando o chão sob o prédio, entranhando-se no chão sob os escombros (Verissimo, 2004, p. 2, grifos nossos).

O imaginário ressoa em torno de que mancha é essa, dado que uma substância não teria a ‘força’ de ‘atravessar’ madeira e cimento e muito menos de penetrar o chão, por menor que fosse o prédio. A mancha ‘entranha-se’, significada a partir de Houaiss (2001, p. 1165) como “penetrar”, ultrapassando os tempos como uma nódoa. Ultrapassar a madeira, o cimento e entranhar-se nos escombros pode ser lido como o avanço em três tempos: do mais aparente (presente), do já vivido (o passado), chegando ao vir a ser (futuro). Trata-se, portanto, de uma memória que permanece, fazendo funcionar outras memórias e discursos que não podem ser silenciados/apagados, estando sempre ‘acessos’ por debaixo das cinzas.

SD 6:

Todo sangue encontra o lugar da sua quietude. Onde lera aquilo? O lugar da quietude do seu sangue seria o esquecimento, embaixo da terra num bairro de surdos, quanto mais no fundo melhor (Verissimo, 2004, p. 18, grifo nosso).

A SD 6 se constitui por redes parafrásticas centradas na denúncia e se constitui pela relação *sangue, quietude, esquecimento, surdos*.

Pelo sangue retorna a tortura, as mortes e, no que se refere a Rogério, ao sangue que jorrou abundantemente do seu nariz e manchou o tapete. Entretanto, o sangue não é apenas dele, mas dos demais torturados que puderem viver e dos que se ‘aquietaram’, silenciando ou porque foram mortos.

O lugar da quietude “do seu sangue”, entretanto, seria o esquecimento “embaixo da terra”, como morto ou “num bairro de surdos, quanto mais fundo melhor”. Esse bairro de ‘surdos’ lança efeitos de sentido para o silêncio da censura ou aos capitalistas financiadores da ditadura, que ‘são surdos’ porque defendem uma causa que entendem ser legítima e os ‘autoriza’ a não ouvirem os gritos, as dores, as desigualdades. Trata-se, como nos dizem Teles e Safatle, de um passado

[...] e da sua incrível capacidade de não passar. Mas, para tanto, faz-se necessário mostrar, àqueles que preferem não ver, a maneira insidiosa que a ditadura militar brasileira encontrou de não passar, de permanecer em nossa estrutura jurídica, em nossas práticas políticas, em nossa violência cotidiana, em nossos traumas sociais que se fazem sentir depois de reconciliações extorquidas (Teles; Safatle, p. 9, livro digital).

Ainda pensando nas condições de produção que envolvem essa discursividade, é possível destacar que, não por caso, Rogério busca os casarões dos anos de 1970 e, quando encontra a casa com a mancha, busca informações com moradores próximos para saber quem a havia alugado e se ouviram barulho, gritos.

A resposta para suas perguntas é o silêncio, como se todos estivessem surdos e cegos sobre os acontecimentos do espaço temporal de vigência dos anos mais críticos da ditadura, destacando a política do silêncio naquele período (passado) e no presente da narratividade, em que há simulacros de uma boa convivência e de tolerância. O si-

lêncio como teoria sublinha a possibilidade de os efeitos de sentidos poderem ser sempre outros.

SD 7:

Miro não descobrira nada sobre o histórico do prédio. Provavelmente nem tentara. A mãe dele tinha uma vaga ideia de ter alugado dois andares para uma firma de dedetização, ou coisa parecida. E só (Verissimo, 2004, p. 11, grifo nosso).

Rompe-se com a possibilidade de compreender que o objetivo de Rogério era comprar imóveis decadentes para vender e ficar ainda mais rico. Caso fosse esse o objetivo, não haveria razão para querer saber sobre o histórico do prédio e nem para protelar a derrubada do edifício. Buscar o histórico do prédio e referir que o filho da vendedora nem tentara buscar informações constitui rede com “[...] o lugar da quietude do seu sangue seria o esquecimento, embaixo da terra num bairro de surdos, quanto mais no fundo melhor” (Verissimo, 2004, p. 18), como podemos observar na SD 6.

SD 8:

Na vizinhança do prédio, ninguém se lembrava de vê-lo ocupado. Rogério tirou uma tarde para ouvir a vizinhança. No lado oposto da rua, descobriu uma senhora que morava ali desde 1950.

– Fins dos anos 60, começo dos anos 70. A senhora não se lembra de movimento no prédio? Carros chegando. Gritos lá de dentro.

– Gritos?

– Movimento. Carros chegando e saindo.

– Não. Desde que eu me lembro, aquilo só é depósito de lixo.

- Tem certeza?
- Anos 70, meu filho. Quem é que se lembra dos anos 70? Eu não lembro mais nada (Verissimo, 2004, p. 11, grifo nosso).

Conforme, já destacado, uma memória ressoa em outra e um discurso em outros discursos. Há razões para ouvir a vizinhança e há razões para a vizinhança do prédio não lembrar de nada. Não se trata de tempo transcorrido, mas do silenciamento, do período ditatorial. Nos anos 1960 e 70, desenvolve-se o projeto dos militares de assegurarem o controle do Estado (instância primordial) pelo Aparelho Ideológico de Repressão (instância complementar) e ideológico (outras instâncias complementares), que são mecanismos essenciais de dominação (Althusser, 1999).

A censura e o silêncio sobre o prédio dão visibilidade para a herança da ditadura: é o medo de falar sobre devido à interdição ou à simpatia ao militarismo e a rejeição àqueles que designam de ‘esquerdistas’, conforme já destacado anteriormente. A possibilidade de a mulher demonstrar rejeição às esquerdas pode se constituir como um dos efeitos de sentidos relacionado ao enunciado “desde que eu me lembro, aquilo só é depósito de lixo”, recuperando os torturados que estavam presos na casa.

Se não fosse o silêncio, observa Orlandi (2002), os sentidos seriam fixos, tendo em vista que o ato de designar tem implicações ideológicas decisivas. Compreendendo o discurso enquanto efeito de sentido, pode-se pensar o silêncio como algo anterior, isto é, como gerador de sentidos diversos. Pensando acerca da política do silêncio, a autora destaca duas formas de silenciamento, a saber: o silêncio constitutivo, relativo à noção de apagamento em uma dada condição; e o silêncio local, que interdita o dizer, cuja representação pode ser dada pela censura. Historicamente, emergem discursos revisionistas sobre a ditadura brasileira, os quais confrontam os fatos históricos e desle-

gitimam as tantas vítimas da repressão – seja legal ou ilegal – que se materializou no país.

SD 9:

– Mas alguma coisa aconteceu. Não só a nós naquela cadeira de ferro. Ao país, a toda uma geração. Foi isso que eu senti quando vi a mancha no chão. Porra! Alguma coisa tinha havido, e deixado uma marca. E esquecer isso era uma forma de traição.

Rubinho não gostou da palavra.

– E o que foi traído com o esquecimento? A nossa causa? Eu nem sei se a sua causa era igual à minha. O seu sangue? Você nem sabia por que estava apanhando e eles não sabiam que você não sabia. Foi isso o traído? (Verissimo, 2004, p. 17, grifos nossos).

Por fim, a SD 9 parece sintetizar o acontecimento da ditadura, não a partir de um indivíduo, mas no coletivo brasileiro, pois “alguma coisa foi feita, ao país, a toda uma geração”. O que aconteceu deixou uma marca e esquecer-se disso seria uma forma de traição. Por tais enunciados ressoa Dom Quixote e uma possível razão para Rogério sentir “pelas vísceras” que a figura do personagem de Cervantes estava na parede. O esquecimento “do seu sangue” num bairro de surdos, referido na SD 6, do segundo recorte, sinaliza que o lugar do sangue pode ser também “embaixo da terra”.

4 Considerações finais

Quando se pensa em possíveis relações entre Literatura e Análise do Discurso, uma questão que merece atenção são as diferentes redes de memória que se constituem e consideram diferentes discursos. Diante dos possíveis gestos de análise do conto *A mancha*, enfocamos recortes que fornecem um gesto de interpretação para os desdobra-

mentos da metáfora expressa já em seu título, que Luis Fernando Verissimo trabalha com maestria. O componente social liga-se à memória – que é, também, social – porque nela há a presença do outro com O minúsculo e O maiúsculo.

No que tange às políticas do silêncio, se destaca o seu funcionamento a partir das condições de sua produção. As análises dos discursos sobre a ditadura permitem compreender que o silenciamento e a resistência estão interligados, gerando diferentes tensões discursivas. No entanto, o trabalho ideológico tende a apagar o processo histórico de construção de sentidos, criando a ilusão de naturalidade e de evidência nos discursos, muitas vezes por meio de palavras.

Estas condições de produção e a repetibilidade – o já-dito – presente na narratividade em tela, suscita questões, dentre quais, elencamos o que significa o plantio de maçãs no período da ditadura e depois dele? Também não é aleatória a descoberta de Rogério sobre os financiadores do grupo de torturadores e de o seu sogro ser amigo do sujeito que afirma a luta pela liberdade. É significativa, igualmente, a derrubada da casa onde estava mancha e o fato dela ultrapassar os assoalhos, como se fosse impossível removê-la. Esta é, também, uma das metáforas do quanto um acontecimento trágico que silenciou muitos e fez com que outros tantos desaparecessem não pode ser esquecido, apesar dos mecanismos da censura, como nos diz Orlandi (2002, p. 13), que o silêncio demanda o recuo, o retorno para que possa significar, ele é “o reduto do possível, do múltiplo, o silêncio abre espaço para o que não é ‘um’, para o que permite o movimento do sujeito”. O fato de o companheiro de tortura, Rubinho, depois de terminada a ditadura ‘ir plantar maçãs’ e de a sua filha dizer, depois de Rogério sucumbir aos desejos da família e ao capitalismo, que ‘plantar maçãs’ não é uma má ideia, destaca, conforme Klanovicks (2007), a prática dos militares que incentivavam o cultivo das maçãs em detrimento das questões ambientalistas.

Diante de tais condições de produção, através da ‘mancha’ constituem-se redes de memória que permitem ver a marca deixada por esse período, que não pode ser apagada ou ocultada e que ressoa através da mancha no chão, podendo ser lida/potencializada como uma mancha na história do país. Buscando respostas aos questionamentos internos surgidos a partir da presença do passado, Rogério quer que outros sujeitos confirmem aquele espaço como sendo o usado para tortura e, principalmente, que ele já havia estado ali para isso, como expresso. E é assim, que Luis Fernando Verissimo deixa muitos não-ditos e suscita em sujeitos que o leem a inquietação, exigindo o retorno ao texto.

Referências

- ALTHUSSER, Louis. **Sobre a reprodução**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BALESTRO, Gabriela S. Anistia: silêncio, memória, história, direito. **Revista Jurídica Luso-Brasileira**, ano 4, n. 4, p. 847-872, 2018. Disponível em: https://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2018/4/2018_04_0847_0872.pdf. Acesso em: 20 jun. 2024.
- BARTHES, Roland. **Aula**. Tradução Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Editora Cultrix, 2013 [1977].
- CALLIGARIS, Contardo. **O grupo e o mal**: estudo sobre a perversão social. Edição Jurandir Freire e Octávio Costa. Tradução Jorge Bastos Cruz. São Paulo: Editora Fósforo, 2022.
- CAZARIN, Ercília Ana. A leitura: uma prática discursiva. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 6, n. 2, p. 299-313, maio/ago. 2006. Disponível em: https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/download/336/358/361. Acesso em: 20 jun. 2024.
- DALCASTAGNÃ, Regina. **O espaço da dor**: o regime de 64 no romance brasileiro. Brasília: Editora UnB, 1996. Disponível em: <https://livros.unb.br/index.php/portal/catalog/book/54>. Acesso em: 20 jun. 2024.
- FERNANDES, Cleudemar Alves. Análise do discurso da literatura: rios turvos de margens indefinidas. In: FERNANDES, Cleudemar Alves; GAMA-KHALIL, Maraisa Martins; JUNIOR, José Antônio Alves (org.). **Análise do Discurso da literatura**: rios turvos de margens indefinidas. São Carlos: Claraluz, 2009. p. 08-25.

FICO, Carlos. **O grande irmão**: Da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GADET, Françoise. Trapacear a língua. In: CONEIN, Bernard; COURTINE, Jean-Jacques; GADET Françoise; MARANDIN, Jean-Marie; PÊCHEUX (org.). **Materialidades discursivas**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2016. p. 185-199.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Objetiva Ltda., 2001.

INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (org.). **Análise do Discurso no Brasil** – mapeando conceitos, confrontando limites. 1. ed. São Carlos: Claraluz, 2007.

KLANOVICKS, Jó. **Natureza corrigida**: uma história ambiental dos pomares de macieira no sul do Brasil. 2007. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2007.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução do original alemão Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Revisão da tradução César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

MARX, Karl. **Miséria da Filosofia**. Tradução João Paulo Netto. São Paulo: Global, 1985.

MAZIÈRE, Francine. **A análise do Discurso**: história e práticas. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

OLIVEIRA, André de; BETIM, Felipe. Crise dos combustíveis no Brasil. Greve dos caminhoneiros, vitrine desproporcional para a “intervenção militar”. **El País Brasil**, 31 maio 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/30/politica/1527703161_738090.html. Acesso em: 20 jun. 2024.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 4. ed. Campinas: Pontes Editores, 1999.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio no movimento dos sentidos**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Campinas: Pontes Editores, 2004.

ORWELL, George. **1984**. Tradução Heloisa Jahn e Alexandre Hubner. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. 414 p. Livro digital.

PÊCHEUX, Michel. O papel da memória. Tradução Horta Nunes. In: ACHARD, Pierre *et al.* **O papel da memória**. Campinas: Pontes Editores, 1999.

PÊCHEUX, Michel. Sobre os contextos epistemológicos da Análise de Discurso. Tradução Eni Puccinelli Orlandi. In: PÊCHEUX, Michel. **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. Textos selecionados por Eni Puccinelli Orlandi. 2. ed. Campinas: Pontes Editores, 2011b. p. 283-294.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução Eni Orlandi *et al.* Campinas: Editora da UNICAMP, 1997a.

PÊCHEUX, Michel. **Análise Automática do Discurso**. Tradução Eni Puccinelli Orlandi, Greciely Costa. Campinas: Pontes Editores, 2019 [1969].

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O mundo como texto: leituras da História e da Literatura, **História da Educação**, Pelotas, p. 31-45, set. 2006.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. Tradução Rosa Freire Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SILVA SOBRINHO, H. F. A.D. Um olhar materialista sobre as evidências de sentido. In: SILVA, L. R.; FREITAG, M. K. (Org.). **Revista Linguagem e representação discursiva outros estudos**, João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010, p. 247-273.

TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (org.). **O que resta da ditadura**: a exceção brasileira. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Tradução Antônio José da Silva Moreira. Coimbra: Edições 70, (2008 [1978]). Ed. Ver. (Lugar da História 20).

VERISSIMO, Luis Fernando. **A mancha**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ZAVERUCHA, Jorge. Relações civil-militares: o legado autoritário da Constituição de 1988. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (org.). **O que resta da ditadura**: a exceção brasileira. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019. Livro digital.



ANÁLISE LEXICOMÉTRICA DOS PROCESSOS DE NOMEAÇÃO DA NOVA DIREITA E DO MST NOS DISCURSOS SOBRE A REFORMA AGRÁRIA BRASILEIRA (1985 A 2019)

Paloma Bianca Lopes Assis
Argus Romero Abreu de Moraes

Introdução

O presente capítulo tem por objetivo investigar o funcionamento das nomeações em processos argumentativos em torno da reforma agrária durante a Nova República brasileira (1985 a 2019). Para tanto, avaliaremos como a atribuição de nomes se associa tanto à projeção de imagens de si, do outro e do mundo quanto à ressignificação da nominalização reforma agrária nos dizeres de dois grupos ideológicos antagonistas, a Nova Direita (ND) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Metodologicamente, pautamo-nos em uma análise lexicométrica qualiquantitativa de um *corpus* composto por 88 textos ou 86.438 palavras (sendo 47 textos ou 43.416 palavras do MST e 41 textos ou 43.022 palavras da Nova Direita) produzidos no período recortado.

Dito isso, na primeira seção, discorreremos brevemente sobre o histórico do conflito agrário no Brasil desde o processo de coloniza-

ção do seu território e sobre a emergência das posições-sujeito “sem-terra” e “proprietário rural” na disputa pelos sentidos da reforma agrária durante a Assembleia Nacional Constituinte de 1987 e 1988. Na segunda, retomaremos o arcabouço teórico discursivo para avaliar a relação entre língua, discurso e ideologia em processos de nomeação e nominalização. Na terceira, proporemos o diálogo teórico-metodológico entre a Análise do Discurso e a Lexicometria para operacionalizar a análise dos dados coletados. Na quarta, por fim, investigaremos como os conflitos instaurados pelas diferentes formas de nomear os atores sociais na disputa pela terra e o próprio referente terra, bem como os deslocamentos ideológicos da nominalização reforma agrária produzem efeitos de sentido políticos e jurídicos.

2. Os sentidos de reforma agrária no Brasil: breve histórico

De acordo com o Relatório Anual de Conflitos no Campo, divulgado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2019), somente em 2019, 859.023 pessoas se envolveram em conflitos no campo, dentre as quais 578.968 se envolveram em conflitos relacionados à terra. O Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2019), por sua vez, destaca que a estrutura fundiária no país se manteve praticamente inalterada de 1985 a 2006.

A situação retratada nos dados supracitados é resultado de um processo histórico que se inicia com o modelo de colonização implementado pelos portugueses, os quais objetivavam, exclusivamente, explorar os recursos naturais do território brasileiro. Por isso, as políticas de divisão de terras instituídas pelos lusitanos promoveram a concentração da posse destas em torno das elites colonizadoras, excluindo a parcela pobre da população colonial. Associado a esse sistema, o escravismo e a dependência das exportações constituíram as bases estruturantes das nossas relações econômicas, políticas e sociais (Sampaio, 2010).

A partir de 1950, o modelo de agricultura capitalista privilegiou o uso de máquinas ao invés da mão de obra, acarretando o aumento nos conflitos pela permanência no campo, já que o modelo adotado passava a expulsar os trabalhadores do meio rural. É nesse período que a nominalização reforma agrária começa a aparecer nos discursos de reivindicação do direito de acesso à terra proferido pelo campesinato nacional (Medeiros, 2010).

Na década de 1960, a reforma agrária passou a englobar o discurso político de mudança social que visava à redistribuição da riqueza, uma vez que o capitalismo industrial se encontrava em crise. A redistribuição de terras representava uma alternativa para superar a crise através da geração de mercado interno para a indústria. Assim, durante o Governo João Goulart (1961 a 1964), a reforma agrária passou a figurar com força no cenário político, tendo como auge o encaminhamento do projeto sobre o tema ao Congresso Nacional (Indursky, 2019).

Não obstante, o golpe de 1964 impediu a efetivação desse projeto. Estrategicamente, os governos militares se reapropriaram da reforma agrária como tentativa de conter os conflitos causados pela miséria no campo, embora, em paralelo, ressignificassem ideologicamente essa expressão nominal de acordo com os interesses do contexto autoritário. Para os militares, era importante manter o vínculo enunciativo com a nominalização reforma agrária como forma de garantir certa representatividade/coesão social, interrompendo, no entanto, a discussão pública alicerçada em mecanismos democráticos de associação e deliberação (Indursky, 2019).

A despeito disso, o esvaziamento semântico do termo acabou por aumentar os problemas agrários durante o período do Regime Militar, de modo que os significados pré-golpe de 64 retornaram com força na cena pública brasileira em 1985, quando foram reinscritos na esteira da abertura democrática pelas novas formas de organização campesina na luta fundiária (Prieto, 2017).

Neste contexto, surge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra, um dos resultados mais expressivos da reorganização sociopolítica desse período, afirmando-se como movimento de ativismo público cujas ações objetivam mobilizar a sociedade como forma de pressionar o Estado para promover a reforma agrária, utilizando-se, dentre outras formas de negociação, de *lobby* parlamentar, marchas, greves de fome e ocupações de terra. Ademais, a agremiação campestre passou a atuar no campo doutrinário, difundindo os valores do movimento através da “mística” e de uma escolarização específica para as crianças sem-terra, fundando, para tanto, a Escola do Campo (Carter, 2010; Indursky, 2019).

No final da década de 1980, com a redemocratização do Estado brasileiro, o MST trabalhou para que os significados sociais da terra buscassem, via discurso político, sua consolidação no ritual legislativo da Assembleia Nacional Constituinte de 1987 e 1988. A fim de evitar que isso ocorresse, os membros das elites latifundiárias – em associação com a burguesia, o empresariado e os industriais – se rearticularam para legitimar seu discurso e para garantir a prevalência de seus interesses de classe na Constituição Federal Brasileira de 1988 (Indursky, 2019).

Emerge, então, a Nova Direita como ator político, como consequência da reorganização dos grupos que se adaptavam para atuar no incipiente contexto democrático que se instaurava no país. Com ela, surgem associações sem fins lucrativos, *think tanks*, como o Instituto Atlântico – IA; o Instituto de Estudos Econômicos – IEE; o Instituto Liberal – IL; o Instituto Millenium – IMIL, dentre vários outros, os quais passaram a representar distintos interesses, notadamente os do agronegócio, da indústria e do comércio. Tais associações possuem em comum o objetivo de difundir e promover o capitalismo neoliberal, almejando garantir que as políticas sociais instaladas no Brasil estejam sempre coordenadas em harmonia com esses valores (Casimiro, 2018).

Diante desse novo quadro social, a fórmula nominal “reforma agrária” passa a figurar como uma espécie de arena política, na qual ideologias contraditórias disputam os valores sociais desse signo, uma vez que cada palavra adquire sentidos ao emergir como produto dos conflitos entre as forças sociais na vida coletiva (Volóchinov, 2017 [1929]). Tais ações estão diretamente vinculadas à oposição dos sujeitos sem-terra e proprietários rurais na significação do objeto semiótico “terra”. Além disso, na disputa pela fala pública, essas associações políticas buscam garantir legitimidade para si ao mesmo tempo em que procuram desautorizar a do outro, fomentando ao longo do tempo movimentos ideológicos contrastantes nas nomeações de si, do outro e do mundo. São esses processos que temos por intuito descrever na presente investigação.

3. Língua, discurso e ideologia em processos de nomeação e nominalização

Para Pêcheux (1997 [1969]), a produção de sentidos na/pela linguagem envolve, necessariamente, a relação do real da língua com as condições de produção e distribuição das riquezas de uma dada sociedade. Isso significa que o sentido é um efeito resultante da inscrição da língua na história, mudando de acordo com as posições-sujeito em uma dada formação ideológica e com as condições sociais de produção do discurso.

O discurso seria o responsável por estabelecer a relação entre língua e sociedade, de modo que a ideologia tem a “tarefa” de articular os sentidos por meio do simbólico nas distintas práticas sociais em que os sujeitos se engajam. Ao retomar a filosofia althusseriana, o estudioso francês postula que o sentido é preenchido pela ideologia, sendo esta a representação de uma relação imaginária dos indivíduos com as suas condições reais de existência. Essa relação decorre da interpeção, o modo pelo qual o indivíduo torna-se sujeito ao ser chamado pelo outro/Outro. Com isso, a condição para a emergência do sujeito

é a ideologia: não há sujeito sem ideologia, nem ideologia sem sujeito (Pêcheux, 1997 [1969]).

Como destaca Orlandi (1996 [1987]), o funcionamento discursivo atua nos planos da constituição e da formulação do discurso. O primeiro remete ao sistema de evidências oriundo do complexo domínio da ideologia, capaz de garantir a formulação do dizível, o qual está ancorado nos saberes constituídos historicamente em uma dada sociedade e que funcionam como memória discursiva. O segundo, por seu turno, refere-se à construção da realidade do/para o sujeito no processo de enunciação. Vincula-se, assim, à percepção de que pensamento, linguagem e mundo possuem laços naturais entre si e que não haveria outra forma de se dizer o dito, fazendo com que o sentido apareça como um já-lá e se institua a ilusão do sujeito em se considerar a fonte do seu dizer.

Esse duplo funcionamento é a base da argumentação em Análise do Discurso e opera pelo esquema de antecipação produzido pelas imagens que os sujeitos projetam das suas posições, de seus interlocutores e do mundo: quem sou eu para lhe falar assim? Quem é ele para que eu lhe fale assim? Quem sou eu para que ele me fale assim? Quem é ele para que me fale assim? De que lhe falo assim? Essas são as perguntas instauradas na interação entre interlocutores e entre estes e os objetos discursivos que funcionam como referentes (Pêcheux, 1997 [1969]).

Nessa perspectiva, o discurso é definido como a produção de efeitos de sentido entre os sujeitos da enunciação, cujos lugares são determinados na estrutura de uma formação ideológica. Tais formações imaginárias são atravessadas por vestígios de discursos anteriores, os pré-construídos, as formas materiais que instituem a pressuposição como um sentido já-lá (Orlandi, 1996 [1987]).

O processo argumentativo é fruto, portanto, das antecipações imaginárias na organização do dizer por parte dos sujeitos em condições enunciativas específicas, as formações discursivas, responsáveis

por definir o que pode e deve ser dito a partir de um lugar simbólico. Isso significa que, em Análise do Discurso, devemos considerar as tomadas de posições dos sujeitos e seus atravessamentos pelos “já ditos”, sendo estes a exterioridade discursiva constitutiva de todo discurso. É dessa maneira que a argumentação se insere no processo histórico: como *formulação*, ela opera no sentido de significar a *constituição* discursiva que lhe é anterior, dando-lhe materialidade e atualidade ao movimentar-se entre a paráfrase e a polissemia (Orlandi, 1996 [1987]).

As nomeações acompanham o dinamismo das relações sociais, alterando o valor simbólico à medida que se alteram seus significados. Os novos sentidos dos itens lexicais decorrem das novas relações associativas que estabelecem com os outros signos nas formações discursivas em que são enunciados (Pêcheux, 1988 [1975]).

De forma análoga, Volóchinov (2017 [1929]) sustenta que todo signo é ideológico e que toda ideologia se materializa em signos, de modo que os significados se alteram de acordo com os índices de valor que os grupos sociais em disputa lhe atribuem. Vistas desse modo, as diferentes formas de nomear funcionam como refração das contradições sociais pela ordem do simbólico e como uma espécie de campo gravitacional semântico – uma força centrípeta – em torno do qual orbitam e se constituem tais práticas sociais. Isso explicaria porque, no que diz respeito à reforma agrária, mesmo quando não há mudança em termos lexicais, seu sentido é constantemente alterado, alçando essa nominalização a um campo de batalha ideológico entre esses grupos na disputa pela prevalência social dos seus interesses de classe.

Para Siblot (2001), a nomeação não é um mero processo de rotulagem. Ao contrário, ela possui a capacidade de referenciar os objetos do mundo e, com isso, atua como um instrumento fundamental na produção de sentidos. Consoante o autor, a nomeação possui uma relação dialética entre a linguagem e a realidade, sendo esta construída a partir do ponto de vista que o locutor tem da coisa nomeada.

Nesse viés, os atos de categorização nunca são neutros, visto que são revestidos dos posicionamentos daqueles que os enunciam. É por meio das nomeações que os sujeitos produzem os efeitos de sentido e provocam acordos e controvérsias. Quando uma determinada categorização é produzida e passa a circular massivamente como senso comum na sociedade, ela se naturaliza como evidência da realidade. É por esse efeito ideológico que as nomeações estudadas disputam a memória discursiva, a partir da qual a análise é capaz de recuperar os aspectos dialógicos da linguagem.

Dahlet (2015), por sua vez, em estudo sobre as nominalizações, identificou três propriedades distintas deste procedimento, quais sejam: (a) a cristalização de uma relação entre uma forma e outra; (b) a desapareição mais ou menos integral das marcas de enunciação; (c) a indução a um efeito de pré-construído. Tomemos, por exemplo, a expressão “reforma agrária”: ela pode ser vista como uma nominalização que pressupõe o dever-fazer de se reformar a terra, já que temos o processo verbal implícito de *a reforma é agrária*, o qual é reduzido a uma forma nominal para gerar *reforma agrária*, que, ao se cristalizar como tal, dificulta o questionamento sobre a necessidade de se realizar uma reforma agrária. Desse modo, reforma agrária pressupõe um sentido já-lá, associado à perspectiva de que a estrutura da terra está defeituosa, carecendo de uma reorganização.

Nessa ótica, os processos de nomeação e nominalização se constituem como fenômenos linguístico-discursivos privilegiados para analisar as posições políticas e a afirmação dos sujeitos sociais como vozes em uma dada sociedade. O embate entre MST e ND pela versão mais aceita da reforma agrária é movido simbolicamente por palavras dentro da arena política de uma sociedade brasileira formalmente democrática, sendo tais fenômenos os principais responsáveis por comporem suas estratégias ideológicas.

O conflito pelos sentidos da reforma permite que cada espectro ideológico busque dotar seus discursos de autoridade, legitimidade e credibilidade frente à sociedade da qual emergem, angariando adesões para seus projetos. Essa tensão nomeativa torna-se mais expressiva a partir da institucionalização da reforma agrária nas esferas política, jurídica e legislativa no país durante a Constituinte e, posteriormente, com a promulgação da Constituição Federal de 1988. Os trinta e quatro anos de Nova República avaliados nos permitem observar diacronicamente tais disputas em um movimento contínuo de mútua influência sobre o referente discursivo terra.

À medida que o MST busca renovar a questão frente às constantes mudanças do cenário histórico e social, a Nova Direita visa legitimar e conservar o sentido de concentração necessária da estrutura fundiária nacional, esvaziando as funções da reforma. Como em um jogo de xadrez, cada movimento – simbólico – de um jogador implica a movimentação do adversário.

Com isso, consideramos que há três características que fazem da ressignificação uma estratégia discursivo-argumentativa, a saber: (i) a forma de nomear deve ser reconhecida coletivamente; (ii) tal reconhecimento deve vir acompanhado de uma conotação positiva latente associada ao grupo ideológico que sustenta essa nomeação, funcionando como indução à adesão a uma determinada posição; (iii) o sentido dado deve ser contrário ao sentido da nomeação do outro.

4. Análise do Discurso e Lexicometria: diálogos possíveis

Diversos *softwares* têm sido desenvolvidos para auxiliar pesquisadores na tarefa de processar dados textuais. Uma das vantagens de se trabalhar com esses programas está na possibilidade de mobilizar um alto volume de dados, automatizando parte do processo. Para Tournier (1996), essas ferramentas permitem um certo afastamento do analista na interpretação do *corpus*. De forma semelhante, Barats e Sitri (2017) asseveram que o benefício consiste em fazer com que

a descrição seja rigorosamente explicitada, garantindo a consistência dos objetos teóricos.

O que tem sido chamado de Análise de Dados Textuais (ADT) engloba diversas correntes de pesquisa, tais como: Camlong e Zapparoli (2002) lançaram mão do método matemático-estatístico-computacional para análise lexical, textual e discursiva do português culto falado de São Paulo; Muller (1992 [1973]) e Brunet (2000) mobilizaram a estatística linguística lexical para investigar a estrutura vocabular de textos literários; Tournier (1996) aproximou a Lexicometria da AD pelo interesse em estudar no texto e no léxico as particularidades do discurso em relação às determinações ideológicas; Rastier (1995) propôs a semântica interpretativa para avaliar o significado das palavras em relação a um texto específico, diferenciando-se da AD por não considerar a dimensão histórica e as limitações da linguagem na produção de sentidos (Barats; Sitri, 2017).

No caso da Linguística de *Corpus* (LC), ela prioriza a descrição dos usos da língua em grandes *corpora*, considerando o contexto em que o sentido é construído. De acordo com Barats e Sitri (2017), a LC se distancia tanto da ADT quanto da AD no que tange aos objetivos de pesquisa, uma vez que trabalha a descrição da língua na qual o *corpus* se constitui como uma amostra. Seguindo os mesmos autores, o propósito interpretativo da AD e a sua dimensão interdisciplinar fazem dela uma abordagem capaz de orientar e subsidiar uma análise informatizada de dados textuais, perpassando a constituição do *corpus*, a escolha das ferramentas, a funcionalidade da análise e a interpretação dos fenômenos. Ponderam, ainda, que, embora as análises em AD sejam em grande parte qualitativas, o uso da informática e dos recursos estatísticos fazem parte da disciplina desde seus primórdios na década de 1960.

Guilbert (2014) sugere que a abordagem metodológica em AD se utilize da análise quantitativa como um complemento da análise

se qualitativa, praticando um “vai e vem” contínuo entre as duas. Com isso, o uso de *softwares* para análise de dados textuais passaria a ser considerado como ferramenta adicional à função heurística, permitindo diferentes olhares sobre o *corpus* e, por conseguinte, promovendo meios adicionais de acessar o funcionamento do discurso e a materialidade dos fenômenos observados.

Partindo das contribuições de Barats e Sitri (2017) e de Guilbert (2014), realizaremos um diálogo entre a Análise de Discurso e a Lexicometria para processar um *corpus* composto por 88 textos/86.438 palavras (sendo 47 textos/43.416 palavras do MST e 41 textos/43.022 palavras da Nova Direita) produzidos no período da Nova República (1985 a 2019). Nesse intuito, utilizaremos o programa computacional *AntConc* (Anthony, 2014), mais especificamente as ferramentas *Word List*, que permite listar todas as palavras que aparecem no arquivo por ordem alfabética ou por ordem de frequência; *Concordance*, que permite procurar palavras-chave no texto, mostrando, ainda, aquelas que estão em seu entorno; e *Keyword List*, que permite destacar as formas de nomear mais destacadas nos textos analisados.

Optamos por utilizar a noção de momento *corpus* por entendermos se tratar da melhor forma de conciliar a AD com a ADT. Momento *corpus*, vale ressaltar, trata-se de um *subcorpus* extraído de um arquivo histórico. Nesse *subcorpus* é possível trabalhar com o processamento lexicométrico por meio da estabilidade do *corpus*, sem impedir, contudo, que a AD possa fazer os diálogos com elementos exteriores a ela, necessários à sua própria interpretação (Née, 2017).

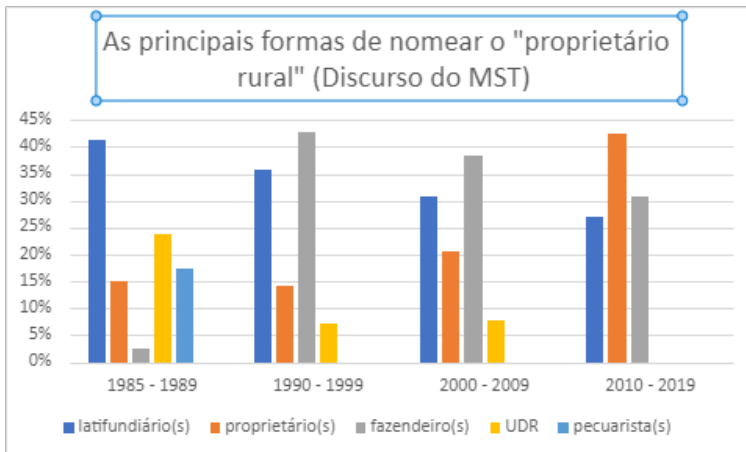
5. Nomeação e esquemas imaginários na disputa pela terra

Nesta seção, oporemos qualiquantitativamente as formações discursivas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra e da Nova Direita nos processos de nomeação da terra e dos atores em disputa pelo seu acesso. Em seguida, analisaremos a interação semântico-ide-

ológica de ambos nos processos de (res)significação da reforma agrária no período de 1985 a 2019.

No discurso do sem-terra, as três formas de nomear mais usadas em referência ao proprietário rural foram latifundiário(s) (14,25 vezes), proprietário(s) (8,25 vezes) e fazendeiro(s) (7,75 vezes). Em termos gerais, das 159 vezes que o proprietário rural foi nomeado no discurso do sem-terra, latifundiário(s) corresponde a 36% dessas nomeações. Depois aparece proprietário(s), com 21%. Por último, temos fazendeiro(s), com 19%. A esse respeito, vejamos o gráfico abaixo:

Gráfico 1 – As principais formas de o sem-terra nomear o proprietário (ND)

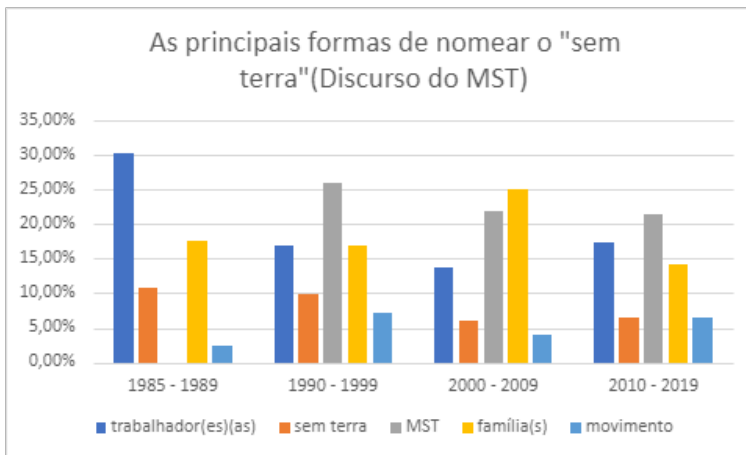


Fonte: Elaborado por Assis (2021).

A partir de 2010, ocorre uma diminuição progressiva nas variações das nomeações, na medida em que elas passam a se concentrar em apenas três formas, quais sejam: proprietário(s), fazendeiro(s) e latifundiário(s). Um outro aspecto a ser notado é que, também a partir de 2010, há uma mudança em relação ao período que vai de 1985 a 2009, uma vez que as nomeações latifundiário(s) e fazendeiro(s) deixam de ser as mais recorrentes e passa a ser proprietário(s).

Dito isso, dando seguimento, passemos à seguinte questão: como o sem-terra se autoneomeia? As três formas mais encontradas de o MST nomear os seus próprios membros foram trabalhador(es) (41,25 vezes), família(s) (36,75) e MST (31,25). Em termos gerais, das 805 vezes que os sem-terra se autoneomearam, trabalhador(es) corresponde a 20,47%, sendo seguida de família(s), com 18,24%, e MST, com 15,51%, como é possível ver no seguinte gráfico:

Gráfico 2 – As principais formas de autoneomeação do sem-terra (MST)



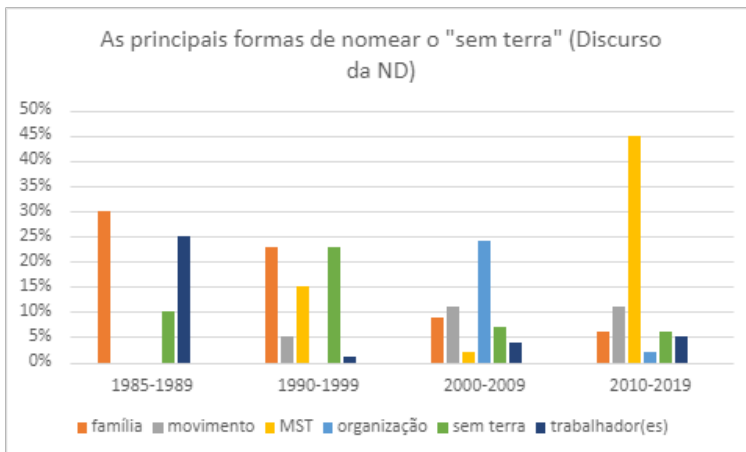
Fonte: Elaborado por Assis (2021).

Um aspecto interessante de ser notado é como no contexto da Constituinte, durante a década de 1980, a expressão trabalhador se sobressai sobre as demais, diminuindo seu uso nas décadas seguintes até chegar a uma posição média na década de 2010 a 2019, recorte cronológico no qual há relativo equilíbrio entre todas as formas nominais avaliadas. Em contraste, a nomeação MST basicamente não é utilizada no momento da sua emergência como voz política, algo que parece se consolidar nos períodos seguintes, apontando, talvez, para o fortalecimento do grupo como ator social. Não obstante, pelo menos no que se refere ao contexto de 2010 a 2019, pode ser que haja uma disputa com a ND em relação à sigla no intuito de o movimento

garantir a sua permanência como voz legítima nos debates sobre a reforma agrária. Voltaremos a esse ponto mais à frente.

Vejamos agora como o proprietário rural nomeia o sem-terra. Em seu discurso, as três formas de nomear o sem-terra mais utilizadas foram MST (20,75 vezes), família(s) (9,5) e sem-terra (8,25). Em termos gerais, das 302 vezes que o MST foi nomeado no discurso do proprietário rural, MST corresponde a 27,48% dessas nomeações, sucedido por família(s), com 12,58%, e sem-terra, com 10,93%, como sistematizado no gráfico 3:

Gráfico 3 – As principais formas de a ND nomear o sem-terra (MST)

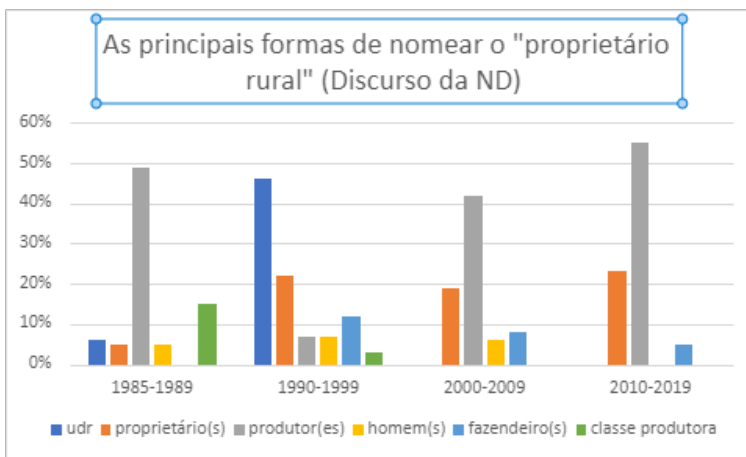


Fonte: Elaborado por Assis (2021).

Note-se que a forma mais utilizada pelo proprietário rural para nomear o sem-terra é MST. Além disso, pouco se nomeia o sem-terra nos anos de 1980 em comparação com os outros períodos. E nos dois primeiros períodos, a forma mais utilizada era família. A partir dos anos 2000, esta forma apresenta uma queda expressiva e se evidencia um maior número de ocorrências das formas organização, movimento e MST.

Passemos a outro aspecto antes de analisarmos mais detidamente cada gráfico. Como o proprietário rural se autoneia? Em seu próprio discurso, as três formas de se autonear mais usadas foram produtor(es) (18,25 vezes), UDR (9,25 vezes) e proprietário (7,75 vezes). Em termos gerais, das 210 vezes que o proprietário rural se autoneia, produtor(es) corresponde a 34,76% dessas nomeações, depois UDR, com 17,62%, e proprietário(s), com 14,76%. Vejamos abaixo:

Gráfico 04 – As principais formas de autonegação do proprietário (ND)



Fonte: Elaborado por Assis (2021).

O uso das outras formas de se autonear apresenta uma queda gradual, concentrando-se prioritariamente em produtor(es). UDR é a forma de nomear que ganha destaque na década de 1990 e perde a força no número de ocorrências nos demais períodos. Com base nos dados apontados, passaremos, agora, a um outro momento das análises, no qual retomaremos as formas de nomear mais utilizadas nos discursos e posições avaliados acima, como latifundiário(s), trabalhador(es), MST e produtor(es), para observar por efeitos de substituição metafórica (Pêcheux, 1997 [1969], p. 94-96) quais são os elementos dominantes desses discursos.

Começemos pelos sem-terra, no qual identificamos o uso prioritário da nomeação latifundiário para se referir ao proprietário rural. A partir dessa substituição pode-se perceber que proprietário de latifúndio *é substituível por* dono de extensa propriedade de terra. Se fizermos o mesmo com a principal autonomeação do sem-terra, temos que trabalhador rural *é substituível por* aquele que desempenha um emprego no campo, isto é, aquele que exerce um trabalho na terra. Dando continuidade ao mesmo procedimento, substituiremos a forma de autonomeação mais empregada no discurso do proprietário rural, chegando à formulação produtor rural *é substituível por* aquele que produz algo no campo ou na terra.

No caso da nomeação MST, esse método de substituição semântica perde força em relação às nomeações acima, visto que, ao nomear o sem-terra como *MST* – o que ocorre de forma muito mais expressiva do que no discurso do MST sobre si mesmo –, o proprietário rural se utiliza apenas da sigla, não trazendo a forma estendida Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

A nosso ver, isso pode apontar para um processo de resignificação por parte da ND no intuito de criminalizar o movimento social, fazendo com que a semelhança fonética e morfológica da sigla MST com siglas de facções criminosas que se tornaram nacionalmente conhecidas a partir dos anos 2000, como é o caso do PCC, permita uma substituição por analogia no imaginário social. Se nossa interpretação estiver correta, a ND busca ancorar os sentidos de MST mobilizando a memória de grupos civis ilegítimos, que se utilizam da violência como método de apropriação da propriedade privada alheia.

Isso parece ser reforçado pelo fato de que na década anterior, de 2000 a 2009, a nomeação mais expressiva da ND em relação ao MST era justamente organização, forma nominal que circula com frequência em relação ao campo semântico do crime, como é o caso de organi-

zação criminosa. A partir de 2010, o crescimento exponencial da sigla MST incorpora parte expressiva dos usos da nomeação organização. Em paralelo, há, ainda, a diminuição do uso da nomeação família, signo capaz de gerar certa empatia com a condição dos membros do MST por parte do auditório brasileiro.

Como objetivo, haveria, então, o de promover o não reconhecimento da relação do sem-terra com a terra, retirando a autoridade, credibilidade e legitimidade desse movimento social em relação ao debate fundiário. Falar do outro é, em certa medida, dar voz ao outro, reconhecer a sua existência como interlocutor. Não falar, ao contrário, significa desconsiderar a sua voz, de modo que a não nomeação fomenta o apagamento desse sujeito no debate em prol de uma visão que se pretende exclusiva na sociedade.

Esse silenciamento do interlocutor é uma característica típica do discurso de tipo autoritário, no sentido atribuído por Orlandi (1996 [1987]), a partir do/no qual o sujeito se imagina como o único autorizado a falar sobre um determinado assunto ou tema. No discurso autoritário, não há interlocução. Não sendo aceitos outros pontos de vista sobre o referente, há apenas a transmissão de conhecimento de um agente exclusivo para outro (Orlandi, 1996 [1987]). Ao buscar dominá-lo integralmente, o proprietário rural procura impedir que outros pontos de vista estabeleçam uma interlocução com a sua e com a de grupos não alinhados a nenhuma das partes, os quais devem ser convencidos a assumirem uma determinada posição de mundo. A tensão semântica com vozes tidas como legítimas é típica da polêmica, fundada no debate, pedra angular da democracia.

Quadro 01 – Projeções do Proprietário Rural
sobre o outro e o referente do discurso



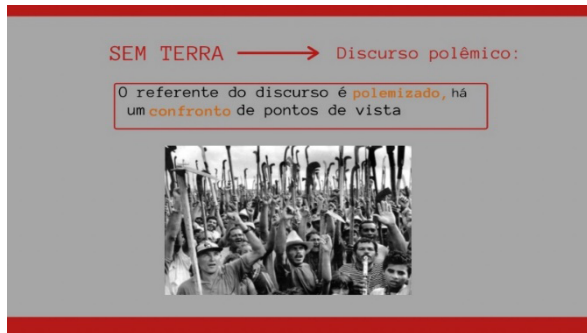
Fonte: Elaborado por Assis (2021).

No que diz respeito às substituições relacionadas às nomeações latifundiário(s), produtor(es) e trabalhador(es), pode-se chegar à conclusão de que tanto o discurso do sem-terra (MST) quanto o do proprietário rural (ND) têm em comum o referente terra, em que latifundiário é o dono de terra, trabalhador rural é aquele que trabalha na terra e produtor rural é aquele que produz na terra. O que distingue essas formas de nomear são as relações de dominância que elas estabelecem com esse referente, a saber: em latifundiário, aquele que possui uma grande extensão de terras, o elemento dominante é a posse e o tamanho da propriedade; em trabalhador rural, o elemento dominante é o trabalho; e, em produtor rural, o elemento dominante é a produção.

Assim, a imagem que o proprietário rural faz de si – $I_{PR}(PR)$ – é marcada pela autoridade autoinstituída daquele que se vê como quem, de fato, produz na terra. Ao contrário do proprietário rural, que não reconhece o sem-terra como seu interlocutor, a imagem que o sem-terra faz do proprietário rural – $I_{ST}(PR)$ – trabalha com o reconhecimento do proprietário rural como aquele que domina o discurso sobre a reforma agrária por ser o dono da propriedade da terra, como expressa pelo item lexical latifundiário. Isso faz com que o sem-terra projete sobre si – $I_{ST}(ST)$ – um lugar de exclusão, ancorado na forma de se autoneamar

sem-terra. Trata-se, assim, de um sujeito que nomeia a si mesmo pela falta de algo e, ao outro, pelo excesso desse mesmo algo, instaurando uma polêmica (Orlandi, 1996 [1987]) que se expressa prioritariamente pela denúncia da injustiça no campo. Ao disputarem o referente terra, almejam dar uma direção semântico-ideológica convergente com a sua perspectiva de reforma agrária.

Quadro 02 – Projeções do Sem-terra sobre o outro e o referente do discurso



Fonte: Elaborado por Assis (2021).

Para o MST, é por existir uma relação desigual no acesso à terra que existiriam sem-terra e latifundiários, bem como a própria luta pela reforma agrária. Desse modo, a imagem do sem-terra sobre a reforma agrária – $I_{ST}(RA)$ – remete à política de desconcentração da terra. Diferentemente disso, no discurso da ND, a nomeação produtor pressupõe uma relação produtiva com a terra, de modo que a reforma agrária é reduzida à lógica da produção. Destarte, a $I_{PR}(RA)$ enfatiza a produtividade como consequência das grandes propriedades, almejando impedir que a reforma alcance a grande propriedade produtiva e desloque os seus sentidos de reforma agrária em direção à função social da terra, pedra angular do discurso do MST. Para tanto, apaga a marcação de posse e de tamanho e destaca o de produção, correlato de valor mercadológico e de lucro.

No quadro abaixo, observa-se como o efeito de pré-construído, o sentido já-lá pressuposto na nominalização reforma agrária, através-

sa as formações discursivas do sem-terra e do proprietário rural na definição da reforma agrária:

Quadro 03 – Reforma agrária: o sentido já-lá e as formações imaginárias

Reforma agrária: o sentido já lá e as formações imaginárias	
Sentido já lá: O dever-fazer de reformar a estrutura da terra	
$I_{(ST)}RA$:	$I_{(PR)}RA$
Desconcentrar a terra	Produzir na terra

Fonte: Elaborado por Assis (2021).

Ao enunciarem reforma agrária, tanto MST quanto ND partem do pressuposto de que a estrutura fundiária brasileira necessita ser alterada. Todavia, enquanto a imagem do sem-terra sobre a reforma agrária – $I_{(ST)}RA$ – parafraseia a ação de desconcentrar, a do proprietário rural – $I_{(PR)}RA$ – procura meios de silenciar o pré-construído linguístico *reforma*, que institui um dever-fazer da terra de ser reformada. É nesse sentido que fomenta outros sentidos, instituindo o dever-fazer da terra como ser produtiva.

Pela investigação das palavras-chave do discurso do sem-terra e do proprietário rural é possível avançar um pouco mais na análise da significação promovida pelos dois discursos. Utilizando a ferramenta *Keyword List*, comparamos todos os textos selecionados do discurso sem-terra com todos aqueles do discurso do proprietário rural como forma de observar a palavra que mais se destacou no material dos sem-terra e no do proprietário rural. Os resultados obtidos foram:

Quadro 04 – Nomeação que mais se destaca nos discursos

Nomeação que mais se destaca nos discursos	
discurso sem-terra	discurso proprietário rural
Luta	propriedade

Fonte: Elaborado por Assis (2021).

A pesquisa quantitativa apontou luta como sendo a principal palavra no discurso sem-terra, com 126 ocorrências, em relação ao discurso do proprietário rural, no qual identificamos apenas 8 ocorrências. Já a palavra propriedade é a que mais se destaca no discurso do proprietário rural, com 132 ocorrências, enquanto no discurso do sem-terra ela aparece apenas 24 vezes. Com base nesses dados e na análise qualitativa dos excertos abaixo, vejamos, então, o sentido de reforma agrária em ambos os discursos:

Excerto Sem-terra: Portanto, quando movimentos e grupos de **luta pela terra** e por território se organizam para **lutar contra a concentração agrária ou pela garantia de seus territórios**, eles estão lutando para que a Constituição seja respeitada (*Site MST*, 2019).

Excerto Proprietário Rural: [...] essa é uma meta que o Presidente Bolsonaro determinou pra não só fazer como foram feitas aí em governos passados, uma politicagem, uma exploração ideológica em cima de assentamentos aí, da questão da **reforma agrária**. Esse governo tem como prioridade **dar o título de propriedade** a todo o assentado que cumpre a sua função, que tá lá produzindo, mesmo com dificuldade (Garcia, 2019).

No primeiro excerto, há uma separação entre terra e território, onde *luta pela terra* refere-se aos sem-terra e *luta por território* refere-

-se aos povos indígenas. A luta pela terra é descrita como luta contra a concentração agrária e a luta dos indígenas é descrita como garantia de território. Lutar contra a concentração agrária implica lutar pela redistribuição de terras. Não bastaria que todos os sem-terra possuíssem sua terra, seria necessário, ainda, que houvesse a desconcentração, um processo que altera o modo de ser e estar na terra, possibilitando uma organização mais coletiva no campo. Nesses termos, *reforma agrária* significa desconcentração de terras, reforçando o sentido de redistribuição de terras oriundo da própria forma nominal reforma agrária.

No segundo excerto, a terra só realiza o valor mercadológico ao converter-se em um título, pois sem o título não pode ser comercializada. Somente o título garante a terra como produto a ser comercializado. E somente quando a terra se converte em título é que passa a ser nomeada como *propriedade*. Propriedade, portanto, seria uma forma de nomear a terra pelo pertencimento necessário dela a alguém. Isso significa que a terra como propriedade se restringe a um sentido mercadológico, pois, para o discurso jurídico, propriedade define a terra que se converteu em um título, sem o qual não há propriedade possível.

Ainda no segundo excerto, reafirma-se a reforma agrária como meta do governo. No entanto, seu significado é outro em relação ao primeiro. Nele afirma-se que a reforma agrária não seguirá os moldes dos governos passados, visto que no processo de reforma do governo Bolsonaro a prioridade é conceder o título de propriedade aos assentados. Ao descrever a política de reforma agrária como concessão de título de propriedade, a reforma agrária passa a significar como mecanismo de conversão de terra em propriedade, que, segundo vimos, trata-se da conversão da terra em mercadoria. O que, em última instância, gera uma reconcentração da terra, na medida em que ela vai se tornando um produto cambiável e passível de ser comprado por quem já concentra a renda e o capital de investimentos.

Em suma, a ressignificação surge no discurso do proprietário rural como estratégia argumentativa de reorientação semântica da fórmula nominal reforma agrária, visando recusar o significado relacionado à função social da terra – defendido pelo MST – em prol do alinhamento do significante aos significados encampados pelo projeto capitalista neoliberal. Com essa estratégia, é possível evitar uma oposição direta à reforma agrária, mesmo que se utilize da mesma nominalização (*a reforma é agrária* → *reforma agrária*). Apaga, com isso, o outro por meio de um discurso de tipo autoritário, enquanto o outro, o MST, busca instituir um discurso de tipo polêmico como forma de denúncia da exclusão social no campo.

6 Considerações Finais

No presente texto, investigamos qualiquantitativamente as nomeações relacionadas a dois dos principais atores sociais envolvidos no debate da reforma agrária no Brasil, o MST e a Nova Direita. Para tanto, montamos um *corpus* de 88 textos/86.438 palavras (47 textos/43.416 palavras do MST e 41 textos/43.022 palavras da Nova Direita), contemplando o período da Nova República brasileira (1985 a 2019).

Na primeira seção, fizemos um breve percurso sobre a formação fundiária brasileira e a organização discursiva desses dois atores sociais. Em seguida, na segunda, discutimos como o arcabouço discursivo pêucheutiano estabelece a relação entre língua, discurso e ideologia na produção de sentidos, promovendo, ainda, diálogos com teóricos que têm se detido sobre os fenômenos da nomeação e da nominalização. Na terceira, de cunho mais metodológico, tivemos por intuito estabelecer as bases para uma aproximação promissora entre a Análise do Discurso e a Lexicometria, a qual nos permitiu, a um só tempo, produzir uma descrição linguística computacional da composição lexical dos textos avaliados e uma interpretação qualitativa dos dados. Por fim, na quarta e última seção, analisamos, através de um conjunto

de gráficos e quadros, como as nomeações de si, do outro e do mundo e a definição da nominalização reforma agrária apontam para as diferentes formações ideológicas e discursivas do MST e da ND.

De forma geral, chegamos à conclusão de que o ponto de vista do proprietário rural sobre si, sobre a terra e sobre a reforma agrária é construído pela definição de si como produtor, da terra como propriedade e da política de reforma agrária como expressão da lógica de mercado, assim pelo apagamento autoritário do seu interlocutor, o MST. Já o sem-terra enxerga a si mesmo por uma relação de falta em relação ao seu interlocutor, o latifundiário, o qual é instituído pela polêmica como voz legítima no debate. Defende, para tanto, a função social da terra e a reforma agrária como mecanismo de desconcentração fundiária e de promoção da justiça no campo.

Referências

ANTHONY, Laurence. **AntConc** (Versão 3.5.8) [Software de Computador]. Tóquio, Japão. Universidade de Waseda, 2014. Disponível em: <https://www.laurenceanthony.net/software/antconc/>. Acesso em: 20 jun. 2021.

ASSIS, Paloma Bianca Lopes de. **A Reforma Agrária como arena política: O conflito de nomeações entre MST e Nova Direita na Nova República brasileira (1985 a 2019)**. 2021. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2021.

BARATS, Christine; SITRI, Frédérique. Introduction. In: NÉE, Émilie. **Méthodes et outils informatiques pour l'analyse des discours**. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2017.

BRUNET, Étienne. Que lemmatise dilemme attise. **Lexicometrica** [on-line], n. 1, 2000. Disponível em: <http://lexicometrica.univ-paris3.fr/article/numero2/brunet2000.PDF>. Acesso em: 16 ago. 2021.

CAMLONG, André; ZAPPAROLI, Zilda Maria. **Do léxico ao discurso pela informática**. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2002.

CARTER, Miguel. Origem e consolidação do MST no Rio Grande do Sul. In: CARTER, Miguel (org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a**

reforma agrária no Brasil. Tradução Cristina Yamagami. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. **A nova direita: Aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2018.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. As lutas simbólicas e a construção da hegemonia neoliberal no Brasil: O Instituto Liberal e o discurso de deslegitimação das propostas de reforma agrária nos anos de 1990. In: **Congresso Internacional de História**, V, 2011, Paraná. Anais [...]. Paraná: Universidade Estadual de Maringá, 2011, p. 789-797. Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2011/trabalhos/147.pdf>. Acesso em: 17 maio 2020.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – CPT . **Conflitos no Campo Brasil 2018**. Goiânia, 2019. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14154-conflitos-no-campobrasil2018?Itemid=0>. Acesso em: 29 nov. 2019.

DAHLET, Patrick Alfred. (Re)produzir o inquestionável: nominalização, generalização e naturalização no discurso neoliberal. **EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 8, p. 206-221, jun. 2015. Disponível em: <http://periodicos.uesc.br/index.php/eidea/article/view/613>. Acesso em: 15 jun. 2020.

GUILBERT, Thierry. **As evidências do discurso neoliberal na mídia**. Tradução Guilherme Adorno, Luciana Nogueira, Luis Fernando Bulhões Figueira, Mônica Graciela Zoppi Fontana. Campinas: Editora da UNICAMP, 2020.

GUILBERT, Thierry. Introduction: articuler les approches qualitatives et quantatives dans l'analyse de discours. **Corela [online]**, 2014. Disponível em: <https://journals.openedition.org/corela/3545>. Acesso em: 02 jul. 2021.

INCRA. **Decretos desapropriatórios**. Brasília, 2018. Disponível em: http://www.incra.gov.br/pt/?option=com_content&view=article&id=220. Acesso em: 10 out. 2019.

INDURSKY, Freda. **O discurso do/sobre o MST: Movimento social, sujeito, mídia**. Campinas: Pontes Editores, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário 2017**. Brasília, 2019.

LIVE da Semana com o Presidente Jair Bolsonaro. [S. l.; s. n.], 30 maio 2019. 1 vídeo (32 min.). Publicado pelo canal Jair Bolsonaro. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=7AZP6Az7_9o. Acesso em: 16 maio 2021.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo. Movimentos sociais no campo, lutas por direitos e reforma agrária na segunda metade do século XX. In: CARTER, Miguel (org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. Tradução Cristina Yamagami. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

MULLER, Charles. **Initiation aux méthodes de la statistique linguistique**. Paris, Champion, 1992 [1973].

NÉE, Émilie. **Méthodes et outils informatiques pour l'analyse des discours**. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2017.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **A linguagem e seu funcionamento**. Campinas: Pontes Editores, 1996 [1987].

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). **Por uma análise automática do discurso** – uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997 [1969]. p. 61-105.

PÊCHEUX, Michel. Papel da Memória. In: PÊCHEUX, Michel. **Papel da memória**. Tradução José Horta Nunes. Campinas: Pontes Editores, 2015 [1984]. p. 43-50.

PRIETO, Gustavo Francisco Teixeira. A aliança entre terra e capital na ditadura brasileira. **Mercator**, Fortaleza, v. 16, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S198422012017000100203&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 20 dez. 2020.

RASTIER, François. **L'analyse thématique des données textuelles**. L'exemple des sentiments. Paris: Didier Erudition, 1995.

SAMPAIO, Plínio de Arruda. O impacto do MST no Brasil de hoje. In: CARTER, Miguel (org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. Tradução Cristina Yamagami. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

SIBLOT, P. De la dénomination à la nomination. Les dynamiques de la signifiante nominale et le propre du nom. **Cahiers de praxématique**, v. 36, p. 189-214, 2001. Disponível em: <https://journals.openedition.org/praxématique/368>. Acesso em: 02 dez. 2020.

SILVA, Maura. Bolsonaro rasga a Constituição ao determinar a paralisação da Reforma Agrária. **Página do MST**, 1 abr. 2019. Disponível em: <https://mst.org.br/2019/04/01/governo-bolsonaro-rasga-a-constituicao-ao-determinar-a-paralisacao-da-reforma-agraria>. Acesso em: 10 nov. 2020.

TOURNIER, Maurice. Français à l'extrême-droite, un mot habité. *In*: RÉMI-GIRAUD, Sylvianne; RÉTAT, Pierre. **Les mots de la nation**. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 1996. p. 65-81.

VOLÓCHINOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução, notas e glossário Sheila Grillo, Ekaterina Vólkova Américo. Ensaio introdutório Sheila Grillo. São Paulo: Editora 34, 2017.



HISTÓRIA DA PALAVRA NEGACIONISMO: DISCURSOS E SUJEITOS POLARIZADOS NA EXTREMA DIREITA BRASILEIRA

Verli Petri
Robson Severo

Introdução

O desejo de saber mais sobre a palavra **negacionismo** e seus funcionamentos na história e na contemporaneidade habita nosso projeto de pesquisa¹ desde o auge da pandemia do novo coronavírus, mas é o convite para escrever sobre a “circulação de discursos que se polarizam entre direita e esquerda, entre eles e nós”, num esforço de saber mais sobre como o povo brasileiro estaria tão cindido no movimento entre o dito e o não-dito, que se mostrou como oportunidade para publicarmos nossas reflexões.

São os princípios da Análise de Discurso (AD), fundada por Michel Pêcheux e seu grupo de pesquisa na década de 1960 na França, que orientam nossos estudos em busca da problematização de questões que nos rodeiam “não [em] busca [de] um sentido verdadeiro, mas o real sentido em sua materialidade linguística e histórica”

1 “A história das palavras e a dicionarização: ditos e não-ditos em tempos de pandemia no Brasil do século XXI”, Projeto de Pesquisa apoiado pelo CNPq, Bolsa PQ2. Processo: 311342/2020-5.

(Orlandi, 2015 [1999], p. 59). Aliada à AD trazemos a História das Ideias Linguísticas (HIL), o que implica, do ponto de vista materialista-discursivo, pensar ao mesmo tempo em questões discursivas, históricas, ideológicas e linguísticas que atravessam os sentidos e as condições de produção, a conceituação, a relação com outros discursos, e as possíveis tomadas de posição-sujeito considerando a interpelação ideológica e o inconsciente como constitutivos. É via “História da Palavra” (Petri, 2018) que propomos ocupar um espaço possível no interior da HIL, construindo um gesto interpretativo possível que possa estabelecer “as relações da história da palavra com os seus funcionamentos na contemporaneidade, das palavras com outras palavras no interior de um mesmo dicionário; dos verbetes de um dicionário com verbetes de outro, e assim por diante” (Petri, 2020, p. 61).

Sendo assim, nos propomos a refletir sobre a história da palavra **negacionismo** levando em conta o que Pêcheux (1995 [1975], p. 160) nos ensinou, segundo o autor “*as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam*”. De fato, outros elementos afetam o sujeito na produção do discurso, dentre os quais destacamos as condições de produção, o momento sócio-histórico e as relações com outros sujeitos. Vamos apresentar também algumas implicações que do seu funcionamento decorrem, como elementos que ressoam no interdiscurso e as posições-sujeito próprias à nossa conjuntura que possibilitam a produção e circulação do discurso negacionista no Brasil do século XXI.

2. Um estudo da história da palavra negacionismo: discurso, exterioridade e ideologia na pandemia e antes dela no Brasil

As primeiras discussões sobre esse texto iniciaram em meados de abril de 2021. No meio de um acontecimento que produziu “efeitos e prejuízos que vão além dos problemas de/na saúde, já que a partir dela se destacam as diferenças sociais e econômicas da sociedade” (Petri; Surdi; Severo, 2023, p. 75). Impossível descrever a cena de horror

dos últimos anos, tampouco ignorá-la, criando assim conflitos que produzem efeitos na sociedade e tornam possível pensar sobre os efeitos de sentido da palavra **negacionismo**. Ao elevar esse incômodo e essa repulsa podemos considerar essa negação como um trauma coletivo.

[...] o trauma em relação a pandemia de Covid-19 aponta para a dimensão histórica do início do século XXI em que um vírus mostrou que não há barreiras físicas, geográficas para sua circulação [...] a Covid-19 já provocou quase 5 milhões de mortes e mais de 200 milhões de casos confirmados de Sars-Cov-2 [...] corpos empilhados, hospitais lotados e colapsados, cemitérios com centenas de valas comuns [...] no Brasil, houve um agravamento da pandemia em virtude da política negacionista do Estado e do modo como o presidente da nação tratou a questão como uma ‘gripezinha’, um ‘resfriado’, uma ‘histeria’, um ‘medinho’, marcando seu pouco caso e apreço pela vida e pelo luto de seus cidadãos, afinal, como disse: ‘Não sou coveiro, e daí?’. Formulações que produzem uma percepção de relação entre morte e vida, destruição e sobrevivência (Garcia, 2022, p. 314).

Achávamos ser difícil, em 2021, escrever sobre a palavra **negacionismo** ao mesmo tempo que vivíamos na pele as políticas negacionistas tomando por completo a nação brasileira. Porém, foi necessário, visto que era uma das palavras coletadas para construção da primeira fase do Vocabulário e estava circulando “na boca do povo”. A palavra **negacionismo** e o que dela deriva como o adjetivo *negacionista* circulava de modo geral, mas nem sempre bem contextualizada, permitindo deslizamentos de sentidos. Exemplo disso é o apoio que o “governo negacionista”, de Jair Bolsonaro, recebia de uma parcela da população, como se fosse um adjetivo que qualificaria tal governo. De fato, fez-se urgente propor uma “sugestão de definição” (Dotoli; Boccuzzi, 2012) para essa palavra em circulação durante a pandemia e os autores

do *Vocabulário* assumiram tal responsabilidade com a discursivização da pandemia e com a sociedade em geral, que buscava compreender o acontecimento em curso.

Importa destacar, ainda que rapidamente, as condições de produção do *Vocabulário*. Cada verbete construído passou pela elaboração, leitura e releitura de pelo menos três estudiosos da linguagem; pela revisão de doutores com pesquisas consolidadas na área de estudos linguísticos; e pela leitura final da coordenadora do projeto, a professora Verli Petri. Não importa aqui quem construiu o verbete, pois nossa metodologia, mesmo que não-cartesiana, sempre foi estruturada e organizada. Seguimos, durante o processo, uma metodologia mais ou menos rigorosa, amparada principalmente pelo Materialismo Histórico. Essa metodologia mais ou menos rigorosa permitiu que cada verbete tivesse sua acepção compartilhada própria a uma filosofia materialista. A autoria é compartilhada, marcada pelas tomadas de posição-sujeito inscritas numa dada formação discursiva e não em outra, explicitando nossa postura crítica diante do que se apresentava no social.

Nossas leituras, enquanto base teórica, passam pelo Materialismo Histórico, pela Linguística, pela Análise de Discurso e pela História das Ideias Linguísticas. Isso quer dizer que nossa interpretação faz parte desse espaço teórico-analítico que procura compreender os ditos e os não-ditos. Nos interessa, assim, tanto no *Vocabulário da Pandemia* quanto neste texto, refletir sobre as condições de produção na esfera do político-ideológico compreendendo previamente que “a ideologia é um ritual com falhas” posto que “a língua não funciona fechada em si mesma”, e precisamos levar em conta que temos “de um lado, a estrutura, a regra, a estabilização e o acontecimento; e, de outro, o jogo, o movimento, os sentidos e os sujeitos [que] experimentam o mundo e a linguagem, repetem e se deslocam, permanecem e rompem limites” (Orlandi, 2013 [2002], p. 77).

Assim, nosso esforço reside na produção de um gesto de leitura possível que explicita os efeitos de sentido da palavra **negacionismo**, dando ênfase especial ao período da pandemia do novo coronavírus com condições de produção bem específicas, o que nos permite concordar com Orlandi (2015 [1999], p. 30), quando ela preconiza que “as palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nas ‘nossas’ palavras. O sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele”.

Spinoza (1965 [1677], p. 65), muito antes de se falar em marxismo, já refletia sobre as relações entre os sujeitos, pois em seu *Tratado Político* já indica que as relações entre os sujeitos pressupõem uma ilusão existencial, que são afetadas pelas condições de existência e de produção do discurso. Para o autor:

[...] por toda parte onde os homens têm direitos comuns e são, por assim dizer, dirigidos por um só pensamento, é certo que cada um tem tanto menos direito quanto todos os outros reunidos são mais poderosos que ele, isto é, que cada um só tem, em realidade, direito sobre a natureza quantos os que lhe confere a lei comum.

Desta lei comum é possível questionar, por meio das materialidades discursivas, veiculadas em instrumentos linguísticos e em notícias jornalísticas, sobre os efeitos de sentido que a palavra **negacionismo** está produzindo no período pandêmico e antes dele, num espaço definido.

Para tanto, nos anos de 2020, 2021, 2022 e 2023 trabalhamos incansavelmente, enquanto grupo de estudos Palavra, Língua e Discurso (PALLIND)², no projeto *A história das palavras e a dicionarização: ditos*

2 Grupo de estudos coordenado pela Professora Verli Petri, vinculado ao Laboratório Corpus/PPGLetras/UFSM na área de Estudos Linguísticos nas temáticas Língua, Sujeito e História. Registrado no portal de projetos da UFSM sob o número 050329.

*e não-ditos em tempos de pandemia*³, que visa investigar a constituição, instituição e circulação de sentidos de palavras em funcionamento no *discurso sobre* (Orlandi, 1990) pandemia e os ditos e os não-ditos, tal como estão dispostos em dicionários de Língua Portuguesa em cem anos de produção dicionarística no Brasil, levando em conta que os dicionários são construídos em rede e que no interior deles é possível tecer também uma rede de produção de sentidos pelo processo “palavra-puxa-palavra” (Cf. Petri, 2017, 2018, 2019, 2020).

É preciso, então, levar em conta a história da produção de conhecimento sobre a língua, tomando-a em suas relações com a exterioridade, num movimento que contempla a heterogeneidade, pois “se fala a mesma língua, mas se fala diferente” (Orlandi, 2013 [2002], p. 23). Entendemos que nossa proposta de análise faz movimentar os sentidos e possibilita a desconstrução da ideia de completude dos instrumentos linguísticos como detentores de todos sentidos, visto que “é pelo funcionamento na língua e no discurso que as palavras vão agregando sentidos outros para além do que o dicionário propõe” (Petri, 2020, p. 55). As reflexões que comparecem neste texto são também resultado das discussões empreendidas no interior do Grupo PALLIND, que tem avançado no sentido de contribuir com os estudos acerca da constituição, instituição e circulação de sentidos das palavras que constituem o discurso sobre a pandemia. Como nos ensinou Orlandi (2007 [1995]), as palavras conversam com palavras e dessa máxima advém nossa convicção de que, para se falar da palavra pandemia e tudo o que ela implica, faz-se necessário estudar outras palavras, dentre as quais destacamos **negacionismo**.

Este trabalho propõe um movimento de análise sobre um movimento anterior de pesquisa e de definição de verbete. Já podemos lançar um olhar analítico sobre aquilo que produzimos completamente imersos na pandemia. O verbete **negacionismo**, hoje disponível

3 Projeto vinculado ao CNPq via edital de Bolsa Produtividade em Pesquisa. Registrado no portal de projetos da UFSM sob o número 055910.

no *Vocabulário da pandemia do novo coronavírus*⁴, foi construído pelo núcleo Vida e Saúde, um dos cinco subgrupos de trabalho constitutivos do PALLIND, no período pandêmico, envolvidos no desenvolvimento do projeto. Foi a partir de sentidos que circularam e circulam em canais digitais de notícia que se fez possível desenvolver reflexões, gestos de interpretação e seleção de exemplos para os verbetes.

Vale dizer, também, que esse artigo representa um dos braços do projeto direcionado ao público científico. Porém, há outro movimento de pesquisa – acontecendo paralelamente e citado anteriormente – que resultou na construção do *Vocabulário da pandemia do novo coronavírus*⁵, que trata de um Vocabulário temático e digital em linguagem coloquial, disponibilizado no *site* da UFSM, em colaboração com o Observatório de Informações em Saúde⁶. O trabalho teve início em março de 2021, como parte integrante do projeto de pesquisa maior subsidiado pelo CNPq. A proposta de divulgação científica foi acolhida por um grupo de trabalho que envolveu 26 pesquisadores vinculados a 10 diferentes instituições de ensino superior brasileiras. A construção dos verbetes pressupõe a “autoria compartilhada” (Biazus, 2019), inspirados pela “partilha do sensível”, tal como nos propõe Jacques Rancière (2005). Foram elaborados 80 verbetes e a palavra **negacionismo** está presente lá, tornando-se, nesse momento, objeto de estudo para nós – é nosso ponto de partida, é o recorte que utilizamos para dar início ao nosso gesto de análise.

Com o objetivo de descrever nossa metodologia de análise, podemos dizer que: a) entramos em um possível *corpus* discursivo para materializar a história da palavra **negacionismo** no período da pandemia do coronavírus; b) tomamos como ponto inicial do texto, assim como ponto inicial da pesquisa, o vocabulário da pandemia do novo corona-

4 Cf. <https://pedroejoaoeditores.com.br/produto/vocabulario-da-pandemia-do-novo-coronavirus>.

5 Cf. <https://www.ufsm.br/coronavirus/vocabulario-da-pandemia-do-novo-coronavirus>.

6 Cf. <https://www.ufsm.br/coronavirus/observatorio>.

vírus; c) investigamos os sentidos presentes/ausentes em dicionários e enciclopédias; e, d) por fim, identificamos algumas alterações de sentidos para tal palavra em tempos pandêmicos, o que nos esforçamos em explicitar neste texto que agora escrevemos. De antemão olhamos com maior atenção os fenômenos ligados ao científico, ao histórico e ao jurídico. É do espaço digital de circulação de notícias que advém a presença constante da palavra **negacionismo**, ora como substantivo ora como adjetivo na forma de *negacionista* que determina o sujeito. Algumas perguntas fundamentais enquanto horizonte de inspiração para a pesquisa e para o texto são:

- I. Por que o Planalto coloca um sigilo de 100 anos no cartão de vacinação de Bolsonaro? Qual a relação do sujeito-negacionista com o jurídico? O que significa o gesto de esconder a própria carteira de vacinação? Que efeitos essa prática social produz?
- II. Por que o primeiro-ministro do Reino Unido pergunta ao presidente se ele foi vacinado? Qual a relação do sujeito-negacionista com a história? O que a resposta do ex-presidente produz quanto efeitos de sentido⁸?
- III. Por que Bolsonaro discursou na ONU sobre a situação pandêmica no Brasil? Qual a relação do sujeito-negacionista com a ciência? O que está em funcionamento para que o negacionismo seja livremente manifestado em instituições que fazem as “leis comuns” nos espaços científicos⁹?

Tais questões ressoaram fortemente durante a pandemia, colocando-se como causadoras de grande angústia entre os brasileiros. Sem dúvida, estamos diante de uma história que não é nada fácil de ser

7 Cf. <https://congressoemfoco.uol.com.br/governo/planalto-sigilo-cartao-vacinacao-bolsonaro/>.

8 Cf. <https://www.poder360.com.br/internacional/boris-johnson-pergunta-se-bolsonaro-tomou-vacina-e-recomenda-astrazeneca/>.

9 Cf. <https://www.youtube.com/watch?v=EmiKQDVtDds>.

contada, mas nos propomos a compreender “como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significâncias para e por seus sujeitos [...] como o texto organiza os gestos de interpretação que relacionam sujeito e sentido” (Orlandi, 2015 [1999], p. 26) no período da pandemia e *in statu quo ante*¹⁰.

A partir desses três momentos inspiradores, indagadores e entendendo que “em todos esses casos, se faz intervir a historicidade de forma particular, pelo fato de se relacionarem múltiplos discursos” (Orlandi, 2015 [1999], p. 57) damos início ao movimento entre o discurso e a exterioridade. De fato, essa é uma história que começa antes, muito antes. É pelo funcionamento da memória (Pêcheux, 1999), que nos esforçamos em compreender como se dão as alterações de sentidos, visando a explicitar contrastes e diferenças na contemporaneidade, enfatizando o período histórico da pandemia do coronavírus no Brasil (2019-2022).

2. Um estudo da história da palavra negacionismo: a história da palavra no vocabulário da pandemia, em dicionários e em mídias no espaço digital

A primeira questão que se coloca é como compreendemos a produção de sentidos a partir da formulação da palavra **negacionismo**? Para nós, nessa palavra está embutido o sentido de recusa à ciência, recusa à história; a contestação à ciência, *mas não à história*; é o ato de negação de uma realidade comprovada pela ciência e pela história; é a escolha de rejeitar fatos; rejeitar acontecimentos; rejeitar pesquisa científica; é um comportamento de negar, de não reconhecer eventos históricos; comportamento de não reconhecer, ou de negar, argumentos e evidências comprovados; é escolher negar a realidade, é escapar; é encontrar uma forma de escapar de uma verdade desconfortável; é um movimento político-ideológico; é um movimento que propõe a negação, é um movimento político-ideológico que nega as afirmações feitas

10 O que equivale a dizer em português sobre o estado em que as coisas se encontravam antes da pandemia.

pela mídia, pela ciência e pela história; é a “escolha” de negar fatos; é a recusa que nega os fatos que incomodam, desacomodam sentidos postos como verdades absolutas; é algo que pode ganhar forma e força quando uma sociedade se depara com situações de instabilidade.

Vejamos a “sugestão de definição” (Dotoli; Boccuzzi, 2012) que os pesquisadores do Grupo PALLIND cunharam para tal verbete, publicando-o no *site* da UFSM e no livro impresso:

Figura 1 – Verbetes negacionismo no *Vocabulário da pandemia do novo coronavírus*, produzido pelo grupo de estudos Palavra, Língua e Discurso (PALLIND)

NEGACIONISMO

Negacionismo, do francês *“négaționnisme”*, é a recusa de aceitar uma afirmação que pode ser comprovada como verdadeira pela ciência ou pela história. **Exemplo:** “O negacionismo é uma tendência em larga escala, um movimento político que visa a negação tanto de fatos históricos quanto de evidências científicas” (UOL). É a contestação do pensamento científico. É o ato de negar uma realidade comprovada pela ciência ou por fatos históricos. **Exemplo:** “Tem como objetivo produzir nas pessoas uma espécie de ignorância, em uma situação social que inspira cuidado, tratamento e combate” (UOL). É a escolha de rejeitar fatos, acontecimentos, pesquisas científicas. **Exemplo:** “Negacionismo científico e obscurantismo intelectual do governo federal tiveram ao menos um efeito colateral positivo: um despertar da comunidade científica para a importância da comunicação com a sociedade. É notável o aumento da participação de pesquisadores, médicos e acadêmicos na divulgação da ciência e no combate às fake news no decorrer da pandemia, tanto pelos meios tradicionais de comunicação (servindo como fontes de informações confiáveis para a imprensa, por exemplo), quanto por iniciativas pessoais nas redes sociais” (Jornal da USP). O comportamento daquele que nega ou não reconhece eventos históricos ou fatos científicos, apesar das evidências e argumentos que os comprovam. **Exemplo:** “A insistência na negação como único mecanismo de defesa diante de um sofrimento intenso implica em vulnerabilidade psíquica que demanda acompanhamento” (UOL). É a escolha de negar a realidade como forma de escapar de uma verdade desconfortável. **Exemplo:** “Na ciência, o negacionismo é definido como a rejeição dos conceitos básicos, incontestáveis e apoiados por consenso científico a favor de ideias, tanto radicais quanto controversas” (Telavita). É um movimento político-ideológico que propõe a negação do que é afirmado pela mídia, pela ciência e pela história. **Exemplo:** “A ficha cai. O mundo dá voltas. As pessoas mudam. Apesar das notícias falsas, das teorias conspiratórias ou daquela certeza infundada de que ‘isso nunca vai acontecer comigo’, ninguém está condenado a viver eternamente na sombra do negacionismo. O problema é que, em meio ao turbilhão do nosso pior momento da covid-19, essa tomada de consciência costuma ser alimentada pela dor” (Estadão). Escolha ou recusa de negar fatos, costuma se fortalecer quando a sociedade se depara com situações de instabilidade. **Exemplo:** “O negacionismo, ou seja, a escolha de negar os fatos como forma de escapar deles, de acordo com Lilla Schwarz, professora do Departamento de Antropologia da USP (Universidade de São Paulo) costuma se fortalecer quando a sociedade se depara com situações de instabilidade, como uma crise fora do normal ou algo nunca antes presenciado na atualidade, por exemplo” (UOL).

Fonte: Captura de tela feita pelos autores do *Vocabulário da pandemia do novo coronavírus*.

É possível observar que há um direcionamento de sentidos que vai compondo o verbete, trazendo consigo um exemplo da palavra em pleno funcionamento. Os exemplos vão compondo um espaço de produção de sentidos do e para o sujeito do discurso, dando movimento às definições.

A escolha, a recusa, a contestação, a negação, a rejeição, o não reconhecimento, o comportamento, o escape, o desconfortável, o po-

lítico, o ideológico, a sociedade, a instabilidade. Essas repetições e reflexões são necessárias para entendermos dois principais pontos de interesse. O primeiro é que “as palavras são cheias de sentidos a não dizer (não-ditos), e além disso colocamos no silêncio muitas delas” (Orlandi, 2007 [1995], p. 14), silêncio esse que “indica-nos que não estamos nas palavras para falar delas, ou de seus ‘conteúdos’, mas para falar com elas [...] desmontando a noção de linearidade e a que centra o sentido nos ‘conteúdos’” (Orlandi, 2007 [1995], p. 15). Justamente para tornar tal silêncio, e tais não-ditos, em evidência “é preciso observá-lo *indiretamente* por métodos (discursivos) históricos, críticos e desconstrutivistas” (Orlandi, 2007 [1995], p. 45). O segundo é que tais movimentos discursivos, por sua vez, também nos indicam entender esse discurso e organizar os ditos e não-ditos sobre a palavra *negacionista* e as experiências languageiras não linearizadas relacionadas a uma das “palavras simples do nosso cotidiano [que] já chegam até nós carregadas de sentidos que não sabemos como se constituíram e que, no entanto, significam em nós e para nós” (Orlandi, 2015 [1999], p. 20). O verbete **negacionismo** no *Vocabulário da pandemia do novo coronavírus* toma forma sendo um substantivo que conota um sentido de saída mais fácil, de escape, uma escolha de negar a realidade, um ato de negar o comprovado pela ciência. Tal palavra desliza para o processo discursivo de adjetivação, determinando sujeitos com vez e voz pública, como era o caso do então Presidente da República do Brasil, trazendo à tona uma tomada de posição sujeito-negacionista. Tal sujeito convoca outros sujeitos a filiarem-se a um movimento político-ideológico que ameaçava a democracia brasileira.

Para além do conhecimento produzido na atualidade pandêmica, torna-se necessário levar em conta os sentidos já estabilizados em instrumentos linguísticos (Auroux, 1992) da maior relevância, sempre levando em conta que os processos de produção do conhecimento linguístico engendram disputas de sentidos, conflitos, litígios e contradições inexoráveis, resultantes das lutas de classe. É com o objetivo

de observar como tal movimento se realiza em outros instrumentos linguísticos que consultamos oito dicionários digitais, observando os ditos e os não-ditos, num esforço de compor um pouco da história da palavra em estudo.

Neste estudo, entendemos que os dicionários são instrumentos linguísticos da maior relevância e podem ser estudados como “objetos discursivos” (Nunes, 2006) a ler. Não tomamos os dicionários como lugar de saber definitivo sobre a língua, mas como artefato de leitura que produz sentidos na história colocando a língua em relação com a sua exterioridade. Nossa seleção de instrumentos linguísticos pautou-se em pelo menos dois critérios: o primeiro foi pela conveniência das buscas (era acessível mesmo em tempos pandêmicos); e o segundo por considerar o espaço digital um lugar contemporâneo privilegiado de circulação dos sentidos.

Da escolha dos oito dicionários, a busca foi feita na ferramenta de pesquisa do Google. Justamente por ser a maior ferramenta de busca, atualmente, no Brasil, e por funcionar como fonte de informação de boa parcela da população brasileira, principalmente durante a pandemia. Buscamos por “melhores dicionários *online*” na barra de pesquisa do Google e ao fazer a busca encontramos oito dicionários listados, são eles 1) Michaelis¹¹; 2) Dicio¹²; 3) Caldas Aulete¹³; 4) Dicionário Priberam¹⁴; 5) Houaiss¹⁵; 6) Dicionário Aurélio¹⁶; 7) Dicionário de sinônimos¹⁷; e 8) Dicionário de antônimos¹⁸. Conforme segue:

11 Cf. <https://michaelis.uol.com.br>.

12 Cf. <https://www.dicio.com.br>.

13 Cf. <https://www.aulete.com.br>.

14 Cf. <https://dicionario.priberam.org>.

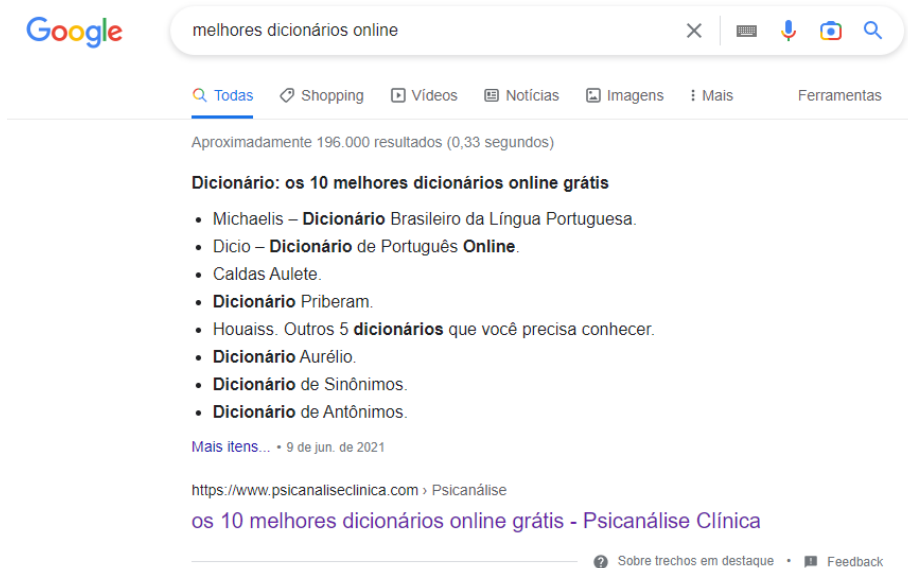
15 Cf. <https://houaiss.uol.com.br>.

16 Cf. <https://play.google.com> / Aurélio Digital.

17 Cf. <https://www.sinonimos.com.br>.

18 Cf. <https://www.antonimos.com.br>.

Figura 2 – Ferramenta de busca Google com a tela inicial
ao pesquisar “melhores dicionários online”



Fonte: Captura de tela feita pelos autores no dia 07 de novembro de 2022.

Ainda que pesem críticas aos dicionários acima listados, nos pausaremos pelo que foi indicado pelo *site* de buscas do Google. É preciso adentrar esses espaços em que se encontram definidos os sentidos, nos espaços onde esses sentidos são criados e onde circulam nas dadas condições de produção de pandemia e pós-pandemia e talvez antes dela. Agora, com a tecnologia digital mais presente que nunca, nossa atenção vai no sentido de estarmos “nos propondo a trabalhar no espaço de produção de sentido das palavras que nos dão acesso aos modos de simbolizar o que estamos vivendo com a pandemia na cidade e para além dela” (Petri, 2021, p. 32). Escolhemos essa lista, pré-selecionada pelo algoritmo, para explorar sentidos outros que repetem, rompem, acrescentam sentidos na relação entre materialidades discursivas muito utilizadas no período pandêmico. Nossa surpresa reside no fato de que nem todos os dicionários listados trazem à luz

o verbete negacionismo, são eles: *Michaelis*, *Caldas Aulete*, *Houaiss*, *Aurélio*, *Dicionário de sinônimos* e *Dicionário de antônimos*. Sendo assim, focaremos apenas no que está posto no *Dicio – Dicionário online de Português* e no *Dicionário Priberam*.

1) *Dicio*: ao pesquisar no *Dicio – Dicionário Online de Português*, segundo dicionário sugerido pelo algoritmo, encontramos as primeiras acepções sobre o nosso verbete central de pesquisa, **negacionismo**.

Figura 3 – Verbetes negacionismo no *Dicio – Dicionário Online de Português*

A imagem é uma captura de tela da interface do site Dicio, um dicionário online de português. No topo, há uma barra azul com o logo "DICIO" e o texto "Dicionário Online de Português". À direita, há um campo de busca com o texto "Buscar no Dicionário".

O conteúdo principal da página é dedicado ao verbete "negacionismo". No topo, o título "negacionismo" está em azul escuro. À direita, há ícones para redes sociais (Facebook, Twitter, WhatsApp). Abaixo do título, há o subtítulo "Significado de Negacionismo" em negrito.

Logo abaixo, o texto indica "substantivo masculino".

Em seguida, há uma seção "[História]" que define o termo: "Ideologia da pessoa que nega ou não aceita um fato comprovado e documentado, analisando esse fato com argumentos ou pontos de vista sem fundamentos históricos; revisionismo: negacionismo da ciência."

Abaixo disso, há uma definição: "Atitude da pessoa que não aceita alguma coisa como verdadeira ou nega a existência dessa coisa."

Em seguida, há outra definição: "Comportamento da pessoa que nega ou não aceita um fato cientificamente comprovado."

Logo abaixo, há uma seção "Etimologia (origem da palavra **negacionismo**)". O texto explica: "A palavra negacionismo deriva do francês 'négationnisme', com o mesmo sentido."

Em seguida, há uma seção "Sinônimos de Negacionismo". O texto indica: "Negacionismo é sinônimo de: [revisionismo](#)".

Logo abaixo, há uma seção "Antônimos de Negacionismo". O texto indica: "Negacionismo é o contrário de: [cientificismo](#)".

Em seguida, há uma seção "Definição de Negacionismo". O texto indica: "Classe gramatical: substantivo masculino", "Separação silábica: ne-ga-ci-o-nis-mo" e "Plural: [negacionismos](#)".

Fonte: Captura de tela feita pelos autores no dia 07 de novembro de 2022.

Interessante perceber a ordem das acepções. A primeira já começa com uma acepção de história com novos vocábulos que ainda não haviam aparecido no *Vocabulário da pandemia do novo coronavírus*. São elas revisionismo, argumentos e pontos de vista sem fundamento histórico, não aceita de fato comprovado e documentado. Comparecem as acepções relacionadas a comportamento, atitude e negação. Ainda vale ressaltar que revisionismo aparece como palavra semelhante e cientificismo como palavra de oposição. Assim como no *Vocabulário da pandemia*, aparece a etimologia da palavra como do francês “négationnisme”. A grande diferença é que a palavra em francês aparece no *Vocabulário* como primeira acepção, recuperando a história da palavra e dando um lugar de fundação para os sentidos que dali decorrem. Já no *Dicio* é uma informação adicional, que aparece bem no final. Alguns consultentes talvez nem cheguem até ela. Isso indica que cada instrumento linguístico resulta de dadas condições de produção e não outras, explicitando suas escolhas sem marcar um lugar de subjetividade no interior do verbete.

2) *Priberam*: ao procurar pelos sentidos da palavra **negacionismo** no dicionário *Priberam* obtivemos alguns sentidos bem próprios ao modelo *online* de dicionário. Além das acepções comumente encontradas e já vistas anteriormente como “ação de negar ou não reconhecer como verdadeiro um facto ou um conceito que pode ser verificado empiricamente (ex.: negacionismo científico; negacionismo histórico)”. Ou as palavras relacionadas “negacionista, negativismo” obtivemos outras palavras como negador, negaceiro (e negaceador/negociador) e meta-cronismo (anacronismo de data posterior à verdadeira/paracronismo/procronismo, erro cronológico ao comparar acontecimentos).

Figura 4 – Verbetes negacionismo no *Priberam*

The screenshot shows the Priberam dictionary interface. At the top, there's a pink header with a cookie notice. Below it, the search bar contains 'negacionismo'. The main content area is divided into two columns. The left column features the word 'negacionismo' in a large, bold font, followed by its grammatical information: 'negacionismo | n. m.'. Below this, the etymology is given as '(latim *negatio*, -onis, negação + -ismo)' and the part of speech as '*substantivo masculino*'. A definition follows: 'Ação de negar ou não reconhecer como verdadeiro um facto ou um conceito que pode ser verificado empiricamente (ex.: *negacionismo científico; negacionismo histórico*)'. There are links for 'Palavras relacionadas: negacionista' and 'Palavras vizinhas' which lists 'negacear', 'negaceira', 'negaceiro', 'negacionismo', 'negacionista', 'negado', and 'negador'. The right column has two sections: 'Esta palavra no dicionário' with links to 'negacionista' and 'negacionismo', and 'Esta palavra em blogues' with a 'Ver mais' link. Below this, there are several text excerpts from various sources, including 'O VAGALUME', 'Quasepoesia', 'blog0news', and 'Rede Brasil de Notícias - O Point da Informação', all discussing the term 'negacionismo' in the context of the pandemic and political discourse.

Fonte: Captura de tela feita pelos autores no dia 07 de novembro de 2022.

Além disso, nos exemplos da palavra em “blogues”, negacionismo aparece relacionado à radicalização, ao retrocesso, à beligerância, à volta do regime de opressão na pandemia; à inépcia do governo federal durante a pandemia; estrutura organizada de violência, exclusões e amenizações de problemas de décadas e séculos, dificuldade em reconhecer nossa nação; grupos de direita, oposição irracional; negacionismo eleitoral. Essas acepções em “blogues” deixam o jogo da linguagem mais interessante e nos convidam a refletir sobre a estrutura dos instrumentos linguísticos. Se pensássemos o formato físico do dicionário talvez não houvesse espaço ou condição de manutenção do espaço “blogues” que como podemos perceber traz uma pluralidade de sentidos sobre a palavra muito mais ampla que o espaço convencionalmente contido. A característica mais saliente do *Priberam* está no compromisso com a atualização dos sentidos, por isso o funciona-

mento da palavra em blogs compareceu fortemente, em detrimento de se trazer uma história da palavra propriamente dita.

Voltamos ao verbete **negacionismo** com outros sentidos em voga. Conforme anunciado, buscamos recuperar os exemplos do primeiro verbete apresentado, o que foi resultado da “autoria compartilhada” (Biazus, 2019) e que resultou como parte do *Vocabulário da pandemia do novo coronavírus*. Estes enunciados são de nosso interesse porque a partir deles podemos encontrar outros espaços e outras acepções, explicitando como o período pandêmico foi determinante para a estabilização de alguns sentidos e a alteração de outros.

No primeiro exemplo, no *site* Uol, na categoria Equilíbrio, encontramos a imagem abaixo seguida de três tópicos intitulados “resumo da notícia”. Nesses tópicos está escrito que “1) o negacionismo é uma tendência em larga escala, um movimento político que visa à negação tanto de fatos históricos quanto de evidências científicas; 2) Tem como objetivo produzir nas pessoas uma espécie de ignorância, em uma situação social que inspira cuidado, tratamento e combate; 3) A insistência na negação como único mecanismo de defesa diante de um sofrimento intenso implica em vulnerabilidade psíquica que demanda acompanhamento”.

Figura 5 – Manchete “Terraplanistas, antivacinas:
o que está por trás do negacionismo”



Fonte: Captura de tela feita pelos autores da notícia
veiculada pelo *Uol* no dia 15 de janeiro de 2020.

No exemplo um, podemos ver a comparação entre o velho e o novo. O clichê sujeito-terraplanista que perdura desde a época medieval e o revoltante sujeito-antivacina que reaparece forte no período da pandemia. Ambos negacionistas? Levando em consideração o resumo da notícia podemos dizer que o que está por trás do negacionismo é uma tendência em escala mundial, como podemos perceber nas manifestações antivacina nos Estados Unidos e no Brasil; ou, então, um movimento político como os milhares de grupos no Telegram que geraram uma tensão entre os grandes empresários e o Supremo Tribunal Federal do Brasil. Ao contar a história da palavra **negacionismo**, uma história que carrega marcas de terror, podemos afirmar que o discurso se apresenta pelo menos em duas direções: na primeira, *o discurso do negacionismo* que tem como objetivo alienar sujeitos em completa ignorância, criando realidades distorcidas e soluções facilitadas para problemas complexos; na segunda direção, nos deparamos com o *discurso sobre o negacionismo* que empreende uma batalha na tentativa de alertar sujeitos para o funcionamento ideológico que os assujeita, tornando-os reprodutores de teses há muito ultrapassadas. Nessa segunda direção caminha o *Vocabulário da pandemia do novo coronavírus*, comprometido em compilar informações seguras para seus consultantes podendo ser utilizado em sala de aula, por crianças e jovens.

O sujeito-negacionista ocupa-se em produzir discursos que negam a ciência e a história. Na história da palavra **negacionismo** não há apenas uma posição-sujeito, pois sofre a interferência do funcionamento da noção de político, na concepção de Orlandi (2015 [1999]), como espaço de divisão e de negociação de sentidos. Ao observar as diferentes formas de definir e exemplificar o negacionismo nos deparamos com memórias que nos remetem a diferentes movimentos ideológicos: o terraplanismo é um deles, recuperado lá da era medieval; mas também recupera traços de um movimento fascista que abalou o mundo nos anos 1940. O que fica em pauta são justamente os interesses desses grupos de extrema direita que detêm estratégias capazes

de convencerem sujeitos e os colocarem em situação de fragilidade psíquica e mesmo de sofrimento intenso, chegando ao desespero total.

No exemplo dois, do *Jornal da USP*, temos o enunciado “a ciência contra o negacionismo”, seguido do *lead* “cientistas ganham espaço nas redes sociais, mas ainda é preciso crescer muito para superar a influência de grupos obscurantistas”. Entendemos como grupos obscurantistas aqueles grupos que estão envolvidos pelos discursos racistas, nazistas, misóginos, homofóbicos, xenófobos e que não aceitam a diversidade da população brasileira. Parece que ao tratar do negacionismo há “algo a mais” em relação ao revisionismo e obscurantismo, quase como o grau maior de manipulação-alienação.

Figura 6 – Manchete “A ciência contra o negacionismo”



Fonte: Captura de tela feita pelos autores da notícia veiculada pelo *Jornal da USP* no dia 22 de janeiro de 2021.

Uma observação valiosa sobre esse sentido é que ainda não havia aparecido nenhuma relação entre obscurantismo e negacionismo. A primeira ideia que temos de obscurantismo é referente a algo que está no escuro. Discursos de ódio em fóruns de jovens e a liberdade descontrolada na internet com ainda poucas regularizações sobretudo aqui no Brasil, o espaço das redes sociais virou campo de disputa,

mensagem em massa no WhatsApp, grupos com mais de 10 mil pessoas no Telegram, robôs no Twitter programados para publicar temas e assuntos específicos como o fim do STF e as mamadeiras de piroca. No espaço do obscurantismo podemos incluir toda a produção e divulgação de *fake news*. Os mecanismos tecnológicos são instrumentos, prolongam o gesto do homem que faz seu uso sem um parâmetro claro, colocando os usuários à mercê de quem os detém, empresários bilionários nascidos no berço imperial do neoliberalismo e principais políticos que aparelham a máquina estatal. Sem dúvidas, a atmosfera obscurantista, principalmente no espaço digital, contribuiu fortemente para a expansão das ideias negacionistas no Brasil pandêmico.

No terceiro exemplo, do *site* Telavita, temos o enunciado “negacionismo: o perigo do pensamento negacionista”. E no decorrer da matéria os enunciados voltam ao psicológico:

Dessa forma, o negacionismo costuma se fortalecer quando a sociedade se depara com situações de instabilidade, como uma crise ou algo nunca antes presenciado. Quando em oposição a evidências científicas, o movimento encontra sustentação em teorias e discursos conspiratórios, sem aprofundamento e isolados, que acabam favorecendo disputas ideológicas, interesses políticos e religiosos [...] alguns autores colocam o negacionismo como uma ‘pseudociência que contradiz um mundo imenso de teorias, verdades comprovadas e pesquisas sérias’. Sendo assim, o objetivo final dele – além de criar polêmicas retóricas e desnecessárias – é rejeitar alguma afirmação que encontra consenso no meio científico e em teorias solidamente comprovadas.

Figura 7 – Manchete “Negacionismo: o perigo do pensamento negacionista”



Fonte: Captura de tela feita pelos autores da notícia
veiculada pelo Televita (sem data).

O mais interessante nessa mídia é que aparecem termos novos que colaboram para construção dos sentidos de negacionismo como “teorias da conspiração” “pseudociência”, “polêmicas retóricas e desnecessárias” “sem aprofundamentos e isoladas”. Ao falar em teorias da conspiração logo pensamos em terra plana, seitas secretas que dominarão o mundo, a invenção da aids em laboratório, para citar alguns absurdos. O exemplo três é assinado por uma psicóloga, dando um diferencial ao discurso crítico ali produzido. Podemos pensar nesses absurdos como reais, não por compactuarmos com os princípios negacionistas, mas, sim, porque observamos práticas sociais realizadas pela máquina pública no Brasil durante a pandemia¹⁹, dentre as quais destaca-se o funcionamento escuso de um consórcio de igrejas negociando verba escolar no Ministério da Educação e da Cultura; um presidente da República do Brasil que estaria negociando falsas vacinas para lucrar com propina, para citar algumas. Se pensarmos pela lógica capitalista em toda sua crueldade faria sentido, mas se pensarmos nisso tudo como roteiro de ficção... também! Basta pensarmos no desmatamento da Amazônia, nas instalações de garimpeiros em territórios originalmente indígenas, e em tudo mais que disso decorre. Podemos

19 Cf. PETRI; VENTURINI, 2021.

entender que o negacionismo no Brasil, enquanto movimento político é uma (desin)formação adotada por outros setores da economia como o setor profissional, com a carteira verde e amarela em que os *sujeitos-negacionistas* ou dominam como parasitas dentro das instituições ou são dominados com o choque do colapso das instituições, a depender de qual acepção é experienciada (escape, movimento, mecanismo, negação, anacronia, etc.).

Ao tentar refletir sobre as questões *do/sobre o negacionismo* em relação ao capitalismo e a pandemia não há como desvincular o simbólico da crise sanitária sem igual por nós experimentada. Nesse mesmo imaginário, podemos ainda falar um pouco sobre a cloroquina, remédio que durante todo período foi comprovado ineficiente no combate ao coronavírus e o discurso negacionista, pelo lucro acima de tudo, ainda assim injetou dinheiro em propagandas ilegais para divulgação de tal medicamento, inclusive em parcerias com empresas privadas²⁰. A crueldade do negacionismo ultrapassa fronteiras, o governo brasileiro recusou/negou a oferta de tubos de oxigênio do país vizinho ao estado de Manaus por convicções ideológicas.

O negacionismo articulado ao capitalismo promove não apenas a desinformação como mecanismo de dominação ideológica e material, mas também o mercado da desinformação próprio ao acúmulo de capital. Tal articulação, ainda, vem ao enlace de uma caixa amarela por uma fita verde como um presente... de mau gosto, como mostra a imagem abaixo dos KitCovid-19 divulgado pelo Governo Bolsonaro e industrializado pela empresa Unimed.

20 Cf. <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/07/19/cloroquina-unimed-kit-covid.htm>.

Figura 8 – Imagem vinculada a manchete “Unimed Brusque envia kit com cloroquina para médicos como profilaxia”



Fonte: Captura de tela feita pelos autores da notícia veiculada pelo *Uol* no dia 19 de julho de 2020.

No quarto exemplo, retirado do jornal *Estadão*, o enunciado “as histórias de quem abandonou o negacionismo em meio à piora da pandemia de covid” e o que segue com o *lead* “Tomada de consciência costuma ocorrer após a dor de uma perda ou pós-contaminação; no momento em que o país vive o auge da crise sanitária, pessoas relatam que não tinham pensado nas consequências e imaginavam que estavam seguras”. Só com o termo “tomada de consciência” poderíamos discutir muitas coisas interessantes sobre o inconsciente, no entanto, prestemos atenção nos dois sujeitos-negacionistas que tomam forma mais uma vez.

Figura 9 – Manchete “As histórias de quem abandonou o negacionismo em meio à piora da pandemia de Covid”



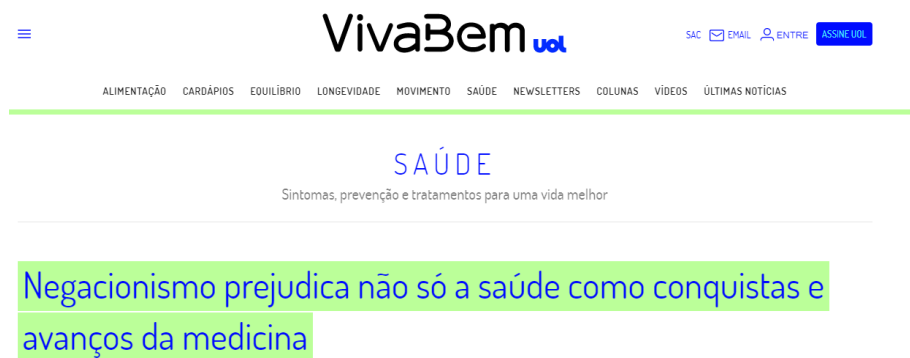
Fonte: Captura de tela feita pelos autores da notícia veiculada pelo *Estadão* no dia 20 de março de 2021.

A notícia fala sobre as pessoas que tomaram consciência e decidiram resistir à ideologia negacionista, somando na resistência da ideologia histórico-científica. No entanto, o que fica pairando no ar é justamente esse contraste *oprimido X opressor*. No momento em que um jornal digital do porte do *Estadão* reduz o **negacionismo** a um sentido individual, no qual há somente tomada de consciência após a experiência de quase morte ou de morte. Fica silenciado no entre-palavras a importância de uma mídia que seja informativa, trabalhe com fatos, com a ciência e com a história. No entanto, ao escrever isso num jornal elitista, a burguesia se acusa e se denuncia por ser justamente a classe que pensa dominar, mas acaba dando um tiro no pé a (nem tão) longo prazo, tal como os negacionistas. Essa imprensa burguesa que tantas vezes faz uso da máquina pública para “propaganda” (Pêcheux, 2011) de governo, por várias vezes silencia os ditos em outros lugares, em cartazes, em gritos, em lágrimas, em covas, em muros. A mídia burguesa que é individualista também ajuda a contar a história do **negacionismo**.

No quinto e último enunciado temos que o “negacionismo prejudica não só a saúde como conquistas e avanços da medicina” com o *lead* “O negacionismo, ou seja, a escolha de negar os fatos como forma de escapar deles, de acordo com Lília Schwarcz, professora do Departamento

de Antropologia da USP (Universidade de São Paulo) costuma se fortalecer quando a sociedade se depara com situações de instabilidade, como uma crise fora do normal ou algo nunca antes presenciado na atualidade, por exemplo. Quando em oposição às evidências científicas, a atitude negacionista encontra sustentação em teorias e discursos conspiratórios, sem aprofundamento ou isolados e até favorece disputas ideológicas e interesses políticos e religiosos”.

Figura 10 – manchete “Negacionismo prejudica não só a saúde como conquistas e avanços da medicina”



Fonte: Captura de tela feita pelos autores da notícia veiculada pelo *Uol* no dia 21 de maio de 2020.

Ao ler em um primeiro instante percebemos que o negacionismo aparece no mesmo canal da *Uol*, mas em um espaço diferente. Antes em Equilíbrio e agora em Saúde. Poderia aparecer também em Movimento, Alimentação e qualquer outro setor, afinal, a história do **negacionismo** na pandemia, como vimos, foi digna de um roteiro de ficção.

3. Um estudo da história da palavra negacionismo: a relação ideológica e social entre sujeitos-negacionistas e as questões que ficam...

Foram esses os movimentos que fizemos até o momento para chegar na seguinte seleção de palavras. Aqui temos as palavras que de alguma forma se relacionam com a palavra negacionismo em discursos

historicizados nos dicionários e em manchetes, levando em consideração suas particularidades. Essas palavras têm algo de mágico e de interessante que ainda precisamos elaborar melhor com mais tempo e distância do período traumático da pandemia.

Ao colocarmos a língua em contraponto ao discurso podemos ver que a língua não trabalha isolada em si, mas sim em movimento e em experiências no mundo e na linguagem. As palavras conversam entre si, prestando atenção podemos observar as ligações, repetições, atualizações, manutenções que com certeza não estão linearizadas e organizadas. Um pouco do trabalho realizado nas pesquisas voltadas à História da Palavra é justamente tentar elaborar e entender como, onde e por que as palavras estão circulando via discurso. Por aí está a mágica.

Figura 11 – Lista de palavras elaborada pelos autores a fim de organizar visualmente um possível movimento entre as palavras dispostas e a palavra negacionismo nos diferentes espaços digitais

ALGUMAS PALAVRAS QUE AJUDAM A CONTAR A HISTÓRIA DO NEGACIONISMO NOS DISCURSOS HISTORICIZADOS EM INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS		
CONTESTAÇÃO	CIÊNCIA	REALIDADE
RECUSA	PESQUISA	MOVIMENTO
REJEIÇÃO	ARGUMENTOS	POLÍTICA
NEGAÇÃO	EVIDÊNCIAS	IDEOLOGIA
NÃO RECONHECIMENTO	COMPROVAÇÃO	MÍDIA
ESCAPE	VERDADE	CULTURA
DESCONFORTO	HISTÓRIA	DIREITA
IRRACIONAL		CONHECIMENTO
		NEGACIONISTA
		METACRONISMO
		NEGOCIADOR
		REVISIONISMO
		DOCUMENTO

ALGUMAS PALAVRAS QUE AJUDAM A CONTAR A HISTÓRIA DO NEGACIONISMO
NOS DISCURSOS HISTORICIZADOS NA **IMPRENSA DIGITAL**

TERRAPLANISMO	TENSÃO	SUJEITO-NEGACIONISTA
ANTIVACINA	IGNORÂNCIA	OPRIMIDO
MOVIMENTOS POLÍTICOS NO	VULNERABILIDADE PSÍQUICA	OPRESSOR
TELEGRAM	INSTABILIDADE	DIVERSIDADE
OBSCURANTISMO	FASCISMO	DISCURSO DE ÓDIO
REDE SOCIAIS	ANTIFASCISMO	LIBERALISMO
TEORIA DA CONSPIRAÇÃO	RACISMO	NEOLIBERALISMO
PSEUDOCIÊNCIA	NAZISMO	
POLÊMICAS RETÓRICAS	HOMOFOBIA	
	ROBÔS	
	RELIGIÃO	

Fonte: Lista elaborada pelos autores e apresentada
na 37ª Jornada Acadêmica Integrada da UFSM.

Entendemos que esse sujeito-negacionista, apesar de recusar a ciência, a história e a lei, faz isso por meio de dois movimentos. O primeiro movimento diz respeito ao *não reconhecer o fato negado*. Já o segundo está mais ligado ao *escolher negar o fato negado*, ou seja, “o próprio do sujeito e do discurso é sua incompletude, sua dispersão, em que um texto seja heterogêneo, pois pode ser afetado por distintas formações discursivas, diferentes posições sujeito, ele é regido pela força do imaginário, da unidade, estabelecendo-se uma relação de uma formação discursiva com as outras na sua constituição” (Orlandi, 2015 [1999], p. 74) mesmo que traga a sensação de completude como se todos os sentidos estivessem dados e interpretados por uma força maior.

No entanto, é bom dizer que ainda não aprofundamos essa discussão. Mesmo assim, a palavra **negacionismo** caminha, em nossas reflexões, para bifurcação do *não reconhecer* e do *escolher negar*... do sujeito-negacionista-reconhecido e do sujeito-negacionista-escolhido. Talvez assim possamos tratar das questões que envolvem os esquecimentos, visto que no primeiro caso esse sujeito-negacionista acredita ser a origem do seu dizer e no segundo o sujeito-negacionista acredita

controlar o que diz. Nossas reflexões estão se direcionando para a explicitação das diferentes tomadas de posição do sujeito que se diz ou que é dito como negacionista, para tanto as modalidades de identificação dos sujeitos descritas por Michel Pêcheux serão fundamentais.

Mesmo que já saibamos que o negacionismo está diretamente ligado à fuga de uma verdade dolorosa e à recusa de aceitar um fato cientificamente e historicamente comprovado, colocamo-nos a pensar por que esses sujeitos-negacionista não aceitam a ciência? A “História da Palavra” dará conta de explicitar tantas possibilidades de produção de sentidos? O que está funcionando para o negacionismo aparecer com tanta potência? Para quem é interessante que as instituições responsáveis por produzir ciência, história e justiça sejam negadas e colapsadas tal como é feito por estes sujeitos-negacionistas-opressores e acatada pelos sujeitos-negacionistas-oprimidos?

Nesse sentido, também buscamos refletir sobre essa lei comum. Como esse sujeito-negacionista está inserido dentro de uma formação ideológica e discursiva e qual posição ocupa nessa estrutura? Que formação é essa que não aceita o comprovado por fatos sejam jurídicos, históricos ou científicos? Essas são algumas das questões que ainda pairam.

Referências

AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Tradução Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

BIAZUS, Camila Baldicera. **Dicionário compartilhado**: um encontro entre escrita, análise de discurso e psicanálise. Curitiba: Appris, 2019.

DOTOLI, Giovanni; BOCCUZZI, Celeste. **Définition et dictionnaire**. Paris: Hermann Éditeurs, 2012.

GARCIA, Dantielli Assumpção. O inominável de uma pandemia: o trauma do século? In: SCHERER, Amanda *et al.* (org.). **Restos de horror**. 1. ed. Campinas: Pontes Editores, 2022. p. 309-324.

NUNES, José Horta. **Dicionários no Brasil**: Análise e história. Campinas: Pontes Editores; São Paulo: Fapesp; São José do Rio Preto: Faperp, 2006.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Terra à vista**: discurso do confronto, velho e novo mundo. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 12. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015 [1999].

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Língua e conhecimento linguístico**: para uma história das ideias no Brasil. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013 [2002].

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007 [1995].

PÊCHEUX, Michel. Foi ‘propaganda’ mesmo que você disse? *In*: PÊCHEUX, Michel. **Análise de discurso**: Michel Pêcheux – textos escolhidos por Eni P. Orlandi. Organização Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes Editores, 2011. p. 73-92.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. *In*: ACHARD, Pierre *et al.* (org.). **Papel da memória**. Tradução e introdução José Horta Nunes. Campinas: Pontes Editores, 1999.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução Eni Puccinelli Orlandi. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995 [1975].

PETRI, Verli; VENTURINI, Maria Cleci. “Yo soy el presidente”: los dichos, los no dichos y redichos en la política estatal brasileña en tiempos de pandemia. **Signo Y seña**, (38), p. 64-82, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.34096/sys.n38.8522>. Acesso em: 22 ago. 2023.

PETRI, Verli. Algumas reflexões sobre o “Vocabulário da pandemia do novo coronavírus”: projeto em curso e discurso. *In*: PETRI, Verli *et al.* **Ditos e não-ditos**: discursos da, na e sobre a pandemia. 1. ed. Campinas: Pontes Editores, 2021. p. 21-46.

PETRI, Verli. O que pode uma palavra? Reflexões sobre a história da palavra dicionarizada produzindo efeitos de sentidos na contemporaneidade. PETRI, Verli *et al.* (org.). **Dicionários em análise**: palavra, língua, discurso. Campinas: Pontes Editores, 2020. p. 37-62.

PETRI, Verli. “História de palavras” para além do dicionário do Google: reflexões sobre professora e professor. *In*: DIAS, Cristiane; BARBAI, Marcos; COSTA, Greciely (org.). **Escrituras da cidade**. Campinas: Pontes Editores, 2019. p. 267-283.

PETRI, Verli. “História de palavras” na história das ideias linguísticas: para ensinar língua portuguesa e para desenvolver um projeto de pesquisa. **Revista Conexão Letras**, v. 13, n. 19, p. 47-58, 2018.

PETRI, Verli. Do funcionamento do “sabe-se que” às possibilidades de interpretação no discurso sobre museu. *In*: VENTURINI, Maria Cleci (org.). **Museus, arquivos e produção do conhecimento em (dis)curso**. Campinas: Pontes Editores, 2017. p. 207-219.

PETRI, Verli; SURDI, Marcia Ione; SEVERO, Robson. **Vocabulário da pandemia do novo coronavírus**. 1. ed. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**: Estética e política. Tradução Mônica Costa Netto. São Paulo: EXO Experimental; Editora 34, 2005.

SPINOZA, Baruch. **Tratado político**. Tradução José Pérez. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1965.

SEGUNDA PARTE





A POLARIZAÇÃO POLÍTICA ANCORADA NO DISCURSO RELIGIOSO DO BISPO EDIR MACEDO: UMA ANÁLISE DOS DISPOSITIVOS ARGUMENTATIVOS

Max Silva da Rocha
João Benvindo de Moura
Patrícia Rodrigues Tomaz
Deywid Wagner de Melo

Introdução

Atualmente, em nossa sociedade brasileira, verificamos uma efervescência de discursos proferidos por chefes religiosos, sobretudo evangélicos, que têm apresentado certo poder de convencer, persuadir, orientar pontos de vista, modificar pensamentos e interpelar sujeitos que, de alguma maneira, têm contato com esses discursos retóricos. Seguindo nesse mesmo pensamento, entre muitos pastores evangélicos que são eminentes influenciadores de opiniões, destacamos, neste trabalho, o Bispo Edir Macedo, fundador, líder e atual administrador da Igreja Universal do Reino de Deus (doravante, IURD), uma vez que esse renomado pastor se posicionou explicitamente em suas redes sociais acerca das eleições presidenciais ocorridas em outubro de 2022 aqui no Brasil. Através de um aconselhamento, o referido Bispo buscou influenciar os seus seguidores e/ou fiéis para que não votassem

no candidato Luís Inácio Lula da Silva e pudessem reeleger o então presidente de extrema direita Jair Messias Bolsonaro.

Não são poucos os trabalhos científicos que já estudaram os discursos proferidos pelo Bispo Edir Macedo. Por exemplo, o trabalho de Sousa (2020) realiza um estudo sobre o *ethos* do referido pastor, centrando-se em dois sermões. A partir de uma análise consistente, essa pesquisa concluiu que Macedo apresentou um *ethos* de empreendedor, ao invés de um *ethos* de profeta, de homem religioso. Além disso, Sousa (2020) identifica que há, na IURD, um foco em questões muito ligadas à teologia da prosperidade, cuja base doutrinária é o recebimento de bênçãos financeiras em vários setores da vida humana. Mesmo sendo um estudo importante e que traz resultados significativos, percebemos que não explora outros dispositivos argumentativos, a exemplo da tipologia dos argumentos e das possíveis paixões que o orador evangélico se utilizou para agir argumentativamente diante de seu auditório social.

Assim sendo, justificamos a necessidade de um estudo que mostre como a tríade retórica formulada a partir da construção da imagem de si (*ethos*), do conjunto de paixões ou emoções que o orador pretende despertar em seu auditório idealizado (*pathos*), ou da tipologia de argumentos empregada discursivamente (*logos*), materializando-se no discurso do Bispo Edir Macedo. O cerne de nosso trabalho é justamente nesses dispositivos argumentativos que são postos via discurso e que conseguem, de maneira estratégica e habilidosa, conquistar mentes e corações. Entendemos que o trabalho de Sousa (2020) não trilhou esse caminho e, desse modo, vamos um pouco mais além do que esse autor, no sentido de fazer progredir uma análise que aponte as possíveis estratégias argumentativas instauradas em um aconselhamento do Bispo Macedo, propiciando um olhar transcendente para outras categorias e que não compreenda apenas o funcionamento exclusivamente do *ethos*. A nosso ver, a tríade por completa é importante e carece ser investigada a partir do discurso de um dos maiores líde-

res evangélicos neopentecostais do Brasil, que é dono de um império midiático composto pela TV Record, Record News, bem como rádios, jornais, entre outros importantes meio de comunicação.

Apresentadas essas questões preliminares, este trabalho tem como principal objetivo realizar uma análise acerca dos dispositivos argumentativos que o Bispo Edir Macedo utilizou por ocasião de um aconselhamento sobre as eleições presidenciais brasileiras, em outubro de 2022. Dessa maneira, surgem algumas perguntas norteadoras: De que maneira se configurou a tríade retórica no aconselhamento destacado? Quais os efeitos de sentido engendrados através do discurso do referido pastor evangélico? A busca por respostas a essas perguntas é o fundamento da necessidade de realizar essa investigação no âmbito dos estudos retóricos da linguagem. Neste trabalho, concebemos a retórica como “a faculdade de observar, em cada caso, o que este encerra de propósito para criar a persuasão. Nenhuma outra arte possui tal função” (Aristóteles, 2011, p. 44) e também apreendemo-la como sendo “uma actividade persuasiva procurando influenciar e moldar a forma como alguém perspectiva ou age sobre determinado assunto” (Mateus, 2018, p. 15) que é apresentado ao assentimento.

Em se tratando dos dispositivos argumentativos, recorremos ao profícuo estudo realizado por Moraes (2019) cuja definição é a seguinte: “O conceito de Dispositivo Argumentativo foi desenvolvido, de modo a figurar todo mecanismo linguístico que serve de gatilho para a efetivação, sustentação e o fortalecimento do argumento” (Moraes, 2019, p. 52). Em nossa pesquisa, consideramos a construção da imagem de si, a tipologia argumentativa e o conjunto de paixões ou emoções que o orador almeja despertar no auditório, os dispositivos argumentativos que o Bispo Edir Macedo utiliza durante a sua ação retórica. Com efeito, essas técnicas argumentativas estão à mercê exclusivamente da encenação discursiva do orador, de modo a interpelar o seu auditório, a fim de movê-lo racional ou emocionalmente. “A partir do momento em que argumentamos acerca de um objeto do mundo,

estamos tentando influenciar alguém, buscando inseri-lo em um quadro específico de crenças e convicções possíveis no interior de uma determinada comunidade de fala” (Moura, 2020, p. 49). Compreendemos que foi justamente isso que o Bispo Edir Macedo objetivou mediante o seu aconselhamento religioso e com atravessamentos de discursos políticos.

Para dar cumprimento ao presente trabalho, dividimo-lo em algumas seções. Na primeira, discorremos sobre os estudos retóricos da linguagem, focalizando algumas conceituações e caracterizações desse campo disciplinar. Na segunda, centramos o nosso olhar na famosa tríade teórica, definindo e caracterizando cada elemento que a compõe. Na terceira, teorizamos sobre o discurso religioso, pontuando as questões da IURD e sua relação com a ideia de mercado e prosperidade. Na quarta, procedemos à análise de três momentos retóricos de um aconselhamento proferido pelo Bispo Edir Macedo. Finalmente, na quinta, apresentamos as nossas considerações finais, ponderando sobre os achados que foram encontrados a partir das etapas executadas durante todo o processo de realização de nossa pesquisa.

2 Retórica: uma disciplina milenar e atual

No momento em que pensamos em retórica, é necessário refletir sobre uma disciplina que tem seu surgimento atrelado à disputa de terras. Barthes (2001) explica que dois tiranos sicilianos, Géron e Hieron, em 485 a. C., desapossaram vários camponeses na Sicília grega e, com a morte de ambos os espoliadores, houve grandes tribunais para que as pessoas pudessem reaver as suas propriedades. Assim, os tribunais foram montados e como não havia advogados na época, surgiram os sofistas, que eram grandes sábios e professores de retórica, também considerados os primeiros pedagogos da história da humanidade. Os sofistas ganhavam grandes somas de dinheiro para ensinar aos cidadãos como deveriam argumentar diante dos juízes, a fim de que pudessem conseguir persuadi-los de suas causas. De acordo

com o que defende Reboul (2004, p. 9), foram os sofistas que “criaram a retórica como arte do discurso persuasivo, objeto de um ensino sistemático e global que se fundava numa visão de mundo”.

Górgias Leontinos foi o responsável por espalhar a técnica retórica por vários lugares, conseguindo muito dinheiro com ensinamentos sobre as artimanhas do discurso persuasivo. Ele foi professor, “dava de cidade em cidade lições de eloquência e de filosofia, cobrando a cada uma delas o fabuloso salário de cem minas. Digamos que por um dia de trabalho ele recebia o salário diário de dez mil operários!” (Reboul, 2004, p. 6). Entretanto, isso logo despertou a fúria de filósofos da época, entre eles, Platão, que vociferou contra a retórica. Fiorin (2017) ressalta que esse filósofo atacava de maneira contumaz os sofistas e a retórica, pois considerava essa disciplina como um mal que deveria ser banido. Já Aristóteles, por sua vez, não considerava a retórica como algo perverso, mas sim o uso distorcido que alguns dela faziam. Nesse sentido, Aristóteles tratou de sistematizar essa disciplina, dando-lhe um valor de uma faculdade, que é capaz de mostrar os caminhos que tornam um discurso com características retóricas.

Assim sendo, desde os sofistas até a sistematização impetrada pelo filósofo grego Aristóteles, notamos uma expressiva evolução que encontrou momentos de apagamento e renascimento ao longo de mais de vinte e quatro séculos de existência. Atualmente, a retórica está mais viva do que nunca, revitalizada e pode ser encontrada em todas as áreas que envolvem as atividades humanas através do discurso. É por meio da linguagem que os sujeitos tentam chegar a um acordo argumentativo acerca de questões controversas. O uso da força física abdica da retórica e não faz parte da argumentação. Com efeito, “toda a força da Retórica se concentra na persuasão, ela se compara a uma máquina de persuadir e vale à medida que persuade. Sem persuasão não há Retórica, no sentido rigoroso da palavra” (Tringali, 1988, p. 20). A persuasão é um fenômeno que é gerado por meio da prática retórica. Significa conquistar a adesão do outro, a fim de fazê-lo pensar e agir

do modo como desejamos. Sobre o ato de argumentar, para conseguir o assentimento do outro, Ferreira (2015) endossa essa questão ao postular que “argumentar é o meio civilizado, educado e potente de constituir um discurso que se insurja contra a força, a violência, o autoritarismo e se prove eficaz (persuasivo e convincente) numa situação de antagonismos declarados” (Ferreira, 2015, p. 14).

O instrumental teórico e metodológico da retórica é composto por três elementos de suma importância, cuja formulação é a seguinte: orador, discurso e auditório. Desde os gregos antigos, sobretudo com Aristóteles, esse é o formato do discurso retórico. É desse tripé que surge, também, os três meios de persuadir que abordaremos mais à frente. Segundo Reboul (2004), o orador é aquele que profere o discurso diante de sua audiência, a fim de estabelecer uma relação de aproximação. O discurso significa uma construção de sentido que apresenta um início, meio e fim, capaz de gerar diferentes efeitos de sentido entre os sujeitos de um determinado evento argumentativo. O auditório representa o conjunto de pessoas que tem contato, de alguma maneira, com a ação retórica encenada pelo orador. Dessa forma, orador, discurso e auditório estão inter-relacionados em uma prática argumentativa.

Conforme preleciona Mateus (2018), os meios de persuasão oriundos do próprio discurso retórico são pertencentes a esses três elementos: orador, discurso e auditório. Esse mesmo autor afirma que em retórica há um “emprego deliberado de estratégias discursivas persuasivas dirigidas a um conjunto particular de pessoas, visando transformar uma dada situação – existente e problemática – por intermédio da adoção de novas formas de pensamento e ação” (Mateus, 2018, p. 21). Percebemos, com essas informações, que existe um orador que lança um discurso persuasivo para um conjunto de pessoas que formam um auditório, almejando orientar pensamentos e incitar algum tipo de ação. É justamente esse tipo de trajetória que a teoria retórica perscruta em seu âmbito idiossincrático.

A retórica, enquanto uma disciplina que tem a ver com a comunicação, se distingue de outras perspectivas meramente comunicativas, uma vez que apresenta o fenômeno da persuasão como elemento basilar de toda a sua arquitetônica. É, também, uma retórica da prova argumentativa e não um recurso que serve de ornamento como se pensava com o uso de figuras de estilo. Por isso, escolhemos essa teoria do discurso argumentativo, a fim de utilizar seus dispositivos, sobretudo a tríade retórica, para analisar os elementos que suscitam efeitos persuasivos em um aconselhamento do Bispo Edir Macedo. Esse pastor é um exímio orador que utiliza, de maneira habilidosa, recursos fornecidos pela retórica para agir sobre seu auditório, constituído por fiéis da IURD e outros simpatizantes desse líder carismático. No próximo tópico, trilharemos sobre as características da famosa tríade retórica.

3 A tríade retórica e sua constituição

Como vimos percorrendo, o discurso retórico carece de um orador, do próprio discurso e auditório, para que seja possível a sua efetivação. É desse interior que se brota a tríade retórica formulada a partir do *ethos*, do *pathos* e do *logos*. Cada um desses elementos é considerado na retórica aristotélica como os principais meios de prova. “Os meios de persuasão são os únicos autênticos elementos constituintes da arte, tudo o mais não passando de acessório” (Aristóteles, 2011, p. 39). Com efeito, todo discurso argumentativo, de algum modo, passará por esses três elementos, a fim de tentar gerir o acordo entre orador e auditório. Para tanto, é necessário existir alguns elementos como, por exemplo, crenças, valores, opiniões, ou seja, pontos que consigam estabelecer algum tipo de conexão entre os conhecimentos compartilhados dos sujeitos que se engajam no processo argumentativo. Se não houver nada que conecte o orador ao auditório, certamente a argumentação não se desenvolverá e o projeto de influência desmoronará.

Ao mencionar os três tipos de meios de persuasão, *ethos*, *logos* e *pathos*, mediante o discurso, Aristóteles (2011) explica que “o pri-

meio depende do caráter pessoal do orador; o segundo, de levar o auditório a uma certa disposição de espíritos; e o terceiro, do próprio discurso no que diz respeito ao que demonstra ou parece demonstrar” (Aristóteles, 2011, p. 45). Acerca do primeiro, o *ethos*, compreendemos que o orador carece de formular imagens de si que sejam capazes de gerar confiança diante de seu auditório. Na verdade, o auditório precisa acreditar que é um dos seus que está ali, argumentando. No que concerne ao *pathos*, é imprescindível despertar determinadas paixões, a fim de que se possa mover e comover o auditório, uma vez que, como destaca Cícero (2009, p. 221), “é que os homens julgam muito mais por ódio, amor, desejo, cólera, dor, alegria, esperança, temor, perplexidade ou alguma outra excitação da mente do que pela verdade, uma prescrição, alguma norma legal, fórmula processual ou por leis”.

No tocante ao *logos*, os argumentos precisam ser encadeados de modo a fazer com que cada enunciação possa ser comprovada racionalmente, visto que “persuade-se alguém recorrendo a uma intensa prática argumentativa. Na Retórica, o argumento é o principal instrumento de levar o interlocutor a aceitar a tese do orador” (Mateus, 2018, p. 90). Como podemos notar, a tríade retórica apresenta características que fornecem os meios de prova, capazes de conquistar a adesão daqueles que constituem o auditório idealizado pelo orador. Notadamente, algum desses três elementos pode se sobressair, haja vista que o orador poderá insuflar mais o seu *ethos*, em detrimento do *pathos*. Poderá usar a emoção e deixar de lado um viés mais racional constituído pelo *logos*. Na verdade, o orador deve adaptar-se ao tipo de auditório que está diante dele, a fim de que seja possível lograr êxito em sua influência. É imprescindível ao orador ser próximo de seu auditório, “fazer parte de um mesmo meio, conviver, manter relações sociais, tudo isso facilita a realização das condições prévias para o contato dos espíritos” (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2014, p. 19).

É bem verdade que outros autores (Dominique Maingueneau, Patrick Charaudeau, Ruth Amossy, entre outros), principalmente

dos estudos argumentativos e discursivos mais contemporâneos, ampliaram as noções sobre *ethos*, *pathos* e *logos*. Mesmo assim, neste capítulo, centraremos nosso gesto analítico apenas nas contribuições retóricas de base aristotélica, uma vez que trilhar por outras perspectivas demandaria um trabalho de maior extensão e esse capítulo não atende a esse requisito, em virtude da brevidade desse texto. No entanto, iremos proceder a um gesto de análise que seja capaz de mostrar o funcionamento retórico de um aconselhamento proferido por um dos maiores líderes evangélicos do Brasil. Certamente, a tríade retórica aponta os caminhos percorridos pelos efeitos persuasivos que foram apresentados ao assentimento do auditório. Além disso, no fio do discurso retórico, iremos notar um atravessamento do discurso político no religioso, atestando que nenhum discurso é puro, destituído de outras vozes que concordam, discordam, confirmam. Antes de realizar as nossas análises, é necessário abordar aspectos do discurso religioso.

4 O discurso religioso e suas características

Neste capítulo, tratamos especificamente do discurso religioso de base cristã evangélica, cuja influência é muito considerável em nossa sociedade brasileira, sobretudo quando pensamos nas últimas eleições presidenciais de outubro de 2022. Apesar disso, consideramos que ainda são poucos os estudos em retórica que abordam com ênfase o discurso religioso em suas múltiplas vertentes. Alguns trabalhos como os de Rocha e Melo (2020), Rocha (2021), Moura e Rocha (2021), Barbosa-Silva e Rocha (2022), Rocha, Roberta e Moura (2023), entre outros, apresentam contribuições e têm percorrido essa seara no âmbito dos estudos retóricos, argumentativos e discursivos da linguagem. Todavia, ainda são vozes que clamam no deserto e que precisam ser ampliadas e cada vez mais aprimoradas, a fim de melhor se entenderem as práticas argumentativas e discursivas que ecoam na esfera religiosa cristã evangélica.

Assim sendo, urge a necessidade de cada vez mais estudos nessa esfera da atividade humana, para que possamos compreender a influência desse tipo de discurso na conjuntura social, política e religiosa de nossa sociedade brasileira, uma vez que grande número de sujeitos consome esses discursos que, às vezes, são inflamados e violentos e, ao invés de propagar paz, respeito, compaixão, amor, eles conclamam verdadeiros discursos de ódio, a exemplo do que mostra o trabalho realizado por Rocha, Roberta e Moura (2023). No trabalho realizado por esses autores, identificamos a instauração da polêmica em pronunciamentos do pastor Silas Malafaia. Além disso, esse chefe religioso, por meio do discurso, incita a paixão do ódio em seus seguidores, em desfavor do Supremo Tribunal Federal do Brasil (STF), das Ministras e dos Ministros, especialmente, Alexandre de Moraes e Luís Roberto Barroso. Na função de pastor evangélico, o trabalho mostra que Silas Malafaia vocifera de modo belicoso contra seus adversários, extrapolando a polêmica e instaurando uma forma de violência verbal.

Ademais, adotamos uma definição de discurso religioso a partir de uma conceituação que apresenta as características desse tipo específico de discurso. Notadamente, a classificação a seguir não é algo fechado e acabado, haja vista a dinamicidade e plasticidade dos gêneros discursivos que circulam em nossa vida diária, como lembra Marcuschi (2008). Nesse sentido, o discurso religioso, neste capítulo, recebe a seguinte definição:

Por assim dizer, o discurso religioso cristão é caracterizado por ser um discurso assimétrico e por criar a ilusão de reversibilidade, pois em nenhum momento os interlocutores trocam papéis comunicativos. Além disso, o orador é apenas um porta-voz de um discurso de autoridade (o divino) contido e/ou embasado em textos bíblicos. Outras características aparecem no discurso religioso como o uso do imperativo e do vocativo, pois se trata de um discurso autoritário; o uso

de argumentos para fazer com que o auditório seja persuadido [...] (Rocha, 2022, p. 61).

Depreendemos que, durante o aconselhamento proferido pelo Bispo Edir Macedo, apenas ele é o responsável por enunciar, caracterizando o monólogo e a assimetria desse gênero discursivo; também veremos que o referido pastor evangélico afirma que seu discurso é uma revelação de Deus para guiar as pessoas durante as eleições; toda a argumentação desse orador é sustentada através de textos bíblicos, portanto, com caráter de autoridade; a todo o momento o Bispo nomeia seu auditório de “amigo” e de “amiga”, buscando estabelecer laços afetivos, de aproximação, diminuindo possíveis diferenças existentes. Reconhecemos que todas essas características do discurso religioso estão presentes no aconselhamento que vimos tratando. Será possível, em nossas análises, compreender de que modo as interpelações engendradas pelo referido fundador da IURD almejam conquistar a adesão do seu auditório.

Citelli (2002) defende que uma das esferas mais persuasivas é a religiosa, porque o orador se serve de uma voz autorizada que não pode ser questionada. Dessa forma, a voz de um Absoluto, de Deus, aparece em outras vozes, incluído a daquele que é seu porta-voz. “Estamos diante de um discurso de autoria sabida, porém não-determinada, visto que a fala do pastor se constrói como verdade não sua, mas do outro, aquele que, por ser considerado determinação de todas as coisas, engloba todas as falas do rebanho” (Citelli, 2002, p. 48). Em nosso material de estudo, identificaremos que o Bispo Macedo afirma que Deus revelou a ele o que fazer acerca de uma posição política. A pessoa que acredita nessa asserção entenderá que esse pastor realmente é alguém que recebe as mensagens de uma voz sobrenatural, do além inatingível. Portanto, nesse tipo de discurso, observamos que “Deus não fala, dado ser uma realidade imaterial quem fala em seu nome não é dono do discurso: o pastor é apenas veículo, porta-voz, no máximo um ‘interpretador’ da palavra do Senhor” (Citelli, 2002, p. 48).

Já Halliday (1990) aborda a retórica dos intocáveis e nesse escopo acrescenta o discurso de natureza religiosa. A autora postula que o chefe religioso e o médico constroem as suas realidades a partir de lugares de insegurança, a exemplo da vida e da morte. É justamente nesses lugares opostos que pairam os nossos interesses em obter benefícios como paz e saúde e, ao mesmo tempo, nos livrar de malefícios provocados por doenças e infortúnios. Esses temas que versam sobre a dicotomia entre a vida e a morte, por meio de fontes autorizadas por divindade ou pela ciência, contam com nossa atenção, uma vez que podemos não conhecer os mistérios do campo da fé, tampouco os mistérios que giram em torno das doenças. São assuntos que causam interesse, haja vista que se apresentam como familiarizados em nosso cotidiano, mas que despertam a nossa inquietude e chamam a nossa atenção. No entendimento dessa autora, “o discurso religioso pertence também à esfera pública, na medida em que compete com outros discursos por recursos, prestígio, corações e mentes” (Halliday, 1990, p. 21).

Para essa autora, é necessário questionar as organizações religiosas, pois elas têm objetivos terrenos como sobreviver, equilibrar o orçamento, aumentar o número de membros, conseguir prestígio diante das autoridades. Edir Macedo, por exemplo, apresenta na IURD a teologia da prosperidade¹ com o objetivo de prometer aos seus fiéis, caso sejam obedientes aos aconselhamentos lhes apresentados, muitas bênçãos de caráter financeiro. Sobre isso, Dreher (2013, p. 512) afirma categoricamente que a “IURD é uma igreja de mercado em razão das transações comerciais realizadas nela. Isso se evidencia já em sua localização geográfica. Mercados são instalados em áreas estratégicas, pelas quais passam muitas pessoas”. Já Freston (1993, p. 102)

1 “A Teologia da Prosperidade ensina que a pobreza é resultado de falta de fé ou ignorância. O princípio da prosperidade é a doação financeira, entendida não como gratidão ou devolução a Deus (como na teologia tradicional) mas como um investimento. Devemos dar a Deus para que ele nos devolva com lucro. Mas quem são os procuradores de Deus na terra? A TP frisa não a doação criativa, mas a eclesíástica; uma teologia funcional para convencer pessoas a financiarem ministérios caros” (Freston, 1993, p. 105).

assevera que “A IURD é a combinação de igreja pentecostal e agência de cura divina, pois une a preocupação com as demandas particulares e com a demanda espiritual de salvação”. As demandas particulares são as questões mais ligadas ao empreendedorismo e a agência² de cura divina revela as bases doutrinárias da IURD que prega a libertação do mal através de exorcismos e o sucesso financeiro por meio da rígida obediência religiosa.

Endossando mais ainda essa crítica ferrenha ao mercantilismo da fé que é comumente praticado pela IURD, o reconhecido estudo realizado por Campos (2000, p. 47) traz informações imprescindíveis sobre as práticas de Edir Macedo e sua igreja.

A princípio, Edir Macedo e seus companheiros começaram a apropriar-se de coisas desprezadas no mercado religioso e as transformavam em produtos desejáveis, adquirindo com isso capital simbólico, que foi crescendo como uma bola de neve. Portanto, o sucesso inicial foi decisivo no desencadeamento do processo de acumulação capital. Assim, graças ao sucesso inicial em satisfazer os desejos de um número significativo de pessoas físicas, a empresa tornou-se gradativamente viável. No entanto, ao contrário de outros empresários, Macedo transferia para a nova ‘empresa’ religiosa os rendimentos do capital simbólico adquirido e parte desse capital era transformado em recursos financeiros aplicados, primeiro em imóveis e depois em estações de rádio e televisão.

A partir dessas informações apresentadas por Campos (2000), é possível verificar que o fundador da IURD obteve grande êxito em seu empreendimento, conseguindo organizar uma denominação religiosa

2 “O título mais adequado para esses grupos seria o de ‘agências de cura divina’, já que além da ausência das características de Igreja não possuem corpo de fiéis fixo, mas uma população flutuante à qual prestam serviço religioso mediante contribuição por parte do beneficiado. A relação benefício/remuneração se aproxima bastante do princípio do ‘dar para receber’” (Mendonça; Velasques Filho, 1990, p. 46).

nos moldes de uma grande empresa que acumula expressivo poder financeiro. Com a arrecadação de grandes somas de dinheiro, emissoras de rádio e de TV foram adquiridas, aumentando, desse modo, o alcance das pregações da IURD. Essa igreja se espalhou por vários países do mundo e vem, ao longo dos anos, influenciando a vida de milhões de pessoas sobre diferentes questões, entre elas, a política brasileira. A figura de Edir Macedo é central na IURD, ele se apresenta como se fosse “a voz de Deus e o verdadeiro Messias, que propõe a transformação total para a humanidade, de forma a atender todas as dificuldades e carências dos homens, fazendo-os <<crer>> para que eles tenham o <<poder>> de se transformarem em prósperas criaturas de Deus” (Catunda, 2016, p. 29).

Com base nesses arrazoados teóricos aqui apresentados, a seguir, adentraremos em nossas análises dos três momentos retóricos, explicando de que maneira dispositivos argumentativos, sobretudo, a tríade retórica, estão postos em um aconselhamento proferido pelo líder máximo da IURD. Certamente, entenderemos quais são as estratégias argumentativas utilizadas e quais os possíveis efeitos de sentido que elas provocam discursivamente.

5. Análise dos momentos retóricos do aconselhamento

Antes de iniciar as nossas análises, é imprescindível mencionar o nosso percurso metodológico. Amparamos as nossas ideias em Paiva (2019), uma vez que essa autora, em seu manual de pesquisa em estudos linguísticos, apresenta os passos que devem ser seguidos durante a realização de uma investigação científica em estudos da linguagem.

O primeiro passo é a natureza. Assim sendo, procedemos a uma pesquisa de natureza básica, pois objetivamos aumentar o conhecimento científico em nossa área disciplinar. O segundo aspecto é o gênero. Aqui, assumimos que seguimos uma pesquisa teórica, haja vista que estudamos a teoria retórica, identificando seus usos em discursos. O terceiro procedimento diz respeito às fontes de informação. Neste

caso, estamos diante de pesquisa primária, visto que adquirimos os dados, transcrevemos e analisamos de acordo a teoria retórica. O quarto quesito é a abordagem de pesquisa. Seguimos uma abordagem qualitativa, já que buscamos compreender, explicar e descrever de que maneira um fenômeno acontece. O quinto elemento é o objetivo. Em relação aos objetivos, estamos seguindo uma pesquisa que intenta descrever, explicar e interpretar os dispositivos argumentativos utilizados em um pronunciamento.

Quanto ao aconselhamento selecionado para a análise retórica, ele foi adquirido por meio do canal oficial do Bispo Edir Macedo na plataforma virtual no YouTube³. Há uma série de aconselhamentos no referido canal, mas utilizamos como critérios os seguintes aspectos: a) a temática tratada necessita abordar questões políticas; b) e o aconselhamento precisa ter sido proferido no período das eleições presidenciais de outubro de 2022. De posse desse material, procedemos às transcrições e realizamos as análises de três momentos retóricos selecionados do início, do meio e do fim do referido aconselhamento. Não foi possível analisar o texto na íntegra em virtude da extensão, já que esse capítulo exige um curto número de páginas. Esperamos que as informações encontradas apontem os dispositivos argumentativos que o Bispo Macedo formulou nos momentos retóricos que foram selecionados para análise.

5.1 Momento retórico 1

Neste primeiro momento retórico, o orador tem como principal objetivo fazer uma distinção entre o povo de Deus e o povo do diabo. Para isso, traz em seu discurso um evento deflagrador: o segundo turno das eleições presidenciais brasileiras de outubro de 2022.

3 O aconselhamento, na íntegra, pode ser consultado no seguinte endereço eletrônico: https://www.youtube.com/watch?v=B3iFazt1Oo4&ab_channel=BispoEdirMacedo. Acesso em: 05 jun. 2023.

Meus amigos... boa madrugada aí Deus abençoe a todos vocês... que o espírito santo... venha... esclarecer... dá a vocês o entendimento... a todos nós... entendimento para que a gente possa compreender a sua voz a sua palavra... a sua vontade e venhamos então colocá-la em prática... nós estamos recebendo inúmeros... pedidos... para que... nós venhamos nos posicionar diante dos fatos... concernentes... ao destino ao futuro do nosso Brasil... Direita ou esquerda? Muito bem... diante dos fatos... Nós estamos vendo aí... é... pessoas da esquerda... se unindo com o inferno dando sangue o próprio sangue para para o diabo... para Lúcifer... eles estão se unindo... todos os filhos das trevas estão se unindo com força... para que... o candidato da esquerda venha prevalecer... por outro lado... o que que nós o povo de Deus aqueles que consideram de Deus... povo chamado pelo nome do Senhor Jesus Cristo que que nós vamos fazer? Cruzarmos os braços e ficar esperando o resultado? Não... veja só... eu busquei... no texto nos textos sagrados situação semelhante ao que nós estamos vivendo hoje e existem várias... e nós vamos aplicar... uma delas lá no livro de segundo crônicas no capítulo vinte fala as seguintes palavras presta atenção... (Fonte: excerto de um aconselhamento proferido pelo Bispo Edir Macedo, em 04/10/2022).

Na introdução de seu aconselhamento, o Bispo Edir Macedo inicia o seu ato retórico conclamando o auditório e para isso se refere a ele com a expressão “meus amigos”. Argumentativamente, esse uso almeja se aproximar do auditório, transmitindo uma ideia de afetividade. Assim, por meio de um *ethos* de amigo, de companheiro ou camarada, o orador tenta suscitar em seu auditório a paixão da amizade. Essa paixão “apresenta diversas formas, a saber, a camaradagem, a familiaridade, a afinidade e outras” (Aristóteles, 2011, p. 136). Em seguida, o orador, revestido de um *ethos* de homem religioso, pede que Deus abençoe as pessoas que lhe assistem e ordena que o Espírito Santo

realize ações, quando afirma: “boa madrugada aí Deus abençoe a todos vocês... que o espírito santo... venha... esclarecer... dá a vocês o entendimento... a todos nós... entendimento para que a gente possa compreender a sua voz a sua palavra... a sua vontade e venhamos então colocá-la em prática”.

Nesse último fragmento destacado, o orador, por meio do argumento de autoridade⁴, evoca os nomes de Deus e do Espírito Santo, que são duas entidades sobrenaturais que compõem a Trindade cristã, ao lado da pessoa de Jesus. Observamos que o orador solicita bênçãos para os seus fiéis e pede que haja compreensão da voz e da palavra para que seja possível praticar o que se aprendeu. Através dessas asserções, identificamos que o orador formula um *ethos* de uma pessoa comum, isto é, que também carece de ser abençoado para colocar a palavra de Deus em prática. Por meio do pronome “nós”, o orador se inclui no discurso, demonstrando ao auditório que é um dos seus que está ali, exortando por meio de um aconselhamento que poderá impactar os pensamentos e as ações do auditório.

Ao continuar o seu aconselhamento, o Bispo Edir Macedo declara ao seu auditório o principal assunto que será tratado na transmissão: “nós estamos recebendo inúmeros... pedidos... para que... nós venhamos nos posicionar diante dos fatos... concernentes... ao destino ao futuro do nosso Brasil... Direita ou esquerda?”. Nesse momento, o orador novamente faz uso de um “nós” inclusivo, no sentido de realmente conclamar todos os seus seguidores para as ideias que lançará em sua argumentação religiosa (e política). Primeiro, por meio do argumento de quantidade, o orador afirma que existem “inúmeros pedidos” para que ele e sua igreja se posicionem quanto às questões políticas do Brasil. Segundo, o orador traz à baila a principal dicotomia que caracterizou o nosso país nos últimos anos: a polarização entre esquerda

4 “O argumento de prestígio mais nitidamente caracterizado é o argumento de autoridade, o qual utiliza atos ou juízos de uma pessoa ou de um grupo de pessoas como meio de prova a favor de uma tese” (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2014, p. 348).

e direita. O fundador da IURD faz uma pergunta retórica, a fim de envolver o seu auditório, uma vez que ele já sabe a resposta previamente e não permite, em hipótese alguma, a opinião do outro.

Ainda nesse mesmo ato retórico extraído do aconselhamento, identificamos que o orador tenta despertar paixões em seu auditório. Previamente, em outros aconselhamentos e até mesmo em sermões proferidos no templo de Salomão, no Brás, em São Paulo, conforme constam em cultos gravados no canal da própria igreja, esse líder religioso da IURD já havia mencionado que a esquerda apresenta ideologias satânicas e, por isso, não poderia ser escolhida pelos evangélicos. Assim, por meio de uma memória de outros dizeres anteriores, inferimos que o Bispo almeja despertar a paixão do medo, ou seja, é preciso votar em um candidato da direita para que o Brasil não seja entregue ao reino das trevas e as pessoas passem a sofrer perseguições em um governo infernal. Conforme Aristóteles (2011, p. 137), “definamos o medo como uma forma de padecimento ou perturbação gerada pela representação de um mal vindouro de caráter destrutivo ou penoso”. Esse mal a ser evitado seria, portanto, uma eventual vitória do candidato Lula nas eleições presidenciais de outubro de 2022, fato que realmente se tornou realidade, como pudemos acompanhar em nosso país.

Após isso, o Bispo Edir Macedo lança uma argumentação bem enfática, postulando que as pessoas que fazem parte do movimento político de esquerda têm realizado pactos e uniões com o diabo. É isso que podemos observar nesse recorte: “Nós estamos vendo aí... é... pessoas da esquerda... se unindo com o inferno dando sangue o próprio sangue para para o diabo... para Lúcifer... eles estão se unindo... todos os filhos das trevas estão se unindo com força... para que... o candidato da esquerda venha prevalecer...”. Por meio de um *ethos* de profeta de Deus, o orador afirma categoricamente que existem pessoas fazendo pactos de sangue com o mal para que Lula consiga vencer as eleições. Para argumentar dessa maneira, o orador utiliza um argumen-

to pragmático⁵, uma vez que o ato de fazer acordo com Lúcifer gera uma consequência favorável: fazer com que o candidato da esquerda leve a melhor no pleito eleitoral de 2022.

Outro detalhe que nos chama a atenção é que o orador utiliza o argumento de definição⁶ para caracterizar as pessoas da esquerda como “filhos das trevas”. Um argumento lançado dessa maneira poderá suscitar no auditório, entre outras, a paixão do ódio. “A cólera visa a causar sofrimento, ao passo que o ódio visa a causar dano, causar o mal” (Aristóteles, 2011, p. 136). Assim, com um discurso apresentado dessa forma, pessoas de extrema-direita poderão sentir ódio de militantes de esquerda e se digladiarem quando se encontrarem em passeatas ou em outros eventos. Notamos, desse modo, uma incongruência no discurso de Edir Macedo, pois como pode um pastor evangélico que se reveste de um *ethos* de profeta de Deus lançar asserções que podem despertar um sentimento tão perigoso em seu auditório? A nosso ver, esse orador almeja, em última instância, satisfazer as ideologias da extrema direita e, para isso, utiliza-se das mais diversas ferramentas possíveis, a exemplo de paixões inflamadas.

Após o Bispo máximo da IURD afirmar que as pessoas da esquerda estavam fazendo aliança com o reino do mal, ele agora orienta o modo como o povo de Deus deve agir. Ele enuncia: “por outro lado... o que que nós o povo de Deus aqueles que consideram de Deus... povo chamado pelo nome do Senhor Jesus Cristo que que nós vamos fazer? Cruzarmos os braços e ficar esperando o resultado?”. O *ethos* de guia-pastor está engendrado nesse ato retórico, uma vez que o orador direciona o seu auditório, mostrando que não se pode ficar esperando as ações do inimigo de braços cruzados, ao contrário, é necessário agir

5 “Denominamos argumento pragmático aquele que permite um ato ou um acontecimento consoante suas consequências favoráveis ou desfavoráveis” (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2014, p. 303).

6 “O procedimento mais característico de identificação completa consiste no uso das definições. As definições indicam qual o sentido conferido a uma palavra em certo meio, num certo momento” (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2014, p. 238).

contra isso. Reconhecemos, também, o uso do argumento por dissociação das noções⁷, uma vez que temos dois elementos: povo do diabo e povo de Deus. Essa oposição incita o auditório a tomar uma decisão sobre qual lado irá escolher no momento do voto no segundo turno das eleições presidenciais. A regra parece básica: se votar em Lula, você pertence ao reino do diabo; se votar em Bolsonaro, você pertence ao reino de Deus. Entendemos que, para as pessoas que confiam no *ethos* do Bispo Edir Macedo, essa escolha não será difícil de ser realizada.

Por meio de duas perguntas retóricas (que nós vamos fazer?; ficar esperando o resultado?), o orador interpela o seu auditório para que possa refletir e agir de acordo com o que determina esse pastor evangélico. Como o aconselhamento religioso é um gênero discursivo assimétrico, o auditório não é convidado a responder os questionamentos apresentados. Assim sendo, o próprio orador pergunta e ele mesmo ainda responde. Eis a resposta: “Não... veja só... eu busquei... no texto nos textos sagrados situação semelhante ao que nós estamos vivendo hoje e existem várias... e nós vamos aplicar... uma delas lá no livro de segundo crônicas no capítulo vinte fala as seguintes palavras presta atenção...”. Percebemos que novamente o *ethos* de profeta de Deus é apresentado nesse discurso, uma vez que Edir Macedo projeta e elabora as respostas a partir de textos bíblicos e, portanto, não devem ser questionadas pela cristandade. A fim de comprovar sua argumentação, o orador recorre ao argumento de autoridade, pois apresenta o livro de II Crônicas como sendo o portador das respostas para a problemática em tela. Como a crença cristã assevera que a Bíblia é um livro inspirado por Deus, esse argumento desperta uma expressi-

7 “A técnica de ruptura de ligação consiste, pois, em afirmar que são indevidamente associados elementos que deveriam ficar separados e independentes. Em contrapartida, a dissociação pressupõe a unidade primitiva dos elementos confundidos no seio de uma mesma concepção, designados por uma mesma noção. A dissociação das noções determina um rearranjo mais ou menos profundo dos dados conceituais que servem de fundamento para a argumentação” (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2014, p. 467-468).

va tentativa de convencer, persuadir, orientar pensamentos, modificar opiniões ou aumentar a adesão já conquistada.

Certamente, essas asserções lançadas por meio do aconselhamento do Bispo Edir Macedo encontram guarida nos textos bíblicos, como forma de comprovar diante de seu auditório que o discurso é verídico e todos podem acreditar. Ao agir desse modo, compreendemos que o uso do discurso teológico como forma de comprovação almeja despertar no auditório a paixão da confiança, uma vez que “sentimo-nos confiantes se aquilo que é capaz de nos prejudicar está distante e o que pode nos manter seguros, próximo” (Aristóteles, 2011, p. 141). Assim, com o uso do texto bíblico, o pastor objetiva mostrar ao auditório como deve agir para que a esquerda brasileira seja derrotada e a extrema direita prevaleça e continue no poder por mais quatro anos, liderada por Jair Messias Bolsonaro. Podemos notar que o discurso desse orador neopentecostal trilha caminhos persuasivos e estes podem conquistar mentes e corações, de acordo com as ideologias que são propagadas pelo orador destacado.

5.2 Momento retórico 2

Neste segundo momento retórico, o orador tem como principal objetivo apresentar ataques à mídia brasileira, afirmando que ela está ao lado do candidato da esquerda e atuando de modo a prejudicar o candidato da extrema direita. É o que poderemos ver a seguir:

a mídia poderosa mídia brasileira... que é esquerda...
está trabalhando fofoorte... para o candidato da es-
querda... nas pesquisas de intenção de voto nós vimos
que todas as pesquisas deram errado... elas falharam
todas elas falharam isso mostra que as pesquisas fo-
ram... é digamos foram encomendadas... para dis-
torcer os fatos e nós verificamos que foi justamente
o oposto... então os poderosos da mídia os poderosos
da mídia colocaram toda a força contra o candidato

da direita Jair Bolsonaro... agora os da esquerda estão correndo atrás juntando unindo forças para se colocarem contra o candidato da direita o que que fez então Jeosafá quando ouviu que... TODOS os inimigos feroces de Judá se reuniram quando ele ouviu isso o que que ele fez? ele ficou com medo... e ele pôs-se a buscar ao Senhor... Olha só que coisa linda né maravilhosa... isso serve para todos nós minha amiga e meu caro amigo... qualquer que seja a situação problema físico problema sentimental problema é familiar problema de saúde problema econômico... a gente resolve com Deus... buscando... ao Deus vivo que nós temos crido... claro se a pessoa não crer muito nele... fica difícil... (Fonte: excerto de um aconselhamento proferido pelo Bispo Edir Macedo, em 04/10/2022).

Este segundo momento retórico apresenta parte da narração/ confirmação do aconselhamento realizado pelo Bispo Edir Macedo. Esse orador argumenta que a mídia brasileira está ao lado da esquerda, manipulando as informações para enganar as pessoas sobre as pesquisas eleitorais. É o que podemos observar em: “a mídia poderosa mídia brasileira... que é esquerda... está trabalhando foooorte... para o candidato da esquerda... nas pesquisas de intenção de voto nós vimos que todas as pesquisas deram errado...”. Com uma enunciação encadeada desse modo, esse pastor evangélico intenciona despertar a indignação em seu auditório, sobretudo, para que perceba os malefícios causados pela grande mídia brasileira. “A indignação é o sofrimento experimentado diante da visão do êxito não merecido de uma pessoa” (Aristóteles, 2011, p. 154). Assim, conforme o orador, a mídia poderosa tem trabalhado a favor do candidato da esquerda, em detrimento do candidato da direita. Isso, na visão do Bispo Macedo, está fazendo com que o candidato Lula tenha mais vantagens diante da opinião pública. Ao mesmo tempo, tem despertado sentimento de indignação na ala de extrema direita.

Ainda nesse mesmo ato retórico, verificamos que o orador forja um *ethos* de negacionista, uma vez que tenta desacreditar o seu auditório sobre as pesquisas científicas que são realizadas com eleitores brasileiros, a fim de fazer um balanço numérico sobre as intenções de voto para presidente do Brasil. O líder máximo da IURD argumenta: “... elas falharam todas elas falharam isso mostra que as pesquisas foram... é digamos foram encomendadas... para distorcer os fatos e nós verificamos que foi justamente o oposto...”. Com efeito, o orador defende que as pesquisas foram encomendadas e que todas elas falharam porque o candidato Lula não venceu, por exemplo, as eleições no primeiro turno. Na verdade, ele distorce, porque as pesquisas não apontavam a certeza da vitória em primeiro turno. Através da negação, esse chefe religioso apresenta ao seu auditório um discurso manipulador, cuja função é fazer com que os seguidores acreditem que realmente tudo foi forjado pela grande mídia e o candidato da extrema direita foi apenas um mero injustiçado. Assim, o orador ataca a imagem do candidato da esquerda e, ao mesmo tempo, enaltece a imagem do candidato da extrema direita.

Por meio de muitas repetições nesse aconselhamento, o Bispo Edir Macedo defende que muitas pessoas poderosas da grande mídia trabalharam arduamente contra o candidato da extrema direita durante as eleições de outubro de 2022. O orador ressalta: então os poderosos da mídia os poderosos da mídia colocaram toda a força contra o candidato da direita Jair Bolsonaro...”. Nesse recorte, reconhecemos um *ethos* de manipulador, haja vista que o orador não apresenta, em seu discurso, nenhuma prova extrínseca ao seu ato retórico que possa comprovar as suas afirmações. Certamente, ele sabe que essas afirmações não são verdadeiras, mesmo assim ele as transmite para o seu auditório como se fossem. Podemos conjecturar a possibilidade de o orador despertar a paixão do medo em seus seguidores. “Definamos o medo como uma forma de padecimento ou perturbação gerada pela representação de um mal vindouro de caráter destrutivo ou penoso”

(Aristóteles, 2011, p. 137). Ou seja, se os poderosos da mídia estão apoiando o candidato da esquerda, um mal vindouro assolará o Brasil após uma vitória de Lula no pleito eleitoral. A argumentação do Bispo Edir Macedo aponta a tentativa de fazer com que o auditório não pense em hipótese alguma na possibilidade de votar em outro candidato a não ser Jair Bolsonaro, mantendo, dessa maneira, a extrema direita no poder.

O aconselhamento em tela está permeado de uma narrativa histórica bíblica, abordando o rei Jeosafá, que governava a nação de Judá, consoante história encontrada no livro de II Crônicas. O Bispo Edir Macedo lança a seguinte enunciação: “agora os da esquerda estão correndo atrás juntando unindo forças para se colocarem contra o candidato da direita o que que fez então Jeosafá quando ouviu que... TODOS os inimigos ferozes de Judá se reuniram quando ele ouviu isso o que que ele fez?”. Nesse momento, o orador se utiliza de uma pergunta retórica e recorre ao argumento de comparação⁸, uma vez que apresenta, primeiro, que as pessoas da esquerda estão se unido contra o candidato da direita; e, segundo, o rei Jeosafá também se viu cercado por inimigos que se uniram contra ele. Esse cotejamento entre duas situações completamente diferentes tem como principal objetivo mostrar ao auditório a necessidade de união, para que seja possível vencer os esquerdistas. Visualizamos, mais uma vez, um *ethos* de profeta de Deus, já que o orador busca a solução de um problema através de um texto bíblico, no sentido de que a Palavra de Deus tem uma resposta convincente.

Ao continuar a sua argumentação, o orador afirma textualmente que o rei Jeosafá teve medo ao saber que seus inimigos estavam tramando contra ele. O líder religioso preleciona: “ele ficou com medo... e ele pôs-se a buscar ao Senhor... Olha só que coisa linda né maravi-

8 “A argumentação não poderia ir muito longe sem recorrer a comparações, nas quais se cotejam vários objetos para avaliá-los um em relação ao outro” (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2014, p. 274).

lhosa... isso serve para todos nós minha amiga e meu caro amigo...”. Notamos aqui que o orador engendra um *ethos* de conselheiro, visto que indica esse modo de ação para o seu auditório. Além disso, almeja mostrar aos seus seguidores a importância de buscar a Deus em momentos de dificuldade. Para isso, se utiliza do argumento pelo exemplo⁹, ou seja, a ação do citado rei merece ser imitada, a fim de que as bênçãos sejam recebidas. Após isso, em sua asserção, o orador enfatiza: “qualquer que seja a situação problema físico problema sentimental problema é familiar problema de saúde problema econômico... a gente resolve com Deus... buscando... ao Deus vivo que nós temos crido... claro se a pessoa não crer muito nele... fica difícil...”. Ao final desse aconselhamento, através de repetições exaustivas, o Bispo afirma categoricamente que qualquer problema deve ser resolvido com Deus. O argumento pragmático surge nesse momento retórico quando o orador mostra que a crença em Deus gera uma consequência favorável: os problemas, quaisquer um deles, são resolvidos. Esse tipo de situação enfatiza todo o esforço divino e praticamente anula qualquer tipo de esforço humano, pois basta apenas acreditar em Deus que as coisas serão resolvidas de forma sobrenatural.

Com isso, percebemos que o Bispo Edir Macedo endossa, mais uma vez, o seu *ethos* de profeta de Deus e tenta despertar em seu auditório a paixão da confiança. Essa paixão “é oposto do medo, e o que nos inspira a confiança é o contrário daquilo que gera o medo. Assim, a esperança acompanha a representação de que as coisas que podem nos proporcionar segurança estão próximas e que as temíveis estão ausentes ou distantes” (Aristóteles, 2011, p. 140). Entretanto, segundo a enunciação em tela, só irá sentir confiança quem crer em Deus. Quem não crer, “fica difícil”. Portanto, é possível reconhecer nesse ato retórico extraído do aconselhamento que esse notável pastor evan-

9 “Na argumentação pelo exemplo, o papel da linguagem é essencial. Quando dois fenômenos são subsumidos sob um mesmo conceito, a assimilação deles parece resultar da própria natureza das coisas, ao passo que a diferenciação deles parece necessitar de uma justificação” (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2014, p. 406).

gético perscruta questões que atravessam o discurso religioso e também o político, apontando como as pessoas devem pensar e agir, neste caso, no segundo turno das eleições presidenciais brasileiras de outubro de 2022.

5.3 Momento retórico 3

Neste terceiro momento retórico, o orador interpela o seu auditório para que se desloque até o templo de Salomão, a fim de participar de uma oração pelo Brasil. Além disso, o Bispo Edir Macedo cria uma imagem negativa do candidato Lula, acusando-o de querer destruir a família tradicional. Essas informações poderão ser verificadas no ato retórico a seguir:

Então o templo de Salomão foi erguido sobre uma direção do Espírito Santo... é uma réplica... do templo que Jeosafá foi na sua época você pode também se quiser você pode ver o Templo de Salomão fazer a oração do tipo de Jeosafá uma vez na semana você pode vir aos domingos ou terça ou quarta você pode todo dia se você quiser se você enfim você vai manifestar sua fé você vai esboçar sua fé você vai colocar sua fé em prática você vai se humilhar diante do Altíssimo... mesmo diante lá no pátio... ali diante do templo de Salomão você que mora em São Paulo faça um sacrifício é pela sua terra... é pela sua família você sabe que... nós temos ouvido falar... que... você já deve ter ouvido falar que o pessoal da esquerda quer destruir a família que é destruir a família nós temos vídeos que o pessoal dele está dizendo... nós vamos destruir a família... então amiga e amigo se você quer mudar essa situação... faça sua parte... eu vou fazer a minha nós vamos fazer a nossa... e vamos esperar até o dia trinta e vamos ver quem é que vai ganhar... quem é que é o Deus verdadeiro pelo menos a gente vai saber... quem é o Deus vivo é ou não é... se é o Deus da esquerda ou o

Deus da direita... tá bom? Que Deus abençoe a todos...
(Fonte: excerto de um aconselhamento proferido pelo
Bispo Edir Macedo, em 04/10/2022).

No começo desse ato retórico extraído do aconselhamento do Bispo Edir Macedo, observamos que esse orador enaltece o templo de Salomão, construído no bairro do Brás, em São Paulo, pela IURD. Esse chefe religioso ressalta que o referido templo é uma réplica do que havia sido construído nos tempos bíblicos: “Então o templo de Salomão foi erguido sobre uma direção do Espírito Santo... é uma réplica... do templo que Jeosafá foi na sua época”. Constatamos, mais uma vez, que o Bispo Edir Macedo constrói um *ethos* de profeta, haja vista que recebeu uma orientação do Espírito Santo que determinou a construção do referido templo. Assim, esse local deve ser considerado como um verdadeiro santuário, pois não foi construído com mera iniciativa humana, mas sobrenatural. Essa argumentação encontra guarida no argumento de autoridade, com base no prestígio do Espírito Santo, cuja função é compor a Trindade divina da religião cristã e inspirar os profetas de Deus em suas ações.

A todo o momento, o orador implica o seu auditório para que saia de casa e se desloque até o templo de Salomão, a fim de que possa fazer uma oração de intercessão pelo Brasil diante do período eleitoral do segundo turno, ainda mais em razão de o candidato de extrema direita ter sido derrotado na primeira etapa da disputa eleitoral. Por meio do argumento pelo exemplo, o Bispo da IURD afirma: “você pode também se quiser você pode ver o Templo de Salomão fazer a oração do tipo de Jeosafá uma vez na semana você pode vir aos domingos ou terça ou quarta você pode todo dia se você quiser se você enfim você vai manifestar sua fé você vai esboçar sua fé você vai colocar sua fé em prática você vai se humilhar diante do Altíssimo... mesmo diante lá no pátio...”. Nesse momento, reconhecemos a construção de um *ethos* de guia-pastor, uma vez que o orador demonstra a tentativa de querer guiar o seu povo para um local onde será possível conse-

guir bênçãos e respostas para as orações dirigidas a Deus. Assim sendo, percebemos que o orador incita o auditório a ir ao templo de Salomão e através da repetição excessiva das expressões “você pode, você vai, sua fé”, o orador conclama o seu povo para que participe do clamor pelo Brasil. O argumento pelo exemplo é utilizado porque o orador mostra ao seu auditório a necessidade de fazer uma “oração do tipo de Jeosafá”, seguindo esse exemplo para obter êxito. Também podemos pensar no efeito possível da paixão da confiança, uma vez que o auditório necessita senti-la para poder tomar a atitude de sair de casa e se dirigir até o templo de Salomão, conforme as ordenanças do Bispo Edir Macedo.

Em seguida, o orador apresenta ao seu auditório as possíveis razões da necessidade de ir ao templo fazer orações e clamores a Deus: “ali diante do templo de Salomão você que mora em São Paulo faça um sacrifício é pela sua terra... é pela sua família”. A partir dessa justificativa, identificamos que o orador se utiliza de dois aspectos para fundamentar o seu argumento: terra e família. Dessa maneira, por meio de um *ethos* de patriota e conservador, que defende o seu país e as famílias que nele habitam, o orador mostra a importância de o seu povo, especialmente, o de São Paulo, comparecer ao templo para orações. Além disso, reconhecemos o uso do argumento pragmático, uma vez que a presença no templo e a oração realizada engendrará uma consequência favorável aos fiéis: o candidato da extrema direita vencerá as eleições e o Brasil não será governado por um esquerdista. Implicitamente, essas informações podem despertar a paixão do medo no auditório. Medo porque o Brasil poderia, nessa época, se tornar um país comunista, esquerdista, dominado por essas ideologias que, segundo os opositores, são diabólicas e atacam de forma avassaladora a pátria, a família e Deus. Esse seria aquele espantalho (comunismo), criado por um grupo de pessoas com esse pensamento que é guiado pelo referido pastor em torno desse pacote de manipulação e desin-

formação, acompanhado de um discurso falacioso e seus respectivos aspectos ideológicos.

Nessa esteira da tentativa de suscitar a paixão do medo, o orador aborda um assunto que foi muito discutido nos debates políticos e nos programas eleitorais. É o que podemos observar no seguinte momento retórico: “você sabe que... nós temos ouvido falar... que... você já deve ter ouvido falar que o pessoal da esquerda quer destruir a família que é destruir a família nós temos vídeos que o pessoal dele está dizendo... nós vamos destruir a família...”. Por meio de uma repetição excessiva (“quer destruir a família”), o Bispo Edir Macedo formula uma imagem sobremaneira negativa do candidato Lula, enfatizando que esse político, caso fosse eleito, iria destruir a família. Ao mesmo tempo, o Bispo formula um *ethos* de conselheiro, ou seja, de alguém que está alertando o povo para que não vote em hipótese alguma em uma pessoa que se propõe a destruir a família. Como forma de comprovar essa enunciação, o orador afirma possuir “vídeos que o pessoal dele está dizendo”. Assim, esse pastor evangélico recorre às provas extrínsecas, fora do ato retórico propriamente dito, objetivando comprovar sua argumentação diante do auditório. Em seu aconselhamento, o orador não apresenta nenhum vídeo com a fala do candidato sobre destruir a família, mesmo assim enfatiza essa questão. Por isso, outras paixões como o ódio, a indignação, a angústia, poderão ser sentidas por um auditório que se apresenta, em sua maioria, como de extrema direita e também conservador.

Na conclusão de seu aconselhamento, o orador, implicitamente, ordena que seu auditório vote no candidato Jair Bolsonaro: “então amiga e amigo se você quer mudar essa situação... faça sua parte... eu vou fazer a minha nós vamos fazer a nossa...”. Nessa enunciação, a expressão “fazer sua parte” significa ir ao local de votação, digitar o número 22 na urna eletrônica e confirmar no botão verde. O Bispo Edir Macedo traz à tona, mais uma vez, um *ethos* de amigo, tratando o auditório de uma forma afetiva. Ao mesmo tempo, coloca na mão

do auditório a iniciativa de mudar essa situação, ou seja, de virar o jogo político, já que o candidato da esquerda havia vencido o primeiro turno das eleições presidenciais.

Por fim, o orador preleciona: “e vamos esperar até o dia trinta e vamos ver quem é que vai ganhar... quem é que é o Deus verdadeiro pelo menos a gente vai saber... quem é o Deus vivo é ou não é... se é o Deus da esquerda ou o Deus da direita... tá bom? Que Deus abençoe a todos...”. Nesse último ato argumentativo, vemos o mais alto nível do argumento de dissociação das noções, uma vez que o orador faz uma diferenciação entre um Deus de esquerda e um Deus de direita, formulando uma oposição em nível extremo. O Deus da esquerda representa um povo que, como vimos no início, faz pacto de sangue com Lúcifer e, por essa razão, não merece credibilidade; o Deus da direita representa um povo que defende a pátria, a família, a religião e merece ser louvado. Como vemos, o orador formula um *ethos* de profeta de Deus, argumentando que existe, na disputa eleitoral, um outro tipo de duelo: a batalha dos deuses. Em seguida, o orador advoga que o Deus que conseguir ajudar o seu candidato a vencer as eleições será o Deus verdadeiro. Novamente, entendemos que o orador almeja despertar a paixão da confiança, a fim de que seu auditório acredite que o Deus da direita vencerá essa disputa.

Todavia, foi justamente o contrário que ocorreu no segundo turno das eleições presidenciais. Sabemos que o candidato Lula venceu as eleições com a maior votação já alcançada por um candidato de esquerda. Assim, se a argumentação do Bispo Edir Macedo fosse verdadeira, o Deus verdadeiro seria o do movimento esquerdista brasileiro, já que o Deus da direita não conseguiu atender as orações, os jejuns e as súplicas dos fiéis da IURD e, principalmente, de seu líder máximo. Assumimos que esse discurso apresentado pelo Bispo Edir Macedo é manipulatório, no sentido de querer que o auditório pense e haja de acordo com teses falsas que não encontram respaldo pelo menos em uma verossimilhança plausível. A argumentação desse orador re-

ligioso se desmoronou, haja vista a vitória de Lula como novo presidente do Brasil, assumindo seu cargo em janeiro de 2023 até dezembro de 2027.

6 Considerações finais

Neste capítulo, enveredamos pelos caminhos da retórica, que é uma disciplina capaz de mostrar de que maneira um determinado discurso apresenta elementos de natureza persuasiva. Aprendemos que essa teoria milenar é muito importante, pois contribui com a análise de discursos que visam persuadir sujeitos. De nossa parte, focalizamos os nossos esforços analíticos na esfera do discurso religioso de vertente evangélica, a partir de um aconselhamento do Bispo Edir Macedo, líder da IURD e um dos mais influentes pastores evangélicos do Brasil. Esse orador, em seu aconselhamento, mostrou ser um sujeito estrategista, que utiliza dispositivos argumentativos com intenções de conquistar a adesão do auditório, no que concerne às questões políticas sobre as eleições presidenciais brasileiras.

No que diz respeito ao *ethos*, foi possível perceber que o orador apresentou, com maior recorrência, um *ethos* de profeta de Deus, isto é, alguém que apresenta, em seu discurso, as mensagens enviadas por uma voz do além, do campo sobrenatural da fé. Além disso, também identificamos o *ethos* de amigo, pois esse chefe religioso se dirigiu ao seu auditório de maneira afetiva, despertando efeitos passionais que podem suscitar a paixão da amizade. Assim sendo, a argumentação do Bispo Edir Macedo embasada no *ethos* revela uma imagem de si que consegue construir uma credibilidade e uma legitimidade para esse orador. Certamente, milhões e milhões de pessoas veem Macedo como um homem de Deus e confiam nele, razão por que a IURD tem vários templos e fiéis espalhados por várias partes do mundo.

Acerca do *pathos*, vimos que o orador tentou despertar algumas paixões em seu auditório. Assumimos que a principal delas foi a confiança, pois sem ela o auditório não apresenta condições para credi-

tar nas afirmações proferidas pelo orador. Além da confiança, paixões como o medo foram suscitadas via discurso do orador, uma vez que se argumentou que o candidato da esquerda, caso fosse eleito, iria destruir a família, manter vínculos com o diabo e iria acabar com a sociedade brasileira. Por conta disso, muitas pessoas talvez tenham sentido essa paixão e ter mesmo votado no candidato da extrema direita apenas para livrar o Brasil de um movimento que, segundo o orador, fez pacto de sangue com Lúcifer.

Sobre o *logos*, identificamos que o orador apresentou em seu aconselhamento um punhado de argumentos, entre eles, destacamos o de autoridade e o pragmático. No primeiro caso, o Bispo Edir Macedo apresentou nomes de prestígio para argumentar, a exemplo de Deus, Espírito Santo, Jeosafá. No segundo, explorou as causas e as consequências de uma possível vitória do candidato da esquerda no segundo turno das eleições. Logo, uma vitória de Lula, na concepção desse líder religioso, seria um verdadeiro caos para a sociedade brasileira de base conservadora que segue princípios ideológicos estritamente de base religiosa.

Antes mesmo de encerrar as nossas considerações finais, é oportuno retomar as nossas questões norteadoras: de que maneira se configurou a tríade retórica no aconselhamento destacado? Quais os efeitos de sentido engendrados através do discurso do referido pastor evangélico? Após as nossas análises, identificamos que a tríade retórica está inter-relacionada e o orador organizou a sua argumentação a partir desse tripé retórico que serviu de prova argumentativa para as asserções lançadas diante do auditório. Sobre os efeitos de sentido, percebemos que existe uma dicotomização de teses entre direita e esquerda. Ao tempo em que o Bispo Macedo sataniza o candidato da esquerda e todo esse grupo, ele enaltece o candidato da direita e todo esse grupo. Nesse sentido, a argumentação em tela percorre um discurso belicoso, capaz de provocar sérios conflitos em uma sociedade

tão polarizada como é a nossa desde o golpe previamente organizado em desfavor da ex-presidente Dilma Rousseff.

Por fim, concluímos esse capítulo dizendo que a pós-verdade não “diz respeito apenas às notícias falsas, mas compromete a informação destinada ao grande público. Cabe aos atores envolvidos proteger-se ou combatê-la. As contraverdades que são lançadas no espaço público a todos os cidadãos colocam um problema para a democracia” (Charaudeau, 2022, p. 152). Urge a necessidade de estudos que mostrem as manifestações languageiras de discursos que tentam manipular a verdade, induzindo o auditório a diferentes tipos de engodo, a exemplo do que vimos nesta investigação. Os estudos discursivos têm um compromisso inadiável com essa problemática, contribuindo com o entendimento de tais práticas. A missão está dada, então, devemos cumpri-la a partir de diferentes reflexões teóricas, metodológicas e analíticas.

Referências

- ARISTÓTELES. **Retórica**. Tradução Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2011.
- BARBOSA-SILVA, Samuel; ROCHA, Max Silva da. O jejum nacional: uma análise discursiva sobre os efeitos de sentido. **Fólio** – Revista de Letras, v. 14, n. 2, p. 301-320, jul./dez. 2022. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/folio/article/view/10912>. Acesso em: 06 jun. 2023.
- BARTHES, Roland. **A aventura semiológica**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- CAMPOS, Leonildo Silveira. **Teatro, templo y mercado**: comunicación y marketing de los nuevos pentecostales en América Latina. Quito/Equador: Ediciones Abya-Yala, 2000.
- CATUNDA, Marcus Túlio Tomé. **Discurso, cognição e sociedade**: o discurso religioso na Igreja Universal do Reino de Deus – IURD. 2016. 211 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

CHARAUDEAU, Patrick. **A manipulação da verdade**: do triunfo da negação às sobras da pós-verdade. Tradução Dóris de Arruda C. da Cunha; André Luís de Araújo. São Paulo: Contexto, 2022.

CÍCERO. Do orador. Tradução Adriano Scatolin. In: SCATOLIN, Adriano. **A invenção no Do orador de Cícero**: um estudo à luz de *Ad Familiares* I, 9, 23. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

CITELLI, Adilson. **Linguagem e persuasão**. 15. ed. São Paulo: Ática, 2002.

DREHER, Martin N. **História do povo de Jesus**: uma leitura latino-americana. São Leopoldo: Sinodal, 2013.

FERREIRA, Luiz Antonio. **Leitura e persuasão**: princípios de análise retórica. São Paulo: Contexto, 2015.

FIORIN, José Luiz. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2017.

FRESTON, Paul. **Protestantismo e política no Brasil**: da constituinte ao impeachment. 1993. 307f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 1993.

HALLIDAY, Tereza Lúcia. **O que é retórica**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MATEUS, Samuel. **Introdução à retórica no séc. XXI**. Covilhã: Editora LabCom.IFP, 2018.

MENDONÇA, Antonio Gouvêa; VELASQUES FILHO, Prócoro. **Introdução ao protestantismo no Brasil**. São Paulo: Edições Loyola, 1990.

MORAIS, Eduardo Pantaleão de. **O macroethos racional e o afetivo na argumentação do julgamento do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff**. Campinas: Pontes Editores, 2019.

MOURA, João Benvindo de. **Análise discursiva de editoriais do Jornal Meio Norte**: um retrato do Piauí. Teresina: EDUFPI, 2020. Disponível em: <http://editorapathos.com.br/analise-discursiva-de-editoriais-do-jornal-meio-norte-um-retrato-do-piaui/>. Acesso em: 05 jun. 2023.

MOURA, João Benvindo de; ROCHA, Max Silva da. Atos retóricos de linguagem em discursos do orador Jesus de Nazaré. **Fólio** – Revista de Letras, v. 13, n. 2,

p. 149-171, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/folio/article/view/9807>. Acesso em: 06 jun. 2023.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e. **Manual de pesquisa em estudos linguísticos**. São Paulo: Parábola Editorial: 2019.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. Tradução Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

REBOUL, Olivier. **Introdução à retórica**. Tradução Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ROCHA, Max Silva da; MELO, Deywid Wagner de. A argumentação quase lógica em uma conversa entre os oradores Jesus Cristo e Nicodemos. **Revista (Con)Textos Linguísticos**, v. 14, n. 19, p. 284-298, dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos/article/view/31370>. Acesso em: 06 jun. 2023.

ROCHA, Max Silva da. Jesus e Zaqueu: um encontro fundamentado nos lugares da argumentação retórica. **Interações**, v. 16, n. 1, p. 180-198, 30 mar. 2021. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/interacoes/article/view/23863>. Acesso em: 07 jun. 2023.

ROCHA, Max Silva da. **A retórica no discurso religioso: oradores protestantes e o sermão oral**. Campinas: Pontes Editores, 2022.

ROCHA, Max Silva da; ROBERTA, Karen Estefanine; MOURA, João Benvindo de. A argumentação polêmica em pronunciamentos do pastor Silas Malafaia. **Verbum – Cadernos de Pós-graduação**, v. 12, n. 1, p. 124-148, maio 2023. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/verbum/article/view/60472>. Acesso em: 06 jun. 2023.

SOUSA, José Maria de Melo. **O ethos no discurso pastoral do neopentecostalismo brasileiro**. Teresina: EDUFPI, 2020. Disponível em: <http://editorapathos.com.br/o-ethos-no-discurso-pastoral-do-neopentecostalismo-brasileiro/>. Acesso em: 05 jun. 2023.

TRINGALI, Dante. **Introdução à retórica: a retórica como crítica literária**. São Paulo: Duas Cidades, 1988.



OS IMAGINÁRIOS SOCIODISCURSIVOS EM DISCURSOS ANTICOMUNISTAS NAS REDES SOCIAIS

Dalila Maria Silva de Macêdo

Introdução

A construção de imagens significativas de seres, objetos e sujeitos, assim como suas representações na sociedade, são nomeados por estereótipos ou imaginários e são compartilhados nos grupos sociais por meio do discurso, se enraizando no íntimo de cada integrante de uma determinada realidade.

Os estereótipos de modo geral são concretizados como representações do senso comum em formas de clichês, preconceitos ou opiniões, geralmente para informações de cunho negativo, disseminadas sobre um determinado fato ou discurso construindo uma modelo de identidade social, denominado por Charaudeau (2017) como “elo social”. Em contrapartida, compreender o que seja um estereótipo é subjetivo, pois depende do juízo de valor dado por alguém para que se torne algo verídico ou não, mas não sendo definitivo, já que é maleável a depender do grupo ou dos sujeitos que os julgam.

Assim, as imagens construídas se tornam estereótipos quando se fixam por meio de contratos existentes em determinados universos culturais e que tomam significados a partir das práticas discursivas de cada comunidade passando a “[...] determinar, em graus variados,

a maneira de pensar, de sentir e de agir dos indivíduos” (Mello, 2012, p. 5).

A nomenclatura “imaginário” também é bastante subjetiva e compõem-se em uma abrangência de conceituação. Tais variações ocorrem a depender do grupo/contexto em que a definição é utilizada. De acordo com Charaudeau (2017), a definição do termo imaginário torna-se muitas vezes uma problemática visto que o seu sentido é usado de diferentes formas.

Diante disso, Charaudeau (2017) compreende que o engendramento de seres e sujeitos são compartilhados nos grupos sociais através de um discurso e se enraízam no íntimo do sujeito ou de uma comunidade. Assim, Charaudeau, dentro da sua teoria, a Semiologia, não se preocupa em afirmar o imaginário como uma verdade ou mentira, mas sim como conhecimentos que sirvam para representar as diversas imagens que circulam na sociedade.

Baseado nessa breve explanação acerca desses pressupostos, esse trabalho tem como principal objetivo analisar e desvelar os imaginários sociodiscursivos presentes em postagens que abordam o anti-comunismo nas redes sociais relacionando os saberes de crença e os saberes de conhecimento mobilizados para compartilhar, argumentar e seduzir.

Com isso, é possível analisar discursos dentro do âmbito midiático tendo em vista a abrangência analítica que a Semiologia promove, a qual inclui elementos linguísticos vinculados a conhecimentos e crenças compartilhados dentro de uma sociedade, levando em conta o contexto e a cultura de cada comunidade.

Para realizar o presente trabalho, foram divididas duas sessões. A primeira trata-se de uma revisão bibliográfica e da produção teórica dos postulados lidos acerca dos imaginários sociodiscursivos de Patrick Charaudeau, tendo como base sua teoria, a Semiologia (TS). A segunda fase é formada por análises realizadas de 3 postagens coletadas

de uma das maiores redes sociais, o Facebook, utilizando como embasamento teóricos aspectos da categoria da TS aqui explanada.

2 Imaginários sociodiscursivos da Semiologia

Segundo Charaudeau (2017), os “imaginários” são compreendidos de forma geral como algo fora da realidade, uma ficção, uma ilusão. Dentro do âmbito artístico se tornam elementos essenciais para a representação do mundo fictício. No campo das ciências humanas há uma variação interna ao grupo tendo em vista as disciplinas existentes nessa área, assim, a função do termo “imaginário” vai ser individual ao ensino de História e ao de Linguagens.

Desse modo, há um processo pelo qual os imaginários passam: o primeiro seria um pensamento clássico do século XVIII, que adota o imaginário como adjetivo (fantasia, loucura), no segundo processo há um rompimento com o clássico e Freud estabelece a relação do imaginário com o inconsciente individual e social. No terceiro e último processo a antropologia considera os imaginários como discursos que sistematizam as sociedades.

É nesse processo que os imaginários são analisados como demonstrações dos comportamentos da coletividade nos diversos campos sociais, sendo estes, artístico, político, filosófico, jurídico, religioso, etc.

Sendo assim, no campo da Análise de Discurso, Charaudeau impõe uma nova nomenclatura, imaginários sociodiscursivos, com o intuito de romper com os conceitos que limitam o significado de imaginários e também para relacionar com a perspectiva psicossocial da sua teoria, a Semiologia, que tem embasamentos na Psicologia Social de Serge Moscovici, o qual nomeia as simbolizações do mundo como “representações sociais”. Tendo em vista toda a subjetividade de conceitos, Charaudeau (2017), vai expor sua ideia de imaginário sociodis-

cursivo como conhecimentos compartilhados que representam e simbolizam crenças, ideias individuais e coletivas.

Assim, baseado no autor, os imaginários sociodiscursivos são mecanismos para a significação do mundo, do comportamento dos sujeitos, dos objetos e das transformações da realidade por meio das representações sociais. Tais representações transmitem conhecimentos e imagens através do discurso e das diversas formas de linguagem e de comunicação.

De acordo com Monnerat (2012), os fatos criam sentidos por meio das linguagens semiológicas, abrangendo para o discurso o processo de representação e construção ideológica do mundo, ou seja, da simbolização e significação da realidade.

[...] o texto deixa de ser compreendido somente sob o aspecto estrutural e passa a ser entendido, sob o prisma discursivo, em função das formações ideológicas que o condicionam, ou seja, a materialidade textual atualiza, em discurso, a língua, por meio da qual as ideologias e os sistemas de representação social se veiculam na representação constituída entre linguagem e realidade (Monnerat, 2012, p. 308).

De acordo com Charaudeau (2017), os imaginários sociodiscursivos são depositados no inconsciente coletivo e reproduzidos naturalmente dentro da comunidade. Tais imaginários ainda podem se transformar e modificar de acordo com as regras existentes nos grupos sociais, bem como com as características que cada imaginário se fundamenta. Ou seja, um elemento pode ser captado por variados imaginários em diferentes esferas coletivas, a partir dos discursos.

Assim, a depender do âmbito social, o imaginário possui um valor e um julgamento positivo e aceitável ou negativo, esses julgamentos baseiam-se nas práticas sociais, nas normas e nos valores estabelecidos em cada grupo, conforme exemplifica Charaudeau (2017, p.

579) “[...] o imaginário de Tradição será marcado de maneira positiva no domínio da prática religiosa e, por vezes, no da política, enquanto será marcado negativamente nos domínios econômico e tecnológico”.

Portanto, tais formações imaginárias dependem de um jogo de condições de produção dos sujeitos, levando em conta o contexto e o local em que vivem, ou seja, a depender do ambiente em que o sujeito se localiza, os valores e crenças criados de uma informação (imaginários) podem ser diferentes. Por exemplo, os participantes de uma periferia possuem imaginários diferentes dos sujeitos que se localizam no centro urbano, que são distintos dos imaginários que moram em uma zona interiorana.

Os imaginários sociodiscursivos, nesse sentido específico, possuem funções direcionadas à simbolização do mundo a partir das práticas discursivas que exprimem os pensamentos e verdades de quem as realiza, essas simbolizações criam, ainda, valores, crenças e comprovam os comportamentos dos sujeitos dentro da sociedade por veiculação dos discursos narrativos e argumentativos, conforme aponta Charaudeau (2017).

[...] De fato, ele resulta de atividade de representação que constrói os universos de pensamento, lugares de instituição de verdades, e essa construção se faz por meio da sedimentação de discursos narrativos e argumentativos, propondo uma descrição e uma explicação dos fenômenos do mundo e dos comportamentos humanos (Charaudeau, 2017, p. 579).

Os imaginários apresentam imagens mentais de forma explícita (discurso direto, expressões) e implícita (alusões). Esses meios de compartilhamento de saberes comprovam que os imaginários sociodiscursivos não são representações genuínas e puras, pois precisam de conhecimentos prévios, de interferências e intenções dos sujeitos participantes para que se materializem como real. Como afirma

Monnerat (2012, p. 310) “[...] nesse processo de representação, selecionam-se, além de palavras, outros sistemas simbólicos, como imagens, cores, sons etc., que se articulam, como mecanismos de construção de significâncias”.

Para compreender os imaginários sociodiscursivos é importante ter o conhecimento histórico e real deles, tendo em vista o seu surgimento, seu significado e constituição, como se materializa e também como é percebido pelos sujeitos. Esses imaginários são constituídos no próprio processo de semiotização de mundo. Nele os quatro sujeitos vão participar ativamente no ato de linguagem.

Sendo assim, o processo de semiotização do mundo se desenvolve através dos elementos de transformação e transação. Segundo Côrrea-Rosado (2014), a relação entre os fenômenos de transformação, os quais podem ser explicitados como meios que modificam ou que evoluem e transformam um mundo a significar (mundo referencial) em um mundo significado; e os fenômenos de transação, os quais levam em conta as interações, reflexões entre os sujeitos dentro de um contexto já significado.

Desse modo, a construção do sentido através do ato de linguagem, envolve processos que exigem a interação dos sujeitos com a comunidade a que pertencem e também entre si, pois a semiotização depende de influências dos sujeitos, trocas reflexivas de visão de mundo, contextos sociocomunicativos e valores individuais e coletivos de cada sujeito que realiza o ato de linguagem.

A partir de tais fatos, Charaudeau (2001) afirma que as encenações realizadas pelos sujeitos vão além de estabelecer uma verdade absoluta, buscando convencer, persuadir e fazer o interlocutor concordar com o que está sendo dito pelo sujeito locutor.

Dentro desse processo de encenação e de semiotização do mundo por meio do ato de linguagem, existe também uma relação contratual entre os sujeitos para que os objetivos da linguagem sejam alcançados. Nesse sentido, a depender do contexto em que os interlocutores

estejam inseridos, o ato de linguagem estabelece um contrato, levando em conta as intenções em comum existentes dentro desse grupo comunicacional, ou seja, a relação contratual muda de acordo com os objetivos sociocomunicativos de uma comunidade.

A partir de tais reflexões, para que os imaginários se materializem, é necessária uma consonância semântica discursiva dentro de um grupo, ou seja, precisa-se de um conhecimento ou verdade em comum para que o imaginário se concretize naquele “local”. A percepção dos imaginários sociodiscursivos depende dos sujeitos envolvidos caracterizando dois tipos de imaginários, os pessoais e os sociais, os quais referem-se, respectivamente, ao reconhecimento pessoal de cada sujeito perante um imaginário e à simbolização a partir das práticas sociais de um grupo.

Sendo assim, a estruturação dos imaginários ocorre mediante os saberes, que são veiculados pelo discurso. E é por meio desses saberes que se organizam os pensamentos, as crenças e as ideologias que determinam a construção dos imaginários sociodiscursivos. Nessa lógica, Charaudeau (2017) compreende os saberes de conhecimento e os saberes de crença, podendo ser ainda subdivididos.

Os saberes de conhecimento voltam-se para a determinação de fatos estabelecidos como verdade, os quais são fixados na sociedade de forma genérica sem a interferência e julgamentos dos sujeitos. São saberes que utilizam dessa verdade para explicar o mundo de forma objetiva e sem abertura para modificações ou outras significâncias, o homem é visto de forma passiva e imparcial sem local de expressar seu juízo e parecer.

Nos saberes de conhecimento, o discurso realizado é uma imposição de verdade absoluta e objetiva e é naturalmente aceita e acatada dentro de uma comunidade, pois possuem dados incontestáveis. Diante disso, tais saberes desenvolvem outros dois: o saber científico e o de experiência.

Os saberes científicos são aqueles obtidos por meio da observação e experiência e que são comprovados como verdades. São os saberes científicos que as teorias se encaixam, as quais apesar de proporcionarem uma liberdade de contestação e refutação, possuem provas e garantias da sua veracidade através de materiais e mecanismo físicos.

Os saberes de experiência têm a mesma função de representar o mundo a partir das experiências de cada um ou de um todo, entretanto, são fatos que não precisam ser comprovados como verdade, pois, as experiências que os indivíduos praticam possuem o mesmo valor. Tais saberes têm como suporte o empirismo, portanto, através das vivências dos sujeitos e das formas culturais de representar o mundo, surge uma verdade sem a necessária comprovação científica, mas com a mesma validade.

Tratando dos saberes de crença, pode-se entendê-los como meios de explicação e reconhecimento do mundo – sem a necessidade científica ou de experiência – dada pelo julgamento e opiniões dos sujeitos perante as informações compartilhadas e reconhecidas como real, as quais são repassadas no seu meio social. Diferente dos saberes de conhecimentos, os sujeitos têm um papel de protagonista em determinar e compartilhar a verdade no seu meio de convivência. Conforme afirma Charaudeau (2017, p. 583), “Já não tratamos mais de uma enunciação de um ‘ele-verdadeiro’, mas sim um ‘nós-verdadeiro’, que interioriza o saber e ao mesmo tempo o deseja compartilhado, ainda que, nesse caso não ele não seja verificável”.

Os saberes de crença concebem também outros dois conhecimentos: os saberes de revelação e de opinião. O saber de revelação são informações que estabelecem uma verdade, que não necessita de comprovações reais e precisas, mas que têm um grande valor sacro, sua comprovação é firmada em textos sagrados. Esse saber se encontra além da intercepção dos sujeitos, mas na condição que o mesmo se correlacione e compartilhe dessa verdade inteiramente.

Dessa maneira, os saberes de revelação possuem um papel de interdependência com o sujeito, exigindo que o mesmo consinta e adote as crenças e valores que esses saberes abrangem. Esse saber impõe verdades, que se disseminam e se fortalecem dentro da sociedade, se transformam em doutrinas, dogmas e ideologias e, portanto, em representações incontestáveis que por consequência cultural passam a ser respeitadas e seguidas. Um exemplo desse tipo de saber é a Bíblia, por ser um dos livros mais antigos existentes e utilizado em contextos e condições em que a maioria respeita, acaba se tornando uma verdade absoluta.

Os saberes de opinião, como o próprio nome já preconiza, surgem a partir da análise e julgamento pelo sujeito acerca dos fenômenos que representam a realidade, como certifica Charaudeau (2017, p. 584) “[...] não é o mundo que se impõe ao sujeito, mas o sujeito que se impõe ao mundo”. A partir dessa asserção percebemos que os sujeitos nas suas interpretações utilizam saberes, termos, imaginários diferentes para representar fatos com o mesmo sentido.

Os saberes de opinião também são firmes quando se aceitam as diversas verdades que os sujeitos se submetem e defendem. Entretanto, são subjetivos, pois promovem aberturas a contradições e discussões no processo de partilha de informação. Charaudeau (2017), classifica os saberes de opinião em categorias: opinião comum (caráter generalizado), relativa (julgamento individual e coletiva) e coletiva (grupo julgando outro grupo).

Linhares (2021), analisa bem os saberes no seu *corpus* de tirinhas retiradas de uma coleção do ensino médio. A autora organiza um quadro de identificação dos saberes sociais e delimita alguns discursos dos personagens, e, a partir das falas deles, consegue estabelecer o saber e o imaginário existente. Em uma dessas, “Que horas vou ser criança?”, apesar de todo o contexto da encenação, a fala chama atenção para um saber de conhecimento de experiência e reflete para o imaginário de que as crianças precisam de um tempo para brincar e não só para seguir regras.

Em suma, é perceptível que os imaginários sociodiscursivos vão além de uma simples representação social genérica e estável, pois considera desde aspectos coletivos – como a condição de produção dos discursos, o contexto social, histórico e cultural, as crenças e valores de um grupo – até os aspectos individuais voltados para as opiniões, conhecimentos e experiências dos sujeitos. E, ainda, leva em conta tais representações como meios de perceber e entender o mundo.

Com base nesses aspectos teóricos expostos, a seguir serão identificados os imaginários presentes em determinados discursos, assim como os saberes que os rodeiam e que proporcionam os seus surgimentos e compartilhamentos.

3. Os imaginários sociodiscursivos acerca do anticomunismo presentes em postagens

A polarização que tomou conta dos discursos realizados atualmente nas redes sociais, principalmente de cunho político, tem influenciado a construção de representações dos diferentes cenários sociais com relação ao ressurgimento dos discursos e de posicionamentos anticomunistas em detrimentos dos fatos recorrentes no mundo, em foco no Brasil.

Nesse sentido, tendo em mente que os imaginários sociodiscursivos são construídos e disseminados a partir das práticas sociais e das visões de mundo dos sujeitos, têm surgido diversas imagens na atualidade política que põem em evidência a observação das condições de produção, o contexto social, histórico, cultural e político, assim como os sujeitos que participam do processo do ato de linguagem.

Procópio e Vieira Filho (2020) relembram que os saberes e os imaginários sociodiscursivos definidos por Charaudeau (2017) não são estritamente uma verdade ou mentira absoluta, mas o seu compartilhamento sujeita-se aos meios de produção e compreensão da encenação.

Assim, para esta análise, vai ser possível desvendar o processo de engendramento dos imaginários, acerca do ressurgimento do an-

ticomunismo nas redes sociais, por intermédio de três *posts* retirados da mídia social Facebook: as duas primeiras publicações no ano de 2020 e a terceira repostada em 2022.

Figura 1 – *Post* Facebook

Quando você luta pelo fim da
desigualdade, mas vai dentro da
cordinha pra não se misturar com os
pobres 🤔🤔🤔



Fonte: Facebook. Perfil Jucelino Bezerra. Disponível em: <https://m.facebook.com/photo.php?fbid=3390371431077691&id=100003146017713&set=p.3390371431077691&source=47>. Acesso em: 15 set. 2021.

O *Post* 3, publicado no dia 06/11/2020 no Facebook, retrata Manuela D'Ávila, ex-deputada federal do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), em um evento de carnaval participando de um local “privilegiado” e mais protegido do evento expressando alegria e satisfação. Na legenda o sujeito comunicante apresenta uma ideia contraditória com a preposição “mas” em relação ao comportamento da deputada, ao exigir que ela adote atitudes de pauperização por aderir o ideal comunista. Esse discurso é comprovado na legenda em que ele diz “Quando você luta pelo fim da desigualdade, mas vai dentro da cordinha para não se misturar com os pobres”, já que cordinha, no carnaval, é, na sua maioria das vezes, ocupada por pessoas em classes mais altas e privilegiadas perante a grande parte da população que ficam na multidão.

A partir disso, podemos identificar que esse *post* coloca em interdependência dois tipos de saberes: o de crença de opinião coletiva e o de crença de opinião comum para construir o imaginário sociodiscursivo. Tratando inicialmente do imaginário identificado, ele representa a ideia de que os sujeitos que defendem ou se declaram a favor dos ideais comunistas não podem se colocar em locais de privilégios sociais, e devem limitar-se ao mínimo. É importante retratar que esse imaginário é fruto de uma retórica da coletividade dominante que não abre seus espaços para as pessoas que nunca tiveram acesso e para aqueles que lutam pela fuga do limbo da sociedade.

Assim, o saber de crença de opinião coletiva compreende o julgamento de um grupo sobre o outro, delimitando características essenciais diferentes da dele. Logo, o saber de crença de opinião coletiva identificado nesse imaginário é definido e compartilhado por uma parte da população, a sua maioria, da direita mais radical e que, pela análise do *corpus*, vai ao encontro dos ideais bolsonaristas, tendo em vista o período de publicação do *post* ocorrer após a eleição do atual presidente Jair Bolsonaro e seguem uma linha de pensamento em comum com ele e com seus seguidores.

O saber de crença de opinião coletiva que estrutura esse imaginário se fragmenta de um saber de crença de opinião comum, pois, ao mesmo tempo que exprime representações compartilhadas coletivamente e que já se encontram no íntimo dos sujeitos brasileiros – a tradição carnavalesca da “cordinha” adotada no Brasil –, são informações que dividem opiniões quando envolve a interpretação da deputada como incoerente.

Ou seja, os grupos que são contra os ideais e o sistema comunista, naturalmente vão ter uma formação imaginária de uma atitude contraditória e hipócrita da Manuela D’Ávila, como foi constatado na análise. Em contrapartida, para aqueles que apoiam e compreendem bem os ideais comunistas, poderão ter outros imaginários quanto ao comportamento dela, já que o comunismo não declara o impedi-

mento de acesso a locais privilegiados, mas busca desconstruir essa retórica e emprega a riqueza universal.

Ainda, pode-se comprovar a parcela da população que toma como real tais imaginários observados nos seguintes comentários do *post*: “Pois é, uma patricinha bancando de protetora dos oprimidos!!! Grande BALELA!!” e “Todos iguais, mas uns mais iguais que os outros”. Isso prova que os imaginários construídos se disseminaram por meio das redes sociais e atingiram os sujeitos destinatário e interpretante que, por meio dos comentários, continuam compartilhando essa simbolização como verdade absoluta.

Figura 2 –



Fonte: Facebook. Perfil Departamento Soviético de Produção de Memes. Disponível em: <https://www.facebook.com/DeptSovieticoMemes/photos/charge-que-melhor-relata-nossa-situa%C3%A7%C3%A3o-atual-co-mandantemarcvs/1162953784096050/>. Acesso em: 20 set. 2021.

O *post* acima, observado como um meme, foi postado na data 23/01/2020 pelo Facebook, compõe um jogo de imagens formadas por um homem bem-vestido que aparenta um ar ardiloso e por um outro indivíduo vestido com uma blusa amarela que expõe distração e manipulação. O primeiro homem descrito realiza a seguinte fala “Olha o comunismo”, que é elementar para a formação de sentido do meme.

Considerando os gêneros midiáticos, em foco os memes, é importante considerar que os elementos visuais verbais e não-verbais,

assim como o processo intertextual dos sujeitos que participam do ato de linguagem, se tornam essenciais na construção de sentido da publicação. Conforme afirma Porto (2018, p. 12) “[...] Além disso, os memes são, em sua maioria, formados de imagem associada a texto verbal e, portanto, é possível que se observe neles a construção e relação entre objetos de discurso visuais e verbais”.

A partir disso, pode-se perceber a formação de dois imaginários. O primeiro é “Quem usa a camisa amarela é um defensor da direita e está associado a um eleitor bolsonarista”, esse imaginário, atualmente, surge do saber de crença comum e se dá por todo o discurso e representação que o presidente criou ao longo do período eleitoral e durante o seu governo, intitulando-se como patriota e adotando as cores verde e amarela como representantes do seu partido.

Em conjunto dessa ideia, a identificação do segundo e principal imaginário analisado nessa postagem é de que existe uma ameaça comunista no Brasil. Esse imaginário se forma a partir da crença dos cidadãos patriotas de que o comunismo é um dos maiores perigos e riscos de destruição da sociedade brasileira. Essa constatação é observada na ação do homem bem trajado em enganar o cidadão brasileiro com a frase “Olha o comunismo!” para roubá-lo.

Sendo assim, verifica-se que a “vítima” dessa encenação carrega imaginários compartilhados por vários membros da sociedade brasileira, mas que foram inicialmente manipulados pelos próprios integrantes de domínio e representatividade social e que, de acordo com o meme, é um imaginário que serve de “instrumento” para enganar e trapacear os que seguem o ideal.

Ou seja, entende-se, a partir desse imaginário, que as pessoas, não buscam conhecimentos e informações verídicas acerca do sistema e ideal comunista no Brasil, depositando sua confiança e reproduzindo os discursos anticomunistas como justificativa dos problemas sociais.

O saber que estrutura esse imaginário é o de crença de opinião coletiva. É provável que esse saber se transformou de uma crença

de opinião relativa quando ainda eram reconhecidos por indivíduos sem tanta influência social e mais limitados a um pequeno grupo, mas que ao chegar a uma posição política respeitável, como o atual presidente Jair Bolsonaro se encontra atualmente, os discursos dessas crenças se propagaram em larga escala por aqueles que apoiavam a ideia, até que tomou a posição de uma crença coletiva compartilhada por um grande grupo. Essa propagação é explicada por Charaudeau (2010, p. 123) “[...] a opinião pública [...] quase sempre é tratada como uma entidade mais ou menos homogênea, quando resulta de um entrecruzamento entre conhecimentos e crenças de um lado, opiniões e apreciações de outro”.

Figura 3 –



Fonte: Facebook. Perfil da 1ª postagem “Nando Moura”; perfil da repostagem “Maria Clara Moura”.

Disponível em: https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=1107884300008022&id=100023593868246. Acesso em: 12 fev. 2022.

O *post* 5 foi publicado por um perfil do Facebook em 2016, e, foi compartilhado novamente em fevereiro de 2022 por um outro usuário, que pela legenda concorda com as informações apresentadas. O *post* é composto por elementos não verbais, os quais envolvem uma mulher, aparentemente atuando na profissão de professora, “recortando” nos pensamentos dos alunos o símbolo do comunismo, acompanhados de uma legenda “Sistema de ensino brasileiro”.

Um elemento importante nesse meme é a cor vermelha na camisa da professora, a qual faz referência não só a coloração representativa do partido comunista, como também do Partido dos Trabalhadores (PT), os quais são postos como equivalentes quando se leva em conta as abordagens e posições políticas.

De acordo com toda conjuntura dos elementos verbais e não verbais do meme, é possível identificar que existe um imaginário da escola ser um local de manipulação e influência dos ideais comunistas. É importante preconizar que esse imaginário sociodiscursivo não é compartilhado por todos os grupos sociais, principalmente, por quem reconhece a importância das competências e habilidades da BNCC na escola.

A partir da análise do discurso e dos sujeitos que realizaram a encenação, é acertado a estruturação do imaginário em um saber de crença de opinião relativa compreendida como “[...] mais limitada e tem origem de um sujeito ou de um pequeno grupo” (Procópio; Vieira Filho, 2020, p. 104). Ou seja, esse saber emana discursos que deixam a refletir que há opiniões contrárias e de discordância.

O grupo que representa o sistema brasileiro como manipulador a favor do sistema comunista é destinado ao público de extrema direita. Tal comprovação se dá pela pesquisa dos perfis dos sujeitos que compartilharam essa publicação, os quais mantêm um padrão de postagens semelhantes e que comungam com os ideais bolsonaristas nos discursos anticomunistas.

Ainda pode-se perceber que tal grupo compreende a formação e posicionamentos críticos e ativos desenvolvidos na escola como uma ameaça a sociedade, tendo em conta que a própria Base Nacional Comum Curricular prever a importância desses comportamentos na 5ª competência geral da Educação Básica.

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva (Brasil, 2018, p. 9).

A disseminação desse imaginário na sociedade, ainda que por uma parcela, causa a veracidade de um fato que prejudica os interesses sociais, ou seja, o imaginário influencia a evasão escolar, faltas e a ideia da escola como um local perigoso e ameaçador. Essa ameaça é desvendada quando os sujeitos possuem posicionamentos críticos e ativos perante as situações existentes na sociedade, influenciados pela mediação e orientações da gestão escolar.

Mediante a análise exposta, identificamos nos imaginários sociodiscursivos somente saberes de crença no caráter comum e coletiva. As imagens criadas exprimem ironia e sarcasmo para representar o grupo que repreende os ideais e o sistema comunista que eles afirmam existir no Brasil. O grupo simboliza a comunidade de direita, a maioria eleitores do Bolsonaro, que produzem e propagam constantemente imaginários nas redes sociais repreendendo e culpando o sistema comunista.

Portanto, os imaginários identificados nesses *posts* firmam-se em estratégias e modos de organização do discurso de forma que realiza uma argumentação e alcance uma persuasão. O convencimento

se constata nos próprios compartilhamentos e representações dentro do grupo pelo sujeito.

Essas formas de argumentar, persuadir através da disseminação dos imaginários sociodiscursivos através das postagens vai tomar como base outras vertentes da Semiologia de Charaudeau como a lógica e a encenação argumentativa.

Nesse sentido, Charaudeau (2008), vai apresentar a definição de argumentação como um ato discursivo que envolve elementos racionais lógicos explícitos e implícitos, ou seja, uma simples sentença, a depender do contexto de realização, pode ativar, implicitamente, um significado maior e expressar o que o sujeito discursivo quer realmente dizer.

Tal conceituação pode ser desvendada em alguns gêneros textuais como as postagens das redes sociais analisadas. Além disso, é válido enfatizar que a argumentação vai além de discordar ou concordar, esse ato discursivo carrega características individuais e coletivas de quem a realiza e traz mais informações do que uma simples resposta de “sim ou não”. Ou seja, carrega imaginários sociodiscursivos que se findam e são compartilhados naturalmente pelos sujeitos de um grupo social.

4. Considerações finais

Sendo assim, constatamos que a Teoria Semiológica pode ser utilizada em análises dos discursos midiáticos, em foco as postagens de redes sociais, tendo em vista a identificação dos diversos pressupostos discursivos apontados por Charaudeau, influenciando uma análise aprofundada e significativa para o âmbito da Análise de Discurso.

Com isso, pudemos identificar a criação e o compartilhamento de imaginários sociodiscursivos, tais como: aqueles que se identificam com o comunismo enquanto modelo de organização social não deveriam usufruir dos bens de consumo, além de outros imaginá-

rios que apontam o comunismo como regime autoritário, responsável por todas as mazelas sociais e usurpador da liberdade de expressão.

Tais imaginários elegem como principal ameaça ao Brasil a implantação de um modelo comunista, discurso esse que tem origem no período da “guerra fria”, e que foi retomado recentemente com uma força avassaladora em vários países. Nesses imaginários observamos a predominância de saberes de crença, pois as avaliações, apreciações e julgamentos a respeito dos fenômenos, dos eventos e dos seres do mundo, estão inseridos dentro da subjetividade do sujeito, dos seus juízos de valor e das suas experiências culturais, políticas ou religiosas.

Além disso, as encenações apresentam as pautas “do momento”, compostas pelos assuntos mais discutidos, mais comentados e mais compartilhados em cada circunstância discursiva, o que permite uma associação direta entre a língua e o contexto no qual ela é utilizada, suas artimanhas e estratégias, que fazem do discurso uma arena na qual ocorre a produção e a disputa de sentidos.

Concluímos que as postagens analisadas são representações e produções de sentidos na sociedade brasileira contemporânea acerca do comunismo, valendo-se de elementos discursivos que desencadeiam a disseminação daquilo que se pretende mostrar como verdade, na busca pela adesão da sociedade.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

CHARAUDEAU, Patrick. Os estereótipos, muito bem. Os imaginários, ainda melhor. Tradução André Luiz Silva e Rafael Magalhães Angrisano. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 7, p. 571-591, jan./jun. 2017. Disponível em: <http://www.entrepalavras.ufc.br/revista/index.php/Revista/article/view/857/0>. Acesso em: 20 dez. 2022.

CHARAUDEAU, Patrick. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: MARI, Hugo; MACHADO, Ida; MELLO, Renato de (org.). **Análise do Discurso:**

fundamentos e práticas. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2001. p. 23-38. Disponível em: http://www.lettras.ufmg.br/padiao_cms/documentos/nucleos/nad/CHARAUDEAU%20-%20Uma%20Teoria%20dos%20sujeitos%20da%20Linguagem.pdf. Acesso em: 10 out. 2021.

CHARAUDEAU, Patrick. **O discurso das mídias**. Tradução Angela S. M. Corrêa. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 104-276.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso**: modos de organização. Coordenação da equipe de tradução Ângela M. S. Corrêa e Ida Lúcia Machado. São Paulo: Contexto, 2008.

CORRÊA-ROSADO, Leonardo Coelho. Teoria Semiolinguística: alguns pressupostos. **Revista memento**, v. 5, n. 2, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://periodicos.unincor.br/index.php/memento/article/view/1826>. Acesso em: 30 out. 2021.

LINHARES, Camila Magalhães. O discurso politicamente correto nas tirinhas de Armandinho. In: MOURA, João Benvindo de; LOPES, Maraisa (org.). **Discursos, imagens e imaginários**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. p. 95-107. Disponível em: <https://editorapathos.com.br/discurso-imagens-e-imaginarios/>. Acesso em: 09 fev. 2022.

MELLO, Renata Aiala de. **Especificidades e interseções entre os conceitos de imaginários sociodiscursivos, imagem de si, estereótipos e representações sociais**. Anais do SIELP. Volume Número 1. Uberlândia: EDUFPI, 2012. ISSN 2237-8758. Disponível em: http://www.ileel.ufu.br/anaisdosielp/wp-content/uploads/2014/07/volume_2_artigo_256.pdf. Acesso em: 04 fev. 2022.

MONNERAT, Rosane Santos Mauro. As herdeiras de uma revolução: imaginários sociodiscursivos e estereótipos. **Cadernos do CNLF**, v. XVI, n. 04, t. 1, p. 306-316, 2012. Disponível em: http://www.filologia.org.br/xvi_cnlf/tomo_1/026.pdf. Acesso em: 05 fev. 2022.

MOURA, João Benvindo de; MAGALHÃES, Francisco Laerte Juvêncio (org.). **Fluxos discursivos na sociedade em rede**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. Disponível em: <https://editorapathos.com.br/fluxos-discursivos-na-sociedade-em-rede/>. Acesso em: 30 jan. 2022.

MOURA, João Benvindo de; LOPES, Maraisa (org.). **Discursos, imagens e imaginários**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. Disponível em: <https://>

editorapathos.com.br/discurso-imagens-e-imaginarios/. Acesso em: 09 fev. 2022.

PORTO, Lilian Mara Dal Cin. **Memes**: construção de sentidos e efeito de humor. 2018. 189 p. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – PUC – São Paulo, 2018. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/21796/2/Lilian%20Mara%20Dal%20Cin%20Porto.pdf>. Acesso em: 20 fev.2022.

PROCÓPIO, Mariana Ramalho; VIEIRA FILHO, Maurício João. Conservadorismo acima de tudo e de todos: imaginários sociodiscursivos nos discursos de posse presidencial de 2019. **Revista Mídia e Cotidiano**, v. 14, n. 3, p. 97-117, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/midiaecotidiano/article/view/43167>. Acesso em: 15 fev. 2022.



O ESPAÇO DIGITAL E O DISCURSO POLÍTICO: UMA ANÁLISE SEMIOLINGUÍSTICA DE UMA TIRA DE ÓDIO

Francisca Jaqueline Ferreira de Oliveira
Luis Felipe da Silva Castelo Branco

Introdução

A linguagem é uma poderosa ferramenta de comunicação. Através dela, construímos e significamos o mundo que nos permeia, produzindo sentidos e, no mesmo movimento, projetando discursos que revelam nossa inscrição no meio social em que estamos inseridos. No campo dos estudos da linguagem, a Análise do Discurso se apresenta como uma disciplina que reúne diferentes perspectivas teórico-metodológicas (Materialista, Semioliúística, Crítica, entre outras), as quais, apesar das diferenças, possuem em comum o propósito de apreender cientificamente o fenômeno do discurso, aqui genericamente entendido como um nível da linguagem que engloba a língua, os sujeitos e as condições de produção/recepção dos enunciados, funcionando, dessa forma, como um dinâmico veículo de sentidos e ideologias.

A partir da segunda década do século XXI, as redes sociais se firmaram como um dos principais espaços para elaboração e circulação de discursos. São teias significantes que respondem a uma tentativa de demarcar representações individuais e coletivas, ao passo em que conectam pessoas de diferentes lugares do mundo. Nesse cenário, gos-

taríamos de investigar a presença do discurso político nos atos de linguagem produzidos nesse ambiente virtual, que podem se manifestar em gêneros discursivos diversos, voltando nossa discussão, mais especificamente, para a suposta presença do fenômeno da polarização política nas tiras produzidas pelo roteirista e quadrinista Leandro Assis em seu perfil da rede social Instagram.

Temos como base teórico-metodológica a Análise do Discurso Semiolinguística, a qual recorremos, para fins de elucidação, principalmente, aos trabalhos de Charaudeau (2005, 2016). Convém mencionarmos, ainda, o suporte das pesquisas realizadas pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Análise do Discurso – NEPAD/UFPI/CNPq, cuja produção encontra-se publicada nas seguintes obras: Moura; Batista Jr. e Lopes (2017); Lopes; Batista Jr. e Moura (2018); Moura e Lopes (2021); Moura e Magalhães (2021); Moura e Rocha (2021).

A perspectiva teórica da Análise do Discurso Semiolinguística, a qual nos filiamos, consiste em uma vertente da Análise do Discurso originada no início dos anos 1980 a partir dos trabalhos do linguista francês Patrick Charaudeau. Trata-se de uma proposta de abordagem comunicacional e pragmática do fenômeno linguageiro, que concebe o ato de linguagem e a construção de sentidos como resultantes de um jogo entre elementos explícitos e implícitos, configurados por uma intrínseca relação entre formas-sentidos. Nesta perspectiva, orienta-se que o trabalho com todo e qualquer ato de linguagem seja direcionado de modo a remetê-lo a suas circunstâncias psicossociais de realização.

Partindo desses pressupostos, este trabalho possui como questão central o reconhecimento das possíveis contribuições da Teoria Semiolinguística para a leitura do fenômeno da polarização política supostamente presente no discurso de tiras veiculadas no espaço digital. Diante desse questionamento, temos como suposição central a crença no potencial do arcabouço teórico-metodológico da Semiolinguística para a identificação e compreensão do suposto efeito de polarização

política no gênero em questão, possibilitando trabalhá-lo enquanto um ato de linguagem, analisando-o do ponto de vista de suas condições psicossociolinguageiras de produção. Nesse sentido, temos como objetivo geral oferecer uma análise semiolinguística para compreender o processo de construção de sentidos no discurso de polarização política em tiras veiculadas no espaço digital.

Para alcançar o nosso objetivo central, traçamos os seguintes objetivos específicos: I) analisar as especificidades do ato de linguagem selecionado para compor nosso *corpus*; II) identificar as circunstâncias de discurso; e III) desvelar os seus modos de organização discursiva.

A partir deste momento, nossa discussão será dividida em três etapas cruciais. Inicialmente, apresentaremos brevemente alguns dos principais postulados teóricos mobilizados em nosso trabalho. Em seguida, passaremos para a análise e discussão dos resultados obtidos. E, por fim, traremos nossas considerações finais. Antes disso, partiremos, a seguir, para a descrição de alguns aspectos metodológicos utilizados para a realização deste trabalho.

2 Metodologia

Nesta parte do trabalho, trataremos dos aspectos metodológicos que concernem ao desenvolvimento de nossa investigação. Por isso, explicitaremos, brevemente, os passos que seguimos para a realização de nossa pesquisa. Primeiramente, levando em consideração a escolha do *corpus* e objetivo de nosso trabalho, realizamos uma revisão bibliográfica acerca da Teoria Semiolinguística, que será norteadora do estudo aqui proposto. Para isso, buscamos livros e trabalhos científicos acerca desta perspectiva teórica. Posteriormente, realizamos as análises e discussões dos dados à luz do arcabouço teórico-metodológico adotado. Além disso, destacamos que o presente trabalho se caracteriza como uma pesquisa qualitativa, pois as análises foram feitas com base em interpretações de cunho teórico, mas também subjetivo. Quanto

aos objetivos, consideramos nossa pesquisa como descritiva, porque propomos uma descrição e aprofundamento da realidade estudada.

No tocante à construção de nosso *corpus*, partimos do pressuposto de que as redes sociais se constituem como um espaço popular de circulação de discursos. Por ser um campo vasto, acreditamos na existência de uma abundância de fenômenos linguístico-discursivos capazes de serem apreendidos cientificamente. Dessa forma, no que se refere, mais especificamente, ao processo de produção de sentidos, a rede social Instagram, por promover a interação entre recursos textuais, imageéticos e sonoros na composição das postagens ali compartilhadas, revela-se como um espaço potencial de investigação.

Considerando isso, selecionamos como *corpus* uma tira composta por dez quadrinhos de autoria do roteirista e quadrinista Leandro Assis em colaboração com a escritora e ativista Triscila Oliveira. Ela foi publicada na página de Leandro Assis na rede social Instagram (@leandro_assis_ilustra), a qual possui mais de setecentos mil seguidores e é utilizada pelo artista para divulgação de seu trabalho com quadrinhos e ilustrações de forma independente. A tira em questão (cf. ANEXOS) foi publicada em 23 de junho de 2022, trata da representação de um episódio de discussão familiar motivada por trocas de mensagens e envolve a disseminação de notícias falsas no interior de uma família de classe econômica privilegiada da zona sul do Rio de Janeiro.

À luz das contribuições da Análise do Discurso Semiolinguística, tomaremos o episódio retratado nesta tira como um ato de linguagem, para desvendar como ocorre a sua encenação linguageira e, mais especificamente, o processo de construção de sentidos acerca do suposto fenômeno da polarização política no Brasil. Antes disso, prosseguiremos com a apresentação dos princípios teóricos utilizados como embasamento para a realização desta pesquisa.

3 A Análise do Discurso Semioliuística

Situada no campo dos estudos da linguagem, a Análise do Discurso pode ser pensada, de modo geral, como uma abordagem interdisciplinar dos fatos languageiros, por se preocupar com as dimensões histórica e social dos enunciados, o papel dos sujeitos, possibilitando a passagem do nível da língua para o do discurso. Conforme Pauliukonis e Gouvêa (2012), o desenvolvimento desta disciplina se deu a partir da abertura proporcionada pelas teorias enunciativas, as quais temos Bakhtin e Benveniste como precursores que, diante do domínio das concepções estruturalistas da linguagem, responderam enfatizando o papel dos interlocutores e a dimensão social e intersubjetiva dos enunciados em seus trabalhos.

A Teoria Semioliuística é uma vertente da Análise do Discurso que se desenvolve na década de 1980 a partir dos estudos do linguista francês Patrick Charaudeau. Trata-se de uma corrente teórica que considera toda a situação de comunicação, não apenas a língua ou determinado aspecto extralinguístico (Rabello, 2021). Dessa forma, percebe-se que a Semioliuística se preocupa em analisar os enunciados considerando o material linguístico, as circunstâncias de produção, os sujeitos e suas diversas interações.

A proposta de abordagem da Teoria Semioliuística pode ser sintetizada a partir de uma breve análise da sua própria nomenclatura. *Semio-*, de *semiosis*, aponta para uma visão de que a construção e configuração dos sentidos ocorreria a partir da relação forma-sentidos, podendo se realizar em diferentes sistemas semiológicos (verbal, visual, gestual, etc.). Nessa perspectiva, os atos languageiros seriam comandados por um sujeito de intencionalidades, situado em um quadro de ação, em busca de concretizar um determinado projeto de influência social. Junto a isso, *-linguística* evidencia o material privilegiado para abordagem da forma em questão: a matéria languageira (Charaudeau, 2005).

Os pressupostos discutidos acima estão na base de nossa investigação, assegurando-nos para a abordagem da construção de sentidos nos supostos discursos de polarização política possivelmente presentes na rede social Instagram, mais especificamente, no exemplar selecionado do gênero tira publicado na página do artista Leandro Assis. De modo mais específico, utilizaremos para a análise de nosso *corpus* as seguintes categorias basilares da Teoria Semiolinguística: o ato de linguagem, as circunstâncias de discurso, o contrato e os modos de organização do discurso. Por essa razão, prosseguiremos com uma apresentação sucinta dessas noções antes de partirmos para as nossas análises.

3.1 O ato de linguagem e as circunstâncias de discurso

Abordar o fenômeno linguageiro a partir de uma perspectiva Semiolinguística implica ir além daquilo que é dito – os elementos explícitos – para se questionar acerca de sua relação com os não-ditos fundamentais para a construção do sentido em uma determinada situação comunicativa – os elementos implícitos. Para teorizar essa relação, encontramos nesta perspectiva teórica a noção de ato de linguagem. Trata-se de uma concepção elaborada para englobar tanto o espaço do dizer quanto os saberes mobilizados para a produção da significação.

De modo mais específico, Charaudeau (2016) considera o ato de linguagem como resultado de uma dupla dimensão: a dimensão explícita e a implícita. Para representá-la, o autor propõe a seguinte equação: $A \text{ de } L = [Explícito \times Implícito] \ C \text{ de } D$ (Charaudeau, 2016, p. 27), em que encontramos as *C de D* (Circunstâncias de Discurso) diretamente ligadas ao valor implícito do ato de linguagem. A fórmula em questão sintetiza o entendimento do ato de linguagem como o resultado do encontro de elementos explícitos e implícitos em relação com as suas circunstâncias de discurso.

Diante disso, vislumbramos uma possibilidade de compreensão global das práticas de linguagem, especialmente, de lançar luzes não só para a relação dos sujeitos entre si ao significarem o mundo e se fazerem significados através da linguagem, mas destes com as circunstâncias psicossociais constitutivas de suas interações.

A partir do pressuposto da relação *forma-sentido*, acredita-se que a *forma* utilizada por um sujeito em uma dada situação comunicativa – linguisticamente explícita – só poderia ser incompleta do ponto de vista da significação. Para significar, ela precisaria ser associada às suas circunstâncias de produção/interpretação – implícitas – possibilitando a construção de sentidos. A significação seria, então, construída a partir de um jogo entre elementos explícitos e implícitos (Charaudeau, 2016).

Na constituição de um ato de linguagem, os elementos explícitos dizem respeito a uma atividade estrutural da linguagem (a simbolização referencial), em que os sujeitos partem de uma forma de expressão (verbal, visual, gestual, etc.) para construir uma representação do mundo, que não é dado previamente, mas produto de um recorte subjetivo. Já os elementos implícitos correspondem ao processo de significação no qual os sujeitos, na posição de produtores ou interpretantes de um ato languageiro, atribuem ao dizer possíveis sentidos e intencionalidades. Nessa perspectiva, “o ato de linguagem deve ser visto como um ato comunicativo, em que o ‘eu’, ser de fala ou de escrita, se dirige a um ‘tu’, em determinado local, hora e situação, ato esse carregado de intenções e motivado por uma visada de influência” (Machado, 2019, p. 764).

Com base nesses pressupostos, chegamos ao entendimento de que as possíveis significações atribuídas a um ato de linguagem não são construídas aleatoriamente. Ao contrário, elas partem de um processo complexo no qual os sujeitos recorrem ao reconhecimento das circunstâncias de discurso da troca comunicativa, entendidas como:

[...] o conjunto dos saberes supostos que circulam entre os protagonistas da linguagem, ou seja: – saberes supostos a respeito do mundo: as práticas sociais partilhadas; – saberes supostos sobre os pontos de vista recíprocos dos protagonistas do ato de linguagem: os filtros construtores de sentido (Charaudeau, 2016, p. 32).

Portanto, as circunstâncias do discurso fazem parte do contexto situacional de um ato de linguagem e é através delas que os sujeitos da linguagem partilham seus saberes e suas práticas sociais, construindo os possíveis sentidos para a interação languageira. Considerando isso, buscaremos analisar a tira de Leandro Assis e Triscila Oliveira como um ato de linguagem, para situá-la no que diz respeito às suas circunstâncias de discurso, indispensáveis, ao nosso ver, para a construção de sentidos, principalmente, dos efeitos de polarização política que pretendemos identificar. Antes disso, trataremos de mais uma categoria imprescindível para a nossa investigação: os modos de organização do discurso.

3.2 Os modos de organização do discurso

Charaudeau (2016) propõe que o ato de comunicação seja representado por meio de um dispositivo cujo centro é ocupado pelo sujeito falante (aquele que fala ou escreve) em relação a um interlocutor (um parceiro idealizado). Posto isso, Charaudeau (2016) elenca os componentes deste dispositivo, quais sejam: a situação de comunicação, a língua, o texto e os modos de organização do discurso.

A respeito dos modos de organização do discurso, podemos dizer que eles são utilizados pelos sujeitos na tentativa de concretizar os seus projetos de fala. Assim, os modos de organização do discurso são conceituados como “Os procedimentos que consistem em utilizar determinadas categorias de língua para ordená-las em função das finalidades discursivas do ato de comunicação [...]” (Charaudeau,

2016, p. 74). Ainda segundo a proposta do autor, eles podem ser agrupados em quatro tipos: o enunciativo, o descritivo, o narrativo e o argumentativo.

Cabe destacar que cada um desses quatro modos de organização discursiva seria regido por uma função de base e um princípio de organização. A função de base é entendida como a finalidade discursiva que comanda o projeto de fala de um locutor, enquanto o princípio de organização diz respeito ao modo como a materialidade linguageira é constituída, no caso, por uma lógica de construção (descritiva, narrativa, argumentativa) e uma encenação (descritiva, narrativa, argumentativa), que é dupla para os modos descritivo, narrativo e argumentativo em razão de eles serem comandados pelo modo enunciativo, cuja função é operar a relação do locutor com o seu interlocutor, consigo mesmo e com os outros (Charaudeau, 2016). É necessário ressaltar que “Os diferentes modos de organização se associam na construção do texto, sendo que um deles geralmente será predominante, de acordo com a situação de comunicação na qual e para a qual ele foi concebido, com a intenção do locutor e com o efeito de sentido que se queira obter” (Xavier, 2021, p. 100). Portanto, para a realização desta pesquisa, os modos narrativo e argumentativo são mais pertinentes, visto que nossa proposta é analisar uma tira de Leandro Assis e Triscila Oliveira, que retrata um episódio de discussão familiar motivada por trocas de mensagens e envolve a disseminação de notícias falsas em um suposto contexto de polarização política.

Diante disso, é necessário conceituar os modos de organização do discurso que serão pertinentes para nosso trabalho. Assim, o modo de organização narrativo está relacionado ao ato de contar. Nesse sentido, Charaudeau (2016) assegura que para existir a narrativa é necessário um contador investido de intencionalidade, que queira “transmitir” alguma coisa a um destinatário, reunindo tudo aquilo que dará sentido a sua narrativa.

Assim, o ato de narrar se encontra entre a ficção e a realidade, pois é uma atividade posterior à existência de uma realidade e faz surgir um universo contado que passa a existir a partir dele próprio, configurando-se como uma narração de um evento passado. Além disso, esse universo contado é espaço para a manifestação de imaginários baseados nas crenças sobre o mundo, sobre o ser humano e sobre o real.

Nessa perspectiva, no que se refere ao modo narrativo, enfocaremos nossas análises na encenação narrativa, pois, segundo Charaudeau (2016), os componentes da encenação narrativa possibilitam compreender a forma pela qual o narrador e o leitor significam ao longo de um determinado universo narrado. Desse modo, o dispositivo da encenação narrativa é formado pelos quatro sujeitos do ato de linguagem, além de ser dividido em dois espaços: o espaço externo – onde se encontram os dois parceiros da troca linguageira, seres de identidade social, cujo objeto de troca é o texto; e o espaço interno, onde estão os dois sujeitos da narrativa (o narrador e o leitor-destinatário), que são seres de identidade discursiva, cujo objeto de troca é uma forma particular de texto.

Em relação aos procedimentos de configuração da encenação narrativa, eles podem ser definidos como “[...] procedimentos pelos quais os componentes que integram o dispositivo da Encenação Narrativa se manifestam” (Charaudeau, 2016, p. 188). Dessa maneira, os procedimentos conduzem ao reconhecimento da identidade, do estatuto do narrador e dos pontos de vista do narrador textual.

Por outro lado, no que diz respeito ao modo argumentativo de organização do discurso, Charaudeau (2016) aponta que ele constitui a mecânica que permite produzir argumentações sob diferentes formas. Dessa maneira, focaremos na encenação argumentativa, visto que ela consiste, para o sujeito que quer argumentar, em utilizar determinados procedimentos que sirvam ao seu propósito de comunicação e validem sua argumentação.

Assim, é importante dizer que a encenação do dispositivo argumentativo pode ser feita através de configurações diversas que irão depender do contrato de fala que liga os parceiros da comunicação. Os sujeitos que se encontram no centro do dispositivo argumentativo são levados a tomarem posição e desenvolverem sua argumentação. Além disso, para justificar a tomada de posição, os sujeitos são levados a fazerem o uso de determinados procedimentos.

Em resumo, o dispositivo argumentativo é composto por: proposta, proposição e persuasão. De modo geral, o seu funcionamento ocorre da seguinte forma: uma ou mais asserções e seus encadeamentos se combinam para formar uma proposta e, partindo de um quadro de questionamento sobre a proposta, temos a proposição e, então, quando o sujeito insere a proposta em um quadro de raciocínio persuasivo ele desenvolve um ato de persuasão. Na argumentação, o sujeito é chamado a tomar posição, e nessa tomada de posição ele pode se mostrar a favor ou contra a proposta (Charaudeau, 2016).

Após a discussão dos principais aspectos teóricos e metodológicos que serão mobilizados na análise de nosso *corpus*, partiremos, finalmente, para a apresentação de nossos resultados e discussões. Analisaremos, primeiramente, as especificidades do ato de linguagem em questão e suas circunstâncias de discurso. Em seguida, desvelaremos os seus modos de organização discursiva, focalizando, em razão de nossos objetivos, a encenação narrativa e descritiva.

4 Análise e discussão dos resultados

No dia 23 de junho de 2022, o artista Leandro Assis publica o episódio 61, intitulado “Zap”, da série em quadrinhos “Os Santos” em sua página da rede social Instagram (@leandro_assis_ilustra). A tira em questão (cf. ANEXOS) foi produzida em colaboração com a escritora e ativista Triscila Oliveira e, conforme destacado no seu décimo e último quadrinho, se trata não de uma tira de humor, mas de uma tira de ódio (cf. ANEXOS, quadrinho 10). Considerando-a como

um ato de linguagem, na tentativa de compreender o seu processo de produção de sentidos, traçaremos, a seguir, alguns gestos de leitura relevantes para o seu entendimento, abordando tanto elementos explícitos (situacionais) quanto implícitos (discursivos) capazes de serem mobilizados para a construção da significação.

4.1 O ato de linguagem e as circunstâncias de discurso de uma tira de ódio

No dispositivo de encenação deste ato de linguagem, encontramos, em seu espaço externo, as figuras de Leandro Assis e Triscila Oliveira ocupando o papel de sujeito comunicante (EUc). Trata-se, no caso, não de duas pessoas em carne e osso, mas da identidade psicossocial a elas associada. Para o reconhecimento desta identidade social e psicológica, consideramos o que nos diz a situação de comunicação da tira analisada.

Leandro Assis é socialmente reconhecido como um artista que realiza um trabalho independente e de crítica social a partir de seus quadrinhos divulgados na rede social Instagram. Desde dezembro de 2019, o artista trabalha na série em quadrinhos “Os Santos”, a qual vem sendo produzida em colaboração com a escritora e ativista Triscila Oliveira. O quadrinho em questão retrata a história de duas famílias do Rio de Janeiro de classes sociais opostas; de um lado, brancos e ricos da zona sul e, de outro, as empregadas domésticas daqueles, mulheres pretas que vivem nas periferias cariocas. Temos, assim, uma história em quadrinhos a partir de pequenas sequências de tiras a cada postagem que denuncia, sobretudo, a desigualdade social e o racismo no Brasil.

Nesta história em quadrinhos, Leandro Assis, a cada tira, desenvolve as ilustrações e escreve as histórias juntamente com Triscila Oliveira. Ela, por sua vez, é socialmente reconhecida como uma cibertivista feminista, pelos debates levantados contra a desigualdade social e o racismo, assim como as pautas levantadas desde 2015 em sua página da rede social Instagram (@soulanja), que reúne conteúdos so-

bre educação, racismo, empoderamento feminino e questões de classe. Estas são informações externas encontradas na situação de comunicação sobre os sujeitos que ocupam a posição de EUC da tira analisada, possibilitando, dessa forma, o reconhecimento da identidade psicossocial dos mesmos.

Ainda no espaço externo da encenação do ato de linguagem, encontramos outro parceiro da troca comunicativa, o qual ocupa o papel de sujeito interpretante (TUi). O TUi consiste no leitor real da tira, aquele que o EUC não é capaz de controlar ou prever o seu gesto interpretativo. No caso da tira publicada na página de Leandro Assis, o TUi seria todo leitor que tivesse contato com a tira, identificando-se ou não com a narrativa apresentada.

Em suma, na situação de comunicação da tira “Zap”, isto é, no circuito externo do ato de comunicação, temos um cenário, ao mesmo tempo, de troca monologal e dialogal. Considerando a tira como um produto final, há uma situação de troca monologal, visto que os parceiros (EUC e TUi) não estabelecem um contato imediato durante a concretização do ato de linguagem, embora estejam partilhando o ambiente comum da rede social Instagram por meio do recurso a um canal gráfico (verbal e visual). Já, se levarmos em consideração a publicação da tira na página de um dos sujeitos comunicantes, é possível indicar a possibilidade de uma troca dialogal a partir da postagem entre o sujeito comunicante e o sujeito interpretante que teve contato com a postagem, algo possibilitado pelos recursos de interação proporcionados pela rede social em que o ato de linguagem foi divulgado (comentar, ver comentários, etc.), os quais são capazes de proporcionar uma percepção imediata do locutor às reações de ao menos uma parcela dos interlocutores – a título de exemplo, os comentários da publicação em que consta a tira (cf. ANEXOS).

Aprofundando o entendimento da situação de comunicação da tira “Zap”, a qual reúne os parceiros da troca linguageira nos pa-

péis de EUc e TUi, diremos que ela é regida por uma finalidade contratual e um projeto de fala característicos deste espaço situacional. Considerando a identidade psicossocial do EUc comprometida com os temas sociais e o seu engajamento em denunciar as desigualdades entre as classes sociais no Brasil, diremos que estamos diante de um contrato de comunicação político. Este é reforçado pelo próprio EUc ao reivindicar para o seu ato de linguagem a etiqueta de tira de ódio ao invés de tira de humor (cf. ANEXOS, quadrinho 10), assim como pelo suposto projeto de fala voltado para a discussão da disseminação de notícias falsas e de cunho político no Brasil através das redes sociais.

Na tentativa de concretização deste projeto de fala, o EUc Leandro Assis e Triscila Oliveira projeta um sujeito enunciador (EUe) e um sujeito destinatário (TUd), ambos inscritos no espaço interno do ato de linguagem. O EUe diz respeito ao sujeito de fala, que possui a sua existência no/pelo espaço do dizer. A tira em questão possui um narrador não identificado realizando o recorte do mundo que ele logo no primeiro quadrinho apresenta como “Um dia típico no zap da família Santos” (Cf. ANEXOS, quadrinho 1). A partir disso, é retratada a interação dos personagens Camilo, Caíque, Liege e Manu a partir de uma rede social de troca de mensagens – possivelmente o WhatsApp, como sugerem os recursos imagéticos presentes na representação do aplicativo de conversas ao longo da tira. Em suma, tanto o narrador quanto os personagens ocupam o papel de EUe do projeto de fala do EUc.

O episódio é retratado tendo como pano de fundo a representação de uma captura de tela de uma conversa realizada em um grupo de troca de mensagens composto, aparentemente, pela família Santos, como indicado pelo narrador no primeiro quadrinho (cf. ANEXOS, quadrinho 1). A disposição das mensagens, conforme indicada no decorrer da tira, aponta o telefone de Manu como origem, visto que as suas mensagens aparecem do lado esquerdo da tela, do destinatário, enquanto as mensagens dos demais partem do lado direito (cf. ANEXOS, quadrinhos 7,

8 e 9). Na conversa temos Camilo – um senhor idoso –, Caíque – o filho adulto –, Liege – uma senhora idosa – e Manu – a filha adulta do casal.

No primeiro quadrinho da tira, Camilo encaminha uma mensagem no grupo da família com o seguinte dizer: “Essa é pra quem diz que o governo não faz nada! Vejam! A limpeza desse país está apenas começando...” (cf. ANEXOS, quadrinho 1). Do segundo ao quinto quadrinho, o conteúdo da mensagem é encaminhado e trata do fim do “Bolsa Ditadura” ou “Bolsa Terrorista”, um benefício supostamente criado por Fernando Henrique Cardoso em apoio a “ex-terroristas” (cf. ANEXOS, quadrinho 2), “pessoas que alegavam ter sido perseguidas pela ditadura militar no Brasil” (cf. ANEXOS, quadrinho 5), exemplificados pelos nomes de “Lula, Dilma, Zé Dirceu, José Genuíno, Chico Buarque, Gilberto Gil, Caetano Veloso, Miriam Leitão e muitos outros [...]” (cf. ANEXOS, quadrinho 3). No sexto quadrinho, encontramos a exaltação de Caíque – “Quem diria que era só tirar os sanguessugas do poder pro país sair do buraco, né paizão?!” (cf. ANEXOS, quadrinho 6) –, assim como de Liege, no sétimo quadrinho, afirmando que “Cortar benefício é pouco. podiam é colocar na cadeira esses podres... chico Buarque, caetano, gilberto gil!” (cf. ANEXOS, quadrinho 7). Em seguida, Manu contesta o que foi divulgado pelo pai: “Gente! Por favor, né! Isso é fake news!”, anexando o *link* que direciona a um portal de checagem de notícias falsas desmentindo a informação, conforme se observa no oitavo quadrinho (cf. ANEXOS, quadrinho 8). Ao final, após serem avisados de que se tratava de uma informação falsa, como é indicado no nono quadrinho, os familiares de Manu assumem uma postura de negação, a qual pode ser exemplificada na fala de Caíque: “Vou olhar nada! Eu quero saber quem está por trás desses sites de checagem. Que interesse eles têm?! Porque do lado do Brasil eles não tão!” (cf. ANEXOS, quadrinho 9).

Diante desse enredo, para empreendermos em uma análise discursiva, é fundamental o associarmos às suas circunstâncias de produção. Como já foi dito, a tira em questão foi publicada em 23 de junho

de 2022. Segundo Maia (2022), em artigo acerca dos fatos que marcaram o cenário político do Brasil no ano de 2022, podemos apontar como alguns dos acontecimentos de destaque nesse período a entrada no 3º ano da pandemia do coronavírus (covid-19), as Eleições Gerais do Brasil e o fenômeno da polarização política. De volta à tira, encontramos vestígios destas circunstâncias de discurso, por exemplo, no cenário em que os personagens estão inseridos – o ambiente familiar, remetendo ao isolamento social para evitar a disseminação do vírus –, na circulação de notícias falsas com conteúdo político entre os personagens, assim como o conflito entre uma parte da família que se identifica com o atual governo da época – de Bolsonaro – com a filha que apresenta uma não identificação com os posicionamentos políticos da família.

No tocante ao fenômeno da polarização política no Brasil, devemos diferenciá-lo do que ocorre, como exemplo, nos Estados Unidos, em que as eleições se resumem há décadas na disputa entre dois grandes partidos políticos – o Democrata e o Republicano. Nesse sentido, Fuks e Marques (2022), na tentativa de compreender e mensurar a presença deste fenômeno no Brasil, primeiramente, o define em termos de uma distância ideológica que se apresenta entre os principais grupos políticos em um contexto de disputa eleitoral. Em seguida, traçam como algumas características de fenômeno no Brasil o seu caráter recente, assimétrico e concentrado em lideranças partidárias, ou seja, existiria mais uma polarização afetiva, centrada em determinados candidatos, do que ideológica, focalizada nas concepções políticas do partido.

Na fala do personagem Caíque, no sexto quadrinho, encontramos o seguinte dizer: “Agora é deixar o Guedes trabalhar e ninguém segura esse país” (cf. ANEXOS, quadrinho 6). Este enunciado retoma de forma implícita o pensamento de que o então governo de Bolsonaro não conseguia colocar em prática seus projetos porque estava sendo perseguido pelos demais poderes que sustentam a democracia, sobretudo, o Poder Judiciário. Retomamos esse pensamento em diálogo

com Maia (2022), ao discutir outro fato que marcou o ano de 2022, no caso, os ataques sofridos pelo Supremo Tribunal Federal (STF) diante de suas ações contra as ameaças a sua legitimidade institucional e ao próprio estado democrático de direito. Uma dessas ações foi o combate à disseminação de notícias falsas, um fenômeno que estava inserindo o sistema eleitoral brasileiro sob suspeita. Nesse contexto, é significativo o processo movido por Bolsonaro contra o ministro Alexandre de Moraes, relator do inquérito das *fake news*, por abuso de autoridade, ao ter a sua suposta participação e de seus apoiadores investigada no esquema de produção e circulação de notícias falsas.

Dentre as notícias falsas veiculadas neste contexto de eleições presidenciais, encontramos a da chamada “Bolsa Ditadura” presente no diálogo da família Santos, da tira de Leandro Assis e Triscila Oliveira. Segundo investigação da plataforma de checagem de informações Aos Fatos, trata-se de uma notícia falsa que voltou a ser repercutida após a ex-presidente Dilma Rousseff divulgar que solicitou a sua indenização à Comissão de Anistia. Entretanto, segundo eles,

O que tem sido chamado pejorativamente de ‘Bolsa Ditadura’ é, na realidade, um benefício previsto pela Lei 10.559/2002, que regulamentou o Regime do Anistiado Político. Nela, estão determinados dois tipos de indenizações: em parcela única, paga aos que não puderem comprovar que estavam empregados quando tiveram seus direitos violados, e em prestação mensal, concedida aos que provaram terem perdido o emprego por perseguição política (Menezes, 2019).

A construção de sentidos em torno da discussão pautada na notícia falsa representada na tira nos conduz à visualização de um perfil de eleitorado que se apresenta a partir do confronto com o seu opositor. No decorrer da tira, encontramos a representação de uma família aparentemente de classe média alta do Rio de Janeiro, em que a maioria de seus membros se identifica com o ataque às políticas de assis-

tência social, às figuras supostamente associadas aos movimentos de esquerda e se posicionando, ao mesmo tempo, em defesa do Brasil (cf. ANEXOS, quadrinhos 6, 7 e 9).

São projetados, dessa forma, dois perfis por meio da tira: o primeiro, do sujeito de direita, que traz consigo, dentre outras coisas, os traços do conservadorismo, a defesa das privatizações e o seu perfil de eleitor de classe social mediana ou superior; o segundo, do sujeito de esquerda, que traz consigo, dentre outras coisas, a defesa de ideias sindicalistas, a aproximação aos movimentos sociais e da assistência aos mais carentes. São características fundamentadas no que Lira (2022) discutiu ao tratar da polarização política nas eleições presidenciais de 2022 no Brasil.

Em suma, observamos que o diálogo da família Santos retratado na tira de Leandro Assis e Triscila Oliveira, por mais que seja voltado para denunciar a disseminação de notícias falsas nas redes sociais, deixa rastros do fenômeno da polarização política que se intensificava no Brasil à época da produção/circulação deste ato de linguagem. No tocante às circunstâncias de discurso, reforçamos, com base na pesquisa realizada pelo Poder360 (cf. Barbosa, 2022), que as eleições presidenciais de 2022 foram as mais polarizadas desde a redemocratização do Brasil, em 1989, havendo uma concentração das intenções de voto de cerca de 76% distribuída entre os candidatos Bolsonaro e Lula, representantes, respectivamente, dos movimentos de direita e esquerda brasileiros. No espaço discursivo da tira, estes dois polos ideológicos estão representados no conflito de ideias entre os personagens Camilo, Caíque e Liege, de um lado, e a personagem Manu, de outro; alegórica e respectivamente, o embate entre direita e esquerda no Brasil.

4.2 A encenação narrativa e argumentativa de uma tira política

O dispositivo de encenação narrativa da tira “Zap”, de Leandro Assis e Triscila Oliveira é composto por dois espaços de significa-

ção: o espaço externo ao texto (extratextual) e o espaço interno (intratextual).

No espaço externo, encontramos, de um lado, o EUc Leandro Assis e Triscila Oliveira, seres de identidade social. Destacamos, mais uma vez, a identidade psicossocial associada a eles: Leandro Assis é um homem brasileiro formado em comunicação social pela PUC-RJ e trabalha como roteirista e quadrinista; já Triscila Oliveira é uma mulher brasileira natural do Rio de Janeiro, que desempenha os papéis de escritora, ativista feminista e antirracista. Nesse sentido, na encenação narrativa, os dois assumem a posição de autores e se apresentam como observadores e testemunhas de sua época, buscando, por meio do seu projeto de escrita, mostrarem situações comuns no cotidiano dos brasileiros.

Do outro lado, encontramos o TUi da tira “Zap”. Ele diz respeito ao leitor real, aquele que detém uma competência de leitura e a utiliza para a interpretação desta tira através da rede social Instagram.

No circuito interno desta encenação narrativa, encontramos um narrador projetado pelo EUc, que assume a posição de um contador de uma história ficcional. Logo no primeiro quadrinho, como mencionado anteriormente, encontramos a sua única aparição na tira ao introduzir que a história contada se trata de “Um dia típico no zap da família Santos” (cf. ANEXOS, quadrinho 1). A partir disso, conseguimos depreender o estatuto deste narrador como o de um sujeito que conta a história de outro, é exterior a ela e por isso assume um ponto de vista também externo, objetivo, apenas observando e recortando a cena para o leitor.

O universo contado por este narrador diz respeito a um episódio na família Santos em torno de uma notícia falsa compartilhada no grupo de uma rede social acerca do suposto programa “Bolsa Ditadura” criado pelo governo. Neste circuito interno, aparecem os personagens, que são os membros da família Santos: Camilo, Caique, Leige e Manu,

os quais compartilham com o narrador o papel de sujeitos de fala e assumem a função discursiva de protagonistas do ato de linguagem. Camilo e Leige são retratados na tira como idosos e são os pais de Caíque e Manu, retratados na tira como adultos. Assim, a interação ocorre por meio de um grupo de um aplicativo de mensagens, aparentemente o WhatsApp, e se inicia quando Camilo lança uma mensagem seguida de uma notícia falsa.

Ainda em relação ao circuito interno, temos o leitor-destinatário (ou TUD), o qual, assim como o EUC, consiste em uma projeção do EUC da tira. Em outras palavras, o TUD é um leitor idealizado por Leandro Assis e Triscila Oliveira, isto é, são aquelas pessoas que possivelmente irão se identificar com a tira “Zap”, por terem experienciado situações parecidas em seu cotidiano ou por buscarem um registro da época por meio de publicações nas redes sociais.

Complementando a análise discursiva desta tira, encontramos no modo argumentativo de organização do discurso indicadores da mecânica que sustenta diferentes argumentações no seu interior. Detendo-nos na encenação argumentativa, que permite apreender o uso dos procedimentos que atendem ao propósito comunicativo, foi possível identificar a presença dos componentes do dispositivo de encenação argumentativa na construção da tira. Mais especificamente, percebemos que a interação dos personagens era regida pelos seguintes componentes: proposta, proposição e persuasão.

Partindo do conteúdo da mensagem encaminhada pelo personagem Camilo que divulgava o “Fim do Bolsa Ditadura” (cf. ANEXOS, quadrinho 5), encontramos um trecho significativo de sua proposta: “Compartilhem essa mensagem para apoiar nosso governo patriota!” (cf. ANEXOS, quadrinho 4). O exemplo desta tese traz consigo o encadeamento de duas asserções: A1: compartilhe essa mensagem; A2: para apoiar nosso governo patriota! Implicitamente, esta proposta co-

loca em jogo a seguinte relação argumentativa: *SE vocês compartilham essa mensagem, ENTÃO vocês apoiarão o nosso governo patriota.*

Ao ser inserida em um quadro de questionamento, o personagem Camilo se posiciona favorável à proposta divulgada acerca do fim do suposto “Bolsa Ditadura”: “Essa é pra quem diz que o governo não faz nada!” (cf. ANEXOS, quadrinho 1). Assim, diante da mesma proposta, os outros membros da família são convocados a tomarem posição. Dessa forma, Caíque é o primeiro a responder à mensagem do pai e ele se posiciona a favor da proposta, justificando sua posição com o seguinte dizer: “Histórico! Estamos vendo o Brasil finalmente entrar nos eixos” (cf. ANEXOS, quadrinho 6). Leige também toma posição favorável à proposta de Camilo, e se justifica dizendo: “Cortar benefício é pouco. podiam é colocar na cadeia esses podres [...]” (cf. ANEXOS, quadrinho 7).

Com esse enunciado é perceptível que tanto Caíque quanto o seu pai, Camilo, acreditam que o Brasil está melhorando no governo Bolsonaro. Além disso, é perceptível que a maneira como Leige enuncia revela que, além de ser apoiadora do governo Bolsonaro, ela é mais radical que Camilo e Caíque, pois acredita que os supostos beneficiários do “Bolsa Ditadura”, além de perder esse suposto benefício, deveriam ser presos, já que são contrários ao projeto de governo de Jair Bolsonaro.

Manu é o único membro da família Santos que toma uma posição contra a proposta divulgada por Camilo e refuta a tese em questão afirmando: “Gente! Por favor, né! Isso é fake news!” (cf. ANEXOS, quadrinho 7). Em seguida, para provar a falsidade daquela mensagem, Manu compartilha o endereço eletrônico de um *site* de checagem de notícias, trazendo provas para comprovar a falsidade da notícia divulgada, negando, dessa forma, toda a proposta da notícia (cf. ANEXOS, quadrinho 8). Desse modo, Manu, ao se posicionar contra a proposta divulgada e defendida por Camilo, se coloca como não apoiadora do go-

verno Bolsonaro, pois mobiliza um esforço para comprovar a falsidade da notícia e alertar seus familiares, algo aparentemente recorrente, pois, conforme o dizer de Caíque: “Tá bom Manu” Pra vc tudo é fake! Cansou já!” (cf. ANEXOS, quadrinho 8).

Por outro lado, Caíque, Camilo e Liege, ao se depararem com a veracidade da proposta que eles estavam defendendo sendo posta em causa, continuam favoráveis a ela, mas sem mobilizar argumentos para defendê-la. Ao invés disso, começam a refutar a própria Manu, tomada como adversário, defendendo que a notícia compartilhada por Camilo era verdadeira e questionando a real intenção dos *sites* de checagem de notícias. Caíque enuncia: “[...] Eu quero saber quem tá por trás desses sites de checagem. Que interesse eles têm?! Porque do lado do Brasil eles não tão”. Neste enunciado, implicitamente, é retomado o âmage da argumentação que sustenta a proposta: *se você está do lado do Brasil, você irá compartilhar a mensagem. Caso contrário, você não está do lado do Brasil.*

Posto isso, notamos que na tira “Zap” existe uma divisão da família Santos causada pelos posicionamentos políticos de cada sujeito, visto que Camilo, Caíque e Leige acreditam que o governo Bolsonaro irá reerguer o Brasil, que foi supostamente destruído pela esquerda. Já Manu, ao se posicionar contra a proposta divulgada por Camilo, demonstra que não se identifica com o posicionamento político seguido por seus familiares.

Diante disso, notamos que o sujeito comunicante, identificado a partir das identidades sociais de Leandro Assis e Triscila Oliveira, ao propor a tira “Zap”, havia como projeto de fala, possivelmente, retratar uma situação corriqueira em um grupo de troca de mensagens em uma determinada rede social durante um período que antecedia as Eleições Gerais do Brasil no ano de 2022. Nesse sentido, a partir da representação de um episódio trivial de disseminação de notícias falsas nas redes sociais, é projetada uma crítica para a ausência de cri-

tidade no consumo de informações, sobretudo acerca de assuntos políticos. Analisando o modo argumentativo percebemos, além disso, a presença de um conflito ideológico na tira em questão, que dialoga com o fenômeno de polarização política marcante de suas circunstâncias de discurso.

5 Considerações Finais

Esta pesquisa foi realizada com a finalidade de compreender as possíveis contribuições da Teoria Semi linguística para a análise da suposta presença do fenômeno de polarização política em tiras veiculadas no meio digital. Nessa direção, tínhamos como suposição inicial a crença no potencial do arcabouço teórico-metodológico da perspectiva da Semi linguística para a compreensão do fenômeno da polarização política no gênero em questão, por possibilitar analisá-lo enquanto ato de linguagem e remetê-lo às suas circunstâncias psicossociolinguageiras de realização. Diante deste questionamento, selecionamos como *corpus* a tira “Zap”, de Leandro Assis e Triscila Oliveira, divulgada na rede social Instagram, e nos propomos a analisá-la, de modo mais específico, considerando-a como um ato de linguagem, situando-a no que diz respeito às suas circunstâncias de discurso e desvelando os seus modos de organização discursiva.

Analisando as especificidades deste ato de linguagem e o associando às suas circunstâncias de produção, levamos em consideração tanto a sua dimensão explícita (linguageira) quanto implícita (os possíveis saberes acionados para a sua compreensão). Considerando esses aspectos, percebemos que, por mais que a tira seja construída a partir de um suposto projeto de fala destinado a denunciar a disseminação de notícias falsas nas redes sociais, a sua encenação deixa rastros do fenômeno de polarização política que se intensificava no Brasil em decorrência das Eleições Presidenciais de 2022, que não se configura como um mero pano de fundo para o ato de linguagem, mas um acontecimento constitutivo para a sua realização.

De forma complementar, analisamos os modos de organização do discurso da tira em questão e, em razão dos objetivos de nossa pesquisa, nos concentramos na descrição e interpretação de sua encenação narrativa e argumentativa. A análise do modo narrativo apontou que o sujeito comunicante da tira projeta um narrador que assume a posição de contador de uma história ficcional, cujo universo contado se dedica a representar um episódio cotidiano de discussão familiar em um grupo de conversas de uma rede social motivada pela divulgação de uma notícia falsa acerca de um suposto programa criado pelo governo de esquerda intitulado “Bolsa Ditadura”. Partindo deste universo narrado, a análise do modo argumentativo permitiu depreender, a partir da consideração dos elementos de encenação do seu dispositivo, a existência de um conflito ideológico entre os personagens diante de uma proposta, separando-os em dois polos políticos distintos na defesa de suas proposições, funcionando como uma alegoria do fenômeno de polarização política constitutivo, como já foi mencionado, de suas circunstâncias de discurso.

Diante do que foi apresentado, reforçamos nossa hipótese inicial acerca do potencial da Teoria Semiolinguística para a análise do fenômeno de polarização política nas redes sociais. O seu arcabouço teórico-metodológico ofereceu meios para a apreensão do ato de linguagem analisado, tomado em sua dimensão discursiva e situacional. Reforçamos, enfim, a importância de se problematizar a leitura, algo que acreditamos ser possível por meio de um trabalho com a linguagem, sob uma perspectiva comunicacional e pragmática, considerando-a no imbricamento de suas dimensões explícita e implícita, revelando a sua relação constitutiva com a sociedade.

Referências

BARBOSA, Rafael. Eleição de 2022 é a mais polarizada desde a redemocratização. **Poder360** [S. l.], 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/eleicoes/eleicao-de-2022-e-a-mais-polarizada-desde-a-redemocratizacao/>. Acesso em: 18 jun. 2023.

CHARAUDEAU, Patrick. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. *In*: PAULIUKONIS, Maria Aparecida L.; GAVAZZI, Sigrid (org.). **Da língua ao discurso**: reflexões para o ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. p. 11-27.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso**: modos de organização. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

FUKS, Mario; MARQUES, Pedro Henrique. Polarização e contexto: medindo e explicando a polarização política no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 28, n. 3, p. 560-593, set./dez. 2022. Disponível em: <http://doi.org/10.1590/1807-01912022283560>. Acesso em: 19 maio 2023.

LIRA, Ravele Félix de. Polarização Política e suas implicações nas eleições presidenciais. **Politize!** [S. l.], 2022. Disponível em: <https://www.politize.com.br/polarizacao-politica-implicacoes/>. Acesso em: 18 jun. 2023.

LOPES, Maraisa; BATISTA JÚNIOR, José Ribamar Lopes; MOURA, João Benvindo de. **Linguagem, discurso e produção de sentidos**. São Paulo: Pá de Palavra, 2018. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1E4p24MwtwEIYLOBy9Cv86l8P1ww5IsmP/view>. Acesso em: 15 jun. 2023.

MACHADO, Ida Lucia. O ato de linguagem segundo a Semiolinguística: implicações, explicações e aplicações práticas. **Gragoatá**, [S. l.], v. 24, n. 50, p. 760-772, set./dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/34125/23354>. Acesso em: 19 jun. 2023.

MAIA, Dominique. Retrospectiva política de 2022: veja 10 fatos que marcaram o ano. **Politize!** [S. l.], 2022. Disponível em: https://www.politize.com.br/retrospectiva-politica-de-2022/?https://www.politize.com.br/&gclid=CjwKCAjw-IWkBhBTEiwA2exyOzUwzvSRZAF9BjT7_7gcNN_EUifDBGTOdgA3sckrg1WepB0kUX7gfBoCgvEQAvD_BwE. Acesso em: 17 jun. 2023.

MENEZES, Luiz Fernando. Não é verdade que governo paga ‘Bolsa Ditadura’ a 20 mil anistiados políticos. **Aos Fatos** [S. l.], 2019. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/nao-e-verdade-que-governo-paga-bolsa-ditadura-20-mil-anistiados-politicos/>. Acesso em: 17 jun. 2023.

MOURA, João Benvindo de; BATISTA JÚNIOR, José Ribamar Lopes; LOPES, Maraisa (org.). **Sentidos em disputa**: discursos em funcionamento. São Paulo: Pedro & João Editores; Teresina: EDUFPI, 2017. Disponível em: <https://drive>.

[google.com/file/d/11V18xIYEwS3LV3UnpkbjQj5xsuXK0zYf/view](https://drive.google.com/file/d/11V18xIYEwS3LV3UnpkbjQj5xsuXK0zYf/view). Acesso em: 15 jun. 2023.

MOURA, João Benvindo de; LOPES, Maraisa (org.). **Discursos, imagens e imaginários**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. 358p. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/172snYhu2fwF0Wpd-blplg4dQa5H2Whh6/view>. Acesso em: 15 jun. 2023.

MOURA, João Benvindo de; MAGALHÃES, Francisco Laerte (org.). **Fluxos discursivos na sociedade em rede**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. Disponível em: <http://editorapathos.com.br/fluxos-discursivos-na-sociedade-em-rede/>. Acesso em: 12 jun. 2021.

MOURA, João Benvindo de; ROCHA, Max Silva da. **Semiolinguística e retórica: interfaces**. Teresina: Editora Pathos, 2021. Disponível em: <http://editorapathos.com.br/semiolinguistica-e-retorica-interfaces/> Acesso em: 12 jun. 2023.

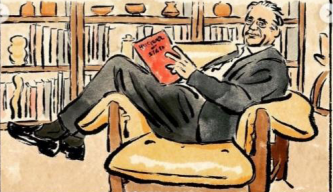
PAULIUKONIS, Maria Aparecida; GOUVÊA, Lúcia Helena. Texto como discurso: uma visão semiolinguística. **Desenredo**, v. 8, n. 1, p. 49-70, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rd/article/view/2638/1800>. Acesso em: 18 jun. 2023.

RABELLO, Ilana. A semiolinguística vai para a escola. In: XAVIER, Gláyci *et al.* **Semiolinguística aplicada ao ensino**. São Paulo: Contexto, 2021. p. 15-39.

XAVIER, Gláyci. Os modos de organização do discurso. In: XAVIER, Gláyci *et al.* **Semiolinguística aplicada ao ensino**. São Paulo: Contexto, 2021. p. 97-125.

ANEXOS

Tira “Zap”, de Leandro Assis e Triscila Oliveira

Um dia típico no zap da família Santos  Camilo Essa é pra quem diz que o governo não faz nada! Vejam! A limpeza desse país está apenas começando...	leandro_assis_ilustra leandro_assis_ilustra Os Santos Escrito por Leandro Assis e Triscila Oliveira. Ilustrado por Leandro Assis. 61. Zap 47 sem Ver tradução alecsandro_n_s O engraçado é que o cara não faz essas perguntas do final de o de recebeu a fake, viés de confirmação o nome. 3 sem Responder Ver tradução driaguarmedeiros Gente, isso me é tão 68.140 curtidas JUNHO 23, 2022 Adicione um comentário... Publicar	Quadrinho 1
Você sabia que foi FHC quem criou a Bolsa Ditadura ou Bolsa Terrorista, benefício imoral dado a ex-terroristas dos anos 60 e 70? FHC foi o primeiro a receber esse benefício, mesmo tendo ficado apenas algumas horas preso (acusado de conspiração e subversão contra o regime) no DOPS nos anos 60. 	leandro_assis_ilustra leandro_assis_ilustra Os Santos Escrito por Leandro Assis e Triscila Oliveira. Ilustrado por Leandro Assis. 61. Zap 47 sem Ver tradução alecsandro_n_s O engraçado é que o cara não faz essas perguntas do final de o de recebeu a fake, viés de confirmação o nome. 3 sem Responder Ver tradução driaguarmedeiros Gente, isso me é tão 68.140 curtidas JUNHO 23, 2022 Adicione um comentário... Publicar	Quadrinho 2
Você sabia que aproximadamente 20 mil anistiados recebem a Bolsa Ditadura? Entre eles: Lula, Dilma, Zé Dirceu, José Genuino, Chico Buarque, Gilberto Gil, Caetano Veloso, Miriam Leitão e muitos outros recebem o benefício mensalmente e são isentos de pagar Imposto de Renda. Sendo que desses 20 mil, 10 mil recebem indenizações mensais acima do teto constitucional (R\$33.763,00) 	leandro_assis_ilustra leandro_assis_ilustra Os Santos Escrito por Leandro Assis e Triscila Oliveira. Ilustrado por Leandro Assis. 61. Zap 47 sem Ver tradução alecsandro_n_s O engraçado é que o cara não faz essas perguntas do final de o de recebeu a fake, viés de confirmação o nome. 3 sem Responder Ver tradução driaguarmedeiros Gente, isso me é tão 68.140 curtidas JUNHO 23, 2022 Adicione um comentário... Publicar	Quadrinho 3

DIREITA E ESQUERDA:
DA POLARIZAÇÃO DISCURSIVA NO BRASIL RECENTE

Essa esquerda maldita tira dos cofres públicos mensalmente a bagatela de R\$365 milhões! R\$ 4,38 bilhões por ano, pagos por nós, otários! Mas a farra vai acabar! O governo já começou a auditar o benefício! Os cortes estão começando! Compartilhem essa mensagem para apoiar nosso governo patriota! 	leandro_assis_ilustra leandro_assis_ilustra Os Santos Escrito por Leandro Assis e Triscila Oliveira. Ilustrado por Leandro Assis. 61. Zap 47 sem Ver tradução alecsandro_n_s O engraçado é que o cara não faz essas perguntas do final de o de recebeu a fake, viés de confirmação o nome. 3 sem Responder Ver tradução driaguarmedeiros Gente, isso me é tão 68.140 curtidas JUNHO 23, 2022 Adicione um comentário... Publicar	Quadrinho 4
	leandro_assis_ilustra leandro_assis_ilustra Os Santos Escrito por Leandro Assis e Triscila Oliveira. Ilustrado por Leandro Assis. 61. Zap 47 sem Ver tradução alecsandro_n_s O engraçado é que o cara não faz essas perguntas do final de o de recebeu a fake, viés de confirmação o nome. 3 sem Responder Ver tradução driaguarmedeiros Gente, isso me é tão 68.140 curtidas JUNHO 23, 2022 Adicione um comentário... Publicar	Quadrinho 5
Caique Histórico! Estamos vendo o Brasil finalmente entrar nos eixos. Agora é deixar o Guedes trabalhar e ninguém segura esse país! Camilo Isso! O Brasil vai decolar! Caique Quem diria que era só tirar os sanguessugas do poder pro país sair do buraco, né paizão?! 	leandro_assis_ilustra leandro_assis_ilustra Os Santos Escrito por Leandro Assis e Triscila Oliveira. Ilustrado por Leandro Assis. 61. Zap 47 sem Ver tradução alecsandro_n_s O engraçado é que o cara não faz essas perguntas do final de o de recebeu a fake, viés de confirmação o nome. 3 sem Responder Ver tradução driaguarmedeiros Gente, isso me é tão 68.140 curtidas JUNHO 23, 2022 Adicione um comentário... Publicar	Quadrinho 6

DIREITA E ESQUERDA:
DA POLARIZAÇÃO DISCURSIVA NO BRASIL RECENTE

	leandro_assis_ilustra leandro_assis_ilustra Os Santos Escrito por Leandro Assis e Triscila Oliveira. Ilustrado por Leandro Assis. 61. Zap 47 sem · Ver tradução alecsandro_n_s O engraçado é que o cara não faz essas perguntas do final de o de recebeu a fake, viés de confirmação o nome. 3 sem · Responder · Ver tradução driaguarmedeiros Gente, isso me é tão 68.140 curtidas JUNHO 23, 2022 Adicione um comentário... Publicar	Quadrinho 7
	leandro_assis_ilustra leandro_assis_ilustra Os Santos Escrito por Leandro Assis e Triscila Oliveira. Ilustrado por Leandro Assis. 61. Zap 47 sem · Ver tradução alecsandro_n_s O engraçado é que o cara não faz essas perguntas do final de o de recebeu a fake, viés de confirmação o nome. 3 sem · Responder · Ver tradução driaguarmedeiros Gente, isso me é tão 68.140 curtidas JUNHO 23, 2022 Adicione um comentário... Publicar	Quadrinho 8
	leandro_assis_ilustra leandro_assis_ilustra Os Santos Escrito por Leandro Assis e Triscila Oliveira. Ilustrado por Leandro Assis. 61. Zap 47 sem · Ver tradução alecsandro_n_s O engraçado é que o cara não faz essas perguntas do final de o de recebeu a fake, viés de confirmação o nome. 3 sem · Responder · Ver tradução driaguarmedeiros Gente, isso me é tão 68.140 curtidas JUNHO 23, 2022 Adicione um comentário... Publicar	Quadrinho 9

DIREITA E ESQUERDA:
DA POLARIZAÇÃO DISCURSIVA NO BRASIL RECENTE



Fonte: postagem retirada da página pública de Leandro Assis na rede social Instagram (Endereço: https://www.instagram.com/leandro_assis_ilustra/). Disponível em: https://www.instagram.com/p/CfjXbi6jYaR/?utm_source=ig_web_copy_link&igshid=MzRlODBiNWFiZA==. Acesso em: 18 jun. 2023.



CONSTRUÇÃO DO *ETHOS* EM *OUTDOORS* DE CUNHO POLÍTICO: ARGUMENTAÇÃO E MULTIMODALIDADE SOB UM VIÉS SEMIOLINGUÍSTICO

Luciana Abrahão
Welton Pereira e Silva

Introdução

Neste capítulo, fruto de uma pesquisa realizada a nível de Especialização em Língua Portuguesa, serão analisadas estratégias argumentativas na consolidação do *ethos* de sujeitos enunciadorees em mensagens publicitárias de cunho político veiculadas em *outdoors*. Para tanto, recorreu-se a alguns pressupostos da Teoria Semiolinguística de Análise do Discurso, de Patrick Charaudeau. Dentre as várias possibilidades de categorias de análise, escolheram-se as seguintes: o esquema básico argumentativo, que consiste na apresentação de uma tese e de (no mínimo) um argumento para comprová-la, a análise argumentativa multimodal e a construção do *ethos* por parte do enunciador.

Será observado, em um gênero discursivo cuja textualização se constitui de elementos nominais e de enunciados formalmente desconectados, como se aplica a lógica do modo de organização do discurso argumentativo, bem como cada enunciadoree se vale do espaço de manobras presente no contrato comunicativo, apresentando recur-

sos variados (por exemplo, o emprego das diferentes estratégias multimodais argumentativas). Assim, após o mapeamento de todos esses mecanismos, pretende-se apreender a formação do *ethos*.

Em relação ao tipo de pesquisa aqui desenvolvido, consistirá em um estudo qualitativo dos dados. Para a sua realização, foram coletadas mensagens publicitárias afixadas em *outdoors* e assim divididas: duas de enunciadores contra o governo do presidente Jair Bolsonaro e mais duas pertencentes aos desfavoráveis à reeleição do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Quanto aos aspectos teóricos norteadores deste trabalho, acolhem-se as contribuições de Charaudeau (2007, 2009, 2018, 2019), Costa (2008), Silva (2020), Silva e Marchon (2021), Fiorin (2016), Ducrot (1987) e Guedes *et al.* (2013).

A escolha do *corpus*, constituído pelo discurso político em *outdoors*, emerge da vontade de compreender os possíveis raciocínios empregados pelo enunciador no ato de argumentar acerca da inelegibilidade de candidatos à presidência (Luiz Inácio Lula da Silva ou Jair Bolsonaro). Apesar de os textos escolhidos apresentarem um espaço diminuto e, conseqüentemente, repleto de enunciados soltos, objetiva-se, ainda assim, entendê-los a partir do modo de organização argumentativo, como bem pontuou Charaudeau (2019) a respeito dos *slogans publicitários* (cuja lógica, em certo grau, pode-se aplicar ao *corpus*): “por menos argumentativos que sejam em sua aparência, devem ser sempre entendidos em função do esquema argumentativo” (Charaudeau, 2019, p. 204). O tamanho limitado da amostra não permite o esgotamento do assunto; contudo, o *corpus* se prestará à exemplificação de como diferentes *ethé* são construídos na propaganda política, tomando como apoio a argumentação multimodal.

Apresenta-se, como hipótese, que a mecânica do modo argumentativo, a multimodalidade presente no cotexto e os aspectos contextuais deem conta de indicar não só o projeto de dizer do enunciador,

bem como a construção de sua própria imagem. Quanto a este último aspecto, há a hipótese de que o *ethos de competência* estaria, geralmente, ligado a enunciadores contrários a Jair Bolsonaro e que o *ethos de potência*, por sua vez, seria construído pelos contrários ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Posto isso, tenciona-se que este trabalho contribua para ratificar a relevância teórica e metodológica da Semiologia na análise do discurso de cunho político em que os sujeitos enunciadores se posicionam como eleitores engajados. Esse tipo de material de análise constitui um universo de troca linguageira de grande importância, visto que, por desempenhar um papel apelativo, pode não só influir na decisão do eleitor acerca de quem ocupará o poder, como também mexer de tal maneira com suas paixões a ponto de levá-lo à intolerância e a discursos de ódio. Entender, portanto, todo o mecanismo discursivo atrelado à esfera política, identificar as possíveis intencionalidades do sujeito, o jogo com que joga, a fundamentação (ou não) do que defende é se “autoimunizar” contra o vírus do alheamento e da desumanização.

2. A identidade em uma problemática semiológica e o conceito de *ethos*

Na perspectiva semiológica, a interação é compreendida a partir de dois espaços: o externo e o interno. O primeiro é constituído pelo contexto imediato, a situação concreta, espaço do fazer; o segundo, pela situação enunciada, o espaço do dizer (Charaudeau, 2019 [2008], p. 52). Desses espaços, fazem parte diferentes participantes: no externo, encontram-se os *sujeitos comunicante e interpretante*, isto é, sujeitos sociais; no interno, os *sujeitos enunciator e destinatário*, seres discursivos.

Elucidando o que ocorre na interação, o sujeito comunicante (EUc) é aquele que toma a palavra. Ao fazê-lo, projeta uma imagem de si (EUe), bem como de seu destinatário (TUd). O exemplo abaixo, retirado do *corpus*, servirá, didaticamente, ao que está sendo desenvolvido:

Figura 1 – Fora Bolsonaro!



Fonte: *Diário do Centro do Mundo* (2020)¹.

Nesse exemplo, o sujeito comunicante (Euc) consiste na instância de produção responsável pela propaganda política. O sujeito enunciador (EUe) é a imagem projetada pelo Euc no discurso, que, no caso em apreço, é de um ser engajado na luta contra o governo atual, ser bem-informado e, também, em certa medida, ser bem-humorado, por associar a figura do presidente à do personagem Pinóquio, de maneira intertextual. Nas histórias infantis, Pinóquio era um boneco de madeira mentiroso e, à medida que mentia, seu nariz crescia, como foi representado na imagem de Bolsonaro. O sujeito interpretante (TUi), por sua vez, é todo aquele que lê o *outdoor*, e o sujeito destinatário (TUd) consiste em uma espécie de destinatário ideal, os eleitores.

Todavia, nem sempre a imagem passada pelo sujeito comunicante é “comprada” pelo sujeito interpretante. Algum eleitor favorável ao governo de Jair Bolsonaro poderá, por meio de suas crenças, captar um EUe mentiroso, ao interpretar o discurso como difamação. Da mesma sorte, o TUi pode não se identificar com o TUd e, conse-

1 Disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/essencial/outdoor-em-uma-das-principais-avenidas-de-maceio-tem-bolsonaro-com-nariz-de-pinoquio/>.

quentemente, não crer na veracidade do dito. Assim sendo, de acordo com Charaudeau (2019 [2008], p. 48), “[...] o EUe (assim como o TUD) é um ser que existe no e pelo ato de produção-interpretação”.

Liga-se, aos pressupostos teóricos acima, o conceito de *identidade*. Charaudeau (2009) aponta dois tipos de identidade: a identidade social, relacionada ao sujeito comunicante; e a identidade discursiva, construída no e pelo discurso, que se relaciona ao *ethos*. Charaudeau (2009), nesse sentido, afirma que o sujeito se constrói a partir de sua identidade discursiva combinada, também, a uma identidade social. Acrescenta, referindo-se à importância dessa dupla divisão identitária para apreensão dos sentidos, que a significação discursiva “depende da identidade social de quem fala” (Charaudeau, 2009, p. 313).

A identidade social é, pois, a que legitima o sujeito como portador de direito à palavra. Para tanto, é preciso que haja um reconhecimento de outras pessoas oriundo, muitas vezes, da institucionalização (como no caso de uma graduação em Letras, que habilita o professor a falar sobre os fatos da língua), da performance do próprio indivíduo, isto é, de um saber-fazer (se ele, além de habilitado, fala com propriedade, apresenta domínio do tema), de uma posição de poder, entre outros (Charaudeau, 2009).

A identidade discursiva, por sua vez, tem a ver com “o como se diz”, ou seja, com a forma de organização da enunciação, com as escolhas do que é projetado ou não no discurso. Por exemplo, alguém pode apresentar um *ethos* afetivo e dócil por meio de certas escolhas lexicais, como algumas palavras formadas com recurso ao sufixo “-inho”, temáticas recorrentes relacionadas a amizades e família e, até mesmo, um falar manso, o que, porém, pode não coadunar com sua identidade social, mascarando-a (Charaudeau, 2009).

Como já mencionado, Charaudeau (2018) explicita que, para a apreensão do *ethos*, levam-se em conta o sujeito social e o discursivo, como se pode observar na citação abaixo:

O *ethos* relaciona-se ao cruzamento de olhares: olhar do outro sobre aquele que fala, olhar daquele que fala sobre a maneira como ele pensa que o outro o vê. Ora, para construir a imagem do sujeito que fala, esse outro se apoia ao mesmo tempo nos dados preexistentes ao discurso – o que ele sabe *a priori* do locutor – e nos dados trazidos pelo próprio ato de linguagem (Charaudeau, 2018 [2005], p. 115).

Em outras palavras, para a Semiologia, o *ethos*, como uma imagem projetada por aquele que diz, não é uma propriedade apenas desse dizer, mas, sim, “é antes de tudo a imagem de que se transveste o interlocutor a partir daquilo o que ele diz” (Charaudeau, 2018 [2005], p. 115). Desse modo, o autor conclui que o *ethos* é resultado do ser e do dizer.

No âmbito político, focalizado neste trabalho, a imagem dos governantes, por exemplo, deve corresponder às expectativas da população. O *ethos* nasce, então, do reflexo das demandas sociais e do anseio do governante de incorporá-las (apregoá-las) e pode ser representado “como um espelho no qual se refletem os desejos uns dos outros” (Charaudeau, 2018 [2005], p. 87). Assim, para que o político seja uma figura bem-sucedida, é preciso compreender os imaginários sociodiscursivos predominantes acerca do que é considerado como um bom político.

Outro aspecto importante, ainda elencado por Charaudeau (2018 [2005]), é o fato de a imagem do político ser contraditória, a depender do olhar de que é alvo. Por exemplo, um governador pode transparecer aos aliados um *ethos* de destemido, ao falar o que pensa e, contraditoriamente, aos oponentes, um *ethos* autoritário, falastrão. Assim sendo, a imagem do enunciador está sujeita às inclinações ideológicas do sujeito interpretante (Charaudeau, 2018 [2005], p. 87).

Do ponto de vista da identificação, o *ethos* pode ser visto não só pelo comportamento do sujeito (tonalidade da voz, postura, modo

de vestir, falar e gesticular), como pelas ideias veiculadas no discurso. Charaudeau (2018 [2005], p. 118) assegura que “não se pode separar o *ethos* das ideias, pois a maneira de apresentá-las tem o poder de construir imagens”.

Quanto ao exposto nos parágrafos antecedentes, segue-se um exemplo: o presidente Jair Bolsonaro, em resposta a reportagens que relatavam o escândalo de o governo gastar mais de 15 milhões em leite condensado, esbravejou: “vai para puta que pariu...” e “é pra enfiar no rabo de vocês da imprensa essa lata de leite condensado”. No evento descrito, é possível verificar, por meio das palavras presidenciais e pelo conteúdo “chulo”, como também pela tonalidade de sua voz ao emitir o palavrão, um *ethos* desrespeitoso e grosseiro. Contudo, aos seus aliados, a imagem foi, possivelmente, de uma figura destemida, não à toa os gritos de aprovação daqueles que, na ocasião, ouviam-no².

Tecendo, ainda, reflexões sobre o *ethos* no âmbito político, Charaudeau propõe as seguintes categorias, a saber: *ethos de identificação* e *ethos de credibilidade*. Este resulta da capacidade que o sujeito discursivo tem, por meio de seu dizer, de tornar-se crível. Tem a ver com a criação de uma imagem que visa à aceitação do destinatário. Para tanto, é preciso que o que se diz esteja interligado ao que se realmente pensa, ou seja, é preciso que haja verdade, condições para execução do que é dito (como no caso de promessas políticas) e eficácia no resultado (Charaudeau, 2018 [2005], p. 119). Quanto à categoria *ethé de identificação*, será retomada ao final da seção.

Charaudeau (2018 [2005]) propõe desdobramentos da categoria *credibilidade* em *ethos de sério*, *ethos de virtude* e *ethos de competência*, resultantes do esforço do enunciador na busca por ser digno de crédito. O primeiro pode ser vislumbrado pelo modo “temperado” como o enunciador se apresenta, seja contendo a ira diante de ataques, seja

2 O vídeo pode ser encontrado em: <https://www.youtube.com/watch?v=fZYZ4OoIiOg>.

mantendo, em sua vida privada, uma conduta ilibada ou, no caso de um político, sendo engajado diante de diversas demandas sociais. O segundo, por sua vez, diz respeito à imagem de transparência do sujeito, daquele que não tem nada a esconder, daquele que se mantém fiel à sua pauta governamental e é “modelo de retidão”. O terceiro, por fim, o *ethos de competência*, está relacionado ao conhecimento que o sujeito tem, bem como aos meios de execução e às experiências que lhe asseguram a capacidade de atuação (Charaudeau, 2018 [2005], p. 120-125).

Há, também, certos tipos de imagens construídas com vistas a tocar o público e a fazer com que este se identifique com o enunciador, o que Charaudeau (2018 [2005], p. 137) denomina *ethé de identificação* – categoria já mencionada. Dentro desse grupo, destacam-se o *ethos de potência*, que pode ser percebido desde a violência verbal destinada a algum adversário à determinação para a execução de ações; o *ethos de caráter*, geralmente associado a quem apresenta personalidade forte; o *ethos de inteligência*, que, dentre outras possibilidades, relaciona-se ao saber intelectual capaz de suscitar admiração no ouvinte; o *ethos de humanidade*, que, por seu turno, pode ser captado quando o enunciador demonstra compaixão pelos necessitados e também confessa sua condição de falibilidade; o *ethos de chefe*, no qual é vislumbrada a figura de um guia, apontando caminhos a serem seguidos; e, por fim, o *ethos de solidariedade*, oriundo da postura do indivíduo em ser um com os membros de seu grupo, partilhar as mesmas ideias e responsabilizar-se pelas necessidades de seus iguais (Charaudeau, 2018 [2005], p. 137-163).

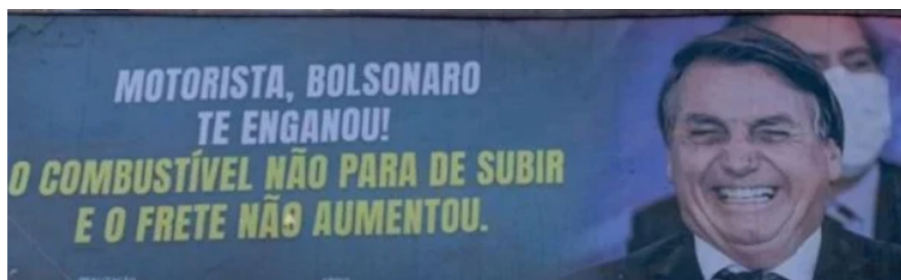
Feitas essas considerações, na próxima seção, separa-se um espaço para o modo argumentativo de organização do discurso. Como, nesta reflexão, busca-se compreender as estratégias de persuasão entre um enunciador e seu destinatário, torna-se imprescindível apreender os mecanismos básicos que engendram a argumentação.

2.1. Modo argumentativo de organização do discurso

A argumentação, de acordo com Charaudeau (2019), é uma atividade que, ao longo da história, fascinou o homem. Prova disso é a atenção dada, na Grécia Antiga, ao estudo da Retórica (arte de persuadir) até o interesse pelo fenômeno nos dias atuais. Charaudeau (2019 [2008], p. 204), nessa direção, elucida como funciona a “mecânica do discurso argumentativo”, apresentando *os componentes e os procedimentos* a partir dos quais o sujeito comunicante constrói e organiza o modo argumentativo. A argumentação, para o autor, “é uma totalidade que o modo de organização argumentativo contribui para construir” (Charaudeau, 2019 [2008], p. 207).

Um ponto importante para Charaudeau (2019 [2008], p. 204) é que a argumentação, diferentemente das abordagens tradicionais veiculadas pela tradição escolar, não se limita a ligações de orações por meio de conectores. Afinal, nem todas as combinações entre frases apresentam as chamadas conjunções e nem por isso deixam de veicular um direcionamento argumentativo. Isso pode ser verificado no seguinte *outdoor*:

Figura 2 – Motorista, Bolsonaro te enganou!



Fonte: *Metropoles* (2021)³.

3 Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/apos-ameacas-empresa-retira-outdoors-com-criticas-a-bolsonaro>.

É possível perceber que, entre o primeiro enunciado (“Motorista, Bolsonaro te enganou!”) e os demais (“O combustível não para de subir e o frete não aumentou”), há uma relação de explicação (o que Charaudeau nomeia de *causalidade explicativa*). Nota-se, assim, que tais enunciados encaminham argumentativamente para a comprovação do engano do presidente, mesmo não apresentando um conectivo explicativo.

Nesse sentido, outra questão importante para o teórico é o fato de, muitas vezes, o aspecto argumentativo de um discurso estar no não dito. A relação entre “Bolsonaro te enganou” e o valor do combustível não parar de aumentar só faz sentido por um argumento que está implícito: em campanha pré-presidencial, o então candidato disse que diminuiria o preço dos combustíveis. Todavia, isso não aconteceu. Essa informação não está dada, mas pode ser recuperada pelo conhecimento que se tem a respeito do universo político que prevê uma série de falsas promessas.

Assim, como dito anteriormente, para Charaudeau (2019 [2008]), o modo de organização argumentativo apresenta elementos que lhe são constitutivos, a saber: primeiro, é preciso que haja uma proposta sobre o mundo passível de ser questionada quanto à sua legitimidade; depois, um sujeito que reflita sobre essa proposta e se posicione em relação a ela por meio de um raciocínio; e, por fim, outro sujeito, a quem a argumentação é destinada com vistas a persuadi-lo.

Para melhor solidificação do esquema básico argumentativo, replica-se aqui o exemplo acima: “Motorista, o Bolsonaro te enganou! O combustível não para de subir e o frete não aumentou!”. Pode-se dizer que a proposta diz respeito ao engano feito por Bolsonaro. O enunciador abraça a afirmativa e formula a seguinte asserção com base nas promessas de diminuição do valor da gasolina feitas pelo presidente, antes mesmo de ser eleito: “O Bolsonaro te enganou”. Dizer, apenas, que o destinatário foi enganado não consiste em um raciocí-

nio. Para comprovar a asserção, o enunciador busca atestar a sua verdade por meio, por exemplo, da justificativa: se o preço do combustível não para de crescer e se Bolsonaro prometeu que o diminuiria (o que está subentendido) e isso não aconteceu; portanto, Bolsonaro só pode ter agido de maneira enganosa.

O sujeito interpretante pode tentar discordar, caso seja alguém favorável ao governo, para eximir a responsabilidade de seu candidato e fazer a seguinte contestação: “Apesar de o combustível não parar de subir e de o frete não ter aumentado, Bolsonaro não é o autor dessa situação, mas, sim, a Petrobras, que é a responsável pelos reajustes nos preços dos combustíveis. Portanto, ‘Motorista, Bolsonaro não te enganou!’”. Entretanto, trata-se, na leitura deste trabalho, de um raciocínio falacioso, já que a promessa de diminuição não foi cumprida, isto é, colocar a culpa do aumento na Petrobras não justifica o seu descumprimento com a diminuição.

Como visto, por meio do modo argumentativo, é possível fazer explicações a respeito de asserções sobre o mundo. Essas explicações são subdivididas em *razão demonstrativa* e *razão persuasiva*. A primeira refere-se às relações lógicas estabelecidas entre os enunciados, sendo esse mecanismo denominado *organização da lógica argumentativa*. A segunda, por sua vez, diz respeito à busca por provar determinada tese com o auxílio de argumentos. A razão persuasiva depende do que Charaudeau (2019 [2008]) nomeia *procedimento de encenação discursiva*. Nos próximos parágrafos, por conta do recorte aqui efetuado, apenas os aspectos da organização lógica serão desenvolvidos.

A organização da lógica argumentativa se constitui, conforme Charaudeau, por alguns componentes. Assim, em qualquer ato argumentativo, formula-se uma *asserção de partida*, entendida como uma premissa, um dizer sobre o mundo, que leva a admitir determinada conclusão, uma *asserção de chegada*. Como o nome sugere, “chegada” compreende “o que deve ser aceito em decorrência da asser-

ção de partida” e da(s) *asserção(ões) de passagem*. Esta última consiste num *universo de crença* que permite a relação entre as duas anteriores (Charaudeau, 2019 [2008]).

O anúncio apresentado acima, já explicado sem muita sistematização, consiste em um exemplo satisfatório dessas relações. No enunciado “Motorista, o Bolsonaro te enganou”, observa-se a asserção de partida, já que é feita uma afirmação sobre um ser e a descrição de sua ação. A asserção de chegada está em “O combustível não para de aumentar”, uma vez que expressa a causa da primeira premissa, ou seja, o motivo do engano (A1 porque A2).

Por fim, a relação entre o engano do Bolsonaro e o fato de o valor do combustível não parar de aumentar só ganha sentido *pela asserção de passagem*, ou seja, por um argumento implícito: como já exposto sobre esse exemplo, antes de ser eleito, o candidato prometeu diminuir o valor dos combustíveis, o que não foi feito. O conhecimento de mundo que se tem a respeito das promessas políticas muitas vezes não cumpridas faz com que seja estabelecida a conexão entre a primeira e segunda premissa. A asserção de passagem, portanto, baseada no universo de crença compartilhado entre os sujeitos, constitui uma forte ferramenta argumentativa da língua, já que está calcada nas experiências sociais dos indivíduos e, por isso, tem a força de ligar as asserções, fazendo com que o sujeito interpretante aceite a proposta do enunciador como legítima.

2.2 A multimodalidade e considerações sobre o *outdoor*

Antes das análises, faz-se aqui uma breve seção a respeito da multimodalidade e da configuração do *corpus*. Como o material escolhido para esta reflexão são propagandas políticas publicadas em *outdoors*, torna-se necessário levantar aspectos teóricos que deem conta de explicar as relações verbo-visuais a partir de um viés argumentativo, bem como aspectos que elucidem a genericidade do material a ser examinado. Para tanto, recorre-se não só ao trabalho de Silva e Marchon

(2021), cuja reflexão recai sobre textos formados por mais de uma semiose sob o ponto de vista argumentativo, como também às reflexões de Guedes *et al.* (2013) e de Costa (2008) sobre a composicionalidade do *outdoor*.

Silva e Marchon (2021) adotam uma abordagem de texto mais abrangente, que não se restringe ao aspecto verbal. Defendem, assim, que o texto é fruto de estratégias de um enunciador cuja finalidade é, de alguma forma, agir sobre o destinatário. Nessa troca, é preciso que se leve em conta diferentes operações tanto para produção quanto para apreensão dos sentidos, tais quais o cotexto, a situação comunicativa e as intencionalidades (Silva; Marchon, 2021).

Ainda, baseando-se nos estudos de Pauliukonis e Cavalcante (2018), reiteram que o cotexto é formado por quaisquer semioses presentes na superfície textual (Silva; Marchon, 2021). Com efeito, há um projeto comunicativo na base de qualquer texto; logo, todos os componentes que o constituem estão a serviço da interação, do ato de agir sobre o outro. Nada na troca discursiva é arbitrário, inclusive as ferramentas imagéticas.

Em suas análises, Silva e Marchon (2021, p. 9) argumentam que os elementos visuais de uma composição multimodal podem não apenas servir como prova do que é defendido no plano verbal, mas também apresentar, nas palavras dos autores, “um papel mais salientado na intencionalidade argumentativa do sujeito enunciador”. As imagens e as palavras integradas, portanto, coadunam, em certa medida, para a efetivação e apreensão do posicionamento de um enunciador na busca por adesão de seu destinatário. Assim, os autores apresentam a argumentação multimodal como o “processo em que diferentes semioses são empregadas como estratégia argumentativa” (Silva; Marchon, 2021, p. 9). Em trabalhos mais recentes, Marchon, Silva e Garcia (2023) reformulam sua proposta, agora, compreendendo que diferentes arranjos intersemióticos apresentam diferentes níveis de argumentatividade.

Quanto às considerações sobre o *outdoor*, Guedes *et al.* (2013) afirmam ser ele ora visto como gênero, ora como suporte, havendo divergências entre teóricos. Os que defendem esta última perspectiva, como Marcuschi (2002), o fazem afirmando ser o *outdoor* apenas um meio de veiculação de anúncios publicitários, que, por exemplo, poderiam ser também afixados na traseira de um veículo.

Concordando com Marcuschi (2002), Costa (2008), em seu *Dicionário de gêneros textuais*, parece considerar o *outdoor* como um suporte, já que propõe a seguinte definição:

[...] anúncio (v) divulgado em suporte de cartaz (v.), ou painel (v.) multissemiótico ou painel luminoso, geralmente de dimensão ampla, exposto à margem de vias urbanas e rodovias, para divulgar produtos eventos os mais diversos, mensagens (v. mensagem), propagandas políticas, religiosas, etc. (Costa, 2008, p. 184).

Costa acrescenta que esses anúncios publicitários se constituem pelas seguintes características: apelo visual forte, textualização apresentada em grandes dimensões espaciais, recorrência de implícitos e poucas palavras. Compartilha-se, neste trabalho, da mesma visão do autor, a de que o *outdoor* é considerado um suporte. Esse ponto de vista é corroborado por Charaudeau (2007), que, ao ensinar sobre a composição do *corpus* em uma pesquisa semiolinguística, sugere o *outdoor* como um exemplo de suporte.

Na contramão das reflexões dos autores, Guedes *et al.* (2013) entendem que o *outdoor* consiste em um gênero formado por uma multimodalidade. Sistemas verbais e imagéticos constroem um dizer apelativo com vistas à adesão do destinatário a determinado produto. Nesse sentido, salientam:

[...] os anúncios trazem em sua composição períodos curtos e impactantes, para que o leitor/consumidor construa rapidamente as relações de sentido ali presentes e compre – ação que geralmente é exigida neste gênero, o produto que está sendo vendido, ou a ideia que está sendo propagada (Guedes *et al.*, 2013, p. 47).

Consideramos, contudo, que o gênero aqui analisado corresponde à propaganda política, podendo ser apresentado, dentre outras possibilidades, no suporte *outdoor*. Como o trabalho aqui explanado reflete acerca das propagandas políticas, é importante lançar mão da Teoria Semiolinguística no que tange ao contrato de comunicação estabelecido no gênero em questão. Charaudeau (2018 [2005], p. 54) explica que parte da significação de um discurso político é apreendida a partir de um dispositivo responsável por nortear modos de comportamento e discursos disponíveis na troca linguageira, a que os participantes poderão recorrer. Em outras palavras, o autor argumenta que toda troca linguageira prevê um contrato de comunicação por meio do qual a cena enunciativa é estruturada e, também, compreendida.

Logo após essas ponderações, Charaudeau (2018 [2005]) expõe as instâncias que formam o cenário de troca no âmbito político, instâncias que estão associadas à fala dos indivíduos e sem as quais o sentido não se efetiva de modo produtor. Veja-se, agora, cada uma: *instância política*; *instância adversária*; *instância cidadã* e *instância midiática*. As duas primeiras, de modo resumido, estão ligadas aos governos (ou àqueles que almejam subir ao poder), bem como a todos os órgãos a eles associados. Esses atores são caracterizados pela busca por legitimidade e credibilidade. A terceira instância, por seu turno, recobre os cidadãos de maneira geral, responsáveis por escolher os políticos, assim como por criticá-los. Já a última instância, a midiática, a que mais interessa a este estudo, será explicada nos próximos parágrafos.

A instância midiática é responsável pela mediação entre a instância política e a cidadã. Integram esse grupo, por exemplo, os “pan-

fletos, cartazes de rua, cartas confidenciais e grandes veículos de informações” (Charaudeau, 2018 [2005], p. 62). As mensagens políticas estampadas nos *outdoors* inserem-se nessa instância e, com base nela, devem ser pensadas na medida em que, comumente, valem-se dos dispositivos *de exibição* e *de espetáculo*. A *exibição* reside na procura de determinado ator por credibilidade ao contribuir com o debate público, criticando e cobrando os órgãos governamentais. Já no dispositivo de *espetáculo*, busca-se atrair e agregar o maior número de adeptos (público). Para tanto, dramatizam-se as narrativas, tornando-as mais comoventes.

Concluída, então, toda a parte teórica, a próxima seção será reservada à aplicação de alguns dos conceitos por meio de uma análise minuciosa dos dados.

3. Análise do corpus

O *corpus* do presente estudo consiste em quatro textos obtidos da mídia, sendo divulgados em veículos de comunicação diversos. Optou-se por selecionar quatro propagandas políticas publicadas em *outdoors*, sendo duas referentes a um sujeito enunciador que se posiciona contrário à reeleição de Jair Messias Bolsonaro e duas referentes a um sujeito enunciador que se posiciona contrário à reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva. Esta pesquisa apresenta, assim, caráter qualitativo de natureza bibliográfica e documental. Apesar de serem analisados poucos textos, os dados são suficientes para ilustrarmos a forma como, no discurso político que dialoga com o midiático, já que se trata de *outdoors*, a multimodalidade e a organização argumentativa contribuem para a consolidação de determinados *ethé* discursivos.

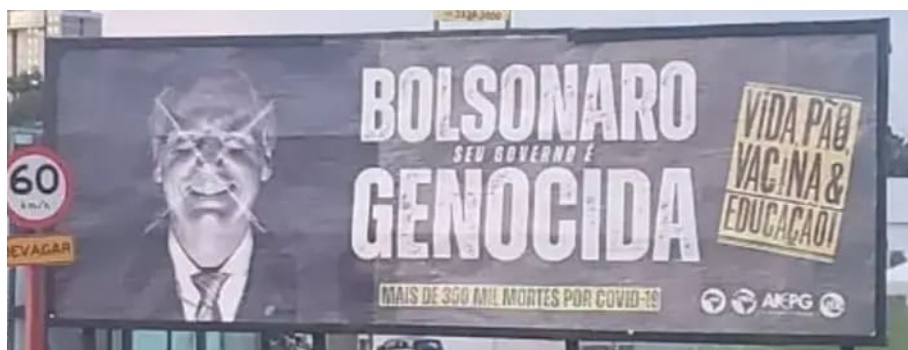
Nesta análise, optou-se, como já exposto na Introdução, por aplicar o esquema fundamental do modo de organização argumentativo (tese e justificativa) aos discursos presentes em *outdoors*, assim como trazer considerações sobre a argumentação multimodal e classificar os *ethé* apresentados pelos enunciadores. Segue-se esse formato

a fim de que se possa, ao final, por meio de certas recorrências, postular comportamentos a serem verificados em análises futuras de dados mais abrangentes, tanto qualitativas (como é feita aqui) quanto quantitativas, para melhor solidificação dos resultados.

3.1. Enunciador contra Bolsonaro “genocida”

A propaganda a seguir foi retirada de uma notícia, publicada no *Jornal Extra* no dia 18 de março de 2021, segundo a qual o *outdoor* da União Nacional dos Estudantes (UNE) teria sido destruído pelos eleitores de Bolsonaro.

Figura 3 – Bolsonaro Genocida



Fonte: *Extra*⁴ (2021).

No texto, é possível recuperar certas estratégias para efetivação da atividade argumentativa. Primeiro, o enunciador constrói a seguinte asserção: “Bolsonaro seu governo é genocida”, revelando o seu ponto de vista sobre o governo atual ao atribuir-lhe a qualificação “genocida” – aquele que pratica ou ordena genocídio; isto é, o extermínio em massa de uma comunidade. Para o convencimento de seu destina-

4 Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/brasil/outdoor-com-criticas-bolsonaro-destruido-em-goiania-une-promete-instalar-outros-24931533.html>. Acesso em: 29 jul. 2022.

tário, busca comprovar a sua verdade por meio da seguinte justificativa: “Mais de 300 mil mortes por Covid-19”.

A mensagem é composta por enunciados justapostos, tendo em vista o propósito comunicativo e o contexto de circulação caracterizado pela passagem dinâmica de transeuntes. Por essa razão, cabe ao sujeito interpretante fazer as conexões do jogo persuasivo, tal como: o governo de Bolsonaro é genocida, pois foram mais de 300 mil mortes por covid-19. Se, entretanto, as mortes foram por covid-19, como aponta o aspecto linguístico, de que forma a triste situação é culpa do governo?

Essa informação pode ser recuperada não só pelo cotexto, em que os elementos nominais “vida, pão, vacina e educação” remetem ao des-caso governamental em relação a componentes essenciais à vida, como principalmente pelos conhecimentos de mundo a serem ativados pelo interpretante relacionados a cada um dos componentes: a negligência e a lentidão na contratação das vacinas e o mau exemplo como figura pública e influenciadora ao se negar ao uso de máscara, os cortes orçamentários significativos na educação e a recusa por manter o auxílio emergencial, único meio de sobrevivência de muitos brasileiros em plena pobreza – esta última displicência presidencial pode ser percebida pelo termo “pão”, usado metonimicamente para representar a alimentação.

Portanto, para o sujeito enunciator, se Bolsonaro não deu exemplo e mostrou desinteresse pelo antídoto que evitaria muitas mortes, de fato, o seu governo é genocida. Se, em dado momento, Bolsonaro hesitou em dar prosseguimento ao auxílio emergencial, o meio de subsistência de muitas famílias durante o período pandêmico, o seu governo só pode ser genocida e responsável pelas muitas mortes. Esses argumentos, porém, como dito, não estão plenamente explicitados no componente linguístico, mas servem como asserções de passagem que relacionam Bolsonaro à responsabilização pelas mortes. Todo

esse recurso argumentativo, portanto, é engendrado pelo enunciador na busca pelo convencimento de seu destinatário.

Soma-se a isso o aspecto imagético, a partir do qual se verifica a argumentação multimodal, uma vez que a morte é recuperada pela cor escura e acinzentada do *outdoor*, contrastando com a cor clara do presidente, que ressalta aos olhos como uma espécie de defunto. Dessa forma, verbal e não verbal realçam a morte, em uma relação multimodal, pela qual Bolsonaro é responsabilizado.

Ademais, a sua expressão é de satisfação e prazer, o que, a partir dos saberes sociodiscursivos compartilhados entre os indivíduos, faz referência à figura zombeteira de Bolsonaro. É sabido que, no lugar de tratar toda essa problemática com seriedade, o presidente preferiu, muitas vezes, vir a público “fazer gracejos”, como afirmar ser a covid-19, apenas, “uma gripezinha”⁵. Tudo isso reforça/reitera a intencionalidade do enunciador de apresentar repulsa ao governo (não à toa o “x” no rosto do presidente), caracterizado como genocida.

Como acontece em todo modo de dizer, o sujeito enunciador, quer queira, quer não, projeta uma imagem de si. No caso acima, observam-se *ethé de potência* e de *competência*. O primeiro é recuperado por um dizer áspero e destemido, que rejeita o governo atual e o tem como criminoso (causador de mortes), enunciando o que considera ser o crime cometido: “Bolsonaro, o seu governo é genocida”. O segundo, por sua vez, o *ethos de competência*, aponta para a capacidade do enunciador, que detém um vasto conhecimento da esfera política – por exemplo, a ciência dos acontecimentos pela contabilização do número de mortes (mais de 300 mil mortes por covid-19) – e a competência de aplicar esse mesmo saber para argumentar e comprovar a sua opinião.

A construção do *ethos de potência*, portanto, conforme Charaudeau (2018 [2005]), objetiva tocar o público e fazer com que haja identifica-

5 Conferir matéria publicada pela BBC: “2 momentos em que Bolsonaro chamou Covid-19 de ‘gripezinha’, o que agora nega”. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55107536>. Acesso em: 29 jul. 2022.

ção com o enunciador, o que também sintoniza com a função social apelativa do gênero em questão. A construção do *ethos de competência*, por sua vez, pode munir o sujeito como digno de crédito.

3.2. Enunciador contra Bolsonaro “miliciano”

O texto abaixo, publicado no Twitter em 06 de agosto de 2020, mantém certa similaridade com o anterior, na medida em que o enunciador constrói uma asserção sobre o mundo e, depois, obedecendo ao espaço de restrições do gênero, lista argumentos. Vejam-se, agora, a imagem e, em seguida, as considerações.

Figura 4 – Fora Bolsonaro



Fonte: Twitter Thiago dos Reis (2020)⁶.

A asserção inicial, isto é, o ponto de vista, está sob forma de comando “Fora Bolsonaro”. Como tal proposição deve falar a respeito de um ser, de sua propriedade e ação, é necessário, por essa razão, transformá-la. Eis uma sugestão: “Bolsonaro deve sair da presidência”. É importante, também, pontuar que, no texto, o advérbio “fora” salienta a tomada de posição, sendo revelador da perspectiva do enunciador

6 Disponível em: <https://twitter.com/thiagoresiste/status/1291548123945480192?lang=zh-Hant>. Acesso em: 20 jun. 2022.

a respeito da não permanência de Bolsonaro na função de presidente da república.

Encontrada a tese, componente do esquema argumentativo, o enunciador, cuja intenção é convencer o seu destinatário do motivo da saída presidencial, vale-se de vários argumentos presentes no cotexto, os quais são: milícias, desmatamento, *fake news*, desmonte da Petrobras, entrega do patrimônio público, milhares de mortes e rachadinhas (termo popular para a prática ilegal de transferir parte do salário de um servidor a algum político). Os componentes nominais pouco informam, entretanto, se o destinatário não compartilhar do universo de referência delineado pelo enunciador. Dito de outro modo, é preciso a ativação do conhecimento de mundo para que o destinatário aceite ou não o projeto argumentativo.

Como dito, são elencados sete argumentos – entendidos em sentido lato; contudo, a nível de exemplificação e de simplificação, apenas alguns deles serão aqui desenvolvidos. Cabe, antes de serem inseridas as asserções de partida e de chegada, bem como as de passagem, um pequeno panorama do universo referencial a que se associam os argumentos. Em relação ao elemento nominal “milícias”, por exemplo, há uma série de suspeitas de ligações do governo Bolsonaro a milicianos; dentre elas, o possível oferecimento de cargos públicos no Palácio do Planalto pela morte de Adriano da Nóbrega (miliciano investigado no caso de Marielle Franco), o qual mantinha fortes ligações com a família presidencial.

Feita essa contextualização, a primeira asserção e a segunda podem ser assim entendidas: Bolsonaro deve sair da presidência (A1), uma vez que o seu governo estaria, segundo o enunciador, envolvido com milícias (A2). Sabe-se, porém, que a razão responsável pelo elo entre as duas asserções está, por exemplo, no conhecimento de mundo (já exposto acima) e no universo de valores dos envolvidos na comunicação. Ora, a milícia é uma organização criminosa, e um governo (órgão

representante do povo) sério jamais teria relação com ela. Essas asserções de passagem justificam, portanto, a relação de A1 e A2. Assim sendo, se o governo de Bolsonaro está, no fazer persuasivo do enunciador, envolvido com milícias, então ele deve sair da presidência.

O mesmo raciocínio pode ser empregado em todos os demais argumentos. Veja-se mais um: Bolsonaro deve sair da presidência, uma vez que entrega o patrimônio público. Para a compreensão das relações, é imprescindível recorrer ao que está implícito: “A entrega do Patrimônio Público” refere-se à privatização da Eletrobras (marcada pelo presidente para o dia 13 de junho de 2022). Tal decisão pode produzir sérios prejuízos, como a priorização do lucro em detrimento de um serviço digno à população mais pobre. Dessa forma, se Bolsonaro entrega o patrimônio público (às mãos de instituições privadas que visam, acima de tudo, à lucratividade), isso é prova de que ele tem que deixar a presidência.

Quanto às *fake news*, uma informação que circulou à época de escrita deste texto é a de que Bolsonaro foi acusado de disseminar engano na internet, colocando em xeque a seriedade do sistema de votação – meio pelo qual ele mesmo foi eleito. Se Bolsonaro é responsável por *fake news* (e age como malfeitor, o que não combina com a figura presidencial, de quem se espera honestidade e verdade), então é imperativo que saia da presidência.

Por fim, o enunciador revela que um dos motivos pelos quais Jair Bolsonaro deve deixar o cargo são as milhares de mortes. Como visto na análise anterior, o presidente fez piadas e, inicialmente, revelou, de acordo com informações jornalísticas, lentidão nas contratações de vacinas. Isso explica a validade entre as proposições: o Bolsonaro deve deixar a presidência, uma vez que é responsável pelas milhares de mortes, conforme argumenta o enunciador.

Dessa forma, observa-se que o projeto argumentativo consiste em levar o destinatário a não concordar com o governo atual e é concretizado por meio de múltiplos argumentos, o que torna o fazer persuasivo mais consistente. Além disso, a intencionalidade é reforçada pelo campo imagético apresentado na mensagem. A opinião é posta em evidência na cor roxa (Fora Bolsonaro!), os argumentos são destacados de branco em fundo preto, o que lhes dá maior visibilidade e realça o projeto de dizer.

A imagem aterradora de um cemitério, que remete a “milhares de mortes”, e do semblante de Bolsonaro, como uma espécie de “monstro”, ratifica e intensifica a sua responsabilização sobre as muitas vidas vítimas da covid-19. Dessa forma, a intencionalidade é concretizada por meio da argumentação multimodal, afinal, mesmo que apenas o argumento acerca das mortes seja reiterado no visual, todas as demais ações perpetradas pelo político poderiam conduzir a um cenário de horror, como o representado na imagem.

Todo esse dizer, portanto, cria um *ethos de competência*, pois, como visto, o inventário nominal no anúncio fabrica a imagem de um enunciador detentor de um vasto conhecimento no âmbito político, o que lhe confere credibilidade, e um *ethos de potência*, sobretudo pelo campo visual, em que, corajosamente, apresenta-se o cenário apavorante (semelhante a uma arte de filme de terror), representativo do governo atual.

3.3 Enunciador contra Lula “ladrão”

A imagem a seguir foi publicada no *site* de notícias *O Presente* no dia 03 de abril de 2022, segundo o qual a Justiça Eleitoral teria determinado a retirada de *outdoors* contrários ao então candidato à presidência Luiz Inácio Lula da Silva.

Figura 5 – Lula ladrão



Fonte: *O Presente* (2022)⁷.

Primeiramente, a opinião do enunciador pode ser transformada na seguinte asserção: “O Lula não deve ser aceito aqui”. O “aqui”, elemento dêitico, refere-se ao bairro de Vila Nova, na cidade de Toledo, Paraná, como aponta o cotexto. Dessa forma, tem-se a seguinte formulação: Lula não deve ser aceito em Vila Nova. Para além de concretizar apenas a repulsa ao candidato em relação espacial, compreende-se, pela intencionalidade do enunciador, que o enunciado “aqui não” marca também a oposição quanto à ascensão de Lula à presidência.

Para defender a assertiva de que Lula não deve ser aceito nem em Toledo nem na presidência e, consequentemente, convencer o seu destinatário da validade dessa opinião, o enunciador provoca o seguinte raciocínio argumentativo: Lula não deve ser aceito em Vila Nova e nem na presidência, já que é ladrão e traidor da pátria. Tal como feito em análises anteriores, o que revela a ligação entre as duas asserções são as chamadas asserções de passagem, como “todo presidente

⁷ Disponível em: <https://www.opresente.com.br/municipios/justica-eleitoral-de-toledo-determina-retirada-de-outdoor-contra-lula/>. Acesso em: 23 jun. 2022.

deve zelar por um histórico de lealdade e de fidelidade, para, assim, governar seu povo”; mas o pré-candidato à presidência, na época alvo da operação Lava Jato, foi acusado de desviar dinheiro público para beneficiar à sua família e a si mesmo, aumentando, dessa forma, ilegalmente o seu patrimônio. Portanto, o esquema argumentativo pode ser assim resumido: se Lula roubou e traiu a pátria (se foi desonesto e manejou, fraudulentamente, um dinheiro que não lhe pertencia), então, de acordo com o enunciador, não deve ser aceito em Vila Nova e nem na presidência.

As estratégias, nas quais se concretiza a intencionalidade do sujeito de levar o destinatário a compactuar com seu discurso, extrapolam o nível de uma argumentação equilibrada e adentram a esfera da ofensa (da violência verbal) pela caracterização do candidato como “maldito” e pela construção imperativa “vá pro inferno”. Tal enunciado faz intertexto com o discurso religioso, segundo o qual o inferno é o lugar de condenação eterna dos malfeitores. Com isso, apela-se para os sentimentos do destinatário, tentando cooptá-lo por uma injunção melodramática.

Além disso, a finalidade discursiva do enunciador é complementada por meio do componente imagético: a figura de Lula atrás das grades – as grades funcionam como metonímia de uma prisão – revela o lugar onde o, à época, ex-presidente, segundo o enunciador, deveria estar/e ser aceito. Como o verbal não fornece informações a respeito da prisão de Lula, sua imagem atrás das grades complementa os sentidos veiculados nas palavras presentes no cotexto. Assim sendo, nota-se a argumentação multimodal, contudo, as cores distribuídas no anúncio, branca e vermelha, associadas ao PT, podem levar determinado destinatário a crer que se trata de um discurso favorável a Lula (já que são cores ligadas ao partido). No entanto, o engano logo é desfeito ao se perceber que a imagem do ex-presidente colocado atrás das grades e as palavras contradizem a primeira impressão. Assim, assumindo-se a perspectiva do enunciador (que partilha os mesmos sis-

temas simbólicos do grupo contra Lula), o vermelho e branco ganham conotação negativa, sendo sinônimos de “ladroagem”. A estratégia argumentativa multimodal corrobora com o projeto de dizer do enunciador, com sua defesa de que Lula não deve ser aceito por ter roubado.

O *ethos* de predominância do enunciador é o de *potência*. Apesar de argumentar, ele o faz sem enumerar muitas provas, responsáveis por validar sua opinião (Lula não deve ser aceito). Por isso, a argumentação pelo *logos* é pouco explorada, sobressaindo, dessa forma, a argumentação pelo *pathos*. Por meio de um dizer desrespeitoso (como “vá para o inferno”, “maldito”, “traidor da pátria”), delineia-se a imagem de um enunciador destemido e truculento, cujas ferramentas de persuasão são, sobretudo, as paixões.

3.4 Enunciador contra Lula “traidor”

A imagem abaixo foi retirada de uma notícia (publicada em 18 de março de 2022) cujo título é *Foto de outdoor contra Lula é editada para fazer crer que placa está em outras cidades*. A foto original é exposta abaixo:

Figura 6 – Traidor da pátria



Fonte: *Aos Fatos* (2022)⁸.

8 Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/outdoor-lula-alta-floresta/>. Acesso em: 23 jun. 2022.

Um dos possíveis raciocínios empregados para a compreensão do esquema argumentativo do enunciador para levar o destinatário a crer e a aderir à sua verdade, dentro das limitações da propaganda, deve ser entendido a partir da conversão do enunciado “Fora maldito” em “O maldito (Lula) não deve ser reeleito”. O termo “maldito” aponta para a concepção subjetiva (e odiosa) do enunciador em relação ao então candidato à presidência, o que constitui a sua tese. Para embasamento da asserção, o enunciador justifica o motivo da sua repulsa ao candidato: o maldito não deve ser eleito, já que aqui (Alta Floresta) esse “ex-presidiário” é reconhecido como “o traidor da pátria”.

Para que ambas as asserções se interliguem (a tese e argumento), o destinatário precisa acionar o conhecimento das dinâmicas estabelecidas entre as instâncias do discurso político (para chegar à presidência é preciso que o candidato goze de credibilidade e conquiste a confiança dos cidadãos) e o conhecimento de mundo sobre os esquemas de corrupção no governo de Lula (como mencionado na análise anterior). Esses saberes operam a aproximação da tese e sua justificativa e ajudam em sua comprovação, como verificado no seguinte esquema argumentativo: se o ex-presidiário (caracterização que já põe em xeque a integridade do candidato) é reconhecido aqui como “o traidor da pátria” (e é preciso gozar de um bom reconhecimento, ser digno de crédito para presidir a nação, o que Lula não obteve com êxito), então o “maldito” não deve ser eleito.

A imagem, por seu turno, conjuga informações não explicitadas no verbal, configurando-se, assim, em uma estratégia de argumentação multimodal. Pela foto de Lula à esquerda do *outdoor* é possível o reconhecimento de quem é “esse maldito”, “ex-presidiário” e “traidor da pátria”. A fotografia tem uma função referencial, o que facilita a compreensão do destinatário, e também argumentativa, visto que atrela a imagem de Lula a todas as conotações negativas, reforçando, com isso, a intencionalidade do enunciador em sua posição contrária ao candidato.

O *ethos* predominante é o de *potência*. Do próprio dizer e pelo modo como diz, nasce uma imagem de um enunciador destemido, quando lança mão de termos considerados bem negativos (e ofensivos), como “traidor da pátria” e “maldito”. A escolha por tais qualificações, por sua vez, compatibiliza com o seu projeto comunicativo, vale saber: a formação de uma imagem de um candidato inaceitável (Lula) a fim de que este seja inelegível.

4 Considerações Finais

Nas propagandas políticas analisadas, em que o enunciador se propõe a discursar contra um candidato, geralmente se projeta um *ethos de potência*, já que a finalidade é atacar, deslegitimar, levar o destinatário a não se identificar com a figura presidencial ou com a que, ainda, aspira ao poder. É interessante notar que essa projeção apareceu em todas as análises. Assim, a hipótese para a explicação do fenômeno é a seguinte: parece ser comum que o *ethos de potência* predomine em anúncios contrários a candidatos, comumente feitos para atingir o outro e, em consequência, diminuir as chances de esse candidato ser (re)eleito.

Além disso, o jogo de ataques, visto tão vastamente nas propagandas, torna-se possível também pelo dispositivo espetáculo (constitutivo da instância midiática), que deixa o discurso mais dramático e mais comovente. Esse mecanismo revelou-se presente em todos os *outdoors* (seja nos de enunciadores contrários a Bolsonaro, seja nos de enunciadores contrários a Lula).

Uma consideração importante é a saliência do *ethos de competência* nos enunciadores contrários a Jair Bolsonaro, pois, tendo em vista o formato e a função do anúncio em *outdoor*, seus comunicantes usaram mais de três argumentos, extrapolando, assim, o esquema básico das asserções (asserções de partida, de passagem e de chegada). Nada disso é aleatório; ao contrário, serviu para cumprir um dos propósitos

comunicativos: a obtenção de credibilidade. Tendo a confiança do destinatário, o discurso é mais facilmente aceito.

As análises preliminares (e qualitativas) apontam para a necessidade de uma análise quantitativa dos discursos políticos ligados ao gênero em questão. Por meio das instâncias midiáticas, sobretudo aquelas que visam a deslegitimar candidatos, pode ser possível, de maneira mais sistemática e sólida, prever o perfil dos enunciadores (o *ethos*) e as estratégias usadas na tarefa de argumentar.

Ademais, a hipótese (e se confirmou em parte por conta da quantidade limitada de dados) era a de que os enunciadores que discursaram contra Lula apresentariam um *ethos de potência*, um dizer áspero, e os que se posicionaram contra Bolsonaro revelariam um *ethos de competência*. Todavia, como visto, além do *ethos de competência*, os contrários a Jair Bolsonaro também revelaram um *ethos de potência*, dado que uma das funções do discurso político é o ataque a oponentes com vistas a obstruir caminhos de chegada ao poder. Para pesquisas futuras, pretende-se ampliar o *corpus* na tentativa de perceber se as hipóteses continuam sendo válidas.

Referências

CHARAUDEAU, Patrick. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino; GAVAZZI, Sigrid (org.). **Da língua ao discurso**: reflexões para o ensino. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. p. 11-30.

CHARAUDEAU, Patrick. Identidade social e identidade discursiva, o fundamento da competência comunicacional. In: PIETROLUONGO, Márcia (org.). **O trabalho da tradução**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009, p. 309-326. Disponível em: <http://www.patrick-charaudeau.com/Identidade-social-e-identidade.html>. Acesso em: 06 jun. 2022.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. São Paulo: Contexto, 2018 [2005].

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso**: modos de organização. São Paulo: Contexto, 2019 [2008].

COSTA, Sérgio Roberto. Dicionário de gêneros textuais. 3. ed. rev. ampl. 3. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Revisão técnica da tradução Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes Editores, 1987.

FIORIN, José Luiz. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2016.

GUEDES, Indira Lima; GONÇALVES, João Batista Costa; GONÇALVES, Laryssa Érika Queiroz. Responsividade e textualidade: uma análise bakhtiniana do gênero *outdoor*. **Revista Linguagem em Foco**, Fortaleza, v. 5, n. 1, p. 45-58, 2019. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/linguagememfoco/article/view/1824>. Acesso em: 7 jun. 2022.

MARCHON, Amanda Heiderich; SILVA, Welton Pereira e; GARCIA, Carlos Eduardo Nunes. Multimodal argumentation: association of words and images in the construction of the argumentative dimension of discourse. **Matraga**, v. 30, n. 58, p. 45-58, jan./abr. 2023

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, Angela Paiva *et al.* (org.). **Gêneros textuais e ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

SILVA, Welton Pereira e; MARCHON, Amanda Heiderich. Argumentação multimodal: uma proposta teórico-metodológica. **Acta Scientiarum Language and Culture**, 43 (1), 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/actascilangcult.v43i1.56894>. Acesso em: 7 jun. 2022.



COMO ARGUMENTAM ESQUERDA E DIREITA? SOBRE REGIMES DE RACIONALIDADE, COGNIÇÃO ARGUMENTATIVA E *DOXA* POLÍTICA BRASILEIRA EM POLÊMICA CONTEMPORÂNEA

Rodrigo Seixas

Introdução

Por mais que os humanos argumentem constantemente, e em diversas circunstâncias, ainda assim raramente se persuadem reciprocamente (Angenot, 2008, p. 7, tradução nossa). Assim Marc Angenot, analista de discurso, retoricista e historiador das ideias belga-quebequense inicia seu livro *Dialogues de Sourds*. Com efeito, a História está prenhe de embates intelectuais, de disputas ideológicas, e parece-me incontestável que os sujeitos mais discordam do que concordam a respeito de questões sociais, de temas sensíveis de sociedade. Isso não significa, por certo, jogar a água suja fora com o bebê junto, isto é, não se trata de negar a possibilidade do acordo pela retórica e as suas inumeráveis contribuições enquanto uma arte da persuasão, mas antes de compreender que, em sociedades democráticas de crescente animosidade, como a deste tempo, torna-se cada vez mais necessário pensar também aquilo que afasta os sujeitos do acordo, o que os distancia, en-

quanto membros de uma mesma sociedade, de um assentimento mais generalizado.

Nesse sentido, é importante olhar para o discurso social em seu enquadramento na arena de batalhas que é o espaço público, no qual as manifestações comunicativas e argumentativas não são motivadas apenas por interesses particulares ou de grupo (o que, de fato, não pode jamais ser descartado), mas também pela existência de modos de pensar o mundo também muito particulares e que funcionam como regimes de racionalidade, isto é, como formas-padrão de organizar cognitivamente a realidade social (leia-se: as formas de perceber os fatos sociais/eventos, de categorizar os fenômenos, de entender e produzir sentido, de registrar tais sentidos na memória e de compartilhá-los por meio da comunicação no processo interacional).

Pensar por esse prisma implica entender que o problema dos regimes de racionalidade evoca, automaticamente, também o problema da representação – como remarca Emediato (2022) –, na medida em que se está, em um desacordo instituído sobre questões sociais e políticas muito quentes e sensíveis, diante de uma fratura cognitiva, isto é, de uma ruptura entre as diferentes formas de representar o mesmo fenômeno/objeto. É nessa perspectiva dos regimes de racionalidade que objetivo, nas próximas páginas, compreender a contribuição da retórica enquanto uma hermenêutica cognitivo-discursiva, que parte do problema da representação, a partir de suas próprias categorias – como a de *doxa* –, para refletir sobre a configuração argumentativa envolvida em tais embates. Trata-se, em suma, de uma perspectiva teórica que privilegia o estudo de polêmicas públicas.

O Brasil, a esse respeito, fornece um prato cheio para análise. Diversas são as polêmicas que recentemente ou atualmente pulularam/pululam, no espaço público, desde a polêmica sobre a origem da pandemia por coronavírus (Seixas, 2023), até a das eleições de 2022 em relação à confiabilidade das urnas eletrônicas, e mesmo a última

polêmica do dia a respeito da inelegibilidade do ex-presidente Jair Bolsonaro. Em todas essas diferentes polêmicas, mantêm-se aspectos comuns: um Brasil cada vez mais polarizado, fraturado, que, apesar de sua intensa complexidade política, antagoniza-se na velha dicotomização esquerda x direita. A pergunta que decorre é: seria possível entender tal fratura ao evocar os modos distintos como a direita e a esquerda compreendem um mesmo fato, objeto, fenômeno ou evento?

É na tentativa de responder a isso que, neste capítulo, ao tomar como polêmica-objeto o evento do impedimento da então presidente Dilma Rousseff, defendo – em diálogo com a teoria de Marc Angenot (2008) –, a tese de que os regimes de racionalidade possuem uma configuração lógico-argumentativa possível de ser identificada por uma análise da *doxa* (ou das *doxas*¹) – isto é, do conjunto de opiniões e crenças de um determinado grupo, que são tomadas como verdades patentes – e das lógicas argumentativas que operam na construção das racionalidades (Seixas, 2019). Tais regimes de racionalidade, importa dizer, organizam também regimes argumentativos, com certas formas parametrizadas do argumentável, o que permite compreender, por meio de uma análise discursivo-argumentativa – aqui, em apenas um gesto analítico a partir de alguns excertos de textos de opinião como *corpus* de apoio –, a construção da base de sustentação dos sentidos nas argumentações dos dois polos de uma polêmica. Ao se compreender tais bases, entendo ser possível dar passos importantes para o próprio entendimento geral da polêmica enquanto fenômeno argumentativo.

2 Brasil fraturado: topografia política brasileira em perspectiva

Desde 2013, a topografia política brasileira se mantém intensamente polarizada: de um lado, os alinhados ao governo do Partido dos Trabalhadores (PT) e a suas bandeiras, de outro, os contrários

1 O plural de *doxa*, no grego antigo, é *doxai*. Escolhi utilizar o termo *doxa*, no entanto, em sua forma já dicionarizada no vernáculo da língua portuguesa e, por essa razão, mantenho o seu plural como *doxas*. A razão deste termo ser usado com o *itálico* é apenas para marcação de que se trata de um conceito.

ao PT, alinhados, em geral, à direita e à extrema direita. É claro que, nesse mercado das posições políticas, há ainda as nuances, as posições de centro, de modo que não se trata, em hipótese alguma, de uma afirmação absoluta acerca dessa divisão, mas antes, de uma constatação pragmática pela conformação contextual própria de um processo de polarização política.

Dito de outra maneira, o Brasil se encontrava, já em 2013², em grave crise política, fruto, entre outras razões, de uma crise econômica prevalecente. Amplie-se o escopo: o país já vivia, desde então, uma “crise de crescimento e de evolução da democracia; o esgotamento de um modo de fazer política [...]” (Botelho; Starling, 2017, p. 15). Avritzer (2017) considera que esse movimento reflete uma inversão iniciada em 2013, com manifestações importantes “por melhores políticas públicas, mas que potencializaram um conjunto de ações que, dificilmente, contribuíram para o fortalecimento da democracia” (Avritzer, 2017, p. 19). Tal constatação resulta da ruptura institucional ocorrida, inicialmente, em 2016, com o impedimento da então presidente Dilma Rousseff, com o afastamento e posterior prisão do então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, e, ulteriormente, com uma sequência de embates entre o Judiciário (sobretudo o STF) e o Legislativo.

O curioso é que o movimento das manifestações de junho de 2013 surgiu no campo da esquerda (nos termos de Avritzer, da esquerda semipetista ou pós-petista), envolvendo militantes de esquerda de modo difuso, com uma agenda inicialmente voltada para a democratização

2 Seria raso afirmar que a crise política começou em 2013. No entanto, como em tantos outros eventos políticos importantes na História, há sempre um evento *estopim*, aquele que funciona, simbolicamente, como um momento crucial para o desencadeamento de outros eventos e atos subsequentes. Muitos historiadores e cientistas políticos consideram o ano de 2013 não como a causa primeira do que viria em seguida, mas como um evento-chave que simbolicamente congrega uma série de causas em andamento e que chama a atenção dos analistas para a série de eventos que se sucederiam.

do acesso ao transporte público e com críticas ao sistema político³. No entanto, havia já nessas manifestações, de modo marginal, a participação de sujeitos da direita do espectro político – inclusive da extrema direita –, com pedidos de reforma política, reivindicação de algumas pautas antidemocráticas, como pedidos de intervenção militar, cenário que, de alguma maneira, já prenunciava uma eminente crise política e, no limite, uma crise da democracia brasileira. Tal crise acabou se mostrando efetivamente potente, de modo que nem mesmo a reeleição da presidente Dilma Rousseff – que poderia ser entendida como um sinal do desejo de continuidade de seu governo – conseguiu aplacar.

Com efeito, após vitória tímida em 2014⁴, o ano de 2015 seria de intensa ruptura político-institucional. Em meio ao fogo cruzado das investigações da Operação Lava Jato contra quadros políticos do governo federal e seus aliados, o próprio governo se viu fragilizado. Como corolário da ruptura política entre a presidente e alguns deputados, em especial com o deputado Eduardo Cunha, este, na condição de presidente da Câmara, admite, no dia 2 de dezembro deste ano, um pedido de impedimento da então presidente Dilma sob alegação de eventual crime de responsabilidade. O processo se iniciaria no fim do ano de 2015 e se estenderia até o dia 31 de agosto de 2016, com a destituição da chefe máxima do Executivo federal.

Nesse cenário, no transcorrer do ano de 2016, diversas opiniões foram veiculadas a respeito do eventual impedimento que se concretizaria no fim daquele ano. Se já havia, por assim dizer, uma contínua

3 Tais insatisfações difusas e generalizadas contra o governo federal e contra o sistema político foram também pauta, a propósito, de manifestações no fim do ano de 2013, em ocasião do Fórum Mundial de Direitos Humanos, ocorrido em Brasília. Analisei retoricamente este evento, em Barbosa (2015), objetivando compreender a negociação, por meio da retórica, das distâncias que foram interpostas, naquele evento polêmico, entre os manifestantes e os oradores representantes do governo federal (naquela ocasião, os oradores foram os próprios presidentes Dilma Rousseff e Lula).

4 Dilma Rousseff (PT) venceu Aécio Neves (PSDB) com uma margem bem pequena de votos (51,64% a 48,36%, o que corresponde a uma diferença de apenas pouco mais de 3 milhões de votos em um universo de mais de 105 milhões de votos válidos em disputa), chegando a estar atrás do candidato direitista na maior parte da apuração.

polarização esquerda-direita no Brasil representada pelo petismo-antipetismo perdurante⁵, agora parecia ainda mais clara, e efusiva, uma fratura da sociedade brasileira e da opinião pública em favoráveis e contrários ao impedimento da mandatária. Apesar de elementos institucionais de bastidores terem sido cruciais na configuração desse evento político, a forma como ele é/foi compreendido pela opinião pública, como foi coberto pelos diferentes veículos midiáticos (e suas orientações ideológicas), são pontos fundamentais para o estabelecimento das “narrativas” que se tornarão hegemônicas nas disputas de sentido em torno do evento. Tais posições foram publicizadas de diversas maneiras, em distintos modos e suportes, mas a topografia política brasileira parecia se consolidar polemicamente, ressalte-se, entre dois polos: os defensores de que o *impeachment* seria legítimo, e os defensores da ideia de que ele seria ilegítimo, logo um *golpe*.

O pedido de impedimento, importa lembrar, foi motivado por um eventual crime fiscal, chamado de *pedaladas fiscais*, um procedimento contábil para gerar efeitos fiscais positivos, maquiando a real situação fiscal e orçamentária do país⁶. Esse movimento, segundo o pedido, foi seguido pela abertura de créditos suplementares sem a devida autorização legislativa. Tal acusação ganhou força após o Tribunal de Contas da União (TCU), em decisão unânime⁷, considerar ilícito o ato governamental de tomar empréstimo de bancos públicos para posterior solvência e saneamento de contas. Muitas questões outras estão aí envolvidas, mas, como se vê, há uma alegada tecnicidade jurídico-fiscal envolvida no pedido, o que embasou e deu força à argu-

5 No frigar dos ovos, estava-se diante de um refortalecimento dessa velha fratura política brasileira que separa a esquerda da direita desde a redemocratização, um fantasma que já tomou a forma do *anticomunismo* e que, até hoje, é representado no *antipetismo* (Starling, 2019).

6 GOY, Leonardo. Decisão de Cunha sobre o impeachment foi baseada em suposta violação da Lei Orçamentária. *Reuters, UOL Notícias*, 02 dez. 2015. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2015/12/02/decisao-de-cunha-sobre-impeachment-foi-baseada-em-suposta-violacao-da-lei-orcamentaria.htm>. Acesso em: 1 jul. 2023.

7 VILLaverde, João; CARAM, Bernardo. Em decisão unânime, TCU rejeita contas do governo Dilma em 2014. *Estadão*, 07 out. 2015. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/tcu-rejeita-contas-de-dilma-por-pedaladas-fiscais/>. Acesso em: 02 jul. 2023.

mentação *pró-impeachment*, tornando-se o posicionamento majoritário entre os opinadores nas mídias de referência⁸.

Por outro lado, o argumento central da “contraperspectiva” foi de que os frágeis motivos “técnicos” alegados seriam apenas pretextos para a deposição política da então presidente, devido à crescente insatisfação, por parte de muitos políticos, com o *status quo* e, notadamente a respeito da cultura de administração política de Dilma Rousseff, fatores que puseram em xeque a tradicional política de coalizão implementada desde o governo FHC e, com isso, a contumaz proteção dos interesses privados dos atores políticos. É possível perceber que esse posicionamento deixa entrever, como modo de pensamento de seus sustentadores, um *conspiracionismo* como lógica, isto é, a *doxa* de que o impedimento foi um *golpe* possibilitado por meio de conchavos institucionais.

Eis o contexto que serve como pano de fundo para pensar o ambiente sociopolítico em questão, que se configura, por sua vez, como um ambiente cognitivo no qual distintos modos de pensamento passam a disputar os sentidos acerca do impedimento da ex-presidente Dilma Rousseff, dividindo a topografia política brasileira nesses

8 A despeito disso, é importante lembrar: com a acurácia que só o tempo permite, hoje, após diversos eventos que se sucederam, pode-se afirmar que a forma oposta de compreender tal evento polêmico (*contra-impeachment*) ganhou significável força, a ponto de alguns dos defensores *pró-impeachment* da época escreverem artigos de opinião para marcar suas mudanças – ou ao menos algumas concessões – de posicionamento, tais como o colunista Reinaldo Azevedo e o professor e colunista Demétrio Magnoli. No caso de Demétrio Magnoli, não houve uma mudança de ideia acerca de ter sido legítima a acusação de violação da Lei Orçamentária, mas mudou de opinião quanto a viabilidade da punição, um “remédio tão extremo”, em suas palavras, para o desvio. Ver: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/demetriomagnoli/2022/12/errei-sobre-o-impeachment.shtml>. Já no caso de Reinaldo Azevedo, o jornalista considerou o impedimento de Dilma um erro, avaliando ter sido resultado de um projeto nefasto da Polícia Federal e do Ministério Público Federal para mudar o *status quo*. Ver: <https://operamundi.uol.com.br/20-minutos/68692/reinaldo-azevedo-impeachment-de-dilma-foi-um-erro>.

dois polos, fenômeno muito próprio da polarização⁹ (Amossy, 2017). Essa configuração empurra o debate público para os extremos (ainda que ele esteja, na verdade, nuançado com diversos graus de opinião), gerando a *dicotomização* “na qual duas opções antitéticas se excluem mutuamente” (Amossy, 2017, p. 53). Não se trata de dicotomias lógicas, mas sim de dicotomias pragmaticamente instituídas, por meio de antagonismos argumentativos e discursivos configurados no e pelo contexto específico da interação.

Se é verdade que a realidade das ideias políticas é deveras complexa para binarismos, é também verdade que continua atual e verdadeira a famosa classificação diádica, tal como se mantém sustentando Bobbio (1995), ao considerar que o critério de distinção entre direita x esquerda segue sendo o posicionamento frente a alguns temas políticos, econômicos e morais (categorize-se aqui também os costumes), como o de liberdade e igualdade, o de ordem, progresso, democracia etc., temas que são valores, a propósito, e que conformam toda uma maneira de organizar o pensamento. Isso implica dizer que a forma como os sujeitos se dispõem axiologicamente, a partir dos pertencimentos políticos e culturais, orienta os seus modos de perceber e compreender a realidade, ou seja, dispõe-nos cognitivamente de um modo em detrimento de outros. Sujeitos de direita e de esquerda pensariam, assim, diferentemente sobre o mesmo fenômeno ou objeto porque o veriam de perspectivas axiológicas diferentes, valorando e processando distintamente a experiência vivenciada.

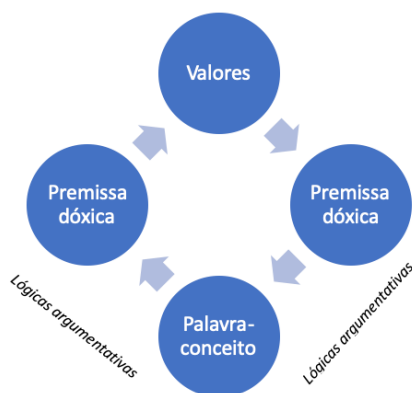
Com efeito, Seixas (2019) afirma que, nas retóricas do *impeachment* (direita) e do *golpe* (esquerda), os valores de *democracia* e de *liberdade* substanciam os argumentos sustentados pelos dois grupos,

9 Amossy (2017), em seu *Apologia da polêmica*, cita King e Floyd para destacar a diferença entre *polarização* e *dicotomização*. Para os autores, a polarização pode ser definida “como um processo através do qual um público extremamente diversificado se funde em dois ou vários grupos fortemente contrastados e mutuamente excludentes, que partilham uma grande solidariedade relativamente aos valores que o argumentador considera fundamentais” (King; Floyd, 1971 *apud* Amossy, 2017, p. 56). No entanto, a polarização, enquanto fenômeno sociopolítico, gera, no discurso, o fenômeno da dicotomização, cujo conceito, como acima apresentado, é o da mútua exclusão de opções antitéticas.

isto é, condicionam seus raciocínios, tal como se estes obedecessem a um regime de racionalidade que tem origem axiológica e ideológica. Tais valores, a propósito, são frequentemente não só a estrutura oculta de um regime argumentativo, mas são eles mesmos transformados em argumentos, como palavras argumentativas ou, de modo mais específico, como *palavras-valores*, nos termos de Angenot (2008).

Essas palavras, por estarem inscritas sob regimes de racionalidade distintos, possuem sentidos diversos nas opiniões de cada polo dessa polêmica e acabam por revelar as lógicas argumentativas em funcionamento e em distinção, o que se torna patente ao identificar as *premissas dóxicas*, isto é, aquelas em que residem a tópica/crença de base de um raciocínio, as quais são responsáveis pela passagem dos argumentos para determinada conclusão (falarei um pouco mais sobre isso adiante). Por ora, importa acrescentar que, nas retóricas dessa polêmica, a conclusão acaba condensada, ela mesma, em também uma palavra, chamada por Angenot (2008) de *palavra-conceito*, tal como *impeachment* e *golpe*, cujos usos por si só já prenunciam, em tese, os regimes aos quais tais palavras obedecem, estando inclusa aí a crença presente na premissa dóxica. Esse processo pode ser didaticamente representado pela figura abaixo:

Figura 1 – Círculo hermenêutico-discursivo



Fonte: Seixas (2019, p. 205).

O círculo hermenêutico-discursivo acima apresentado destaca haver, por assim dizer, uma sistemática dos raciocínios opinativos, dóxicos, que traz para a cena dessa discussão a possibilidade de compreender as razões de um desacordo político-ideológico. Isso se viabiliza, em suma, por meio da investigação de como funcionaram lógica e argumentativamente, na perspectiva retórica e polêmica dos regimes de racionalidade (Koren, 2011), a mente da esquerda e da direita brasileira em um dado recorte sincrônico da história política brasileira recente.

3 Regimes de racionalidade, lógicas argumentativas e a *doxa*: aspectos cognitivo-argumentativos para a análise da opinião política

A discussão sobre os regimes de racionalidade está na ordem do dia. Não que seja uma discussão nova, mas que, em tempos de grande profusão de complexas e insaciáveis polêmicas políticas como as vividas hoje, na maioria das grandes democracias globais, a distorção existente entre modos de apreensão torna-se importante objeto de estudo para aqueles que visam a alcançar minimamente alguma compreensão sobre as razões dos infundáveis desacordos entre grupos políticos de uma mesma sociedade.

Ressalto não ser algo novo. Na verdade, tampouco é objeto primeiro de uma análise do discurso e da argumentação. A preocupação com o que move o pensamento e a ação dos agentes de determinada(s) sociedade(s), de seus entes, é objeto de estudo da sociologia, da filosofia política, da antropologia social e mesmo da psicologia social. No grupo dos sociólogos, entre tantos outros, Max Weber, em seu *Ética protestante e o espírito do capitalismo*, defendeu o argumento de que o protestantismo ascético teria levado ao desenvolvimento de um capitalismo, cujo alicerce seria a burocracia de um Estado racional e legal. Vigoraria à época, portanto, a ideia do racionalismo – um “tipo ideal”, em seus termos – coincidente com uma perspectiva protestante de apreensão da realidade social. A esse respeito, ele diz:

De fato – e essa proposição simples, que é comumente esquecida, deveria ser disposta ao início de todos os estudos que ensaiam lidar com o racionalismo – pode-se racionalizar a vida de pontos de vista básicos fundamentalmente diferentes e em direções acentuadamente díspares. O racionalismo é um conceito histórico que dá conta de todo um universo de coisas diversas (Weber, 2013, p. 77).

Está patente nessa fase do pensamento weberiano, como destaca Batista (2013, p. 8), a postulação de que o protestantismo [...] relaciona-se diretamente com o conceito de vocação profissional, base motivacional do moderno sistema econômico capitalista”. Nessa perspectiva, o sociólogo alemão distinguiu a formação católica da formação protestante, sendo aquela de base humanista e esta de base mais técnica, o que favoreceu o desenvolvimento de uma ética, a partir dos valores protestantes, em torno do trabalho e da busca pela riqueza como deveres morais. Tal perspectiva weberiana pode ser compreendida, de algum modo, como uma sociologia dos valores, na medida em que está patente, em sua teorização, o impacto que os valores têm na ação dos indivíduos e, conseqüentemente, na ação social.

Também sociólogo, o francês Raymond Boudon vai propor, a partir do individualismo metodológico de Weber, a noção de “boas razões” (*bonnes raisons*), que diz respeito à tese de que, em certas circunstâncias, “o ator social pode ter boas razões para aderir a ideias [...]” (Boudon, 1986, p. 100), sejam elas verdadeiras ou não. Ele vai afirmar, no *Le juste et le Vrai*, que as crenças que parecem irracionais são o produto de um esforço racional para interpretar o mundo com os recursos cognitivos dos quais os sujeitos dispõem: “[...] por trás dos julgamentos de valor, como por trás dos julgamentos de fato, podemos sempre, pelo menos em princípio, detectar sistemas de razões” (Boudon, 1995, p. 184, tradução nossa).

Raymond Boudon defenderá tal posição também no *Raisons, bonnes raisons*, ao afirmar que tais razões fundam, no espírito desses “crentes”, um forte sentimento (quase que óbvio) de aceitação e que, para compreender até mesmo as ideias mais “irracionais”, é necessário compreender os efeitos de situação que impactam nas forças irracionais (Boudon, 2003, p. 60). Tais efeitos de situação, no escopo de sua sociologia cognitiva, são desmembrados em efeitos de posição e de disposição, mutuamente implicados, que preconizam o sujeito como um agente/ator situado, o qual, ao possuir uma prévia bagagem de saberes (crenças e conhecimentos), mobiliza-a na interpretação de qualquer fenômeno social, revelando uma certa *disposição* interpretativa; ao mesmo tempo, tal disposição situada implica um sujeito *posicionado*, com papéis sociais determinados. Isso significaria que “o ator social tende a perceber a realidade não como ela é e como outros a podem ver, mas de maneira deformada ou parcial. Frequentemente terá dificuldade em conceber que o que vê está afetado pelo ponto de vista a partir do qual vê, sem que isto deva ser atribuído a qualquer irracionalidade de sua parte” (Boudon, 1989, p. 94). Investigar as “boas razões” de um pensamento seria, nesse sentido, um ato de sociologia compreensiva – nos termos de Weber – para desvelar as forças envolvidas em uma crença, qualquer que seja.

Na antropologia social e na psicologia social, há pressupostos relativamente semelhantes. O psicólogo Jerome Bruner (1990) afirma ser inevitável que sociedades diferentes construam o real diferentemente, afinal suas bases de representação da realidade são distintas. Na antropologia social, esse é um pressuposto de base. Tindale (2020) evoca o antropólogo Clifford Geertz, para afirmar que é possível sempre adotar [ao menos] duas perspectivas sobre o mesmo objeto, e isso fica claro quando se compara culturas diferentes, quando se estabelece, entre elas, um paralelo acerca de como compreendem um determinado fenômeno.

Ainda na perspectiva da antropologia social, Robin Horton chama tais “regimes de racionalidade” de “modos de pensamento” (*modes of thought*), os quais, segundo ele, permitem perceber os padrões distintos de pensamento na comparação entre sociedades (ocidentais e não-ocidentais) (Horton; Finnegan, 1973). De modo semelhante, tal termo é também utilizado dentro do que se compreende como *social epistemology* por Alban Bouvier, para quem os *modos de pensamento*, mas também os *de crença*, em sua *mise en discours*, permitem compreender os distintos *modos de argumentação*: estes são “discursivizados para serem socializados, isto é, transmitidos mas também eventualmente construídos pelo diálogo e pelo debate com certos interlocutores, além de discutidos e contestados por outros” (Bouvier, 2020, §29, tradução nossa).

Em perspectiva semelhante, o filósofo e lógico chinês Ju Shi’er, em sua *teoria generalizada da argumentação*, propõe um método de pesquisa que trata de descrever as regras (normas sociais) e as estruturas da argumentação, partindo do ponto de vista do participante que toma partido na atividade argumentativa. Segundo ele, a argumentação generalizada é

uma interação social entre participantes em um certo contexto. É, mais precisamente, uma série de atos discursivos, dotados de uma função argumentativa, produzidos em um contexto dinâmico por participantes pertencentes a uma ou mais de uma comunidade sociocultural que tem suas próprias normas (Shi’er *et al.*, 2020, §2, tradução nossa).

A perspectiva do teórico chinês é interessante na medida em que traz para o centro da questão as normas sociais subjacentes a uma determinada argumentação e que regulam a gênese da ação discursiva. Para compreender o funcionamento dessa “regulação”, Shi’er *et al.* (2020, §3) afirmam haver três fases analíticas: onde a ação discursi-

va aconteceu (contexto), o que essa ação faz (função argumentativa) e como ela aconteceu (o modo de enunciação da ação discursiva). A compreensão dessas três fases permitiria ao analista depreender a configuração de uma argumentação e os seus sentidos possíveis em uma interação. Trata-se, de igual modo, de compreender os fatores que regulam uma argumentação.

Em todos esses teóricos, é possível perceber, portanto, a premissa de base dos regimes de racionalidade que organizam o que estou chamando de *regimes argumentativos*. A propósito, importa dizer que tomo, aqui, a noção de *regimes de racionalidade*, de modo bem objetivo, na mesma perspectiva assumida por Koren (2011, §5), como regimes “constituídos pela própria atividade de produção de raciocínios, de discursos antagonistas, de justificações e de argumentação”. É, portanto, em uma perspectiva argumentativa diferencial, contrastiva/comparativa, e frequentemente polêmica, que tais regimes se mostram configurados e operantes de lado a lado, o que permite investigar as suas distinções e, quando possível, suas razões de existência.

A premissa básica dessa proposta reside, logo, em compreender a existência de regimes alternativos de raciocínio que dispensam a explicação rápida – e tentadora – de irracionalidade a todo o tipo de pensamento que nos é contrário. Karl Popper (1980) já chamava a atenção para o fato de que, muitas vezes, aquilo que parece absurdo no comportamento e nas crenças das pessoas parece, no entanto, racional para aqueles que o sustentam.

Isso não significa dizer, saliente-se, que não haja irracionalidade em determinadas crenças e comportamentos, mesmo porque, se todo tipo de crença estivesse correto sobre as mesmas coisas, as pessoas incorreriam no inescapável relativismo e solipsismo. O que ocorre, na verdade, é que, ainda que supostamente “falsas”, “indevidas”, “incorretas”, ou mesmo “irracionais”, as crenças são tomadas como verdades por determinados sujeitos e grupos de sujeitos, o que deve levar

os analistas – ao menos se existe uma verdadeira preocupação em compreender as razões das asserções e argumentações desses sujeitos – a considerar tais construções sem um necessário *a priori* avaliativo.

A propósito, é muito comum que as crenças (em especial as político-ideológicas, mas isso pode muito bem se estender a todos os tipos de crença) se apresentem, quando discursivizadas, dentro de um regime de evidencialidade, valendo-se os seus sustentadores de estratégias epistêmicas e de recursos ilocutórios que possuem como objetivo a afirmação da “verdade” de seus enunciados e de suas postulações e, muito frequentemente, o rechaço das postulações que lhe são contrárias. O que está por trás, portanto, não é se é efetivamente verdade ou não uma crença, mas como e por que elas são acreditadas e comunicadas como tais.

Entra-se, nesse momento, plenamente no terreno da retórica, sobretudo em sua função hermenêutica (Reboul, 1998). Isso porque a retórica, em primeiro lugar, trata da argumentação acerca das coisas *contingentes*, isto é, daquilo que é, mas que poderia ser diferente a depender das circunstâncias ambientais e, nesse sentido, diferencia-se da demonstração, que preza por aquilo que é de um jeito e não poderia ser diferente, aquilo que é *necessário*. Em um contexto de contingência, as argumentações são sempre situadas, em todos os termos: tanto os participantes de uma interação argumentativa são sujeitos situados e, nesse sentido, como visto, podem ser impactados por efeitos de posição e disposição, quanto, por conseguinte, os próprios argumentos estarão perspectivados pelas contingências da situação argumentativa, dos *a priori* cognitivos e das intencionalidades envolvidas no processo.

Essa é também a perspectiva da *nova retórica*, porquanto seus proponentes partem do princípio de que não existe uma Verdade absoluta, mas que respostas diferentes – e muitas vezes opostas – podem ser dadas a uma mesma questão. Em um contexto pós-Segunda Guerra, e em nome da afirmação do pluralismo democrático, Perelman

e Olbrechts-Tyteca (2005) defendem que é possível (e apenas possível) se chegar a uma solução por meio do discurso razoável, uma vez que o assentimento sobre questões sociais e políticas, ou sobre questões do cotidiano, é fruto do acordo – o que prevê uma comunicabilidade de valores, opiniões, regras comuns do argumentável etc. – e não necessariamente uma questão epistêmica, no sentido clássico de uma distinção entre o que é falso ou verdadeiro sob critérios fechados.

Ora, uma vez que necessária a compreensão de todos os elementos referentes ao que pode gerar ou não o (des)acordo em uma interação argumentativa, a retórica, enquanto uma hermenêutica discursivo-argumentativa, possui, ainda que *en creux*, um caráter claramente cognitivo¹⁰, porque considera pressupostos cognitivos¹¹. No que concerne ao objeto deste texto, é possível pensar que tais pressupostos cognitivos variam de grupo a grupo político constituintes de um estado de sociedade, na medida em que partem de culturas políticas diver-

10 Desde que se entenda por “cognitivo”, *lato sensu*, tudo o que diz respeito não só às formas de perceber, compreender e interpretar a realidade, de processar as informações do ambiente, mas também nas formas como os sujeitos, a partir de tais modos de apreensão, comunicam-se no mundo, debatem uns com os outros, defendem suas formas de pensar de interpretar a realidade. Trata-se, nesse sentido, de uma acepção do “cognitivo” dentro da perspectiva da Cognição Social e de suas contribuições para algumas teorias do discurso.

11 Respeitando-se as devidas diferenças teórico-epistemológicas, há, nesse ponto, convergências claras com a ideia de cognição tal como é compreendida na análise crítica do discurso de Teun van Dijk. Para o autor, existem *pressupostos cognitivos* envolvidos no processo discursivo, entre os quais o pressuposto *construtivista*, *grosso modo*, de que a forma como se percebe um evento (vê, sente, escuta) orienta os modos como tais eventos serão concebidos e representados. Trata-se, nesse sentido, de algum modo, de uma *construção* pelo discurso, o que me permite afirmar, tomando tal conceito de empréstimo, que a retórica tem também poder de construir realidades (ou transformá-las) por meio da argumentação. A esse pressuposto cognitivo construcionista, o autor vai relacionar outros pressupostos importantes em sua análise crítica do discurso, como o *pressuposto interpretativo*, que diz respeito à forma como tais eventos percebidos serão inteligidos e interpretados; a *pressuposição online*, que diz respeito ao caráter simultâneo desses processos, isto é, a compreensão de que a construção da representação, da informação e o processamento dessa mesma informação ocorrem quase ao mesmo tempo, de modo gradual e não subsequentemente; a *conjetura pressuposicional*, que diz respeito ao conhecimento mais geral e prévio (inclusive crenças, opiniões, experiências etc.) que uma pessoa tem do mundo e dos objetos relacionados a um evento, gerando possibilidade de compreendê-lo e representá-lo de uma maneira e não de outra; o *pressuposto estratégico*, que implica ter o sujeito a possibilidade de processar uma informação em relação *a priori* com uma interpretação já existente, o que pode facilitar uma compreensão, mas ao mesmo tempo pode enviesá-la (o *viés cognitivo*) (van Dijk, 2017).

gentes e podem, por conseguinte, apresentar suas formas particulares do dizível, do opinável, do argumentável, tanto em termos de conteúdo como em termos de procedimentos. Além disso, importa entender que essa perspectiva leva a buscar as causas envolvidas em um raciocínio dóxico, ou seja, as bases de uma crença, sejam tais causas atribuídas ou não, podendo ser variadas, de forças e naturezas distintas (causa necessária, mas não suficiente, causa suficiente etc., causa possível e eventual etc.). Esta perspectiva dos processos de causação e de causalidade de uma crença evoca, também, a questão das “condições” que levam um evento/fato a acontecer, ao menos como se representa o seu acontecimento ou como ele é compreendido por determinados indivíduos ou grupos de indivíduos.

Todas essas questões, em uma situação polêmica, vão configurar formas opostas do argumentável, o que é precisamente o cerne da teoria da *retórica antilógica* de Marc Angenot. Sua abordagem retórica é, nesse sentido, eminentemente hermenêutica, porque visa a entender as razões que levam os indivíduos a sustentarem um posicionamento X, em detrimento de Y, contextualizando essa atitude dentro de uma perspectiva sociopolítica e epistêmica, ou seja, dentro de um enquadramento que rege tanto as formas de pensar o que é a verdade, como também as formas de considerar o que é de bom-tom em termos éticos, políticos e sociais para esse grupo. É, por assim dizer, uma abordagem que não pode prescindir de situar histórica e culturalmente os raciocínios, no que Marc Angenot referenciou, citando os alemães, como os “espíritos de época”, que dividem um “ar de família” (Wittgenstein); uma discussão que não pode deixar de lado, portanto, os aspectos situacionais que conformam determinadas *doxas* em um dado estado de sociedade.

É importante ressaltar, em tempo, que o retoricista não toma como objeto quaisquer polêmicas intelectuais e públicas na história, mas aquelas que incorrem nos famigerados *diálogos de surdos*. Evoquei, no início deste capítulo, sua citação a respeito de ser a mútua persua-

são algo cada vez mais raro. Essa afirmação tem sido, para muitos teóricos, o seu “calcanhar de Aquiles”, na medida em que parece aí estar posto, em uma primeira leitura, o total descrédito da persuasão e, consequentemente, da retórica enquanto arte de persuadir pelo discurso. Sendo o próprio teórico um retoricista, parece mais coerente pensar, todavia, que não se está postulando o fim da argumentação enquanto possibilidade de persuasão, mas sim evocando que, em determinados tipos de interação, como as polêmicas públicas mais intransigentes, a impersuasão é mais a regra do que a exceção. E nesse ponto, ele não está só.

Fogelin (2005, p. 7), em seu artigo “The logic of deep disagreement”, postula que, em situações de argumentações enviesadas, frequentemente constituindo desacordos profundos (*deep disagreements*) – tal como costuma ocorrer nas de caráter fortemente ideológico –, “a linguagem do argumento pode persistir, mas se torna inútil, pois apela para algo que não existe: um pano de fundo compartilhado de crenças e preferências”. Tal pano de fundo compartilhado – tomado por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) como um *acordo prévio* necessário para a evolução de uma argumentação – é compreendido por Tindale (2020), inspirado por Ju Shi’er, como um ambiente cognitivo mútuo (*mutual cognitive environment*), necessário para que um processo argumentativo tenha continuidade e aceitação (podendo gerar o acordo). Na perspectiva angenotiana, a impersuasão ocorre porque há uma incomunicabilidade de *códigos retóricos*, isto é, de “regras comuns do argumentável, do cognoscível, do debatível e do persuasível” (Angenot, 2008, p. 15, tradução nossa). Não havendo um mínimo de comunicabilidade de códigos, entra-se fatidicamente em um iminente “diálogo de surdos”:

quando a persuasão falha, quando o desacordo perdura, isso não se dá apenas pelo conteúdo dos argumentos, tampouco unicamente pelas diferenças de percepção do mundo, mas na forma, na *maneira de se levar*,

no modo de proceder e de seguir as regras lógicas [...] (Angenot, 2008, p. 8, tradução nossa).

São, portanto, as situações de falhas persuasivas, de desacordos perdurantes, que interessam ao autor, o que, claro, não constitui a totalidade das interações argumentativas (a persuasão segue sendo possível, e um fato, em diversas circunstâncias).

Ademais, há outra questão levantada acima e que é cara para a discussão a ser empreendida neste capítulo, em especial na próxima seção. Angenot (2008) elenca três razões para esse tipo de desacordo profundo: o conteúdo dos argumentos, as percepções do mundo, e os modos de argumentar de acordo com regras lógicas. O que o autor está entendendo por “lógica”, aqui, não tem a ver com a lógica formal, mas a entende no sentido de uma lógica retórica, isto é, a forma como se organizam e se estruturam os argumentos retóricos, suas premissas, suas bases de validação, as tópicos que sustentam uma determinada conclusão, elementos que, em uma polêmica, antagonizam-se pragmática e discursivamente em diversos aspectos (como se verá adiante).

Isto posto, partindo de uma perspectiva *antilógica* da retórica, isto é, que estuda lógicas retóricas distintas de organização dos argumentos, Angenot (2008) avança sua hipótese dita “radical”, qual seja: a de que, nestes tipos de polêmicas, existe uma *ruptura de lógicas argumentativas*, um fosso cognitivo, visto que as pessoas frequentemente não compreendem os raciocínios uns dos outros, porque, ainda que falem a mesma língua, não dispõem do mesmo código retórico. Deve-se entender *lógicas argumentativas*, em sua perspectiva, como a organização típica dos distintos “universos mentais”, isto é, formas particulares de cada grupo não só para perceber, e conceber, uma realidade social, mas até mesmo para conformar, a partir disso, as formas lógicas de compreensão e de raciocínio (Angenot, 2008). Aproprio-me de seu conceito e traduzo seus termos aos meus da seguinte maneira: as lógicas argumentativas seriam os *padrões observáveis de argumentação*

toda vez que um sujeito, em determinada polêmica, toma a palavra para sustentar uma opinião e defender um posicionamento, e que estabelecem uma relação necessária (ainda que de natureza contingente) entre as premissas e a conclusão a fim de que o acordo exista entre diferentes interactantes acerca de uma mesma questão argumentativa.

Tais premissas, em um discurso retórico, não se mostram evidenciadas. Sabe-se que o silogismo retórico, o entimema, é “incompleto”, ou melhor, possui uma ou mais premissas ocultas, subentendidas. Tais premissas, muitas vezes, são justamente *premissas dóxicas*, que dizem respeito inerentemente a uma forma determinada de crença e que, por isso, não necessariamente são objeto de compartilhamento dos demais grupos envolvidos em uma interação argumentativa, mas funcionam como ponto de partida para que um argumento seja tomado como verdadeiro.

É nesse sentido que os distintos modos de pensamento instituem regimes de racionalidade, visto que todo *regime*, ao mesmo tempo que *regimenta*, também organiza, ordena o que pode e o que não pode ser pensado, debatido, considerado razoável, digno de discussão, argumentável etc. Para Angenot (2008), é possível perceber esse regime em funcionamento, no discurso social, por meio da análise da *doxa*, na medida em que ela se coloca como:

O material da retórica e da dialética, o ponto de partida dos raciocínios, a fonte de suas premissas [...] esta coisa irredutivelmente social, histórica, variável e contraditória, heterogênea [...]. Ela constitui o repertório das crenças e dos *lugares*, das proposições admitidas, próprias ao que chamamos estado de sociedade. [...] A doxa reúne não somente as premissas que dizem respeito às coisas do mundo, ela é também o próprio fato pelo qual certas ‘coisas’ se nomeiam e se classificam, que certas questões se fazem, se reconhecem como ob-

jetos de debate, existem em discurso para um estado de sociedade (Angenot, 2008, p. 64, tradução nossa).

Tal compreensão leva a pensar a *doxa* a partir de uma perspectiva mais ampla. Não se trata tão somente – nem necessariamente – de um saber frágil, contrário ao verdadeiro, de difícil verificação de suas bases de validação (como, a propósito, é majoritariamente entendida pela tradição negativa de origem platoniana). Não são apenas dóxicos os discursos dos estereótipos, dos clichês, das sentenças, das ideias consagradas da tradição e da ideologia, como postula Amossy (2018), mas, em uma compreensão amplificada, todo repertório de crenças, de lugares e de proposições admitidas como possíveis, prováveis ou verdadeiras (ainda que não o sejam) para determinado grupo de sociedade, e, ainda, como um repertório de regras cognitivas admitidas e aceitas (próximo ao que os cognitivistas americanos chamam de *Lay Epistemics*).

Emediato (2022), de igual maneira, compreende a *doxa* pelo viés do problema da representação, possuindo um caráter inequivocamente cognitivo. Ele afirma que a *doxa*, enquanto representações sociodiscursivas,

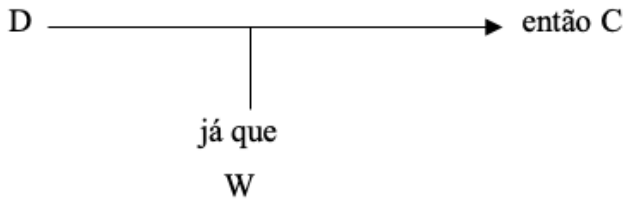
agem determinando os discursos de forma *relativa*, e não absoluta, pois se confrontam com o pensamento crítico dos sujeitos interpretantes, resultando em uma interface cognitiva sujeito/representação. Não se trata apenas de haver uma ‘margem de manobra’ para os sujeitos diante dos condicionamentos comunicativos e dóxicos, mas de uma verdadeira interface cognitiva entre o pensamento crítico/racional dos indivíduos, sua consciência dos fatores condicionantes de sua ação e de como ele decidirá, com a autonomia que o pensamento crítico lhe confere, como irá agir e a lógica (o regime de racionalidade) que orienta suas escolhas e decisões (Emediato, 2022, p. 49).

Por essa razão, entendo que o estudo sistemático da *doxa*, de uma opinião/crença, eu um dado estado de sociedade, permite identificar – por meio do recurso dos *esquemas argumentativos* – a estruturação dos argumentos, as relações entre os termos argumentativos, a *lógica* nessa relação para que uma asserção ou conclusão se torne possível e tenha sentido. Assim posto, a análise do regime argumentativo, ancorado em um dado regime de racionalidade, tem por principal objetivo identificar, em um primeiro momento, as premissas dóxicas de base de um argumento e, em um segundo momento, de reconhecer a relação lógica estabelecida entre as premissas e a conclusão de um argumento, isto é, a relação *lógico-argumentativa* existente num processo argumentativo e, conseqüentemente, num processo justificatório, na medida em que, assim como Angenot (2008, p. 441), considero a argumentação, aqui, enquanto *justificação* de um ponto de vista assumido e, também, como um *posicionamento* em relação a esse ponto de vista, o que, por conseguinte, torna-se também uma *resistência* ao ponto de vista divergente ou oposto, como se verá a seguir.

4 As lógicas argumentativas na *doxa* política brasileira contemporânea: direita e esquerda brasileiras e as retóricas do *impeachment* e do golpe

Recupere-se a seguinte afirmação chave: A ruptura de lógicas argumentativas respeitante à incomunicabilidade de códigos retóricos leva os sujeitos ao diálogo de surdos. O componente-chave para essa “incomunicabilidade” está na natureza da premissa dóxica e suas relações em uma inferência argumentativa. Essa compreensão me fez pensar, em Seixas (2019), que tal premissa assume função muito semelhante à das *garantias* (*warrants*) no modelo Toulmin, tal como se vê:

Figura 2 – Modelo Toulmin simplificado



Fonte: Toulmin (2006, p. 143).

Trata-se, acima, do modelo Toulmin simplificado, visto que, em seu esquema, outros elementos entram em jogo. No entanto, essa configuração mínima já permite compreender que, para que decorra uma *Conclusão* (C) a partir de um determinado *dado* (D), torna-se necessária uma lógica de passagem, uma garantia de que uma asserção se torna possível por meio da relação entre os termos da argumentação.

Stephen Toulmin estava preocupado, com seu modelo, em caracterizar argumentações jurídicas, alegações, valendo-se de uma lógica da argumentação prática. O seu modelo de análise argumentativa busca compreender se é legítima a passagem dos dados – que são “os fatos aos quais recorreremos como fundamentos da alegação”, e a própria alegação, isto é, “a conclusão cujos méritos estamos procurando estabelecer” (Toulmin, 2006, p. 140). Apropriando-me desse modelo, e adaptando à realidade da argumentação política (ainda menos sistemática que a argumentação jurídica), é possível tomar como “dados”, de modo geral, os argumentos utilizados para assertar alguma coisa, para concluir por um posicionamento político. Em ambos os casos, trata-se, em alguma medida, de argumentações justificatórias do tipo *foi C, porque A1, A2, A3...An* em que *An* são os argumentos elencados por um argumentador para postular C como conclusão. Em uma inversão, tal argumentação se torna o clássico modelo *A1, A2, A3...An* então C.

O argumento pode ser simplificado por meio de um processo de paráfrase argumentativa, buscando identificar os seus termos estruturantes. A esse respeito, Plantin (2016) afirma que a balizagem da argumentação se dá em três níveis principais: o primeiro diz respeito a identificar se uma sequência textual é efetivamente argumentativa; sendo argumentativa, o segundo nível é o de “determinar quais são as diversas linhas argumentativas presentes e suas estruturas, precisar quais são os argumentos, as conclusões, mas também o *status* que elas reservam ao *contradiscurso*” (Plantin, 2016, p. 115, tradução nossa); o terceiro nível é o de determinar qual é o tipo de argumentação, o que, para o autor, diz respeito à natureza da lei de passagem.

A argumentação, sobretudo no que se refere aos dois últimos níveis (uma vez identificada a sequência argumentativa), é recuperável, para Plantin (2016), pela identificação da conclusão (que responde a uma questão argumentativa) e, em seguida, pela análise de como o discurso do entorno se articula a essa resposta e, assim, encontra-se o argumento ou os argumentos. É possível ver como isso ocorre na sequência argumentativa abaixo, presente em um editorial *pró-impeachment*:

Ora, se o trâmite do impeachment está seguindo rigorosamente as regras estipuladas pelo Supremo Tribunal Federal e pela Constituição, se há pleno direito de defesa, é insensatez falar de “golpe” (A retórica e o impeachment – *Gazeta do Povo*¹²)

Tem-se, aqui, a seguinte conclusão identificada: *É insensatez falar de “golpe”*. Essa conclusão, a propósito, já encaminha uma questão argumentativa (e outras atreladas) facilmente identificável: “Por que é insensatez falar de ‘golpe’?”. Ou mesmo uma mais geral: “O *impea-*

12 Todas as referências desses textos de opinião constam em Seixas (2019), assim como também lá constam os textos originais do *corpus* em parte anexa da Tese.

chment foi golpe?”. Para responder a tais perguntas, há argumentos avançados, os quais podem ser identificados em dois:

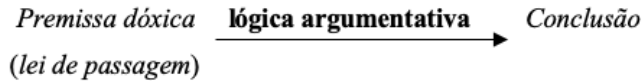
A₁: O trâmite do *impeachment* está seguindo rigorosamente as regras estipuladas pelo Supremo Tribunal Federal e pela Constituição; A₂: Há pleno direito de defesa, logo C: é insensatez falar de “golpe”.

A linha argumentativa parece bem fácil de ser identificada pela relação entre os argumentos acima, os quais sustentam a conclusão. No entanto, para uma análise argumentativa pautada na *doxa*, não basta apenas se valer de um procedimento descritivo como tal. É aí que entra, na verdade, o terceiro nível da balizagem argumentativa, isto é, o tipo de argumentação pela natureza da relação entre o entimema e o *topos*, entre a relação das premissas retóricas (frequentemente ocultas ou implícitas) e um lugar argumentativo, um *topos* que garanta a passagem desses argumentos para a conclusão. Tais elementos demandarão do analista não só a efetuação de cortes descritivos do evento, mas sobretudo uma hermenêutica de como funcionam tais discursos na sua base tópica.

Considero, nesse aspecto, que os *topoi retóricos*, da maneira clássica como são reconhecidos (como os lugares, na perspectiva aristotélica, ou como lugares argumentativos, na perspectiva perelmaniana), muitas vezes não evidenciam a real natureza da passagem que garante a conclusão em certas argumentações retóricas. No caso acima, para concluir pela “insensatez do golpe”, logo pelo posicionamento de que *não foi golpe* (argumento pró-*impeachment*), os argumentos são suficientemente válidos, isto é, as premissas são suficientes para concluir pela validade da conclusão. No entanto, a “verdade” da conclusão apenas pode ser compreendida se o interlocutor concordar com a *tecnicidade jurídica* como elemento assaz suficiente para alegar a conclusão, elemento este que pode ser verificado pela identificação da premissa dóxica, aquela, como antes mencionado, que diz respeito à crença pro-

priamente dita. É esse processo que entendo, influenciado por Angenot (2008), como a *lógica argumentativa* presente em uma argumentação:

Figura 3 – Desenho do esquema dóxico simplificado



Fonte: Seixas (2019, p. 235).

Em outras palavras, há uma lógica argumentativa em funcionamento, própria da *doxa* de determinados grupos políticos nessa interação. Chamei-a de *lógica tecnicista* (Seixas, 2019), estabelecendo-se como *lei de passagem* de um argumento para a conclusão por meio da tópica da técnica como suficiência de garantia para a eficiência e legitimidade de um processo. Tal argumento pode ser esquematizado da seguinte maneira:

Figura 4 – Esquema dóxico do argumento tecnicista

Argumento de partida (dado):

O impeachment respeitou—
os ritos jurídicos e legislativos

Conclusão: Logo, não se pode falar em “golpe”

Premissa dóxica (lei de passagem):

O respeito aos critérios técnicos —
garante a legitimidade de um processo
(tecnicismo jurídico)

Fonte: Seixas (2019).

A ideia presente na premissa dóxica, a saber, de que *o respeito aos critérios técnicos garante a legitimidade de um processo* é chamada, dentro do Direito, de *tecnicismo jurídico* ou, de modo mais vulgar, de *le-*

galismo. Essa discussão não é nada nova neste campo e, na verdade, embala debates infundáveis entre os mais positivistas (que defendem a técnica e a lei como suficientes) e os mais humanistas ou axiológicos, que entendem ser necessário uma hermenêutica dos valores para subsidiar a interpretação jurídica. Com efeito, o tecnicismo jurídico foi considerado um valor inegociável pelo positivismo de Hans Kelsen, o qual concebe o Estado “como um corpo abstrato de leis gerais, cuja aplicação se dava por meio de uma justiça técnica e formal” (Seixas, 2019, p. 304): a lei pura, a lei pela lei, dirão os que se ancoram nessa dogmática jurídica. Veja-se como essa ideologia está presente no trecho a seguir de um manifesto:

As leis foram criadas a fim de se manter um ordenamento jurídico e, por isso, devem ser respeitadas, sob pena de não alcançarmos a ordem e o progresso estampados na nossa bandeira (Manifesto das Entidades da Sociedade Civil do MT)

Na argumentação acima, o argumento técnico ampara, como se vê, o valor que se dá à “ordem” e ao “progresso”. A observância do ordenamento jurídico é, portanto, condição *sine qua non* para que uma sociedade se ordene e progrida. O tecnicismo jurídico não deixa de refletir, nesse ponto, a compreensão do racionalismo burocrático e legal de que fala Weber (2013), quando distingue a formação humanística dos católicos e a formação técnica dos protestantes, como já aqui mencionado. Como ele salienta, aos protestantes era menos importante questionar a realidade social e as contingências da vida do que cumprir a sua vocação, o *Beruf*, por meio do trabalho, da técnica etc., da obediência às normas e às estruturas do Estado burocrático. Há, de alguma maneira, ainda que de modo bastante arquetípico, uma racionalidade – ainda existente – que conforma a realidade por meio de uma leitura positiva e técnica e que, na política, ao menos nesse contexto, congrega, em sua maioria, sujeitos de direita.

Em que pese ser efetivamente usada sobremaneira nas retóricas do impedimento da ex-presidente Dilma Rousseff pela direita pró-*impeachment*, tal racionalidade tecnicista não é exclusiva de um campo ou de outro do espectro político. Na verdade, tais posições se alternam frequentemente a depender do contexto, das intenções em jogo, das conveniências dos atores, das contingências sócio-históricas, culturais e institucionais. Isso significa dizer que a mesma lógica tecnicista pode, em outro momento da história, em outro recorte sincrônico, ser usada por um grupo ideologicamente contrário. No caso em questão, no entanto, tal lógica configurou a racionalidade argumentativa dos defensores da ideia de *impeachment*, como se pode ver também no excerto a seguir, em outro tipo de texto de opinião (carta aberta):

A senhora também tem afirmado que impeachment é golpe. Gostaria de lembrá-la que é um instrumento constitucional e, consequentemente, democrático (Carta aberta do Vem pra Rua).

No caso acima, há uma curiosidade. A conclusão *logo não é golpe* está implícita, mas pode ser inferida da seguinte maneira:

A: O impeachment é um instrumento constitucional e, consequentemente, democrático, *logo* C: não é golpe (apesar de a senhora afirmar sê-lo)

Ocorre, aqui, o mesmo fenômeno dóxico, na medida em que, para concordar que não é golpe *porque* é constitucional e democrático, exige-se haver acordo prévio quanto ao que se entende por “constitucional” e por “democrático”. Está aqui em curso uma concepção de democrático, mais uma vez, a partir de uma lógica tecnicista, porque o critério garantidor do caráter democrático do *impeachment*, segundo esse argumentador, é a sua previsão constitucional, isto é, a sua presença no ordenamento jurídico.

Esse não é o modo de pensamento dos opinantes do lado oposto dessa polêmica. O regime de racionalidade que conduz o pensamento e, conseqüentemente, a argumentação dos defensores da ideia de *golpe* é a de que a questão *técnica* não é suficiente para garantir a legitimidade do processo de impedimento, uma vez que eles consideravam haver uma *conspiração* em curso, uma ruptura institucional que visava a se valer justamente da técnica para levar à presidente Dilma Rousseff à destituição sem parecer, no entanto, tratar-se de um *golpe brando*¹³. Nomeei tal lógica de *conspiratória* e esta se coloca, na polêmica em questão, como a lógica antagônica à *tecnicista*. Ela está presente no excerto a seguir, de um editorial:

Cogita-se de um gênero inédito, judiciário-policial-midiático, mas os mandatários são sempre os mesmos. Ensaia-se um novo, inédito modelo de golpe de Estado e os impávidos inovadores mostram a cara. De Sérgio Moro a José Serra e Fernando Henrique Cardoso. Da Globo, jornais e revistas a Eduardo Cunha. Da facção peemedebista em busca da rasteira mais eficaz nos aliados a riscos ao vice-presidente Michel Temer, que já conta as favas e monta o futuro governo (A reinvenção do golpe – Editorial da Carta Capital)

A argumentação acima se coloca de modo um tanto mais complexo, mas é igualmente possível evocar-lhe os termos: tem-se, outra vez, uma conclusão implícita, a saber, a de que *foi golpe* (inclusive, podendo partir da questão argumentativa óbvia “foi golpe?”, ou “por que foi golpe?”), o que fica inferível a partir da afirmação “cogita-se de um gênero inédito, judiciário-policial-midiático [...] Ensaia-se um novo, inédito modelo de golpe de Estado [...]”. O curioso é que praticamente todo o restante da sequência argumentativa é formada por um *argu-*

13 *Golpe brando* (ou *suave, branco, frio, silencioso, encoberto, neogolpismo*) é a derrubada de um governo sem o uso necessário da força. Costuma ser feito com participação do Congresso (Almeida, 2016; Bodart, 2016).

mento conspiratório, isto é, a de que existe uma conspiração em curso para levar a presidente à deposição, aí incluídas as possíveis participações de cada ator no complô denunciado.

A mesma lógica conspiratória está em funcionamento no excerto a seguir, retirado de um artigo de opinião:

Ficam cada dia mais evidentes os motivos e as razões para o golpe que afastou temporariamente a presidenta Dilma Rousseff e colocou à frente de um governo ilegítimo do vice conspirador. As gravações até agora divulgadas dos grampos atribuídos ao presidente da Transpetro, Sérgio Machado (PMDB e ex-PSDB), confirmam a maquinação dos golpistas de barrarem as investigações da Operação Lava Jato – pelo menos das apurações de corrupção em que estiveram envolvidos (Os reais motivos do golpe – Artigo de opinião)

A questão argumentativa pode se manter a mesma, “foi golpe?”, e a resposta, é claro, coloca-se na condição de afirmar a “evidência” de que *foi golpe* (a conclusão, portanto), apresentando, como argumentos, as suas razões:

A: *As gravações até agora divulgadas dos grampos atribuídos ao presidente da Transpetro, Sérgio Machado [...], confirmam a maquinação dos golpistas de barrarem as investigações da Operação Lava Jato – pelo menos das apurações de corrupção em que estiveram envolvidos,*
Logo, C: Foi golpe.

Há, ainda, dando suporte adicional para a conclusão alegada, a acusação de ser o vice-presidente, Michel Temer, também “conspirador”. Ora, da mesma maneira como ocorre com a lógica tecnicista analisada anteriormente, só se torna possível, nas argumentações acima, concordar com as conclusões alegadas (de que *foi golpe*), caso a premissa dóxica calcada na tópica conspiratória seja objeto de acor-

do. Não concordando com tal premissa, fatalmente a conclusão também não será acreditada ou tomada como verdadeira. É, por essa razão, que tais lógicas se colocam como conflitivas, configurando-se pragmaticamente como contrárias uma à outra no que se refere às formas de *responder* à questão argumentativa maior dessa polêmica: o impedimento foi um *golpe* ou *impeachment* legítimo?

5 Considerações finais sobre os regimes de racionalidade e a impersuasão

O gesto hermenêutico acima apreendido teve como objetivo apresentar como esquerda e direita pensaram pela análise de como, conseqüentemente, elas argumentaram diferentemente, em um determinado recorte sincrônico. Isso se deu por meio da análise de algumas opiniões sobre a legitimidade ou não do impedimento da então presidente Dilma Rousseff. Foi possível verificar, a esse respeito, que os dois espectros políticos, na medida em que ancorados em modos de pensamento e de crenças distintos e, conseqüentemente, sob a égide de regimes de racionalidade divergentes, sustentam também seus posicionamentos de forma particularmente diferente e padronizada, em termos do ambiente interno. Isso implica dizer, como se viu, que existiram (e ainda existem), nas retóricas do impedimento, regimes de racionalidade distintos, que organizam e condicionam formas parametrizadas de argumentar. Tal regime argumentativo é possível porque existem lógicas argumentativas, pragmaticamente constituídas, que operam como tópicas garantidoras da passagem entre as premissas dóxicas e uma determinada conclusão.

No contexto do evento polêmico em questão, isso significou dizer, em suma, que a racionalidade direitoista, *pró-impeachment*, ancorou-se na *lógica tecnicista* para afirmar a tese de que não foi golpe, logo foi *impeachment* legítimo. Os valores que movem a compreensão da realidade desse grupo mostraram-se como valores lastrados na perspectiva da legalidade, da ordem legal, da suficiência técnico-jurídica, da conformação com a “letra da lei”, que aponta para uma visão tecni-

cista de mundo e um tanto avessa ao criticismo dos eventos políticos e sociais. Do outro lado, a racionalidade esquerdista, contra-*impeachment* e defensora da ideia de *golpe*, organizou os argumentos em torno de uma *lógica conspiratória*, por meio de uma postura crítica, que visou minar o argumento pragmático da técnica e do legalismo.

Ambas as argumentações estabeleceram um ponto de partida dóxico, uma premissa que se trata, na verdade, de crença tópica, necessária de ser acreditada pelo interlocutor para que haja, entre eles, acordo quanto à tese e quanto à conclusão. O diálogo de surdos ocorre, portanto, exatamente porque tais lógicas argumentativas, em uma polêmica pública, não se comunicam no nível das premissas dóxicas, gerando uma espécie de *petição de princípio* (Seixas, 2019). A argumentação em uma polêmica desse nível se tornaria, no fim das contas, uma pregação para convertidos, como assinalou Marianne Doury (2012).

Tais modos distintos de perceber, processar, compreender um mesmo evento são, por assim dizer, modos distintos de ler a realidade política. A pergunta que fica, na verdade, é se, de fato, a realidade política se apresenta igual a todos os sujeitos; se não se trata mesmo de conveniências “racionalizadas” a fim de sustentar simples desejos e interesses ideológicos. É sempre, de fato, uma possibilidade. Há quem ainda defenda ter sido (i)legítimo o impedimento por razões intelectuais; há os que, pelo mesmo tipo de razão, não mais concorde e tenha mudado de ideia; há os que defendam uma ou outra posição baseados em falácias ou em opiniões desarrazoadas, há os que se movem unicamente pelos afetos que quase só a paixão ideológica feroz pode gerar. Em todo caso, pode-se estar diante de “boas razões” de todos os lados, porque, diante do cenário que se lhes apresenta, são as formas possíveis de interpretar o mundo circundante. A interpretação do real é, muitas vezes, resultante de efeitos de situação. Os sujeitos são quem estão, como estão, onde estão, o que não significa abrir espaço para todo tipo de hermenêutica relativista, mas, antes,

para uma hermenêutica compreensiva daquilo que os move a pensar como pensam e, de modo mais específico, a argumentar como argumentam. Ao analista de discursos argumentativos cabe, antes de tudo, a compreensão, ainda que para posteriormente criticar.

Referências

- ALMEIDA, Miguel Vale de. Golpe branco. **Revista de Antropologia da UFScar**, n. 8(2), p. 29-32, jul./dez. 2016.
- AMOSSY, Ruth. **A argumentação no discurso**. Tradução Angela M. S Corrêa. São Paulo: Contexto, 2018.
- AMOSSY, Ruth. **Apologia da polêmica**. Tradução Mônica Magalhães Cavalcante (org.). São Paulo: Contexto, 2017.
- AMOSSY, Ruth; KOREN, Roselyne. Introduction: Y a-t-il des régimes de rationalité alternatifs? **Argumentation et Analyse du Discours**. Discours sociaux et régimes de rationalité, n. 25, 2020.
- ANGENOT, Marc. **Dialogues de sourds**. Traité de rhétorique antilogique. Paris: Ed. Mille et une nuits, Fayard, 2008.
- AVRITZER, Leonardo. Democracia no Brasil: do ciclo virtuoso à crise política aberta. In: BOTELHO, André; STARLING, Heloisa M. (org.). **República e democracia: impasses do Brasil contemporâneo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.
- BATISTA, Ronaldo O. Prefácio: valores, condutas e ética em Weber. In: WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Tradução Mário Moraes. São Paulo: Martin Claret, 2013.
- BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: Editora UNESP, 1995.
- BODART, Cristiano N. Saiba o que é Golpe de Estado e Golpe Branco. **Blog Café com Sociologia.com**, [S. l.], 2016. Disponível em: <https://www.cafecomsociologia.com/o-que-e-golpe-de-estado>. Acesso em: 29 out. 2016.
- BOTELHO, André; STARLING, Heloisa M. Apresentação: reflexão e debate público em tempos sombrios. In: BOTELHO, André; STARLING, Heloisa M. (org.). **República e democracia: impasses do Brasil contemporâneo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

BOUDON, Raymond. **A ideologia**: ou a origem das ideias recebidas. Tradução Emir Sader. São Paulo: Editora Ática, 1989.

BOUDON, Raymond. **Le juste et le vrai**. Paris: Fayard, 2005.

BOUDON, Raymond. **L'idéologie ou l'origine des idées reçues**. Paris: Fayard, 1986.

BOUDON, Raymond. **Raison, bonnes raisons**. Paris: PUF, 2003.

BOUVIER, Alban. Modes de pensée, modes de croyances et modes d'argumentation. Un point de vue d'épistémologie sociale rationaliste. **Argumentation et Analyse du Discours**, Discours sociaux et régimes de rationalité, n. 25, 2020.

BRUNER, Jerome. **Acts of Meaning**. Cambridge: Harvard U.P., 1990.

DOURY, Marianne. Preaching to the converted. Why argue when everyone agrees? **Argumentation**, 26, p. 99-114, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10503-011-9237-4>. Acesso em: 23 ago. 2023.

EMEDIATO, Wander. **Análise do discurso numa perspectiva enunciativa e pragmática**. Campinas: Pontes Editores, 2022.

FOGELIN, Robert J. The logic of deep disagreements. **Informal Logic**, v. 25, n. 1, p. 3-11, 2005.

HORTON, Robin; FINNEGAN, Ruth (ed.). **Modes of thought**. Essays in Western and non-western societies. London: Faber & Faber, 1973.

KOREN, Roselyne. De la rationalité et/ou de l'irrationalité des polémiqueurs: certitudes et incertitudes. **Semen**, 31, p. 81-95, 2011.

PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. Tradução Maria Ermantina de A. P. Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PLANTIN, Christian. **Dictionnaire d'argumentation**: une introduction aux études de l'argumentation. Lyon: ENS Éditions, 2016.

POPPER, Karl. **A miséria do historicismo**. Tradução Ocatny S. da Mota e Leônicas Hegenberg. São Paulo: Cultrix, 1980.

REBOUL, Olivier. **Introdução à retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

SEIXAS, Rodrigo. A qualificação polêmica: uma retórica das (tecno)palavras políticas no espaço público digital. *In*: EMEDIATO, Wander (org.). **Interações polêmicas e violência verbal em temas sociais sensíveis**. Campinas: Pontes Editores, 2023.

SEIXAS, Rodrigo. **Entre a retórica do impeachment e a do golpe**: análise do conflito de lógicas argumentativas na doxa política brasileira. 2019. 433f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

SHI'ER, Ju; WEN, Liu; ZHIXI, Chen. L'argumentation sur la titulature impériale dans la dynastie Ming au prisme de la « Théorie généralisée de l'argumentation ». **Argumentation et Analyse du Discours**. Discours sociaux et régimes de rationalité, n. 25, 2020.

STARLING, Heloisa M. O passado que não passou. *In*: ABRANCHES, Sergio *et al.* (ed.). **Democracia em risco?** 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

TINDALE, Christopher. La raison interculturelle et les conditions préliminaires de l'argumentation. **Argumentation et Analyse du Discours**. Discours sociaux et régimes de rationalité, n. 25, 2020.

TOULMIN, Stephen E. **Os usos do argumento**. Tradução Reinaldo Guarany. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

VAN DIJK, Teun. **Cognição, discurso e interação**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Tradução Mário Moraes. São Paulo: Martin Claret, 2013.



SOBRE OS AUTORES

Argus Romero Abreu de Moraes – Doutor em Linguística do Texto e do Discurso pela UFMG e pós-doutor na mesma área pela UESB, UFSJ, UFRJ e UBA/em andamento. Atualmente, desenvolve estágio pós-doutoral na Faculdade de Filosofia e Letras (FFyL) e no Instituto de Linguística (ILing) da Universidade de Buenos Aires, sob a supervisão da profa. Dra. María Alejandra Vitale.

E-mail: argusromero@yahoo.com.br

Clevisvaldo Pinheiro Lima – Doutor em Linguística pela UNICAMP. Mestre em Linguística pela UFPI. Especialista em Libras pela UESPI. Professor do curso de Letras-Libras da UFPI. Membro do projeto de pesquisa Imagens da Cidade: Discurso e Produção de Conhecimento (LABEUB/UNICAMP/FAPESP). Membro dos grupos de pesquisa: NEPAD – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Análise do Discurso (UFPI/CNPq); O Cotidiano na História das Ideias Linguísticas; diADorim; e-Urbano: da constitutividade do espaço urbano pelo digital (UNICAMP) e EntreRios – Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso Materialista e História das Ideias Linguísticas (UFPI). Tradutor e Intérprete de Libras certificado pelo PROLIBRAS, pela UFSC e pela Secretaria de Educação do Estado do Piauí – SEDUC.

E-mail: klevislima@hotmail.com

Dalila Maria Silva de Macêdo – Mestranda em Linguística e graduada em Letras-Português pela UFPI. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Análise de Discurso – NEPAD/UFPI. Sua pesquisa analisa cantigas de roda da capoeira, buscando mostrar sua organização discursiva e os imaginários sociodiscursivos nelas presentes.

E-mail: dalilamariabm@hotmail.com

Deywid Wagner de Melo – Doutor e Mestre em Linguística pela UFAL. Graduado em Letras-Português/Inglês pela UNEAL. Especialista em Gestão e Desenvolvimento Universitário pela UFAL. Professor do curso de Letras-Português da UFAL, *campus* de Arapiraca. Membro dos Grupos de Pesquisa: DALT/UFAL/CNPq (Descrição, Análise Linguística, Literatura e Texto); GETEL/UFAL/CNPq Grupo de Estudos do Texto e da Leitura – Perspectivas Interdisciplinares; e Linguagem e Retórica (UNEAL/CNPq).

E-mail: deywid@arapiraca.ufal.br

Fernanda Martins Luz Barros – Mestre em Letras pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Docente da Universidade Federal do Piauí (UFPI/CSHNB), na área de Letras/Português. Doutoranda em Linguística pela UFPI na área de Estudos de Linguagem.

E-mail: nandamartins@ufpi.edu.br

Francisca Jaqueline Ferreira de Oliveira – Mestranda em Linguística e graduado em Letras-Português pela UFPI. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Análise do Discurso (NEPAD/UFPI/CNPq). Pesquisadora na área da Análise do Discurso filiada à perspectiva teórico-metodológica da Teoria Semiolinguística.

E-mail: jaquelineferreirap2@gmail.com

Francisca Mônica da Silva Santos – Graduada em Letras-Português pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI) no ano de 2019. Pesquisadora na área de Linguística com ênfase em Linguística Cognitiva e Análise do Discurso. Mestranda em Linguística na linha Texto, discurso e gênero como práticas sociais, com ênfase em Análise de Discurso Materialista, do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Piauí (UFPI).

E-mail: fcamonicassantos@ufpi.edu.br

Geisymeire Pereira do Nascimento – Mestre e doutoranda em Letras, área de concentração – Linguística e linha de pesquisa em Análise de Discurso (AD) Materialista pelo PPGE/UFPI. Especialista em Língua Brasileira de Sinais – Libras pela IESM (2012). Especialista no Ensino de Química pela UESPI (2008). Graduada em Letras-Libras pela UFPI (2019) e em Química pela UESPI (2004). Atualmente é professora efetiva do curso de Letras-Libras da UFPI. Membro efetivo do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Análise do Discurso (NEPAD/UFPI).

E-mail: geisymeire@ufpi.edu.br

Heron Ferreira da Silva – Mestre e doutorando em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-graduação em Letras (PPGEL) da Universidade Federal do Piauí (UFPI), especialista em Libras com docência pela FAEME e graduado em Letras-Libras pela UFPI. Membro efetivo do Núcleo de estudos e pesquisas em Análise do discurso (NEPAD). Servidor público da UFPI, lotado na coordenação do curso de Letras Libras (CCLL), atuando como Tradutor Intérprete de Libras/Português.

E-mail: fheron@ufpi.edu.br

João Benvido de Moura – Doutor e pós-doutor em Linguística pela UFMG. Mestre e Especialista em Linguística pela UFPI. Graduado em Letras-Português pela UFPI. Docente da graduação e pós-graduação em Letras da UFPI. Editor da revista *Form@re*. Coordenador do curso de Letras-Português do Parfor/UFPI. Vice-diretor do CCHL/UFPI. Fundador e atual vice-coordenador do NEPAD – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Análise do Discurso – UFPI/CNPq. Membro do GELNE, da ABRALIN, da SBR e do Grupo de Trabalho em Argumentação da ANPOLL.

E-mail: jbenvido@ufpi.edu.br

Joelma Aparecida Bressanin – Doutora em Linguística pela UNICAMP. Mestre em Estudos de Linguagem pela UFMT e graduada em Letras-Português pela UNEMAT. Docente da graduação em Letras e pós-graduação em Linguística da UNEMAT. Pesquisadora do Centro de Estudos e Pesquisas em Linguagem – CEPEL/PPGL/UNEMAT. Coordena o Grupo de pesquisa GEPELCO, vinculado ao CNPq e ao projeto de pesquisa Gestão do social no/pelo Estado: os sentidos de (des)igualdade social em discursividades contemporâneas (FAPEMAT/UNEMAT).

E-mail: bressanin.joelma@unemat.br

José Magno de Sousa Vieira – Graduado em Letras-Português e Especialista em Linguística e Ensino pela UESPI. Mestre em Linguística pela UFPI. Doutor em Linguística UNEMAT. Professor adjunto do curso de Letras-Português, da UFMA, *campus* de Bacabal. Líder do Grupo de Pesquisa AD Matéria. Desenvolve pesquisas sobre Discurso, Imagem, Cidade a partir da Análise de Discurso Materialista. Membro dos Grupos de pesquisa: NEPAD e Entre Rios, ambos da UFPI e do GEDISCO/UNEMAT.

E-mail: magnoreute@gmail.com

José Ricardo Menacho Tramarin de Oliveira Carvalho – Doutor em Linguística pela UNEMAT. Professor do Curso de Direito da UNEMAT/Cáceres. Graduado em Direito pela UNEMAT/Cáceres. Mestre em Direitos Humanos e Democracia pela UFPR. É pesquisador do Grupo de Estudos Políticas de Ensino de Línguas no Centro-Oeste (Gepelco). Atualmente atua como Assessor de Gestão de Formação da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (AGF/PROEG).

E-mail: menacho@unemat.br

Luciana Abrahão – Especialista em Língua Portuguesa pela UFF e mestranda no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, bolsista (CAPES). Atualmente, participa do grupo de Pesquisa em Semiologia (GPS-LEIFEN) e do Núcleo de Pesquisas em Semiótica (NUPES-UFRJ).

E-mail: lucianapassos@letras.ufrj.br/lucianafaht@id.uff.br

Luis Felipe da Silva Castelo Branco – Mestrando em Linguística e graduado em Letras-Português pela UFPI. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Análise do Discurso (NEPAD/UFPI/CNPq). Pesquisador na área da Análise do Discurso filiado à perspectiva teórico-metodológica da Teoria Semiologia.

E-mail: felipecastelobranco@ufpi.edu.br

Maraisa Lopes – Doutora e Mestre em Linguística pela UNICAMP. Especialista em Estudos da Linguagem e Licenciada em Letras (Português/Inglês) pela Universidade de Mogi das Cruzes. Licenciada em Pedagogia pelo Centro Universitário Internacional. Estágio Pós-Doutoral em Educação de Surdos (Deaf Education) pela Flagler College (Flórida/USA), realizado junto ao Master's Program in Education of the Deaf and Hard of Hearing, sob a supervisão da Profa. Emérita Dra. Margaret H. Finnegan. Professora Associada da Universidade Federal do Piauí (UFPI), *campus* Ministro Petrônio Portela. Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Piauí (PPGEL). Líder do Núcleo de Pesquisas em Análise do Discurso (NEPAD).

E-mail: maraisa_lopes@uol.com.br

Maria Cleci Venturini – Doutora em Estudos Linguísticos pela UFSM. Mestre em Linguística Aplicada pela PUC-RS. Especialista em Linguística

Aplicada pela PUC-MG. Graduada em Letras-Português e Letras-Espanhol pela Universidade de Passo Fundo. Professora Associada, do Departamento de Letras, da Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO. Docente do Corpo Permanente dos Programas de Pós-Graduação em Letras da UNICENTRO e da Universidade Federal do Paraná (UFPR). É líder do GRpesq. Interinstitucional UNICENTRO/UFPR, Estudos do Texto e do Discurso: entrelaçamentos teóricos e analíticos, desde 2015 e do Grupo de Pesquisa Interfaces entre Língua e Literatura, na UNICENTRO.

E-mail: mariacleciventurini@gmail.com

Max Silva da Rocha – Doutorando em Linguística pela UFPI. Membro do Núcleo de Pesquisas em Análise do Discurso (NEPAD/UFPI/CNPq). Vice-líder do Grupo de Pesquisa em Ensino e Aprendizagem de Língua (GEEAL/UNEAL/CNPq). Foi professor voluntário do curso de Letras da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL, *campus* III Palmeira dos Índios) entre fevereiro de 2020 e março de 2022. Possui mestrado em Linguística pela UFAL; especialização em Linguística Aplicada na Educação, pela Universidade Candido Mendes (UCAM) e licenciatura em Letras/Português, pela UNEAL, *campus* III Palmeira dos Índios.

E-mail: msrletras@ufpi.edu.br

Paloma Bianca Lopes Assis – Doutoranda pela UNICAMP, na área de Funcionamento do Discurso e do Texto. Participa do Grupo de Pesquisa Discurso, Imagem e Cidade (diADorim/CNPq) e do Grupo de Estudos de Linguagem, Argumentação e Discurso (ELAD/CNPq). Possui mestrado em Letras-Teoria Literária e Crítica da Cultura pela UFSJ (2021). É especialista em Educação Empreendedora (UFSJ) e graduada em Pedagogia (UFSJ). Atua como servidora pública federal na UFSJ.

E-mail: palomabianc@ufs.edu.br

Patrícia Rodrigues Tomaz – Doutoranda e Mestra em Linguística pelo PPGEL/UFPI. Especialista em Mediação de Conflitos (Estácio-Teresina). Graduada em Letras-Português pelo Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto – Polo Teresina e em Direito pela Faculdade de Ciências Humanas, Saúde, Exatas e Jurídicas de Teresina – CEUT. Especialista em Direito Civil e Processo Civil pela Faculdade Estácio-CEUT. Especialista em Direito da Família e Sucessões pela Faculdade CERS. Pós-graduanda em Ensino de leitura e produção textual pelo Centro Universitário Santo Agostinho (PI). Membra

do Núcleo de Pesquisas e Estudos em Análise do Discurso da Universidade Federal do Piauí – NEPAD/UFPI/CNPq.

E-mail: patricia.tomaz@ufpi.edu.br

Raimundo Gomes de Oliveira Júnior – Mestrando em Linguística, área de concentração – Análise de Discurso Materialista pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Piauí – UFPI. Possui graduação em Letras-Libras pela UFPI (2022). Membro efetivo do Núcleo de Pesquisas em Análise do Discurso (NEPAD/UFPI), atuando principalmente nos seguintes temas de pesquisa: Análise de Discurso Materialista, Libras, Surdez, Deficiência, Educação Inclusiva.

E-mail: jr.focoefe@outlook.com

Robson Severo – Robson Severo – Estudante de mestrado em Letras - Estudos Linguísticos no PPGL na Universidade Federal de Santa Maria, bolsista Capes e participante do Grupo de estudos Palavra Língua e Discurso (PALLIND), vinculado ao Corpus – Laboratório de Fonte de Estudos da Linguagem.

E-mail: robsonsevero39@gmail.com

Rodrigo Seixas – Doutor em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais. É Professor Adjunto da Universidade Federal de Goiás; Líder do DISPo – Grupo de Estudos em Discurso Político (UFG/CNPq); Pesquisa retórica, argumentação e análise do discurso.

E-mail: rodrigo.seixas@ufg.br

Stefane Katrini Koop – Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual do Centro-Oeste–Unicentro. Formada em Filosofia e Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa pela mesma instituição. É especialista em Políticas Sociais pela Faculdade Unina. Possui experiência em Filosofia Política e Análise do Discurso Materialista.

E-mail: stefanekoopk@gmail.com

Verli Petri – Professora titular na Universidade Federal de Santa Maria, Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq – PQ2, Coordenadora do Grupo de estudos Palavra Língua e Discurso (PALLIND), vinculado ao Corpus – Laboratório de Fonte de Estudos da Linguagem.

E-mail: verli.petri72@gmail.com

Welton Pereira e Silva – Professor Adjunto do Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense. Doutor em Letras Vernáculas pela UFRJ. Pesquisador do grupo de pesquisa em Semiologia: Leitura, fruição e ensino (GPS-LEIFEN).

E-mail: weltonpereira@id.uff.br



ÍNDICE REMISSIVO

A

Anticomunista 16, 296, 305, 309, 311, 419, 7

Argumentação 10, 17, 45, 156, 165, 173, 208, 209, 227, 265, 267, 271, 277, 278, 280, 284, 285, 287, 289, 290, 291, 292, 294, 295, 312, 313, 326, 327, 338, 347, 348, 354, 355, 356, 359, 362, 365, 369, 371, 372, 373, 376, 382, 386, 389, 390, 391, 392, 394, 395, 398, 399, 400, 401, 402, 403, 405, 408, 409, 410, 414, 416, 417, 419, 7

Ato de linguagem 301, 302, 305, 309, 318, 319, 320, 322, 323, 324, 326, 327, 328, 329, 330, 334, 336, 339, 340, 341, 352, 419

B

Bolsonaro 8, 14, 15, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 41, 42, 44, 50, 52, 54, 55, 56, 57, 63, 64, 67, 76, 77, 95, 100, 101, 102, 103, 106, 107, 108, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 122, 123, 127, 128, 129, 134, 137, 140, 141, 150, 152, 153, 223, 224, 228, 229, 232, 237, 251, 262, 280, 281, 282, 283, 284, 289, 307, 310, 312, 332, 333, 334, 337, 338, 348, 349, 350, 353, 355, 356, 357, 358, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 374, 375, 379, 419

C

Cognição 17, 293, 377, 392, 411, 419, 7

Comunicação 11, 48, 52, 76, 127, 130, 263, 267, 299, 312, 317, 321, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 335, 361, 362, 367, 378, 420,

Contrato de comunicação 330, 361, 420

Coronavírus 230, 234, 236, 238, 239, 240, 244, 246, 247, 251, 258, 259, 332, 378, 420

Corpo feminino 9, 14, 19, 20, 28, 30, 37, 420, 5

Covid 45, 103, 141, 232, 251, 252, 253, 332, 364, 365, 369, 420

Crítica 33, 39, 41, 44, 50, 52, 56, 61, 75, 94, 153, 154, 163, 173, 175, 176, 177, 202, 233, 242, 258, 273, 295, 312, 317, 328, 338, 381, 392, 408, 416, 420

D

Deficiência 14, 15, 95, 96, 97, 98, 99, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 126, 127, 128, 131, 132, 133, 135, 417, 420, 6

Digital 14, 17, 47, 67, 72, 73, 74, 79, 91, 92, 107, 110, 111, 112, 125, 128, 129, 164, 166, 167, 168, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 195, 202, 236, 237, 238, 241, 242, 249, 253, 317, 318, 319, 339, 411, 412, 420, 7

Direita 5, 6, 7, 8, 9, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 24, 37, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 52, 53, 60, 62, 63, 64, 65, 95, 96, 97, 100, 101, 102, 106, 108, 112, 113, 117, 120, 121, 122, 126, 130, 131, 132, 133, 140, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 163, 165, 170, 172, 173, 174, 175, 176, 180, 192, 203, 206, 211, 213, 225, 226, 227, 230, 245, 247, 262, 276, 277, 278, 279, 281, 282, 283, 284, 287, 288, 289, 290, 292, 307, 309, 311, 312, 334, 377, 379, 380, 381, 382, 384, 386, 398, 403, 404, 407, 409, 420

Discurso político 14, 17, 57, 63, 65, 95, 96, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 108, 109, 113, 115, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 130, 131, 133, 137, 158, 161, 164, 205, 206, 269, 317, 318, 348, 361, 362, 373, 375, 417, 420, 6, 7

Discurso religioso 16, 100, 104, 115, 118, 119, 120, 121, 123, 124, 130, 131, 261, 264, 269, 270, 271, 272, 286, 291, 293, 295, 371, 421, 7

Ditadura 10, 15, 42, 63, 105, 178, 179, 180, 181, 183, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 195, 197, 198, 199, 201, 202, 228, 331, 333, 335, 336, 337, 340, 341, 421, 6

E

Edir Macedo 16, 261, 262, 263, 264, 267, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 421, 7

Ensino 15, 16, 111, 128, 138, 140, 141, 142, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 154, 231, 235, 236, 265, 298, 304, 311, 341, 342, 375, 376, 413, 414, 415, 416, 418, 421

Enunciação 106, 167, 168, 170, 172, 174, 208, 210, 268, 282, 284, 285, 289, 303, 351, 390, 421

Esquerda 6, 7, 9, 13, 14, 15, 16, 17, 40, 41, 43, 44, 45, 53, 57, 58, 64, 95, 96, 97, 100, 104, 105, 106, 109, 112, 113, 117, 125, 126, 129, 130, 131, 132, 133, 137, 139, 153, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 163, 165, 170, 171, 172, 173, 175, 176, 179, 180, 182, 187, 191, 192, 197, 230, 276, 277, 278, 279, 281, 282, 283, 284, 286, 289, 290, 292, 334, 338, 340, 373, 377, 379, 380, 382, 384, 386, 398, 407, 409, 421,

Estereótipos 27, 94, 296, 314, 315, 397, 421

Ethos 7, 17, 262, 267, 268, 269, 276, 277, 278, 279, 280, 283, 284, 285, 287, 288, 289, 290, 291, 294, 295, 347, 348, 349, 351, 352, 353, 354, 365, 366, 369, 372, 374, 375, 421,

F

Facebook 298, 306, 308, 310, 311, 421

Fake news 9, 57, 249, 331, 333, 337, 367, 368, 421

Formulações 13, 14, 15, 19, 37, 48, 74, 89, 95, 97, 103, 108, 109, 113, 114, 115, 118, 119, 120, 122, 131, 132, 133, 142, 150, 151, 232, 422, 5

G

Gênero 19, 26, 29, 36, 61, 68, 69, 104, 116, 139, 140, 157, 163, 173, 270, 271, 274, 280, 294, 308, 313, 318, 319, 322, 339, 347, 360, 361, 366, 375, 376, 405, 413, 422

I

Identidade 78, 79, 81, 82, 85, 92, 121, 136, 168, 296, 326, 328, 329, 330, 335, 338, 349, 351, 375, 422

Ideologia 24, 35, 40, 44, 45, 47, 48, 49, 53, 62, 63, 64, 70, 71, 75, 82, 89, 118, 121, 138, 139, 149, 150, 151, 152, 154, 157, 163, 173, 177, 183, 188, 192, 204, 207, 208, 209, 225, 231, 233, 253, 278, 279, 281, 288, 299, 302, 304, 317, 397, 403, 410, 422

Igreja 5, 14, 40, 57, 58, 59, 60, 63, 102, 118, 250, 261, 272, 273, 274, 277, 278, 293, 422

Imagem 38, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 64, 76, 112, 126, 133, 147, 148, 150, 153, 168, 169, 170, 172, 220, 221, 222, 246, 251, 252, 262, 263, 283, 286, 289, 291, 309, 315, 349, 350, 352, 353, 354, 365, 366, 369, 371, 372, 373, 374, 414, 416, 422

Imaginários 7, 16, 36, 80, 89, 116, 120, 134, 139, 213, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 304, 305, 307, 308, 309, 312, 313, 314, 315, 316, 326, 342, 352, 412, 422

Inclusão 6, 14, 15, 95, 96, 97, 98, 103, 106, 108, 110, 114, 115, 117, 118, 119, 120, 122, 123, 126, 127, 131, 132, 133, 134, 135, 144, 154, 422,

Influência 14, 41, 46, 50, 52, 53, 56, 58, 108, 122, 211, 248, 267, 268, 269, 270, 301, 310, 311, 321, 323, 422

Informação 9, 24, 75, 76, 99, 159, 162, 166, 171, 241, 244, 251, 274, 288, 293, 300, 304, 312, 331, 356, 364, 368, 392, 422

Instagram 52, 54, 58, 60, 65, 318, 320, 322, 327, 328, 329, 335, 339, 346, 423

Interdiscurso 72, 74, 79, 81, 116, 118, 120, 121, 126, 148, 150, 182, 184, 193, 231, 423

Internet 46, 52, 64, 163, 164, 173, 174, 175, 248, 368, 423

J

Jornal 6,14, 21, 26, 27, 30, 38, 67, 68, 74, 75, 76, 79, 91, 95, 96, 97, 99, 102, 105, 106, 107, 108, 109, 111, 112, 113, 114, 122, 125, 128, 129, 130, 131, 161, 163, 166, 174, 181, 234, 248, 252, 253, 294, 363, 368, 383, 405, 423,

L

Lacração 6,15, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 423

Lexicometria 204, 211, 212, 213, 225, 423

Libras 6, 14, 15, 95, 96, 97, 99, 101, 106, 107, 108, 109, 113, 114, 115, 117, 118, 119, 120, 124, 127, 131, 412, 413, 414, 417, 423

Lula 15, 32, 54, 55, 57, 64, 95, 104, 106, 110, 112, 113, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 134, 161, 262, 278, 280, 282, 283, 284, 286, 289, 290, 291, 292, 331, 334, 348, 349, 362, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 378, 381, 423

M

Materialista 14, 25, 41, 47, 53, 72, 96, 97, 98, 104, 105, 138, 172, 202, 231, 233, 317, 412, 413, 414, 417, 423

Memória 19, 27, 31, 41, 47, 48, 49, 51, 62, 65, 67, 71, 72, 73, 74, 77, 79, 82, 84, 85, 91, 92, 100, 104, 109, 116, 118, 120, 123, 130, 131, 132, 134, 139, 148, 158, 160, 170, 178, 179, 180, 181, 183, 184, 185, 189, 191, 192, 193, 194, 197, 198, 199, 200, 202, 208, 210, 218, 228, 238, 247, 258, 278, 378, 423

Mulher, mulheres 9, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 55, 57, 104, 126, 328, 424

Multimodalidade 7, 17, 347, 348, 358, 360, 362, 424

N

Negacionismo 6, 9, 16, 45, 230, 231, 232, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 424

Negra, negro 14, 67, 68, 69, 70, 71, 76, 77, 78, 79, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 93, 94, 424

P

Pandemia 21, 113, 141, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 244, 245, 246, 247, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 257, 258, 259, 332, 378, 424

Polarização 7, 8, 9, 13, 16, 17, 112, 126, 128, 129, 187, 261, 277, 305, 318, 319, 320, 322, 324, 325, 332, 334, 339, 340, 341, 380, 382, 384, 424,

Polêmica 7, 9, 10, 11, 17, 50, 59, 148, 163, 173, 219, 221, 226, 249, 250, 270, 295, 377, 378, 379, 384, 385, 386, 390, 393, 394, 395, 396, 405, 407, 408, 409, 411, 424

R

Racionalidade 7, 15, 17, 138, 151, 377, 378, 379, 385, 386, 388, 389, 390, 396, 397, 398, 403, 404, 405, 407, 408, 424

Redes sociais 7, 8, 16, 25, 65, 130, 157, 158, 160, 165, 248, 261, 296, 297, 298, 305, 306, 308, 312, 313, 317, 320, 330, 334, 336, 338, 339, 340, 424

Reforma agrária 6, 16, 203, 204, 205, 206, 207, 209, 210, 211, 214, 216, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 424

Representações

Revista

S

Semiolinguística 7, 17, 297, 313, 317, 318, 319, 321, 322, 339, 340, 341, 342, 347, 349, 361, 375, 415, 425

Subjetividade 48, 69, 70, 244, 298, 314, 425

Surdo 6, 14, 15, 95, 96, 97, 98, 99, 108, 114, 115, 116, 118, 120, 121, 122, 124, 127, 133, 135, 136, 188, 194, 195, 196, 198, 250, 390, 393, 394, 398, 408, 415, 425

T

Tirinhas 304, 315, 425

Twitter 165, 169, 249, 366, 425

V

Violência 10, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 28, 29, 30, 37, 44, 47, 66, 68, 102, 104, 184, 188, 189, 190, 191, 195, 218, 245, 266, 270, 354, 371, 411, 425

Y

YouTube 32, 34, 36, 59, 113, 176, 228, 237, 275, 353, 425

